UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEMIÓTICA E LINGUÍSTICA GERAL

LETÍCIA MORAES

A noção de texto na semiótica

SÃO PAULO
2021

LETÍCIA MORAES

A noção do texto na semiótica

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral do Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de concentração: Semiótica e Linguística Geral.

Orientador: Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes.
Co-orientador: Prof. Dr. Sémir Badir

SÃO PAULO
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

M752n Moraes Lima, Letícia
 A noção do texto na semiótica / Letícia Moraes
 Lima; orientador Ivã Carlos Lopes - São Paulo, 2021.
 273 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
 Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Linguística. Área de concentração:
 Semiótica e Lingüística Geral.

 1. Semiótica. 2. Textualidade. 3. Texto. 4.
 Práticas sociais. 5. Objeto semiótico. I. Lopes, Ivã
 Carlos, orient. II. Título.

Aprovação em: 31/08/2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes
Instituição: Universidade de São Paulo
Presidente da banca

Prof^a. Dr^a. Diana Luz Pessoa de Barros
Instituição: Universidade de São Paulo
Julgamento: Aprovação

Prof. Dr. Geraldo Vicente Martins
Instituição: Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
Julgamento: Aprovação

Prof^a. Dr^a. Carolina Lindenberg Lemos
Instituição: Universidade Federal do Ceará
Julgamento: Aprovação

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DO ORIENTADOR

Nome da aluna: Letícia Moraes Lima

Data de defesa: 31/08/2021

Nome do prof. Orientador: Dr. Ivã Carlos Lopes

Nos termos da legislação vigente, declaro estar ciente do conteúdo deste exemplar corrigido elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me plenamente favorável ao seu encaminhamento e publicação no Portal Digital de Teses da USP.

São Paulo, 31/08/2021

Para minha mãe, Maria, e para todas as mães solos e suas crias, sobretudo as pretas, as filhas da escola pública, da periferia e das regiões menos urbanizadas do Brasil.

Ocupar lugares como este – da pós-graduação – é o nosso ato revolucionário.

À revolução preta e feminista

AGRADECIMENTO

A todos que contribuíram para que esse sonho se tornasse real.

À minha mãe, Maria, que segurou em minhas mãos e me disse inúmeras vezes que tudo era possível, mesmo quando a nossa realidade dizia o contrário. Obrigada por faxinar tantas casas e passar por muitas situações difíceis para que eu pudesse estudar e ser quem eu sou hoje.

À minha avó, Antonieta (em memória), que me ensinou tanto na vida.

À minha irmã, Leandra, ao Shi e ao Kazuo, meu coração.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivã Carlos Lopes, pela orientação e a leitura sempre atenta do trabalho, por ser humano e compreender os desafios da pós-graduação, especialmente para aqueles que vêm de outros estados em busca deste sonho.

Ao meu coorientador, Prof. Dr. Sémir Badir, pelas leituras, sugestões e questionamentos que instigaram muitas das reflexões que realizamos neste trabalho. Também por todo caloroso afeto com que me recebeu na Bélgica.

Ao Prof. Dr. Geraldo Martins, grande destinador do meu percurso acadêmico, por me apresentar a Linguística e a Semiótica e mudar a minha vida desde o primeiro dia de aula no curso de Letras, e também pelas contribuições diretas à pesquisa.

À Prof. Dra. Maria Giulia Dondero, que coloriu meus dias de inverno na Bélgica e propiciou tantas trocas acadêmicas importantes para a minha formação enquanto pesquisadora.

A Prof. Dra. Rossana De Angelis, cujo trabalho inspirou a escolha do tema da pesquisa, pela generosidade em discutir o meu trabalho em sua casa, me encorajando a seguir o percurso teórico que eu acreditava.

A todos os amigos do Ges-Usp, incluindo aqueles que passaram pelo grupo. O amor de vocês me transformou. Muito obrigada por tudo!

À Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização deste sonho.

Este percurso só foi tão enriquecedor porque tive todos vocês me apoiando e me encorajando ao longo da jornada. A importância dessa rede de apoio na academia é uma das maiores lições que aprendi durante o tempo que convivi com cada um. Resistiremos enquanto continuarmos segurando cada uma das mãos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), código de financiamento 001, e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo auxílio financeiro que possibilitou a realização deste trabalho.

Aos governos que investiram na expansão do ensino superior e de cotas para afrodescentes e alunos de escolas públicas, primordiais para meu ingresso no ensino superior.

RESUMO

MORAES, LETÍCIA. **A Noção de texto na semiótica**. 2021. 273 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2021.

O presente trabalho tem por objetivo primário compreender as acepções que sustentam a noção de texto na semiótica discursiva e os elementos necessários para a geração do objeto semiótico. Para tanto, revisitamos as principais obras de Algirdas Julien Greimas (1974; 1976 [1966]; 1981 [1976]; 2008 [1979]) e consultamos, também, os escritos do linguista Louis Trolle Hjelmslev (2010 [1975]; 2013 [1943]), a fim de compreender como a noção de texto foi concebida no início do projeto da ciência da significação. Em seguida, analisamos os trabalhos de pesquisadores, filiados à *Escola de Paris*, que desenvolveram “vertentes” e dão continuidade à teoria de Greimas, são eles: Éric Landowski (2004; 2014a; 2014b; 2017), Jacques Fontanille (2004; 2008a; 2008b; 2017) e Claude Zilberberg (2001 [1998] – em parceria com Fontanille; 2011b [2006]; 2012). Uma revisão crítica da noção de texto nessas obras revelou que, em Landowski e Fontanille, há uma discrepância, no que diz respeito à noção de texto, entre os desenvolvimentos teóricos que Greimas havia realizado e a maneira como os autores fazem uso do termo. A partir da constatação da existência de duas acepções de textos em Greimas, por influência de Hjelmslev, as quais denominamos “texto-absoluto” e “texto-objeto”, organizamos um percurso gerativo textual que tem como função dar conta da geração do objeto semiótico a partir de uma grandeza homogênea e não discretizada, localizada anteriormente à análise. Para conceber o funcionamento desse percurso, contemplamos os micropercursos necessários (a enunciação, o discurso, a semiose e a manifestação), concebendo, dessa maneira, duas instâncias intermediárias, a textual e a textualização. Com as discussões da semiótica tensiva, pudemos entender como os micropercursos trabalham conjuntamente para que uma grandeza outrora homogênea e que, portanto, não reconhece a discretização, possa operar na direção da mistura, gerando objetos heterogêneos. Os resultados demonstraram que a instauração de um texto-absoluto no início do percurso permite o engendramento de todas as possibilidades de manifestação em seu outro polo, permitindo-nos vislumbrar a dupla natureza do texto (cada qual situada em uma ponta do percurso) e a extensão do próprio campo textual, que não se restringe, por exemplo, somente a textos-objetos manifestados em um suporte estável, pois os textos-objetos são como “coisas” a serem modeladas enquanto textos na análise semiótica. Essa conclusão possibilitou avançar para as discussões acerca do contexto, da cultura e das práticas sociais; a partir de uma noção de textualização mais ampla, (i) vislumbramos o uso de uma ferramenta, a notação, para auxiliar no trabalho com as práticas sociais (e experiências “ao vivo”), e (ii) demonstramos como a textualização das ações humanas é um dos principais fatores para a atribuição do valor capital ao *big data* na sociedade contemporânea. Os achados, além de permitirem a compreensão da esfera textual e da textualização, colocam em xeque a premissa defendida por alguns semiotistas de que as práticas (e outras manifestações) não fazem parte do campo textual e lançam luzes sobre o devir da semiótica nas próximas décadas, que será chamada cada vez mais a lidar com objetos semióticos como as práticas e o *big data*.

Palavras-Chave: Semiótica; Texto; Textualidade; Práticas Sociais; Objeto semiótico.

ABSTRACT

The present work has as primary objective to understand the meanings that support the notion of text in discursive semiotics and the necessary elements for the generation of the semiotic object. Therefore, we revisited the main works of Algirdas Julien Greimas (1974; 1976 [1966]; 1981 [1976]; 2008 [1979]) and also consulted the writings of the linguist Louis Trolle Hjelmslev (2010 [1975]; 2013 [1943]), in order to understand how the notion of text was conceived at the beginning of the meaning science project. Then, we analyze the works of researchers, affiliated to the "Paris School", who developed "strands" and continue Greimas' theory, they are: Éric Landowski (2004; 2014a; 2014b; 2017), Jacques Fontanille (2004; 2008a; 2008b; 2017) and Claude Zilberberg (2001 [1998] – in partnership with Fontanille; 2011b [2006]; 2012). A critical review of the notion of text in these works revealed that, in Landowski and Fontanille, there is a discrepancy between the theoretical developments that Greimas had carried out about the notion of text and the way in which the authors use the term. Based on the verification of the existence of two meanings of texts in Greimas, influenced by Hjelmslev, which we called "text-absolute" and "text-object", we organized a textual generative path that has the function of explaining the generation of the semiotic object from a homogeneous and non-discretized "largeness", located prior to the analysis. To conceive how this path works, we contemplate the necessary micro paths (enunciation, discourse, semiosis and manifestation), thus conceiving two intermediate instances, textual and textualization. With the discussions of tensive semiotics, we were able to understand how micropathways work together so that a "largeness" that was once homogeneous and that, therefore, does not recognize discretization, can operate in the direction of mixture, generating heterogeneous objects. The results showed that the establishment of an absolute-text at the beginning of the path allows the engendering of all possibilities of manifestation in its other pole, allowing us to glimpse the double nature of the text (each located at one end of the path) and the extension of the textual field itself, which is not restricted, for example, only to text-objects manifested in a stable support, since text-objects are like "things" to be modeled as texts in semiotic analysis. This conclusion made it possible to advance to discussions about the context, culture and social practices; from a broader notion of textualization, (i) we envision the use of a tool, notation, that can be used to analyze social practices (and "live" experiences), and (ii) we demonstrate how the textualization of human's actions is one of the main factors in the attribution of capital value to big data in contemporary society. The findings, in addition to allowing the understanding of the textual sphere and textualization, call into question the premise defended by some semioticians that practices (and other manifestations) are not part of the textual field and shed light on the future of semiotics in the coming decades, which will be increasingly called upon to deal with semiotic objects such as practices and big data.

Keywords: Semiotics; Text; Textuality; Social Practices; Semiotic Object.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Organização da tese	18
CAPÍTULO 1.....	21
EM TORNO DO TEXTO: AS BASES FUNDADORAS	21
1.1As particularidades do objeto texto	22
1.2. Os domínios da linguística e da semiótica	24
1.3 A noção de texto em Hjelmslev	29
1.3.1 A análise	32
1.3.2 As acepções de texto para Hjelmslev	37
1.4 A noção de texto em Greimas	44
1.4.1 Sémantique Structurale	46
1.4.2 Semiótica e Ciências Sociais	56
1.4.3 A enunciação (uma postura epistemológica).....	62
1.4.4 Dicionário de Semiótica.....	67
1.5 Afinal de contas, o que é o texto?	71
CAPÍTULO 2.....	72
EM TORNO DO TEXTO: A ATUALIDADE	72
2.1 Éric Landowski	74
2.1.1 A noção de texto em Landowski	81
2.2 Jacques Fontanille.....	86
2.2.1 Os níveis de pertinência semiótica	91
2.2.2 A noção de texto em Fontanille.....	103
2.3 Claude Zilberberg.....	109
2.3.1 Primeiro momento zilberberguiano: na esteira de Saussure e Hjelmslev	111
2.3.2 Segundo momento zilberberguiano: a teoria das valências	116
2.3.3 Terceiro momento zilberberguiano: a estrutura tensiva	121
2.2.5 A noção de texto em Zilberberg	131
2.2.6 A semiótica continua sendo textual?.....	133
CAPÍTULO 3	135
CONDIÇÕES PARA A GERAÇÃO DO OBJETO SEMIÓTICO.....	135
3.1 A geração do texto-objeto	137
3.1.1 A enunciação	137
3.1.2 O discurso	140
3.1.3 A semiose.....	143

3.1.4 A manifestação	146
3.2 A textualidade e a textualização.....	148
3.3 Uma proposta de percurso textual	155
3.3.1 A análise e a sua importância na geração do objeto semiótico	157
3.3.2 O texto absoluto e o texto-objeto	160
3.3.3 As instâncias intermediárias no percurso textual	165
3.3.4 Síntese do Percurso Textual	173
3.4 Por que ainda o texto?	176
CAPÍTULO 4.....	180
O TEXTO E SEU ENTORNO.....	180
4.1 Texto e (con)texto	181
4.1.1 A semiótica da cultura: Yuri Lotman.....	182
4.1.2 A sociosemiótica.....	189
4.1.3 O texto-contexto	194
4.2 Texto e cultura.....	199
4.2.1 A semiosfera	199
4.2.2 O intertexto	204
4.3 Texto e práticas	211
4.3.1 Notação e textualização das práticas.....	217
4.3.2 <i>Big Data</i> e textualização	230
4.4 Fora do texto há salvação?	243
CONSIDERAÇÕES FINAIS	249
Síntese geral e contribuições da pesquisa.....	250
Limites do trabalho	258
Desdobramentos e futuras pesquisas	259
REFERÊNCIAS	261

INTRODUÇÃO

“Nada é evidente. Nada é gratuito. Tudo é construído”.
(BACHELARD, G. A formação do espírito científico, 1938).

Este trabalho tem como principal objetivo investigar as acepções que sustentam a noção de *texto* na semiótica discursiva, assim como compreender a natureza, a organização e a geração do objeto semiótico. Ao percorrer as veredas epistemológicas da disciplina, deparamo-nos com a escassez – e, em alguns casos, com a ausência - de trabalhos que dessem conta das acepções de texto que povoam o imaginário dos semioticistas desde o início do projeto arquitetado por Algirdas Julien Greimas, por vezes com a colaboração de outros pesquisadores, até os desenvolvimentos teóricos mais atuais, que se organizam em “vertentes” da teoria greimasiana.

Ainda que alguns pesquisadores tenham se debruçado sobre o tema, seus estudos apresentam de maneira fragmentada esse percurso, analisando, por exemplo, somente o trabalho de um autor ou, então, uma única obra dele. Mais escassas são ainda as pesquisas que tiveram como foco a noção de texto presente nos trabalhos de semioticistas contemporâneos. A carência e a fragmentação de pesquisas sobre o tema dificultam, por exemplo, uma comparação, no que diz respeito ao uso do termo, entre as obras greimasianas e os escritos dos teóricos responsáveis pela continuidade do pensamento do mestre.

Assumimos o desafio de investigar a noção de texto, ou, então, de objeto semiótico, desde Louis Trolle Hjelmslev até as contribuições mais atuais. Para tanto, optamos por analisar aquelas obras que são consideradas fundamentais no estabelecimento da ciência da significação e que propiciam reflexões sobre a questão do texto, da textualidade e da textualização; entre os autores selecionados, estão Hjelmslev e Greimas, considerados centrais para a base da teoria, ainda que o primeiro não tenha sido oficialmente um semioticista e tampouco tenha participado das reuniões do grupo de estudo e ateliês greimasianos, cujas existências são-lhe posteriores. Malgrado o desencontro no tempo e no espaço, o linguista dinamarquês foi - e continua a ser – uma fonte de inspiração para o

desenvolvimento da semiótica da *Escola de Paris*.

Além desses dois, outros semiotistas, que contribuíram para a teoria, a partir do pensamento greimasiano, também são estudados; em nossa investigação, selecionamos, para uma análise mais atenta, os escritos de Éric Landowski, Jacques Fontanille e Claude Zilberberg. Os três figuram entre os principais estudiosos da atualidade, suas teorias representam “vertentes” da semiótica de Greimas; ora reforçam o que Greimas já havia nos deixado como herança teórica - para isso, valendo-se da aplicação da teoria em novos objetos -, ora trazem desdobramentos que se assemelham a um sopro de vida para a disciplina na contemporaneidade, para uma semiótica cujo florescimento deu-se nos anos de ouro do estruturalismo. Os nomes foram escolhidos, dentre outros estudiosos de mesmo calibre, por trazerem uma contribuição mais direta ao tema de nossa investigação, como demonstraremos no *capítulo 2*.

Após essa primeira etapa da pesquisa, procuraremos compreender o processo de geração do texto, a partir da elaboração de um modelo de percurso textual que considere as bases epistemológicas da teoria e os contornos, delimitações e expansões do objeto da semiótica nas pesquisas mais atuais. Esse percurso visa contribuir para as discussões acerca da geração do objeto da disciplina. Organizaremos, em um percurso lógico e gerativo, os elementos necessários para que um texto-objeto possa ser gerado. Por fim, discutiremos as questões que estão sempre correlacionadas ao texto, tais como: o contexto, a cultura, as práticas etc.

Não surgindo do acaso as ideias, elas demonstram o estado de espírito do próprio pesquisador, conduzindo-o a caminhos únicos. Com esta pesquisa não é diferente, sendo necessário, assim, explicar as razões que motivaram as nossas inquietudes teóricas e que deram lugar às ideias que aqui apresentaremos. Uma pesquisa é um projeto na vida ou, em alguns casos, como no nosso, de vida. Os campos teóricos sobre os quais nos

debruçamos mesclam-se com a nossa própria biografia.¹

Apaixonada pelas primeiras leituras de semiótica na graduação, na zona rural de Cassilândia – MS, segui rumo ao mestrado, na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), em Campo Grande - MS, para estudar a configuração da morte como um encantamento na obra *Primeiras Estórias*, do autor brasileiro Guimarães Rosa, sob a orientação do Dr. Geraldo Vicente Martins. Foi lá que ouvi falar, pela primeira vez, sobre a semiótica tensiva de Claude Zilberberg e, também, sobre a proposta dos níveis de pertinência de Jacques Fontanille.

O entusiasmo com a teoria advinha da possibilidade de se estudar tudo (ou quase tudo) no campo das linguagens e das significações, além de poder contar com um método, em alguns casos, já bastante desenvolvido para isso. Nesta mesma época, percebi que a noção de texto na semiótica constituía um objeto muito mais abrangente que aquele que, por vezes, é apresentado nas disciplinas de linguística e em outras áreas das ciências humanas. E, após a finalização do mestrado, preparei o projeto de doutoramento, apresentado na seleção do Programa de Linguística Geral e Semiótica, na Universidade de São Paulo, cujos resultados estão condensados neste trabalho, orientado pelo Dr. Ivã Carlos Lopes (USP) e, posteriormente, também, pelo Dr. Sémir Badir (ULg).

A presente tese discorre sobre esta que é, a meu ver, uma das mais fascinantes aquisições teóricas da semiótica: a noção de texto. Com mais maturidade, já em fase de preparação para o doutorado, deparei-me com as leituras do teórico Louis Trolle Hjelmslev, cujos textos foram fundamentais para o desenvolvimento do modelo de percurso textual que será apresentado no *capítulo 3*.

Se nos sentimos autorizados a afirmar que o texto é um dos assuntos mais

¹ Pedimos licença ao leitor para escrever em primeira pessoa alguns parágrafos subsequentes.

estudados nas disciplinas das ciências humanas, sabemos, no entanto, como lembra Badir (2014, p.139), que, até o momento da publicação de *Prolegômenos*, de Hjelmslev (1943), a linguística interessava-se, sobretudo, pelas palavras e frases - o texto era desconsiderado nos estudos realizados até então.

A situação, no entanto, será outra nas décadas seguintes; o texto passa a ocupar uma posição privilegiada no âmbito das ciências humanas. E, desde a segunda metade do século XX, quando entrou, definitivamente, para as pautas de discussões da linguística e da semiótica, muito já foi dito e revisto sobre o seu conceito. No que tange, especificamente, aos estudos semióticos, há que se lembrar que foi em terras brasileiras, em meados de 1973, em uma palestra sobre a enunciação, que Greimas proferiu o conhecido adágio “fora do texto não há salvação”. Essa frase foi lembrada por Jean-Marie Floch (1990, p.3), quase duas décadas depois, ao assegurar que ela poderia ser “o lema dos semiotistas” de tão repetida que já era, desde aquela época, nas discussões realizadas pelos pesquisadores da área. Como veremos, no estudo dedicado à obra de Greimas, presente no *capítulo 1* deste trabalho, a questão do texto esteve no cerne da semiótica discursiva desde o seu início.

A reflexão acerca do texto enquanto objeto não é tarefa das mais simples; muitos renomados e conhecidos pesquisadores da semiótica, cada qual a seu modo, incumbiram-se do desafio. Pode parecer, dessa maneira, que tudo de importante sobre o assunto já tenha sido dito e que não há mais o que ser acrescentado. Ou, como podem pensar alguns pesquisadores, vivemos, hoje, um momento teórico e metodológico da disciplina que exige novos ares epistemológicos, cujas discussões extrapolem o “cercado textualista” imposto e permitam vislumbrar o que há “além” do muro textual. Para esses, a palavra de ordem é “Avante!”. Para aqueles que assumem esse modo de pensar, não seria profícuo, mais uma vez, voltar à discussão sobre o texto.

Esse é, por exemplo, o posicionamento assumido por Éric Landowski (2004; 2014) e por Jacques Fontanille (2008a, 2008b, 2017) e, também, por outros semiotistas e estudiosos que dialogam – de maneira mais ou menos direta – com as suas obras. Em resposta ao mote greimasiano, Landowski (2014, p. 1) é enfático: “fora do texto, a semiótica continua!”; já Fontanille, ao comentar a frase, disse tratar-se de “um slogan que marcou uma época, quando era preciso resistir aos cantos de sereia do contexto e às tentações de práticas hermenêuticas [...]”. Em seguida, faz um adendo a fim de justificar seu argumento: “a própria semiótica ultrapassou amplamente os limites textuais [...]” (2008b, p. 17-18).

Ao considerar ambas as respostas ao mote greimasiano, percebe-se que alguns semiotistas acreditam que o texto, tido como sinônimo de objeto da semiótica, é uma limitação aos avanços da teoria; tratando-se, aos olhos desses pesquisadores, de um pensamento antiquado diante dos desenvolvimentos epistemológicos atuais que a ciência da significação viu surgir em seu campo de pesquisa. É possível ser essa uma das principais razões que levará Fontanille a convidar todos os pares da área a redefinir a natureza do objeto da disciplina e a assumir “teoricamente essas múltiplas e necessárias pesquisas conduzidas fora do texto” (2008b, p. 18).²

No decorrer da presente investigação, quando seduzidos por tais argumentos e fascinados pela promessa de desbravar outros campos pouco (ou nunca) tateados, perguntamo-nos: afinal, o que há para além do texto? Para dar uma resposta satisfatória, é necessário, em primeiro lugar, refletir sobre uma outra questão que, embora tenha sido objeto de estudo nas pesquisas de alguns semiotistas, ainda parece guardar aspectos não muito assimilados nos desenvolvimentos atuais da teoria: “o que é o texto?”. Desde o primeiro momento em que concebemos a ideia deste trabalho, o nosso *éthos* pesquisador

² Fontanille refere-se às pesquisas sobre o comportamento e as estratégias (FLOCH, 1990), as situações e as experiências (LANDOWSKI, 1992), as práticas e as formas de vida, estas últimas propostas por ele.

viu-se entregue a essa reflexão.

Dessa maneira, quando tomamos conhecimento da suposta necessidade de ir em frente e abandonar o “ninho textualista”, pensamos em quais seriam as razões epistemológicas e metodológicas para justificar essa guinada e passamos a refletir para onde, exatamente, nós-semioticistas deveríamos mirar daqui para a frente.

Por um lado, sabemos que a semiótica, enquanto disciplina, tem-se aberto ao estudo do que é considerado, por alguns estudiosos da área, como “análises-objetos”; neste cesto, estão inclusos aqueles objetos que dizem respeito às experiências, às ações e aos comportamentos humanos, e às práticas sociais e sua estabilização em dada cultura. Malgrado o título de novidade concedido a esses estudos, a sua presença, nas pesquisas da disciplina, não é recente - ou, pelo menos, não tanto quanto possa parecer: citamos, a título de exemplificação, a investigação realizada por Jean-Marie Floch, em 1990, sobre o comportamento dos passageiros do metrô – essa pesquisa é reiteradamente citada como um dos trabalhos pioneiros para o movimento de “ultrapassagem do cercado textualista”.

Observamos, no entanto, que no prefácio dessa mesma obra de Floch, o professor e pesquisador em marketing, na INSEAD, Christian Pinson, escreve³:

Qual é a utilidade de um semioticista? Tomemos o estudo do comportamento dos usuários do metrô que, na minha opinião, representa melhor o interesse da abordagem semiótica, usada em combinação com outras abordagens. Ao estudo psicológico do discurso sobre o trajeto do metrô, a semiótica propõe, previamente, o **estudo do trajeto considerado como texto** (o discurso do trajeto) para saber como e não apenas por que as pessoas viajam no metrô (PINSON, In: FLOCH, 1990, s/p., tradução e grifo nossos).⁴

³ Cf. PINSON, C. Prefácio da obra. In: FLOCH, J.-M. *Sémiotique, marketing et communication*. Sous les signes, les stratégies. Paris: PUF, 1990.

⁴ “A quoi peut bien servir un sémioticien ? Prenons l’étude du comportement des usagers du métro qui, à mes yeux, représente le mieux l’intérêt de l’approche sémiotique, utilisée en combinaison avec d’autres approches. A l’étude psychologique du discours sur le trajet du métro, la sémiotique propose, en préalable, l’étude du trajet considéré comme texte (le discours du trajet) pour savoir comment et non pas seulement pourquoi les gens voyagent dans le métro.”

O prefaciador contribui para a compreensão da obra ao chamar nossa atenção para o fato de o trajeto, na investigação de Floch, ser assumido como um texto. Ele ressalta o ganho teórico dessa escolha ao dizer que “para o semiótico, os trajetos são um texto”, condição essencial para que possam ser estudados dentro do aspecto imanente da linguagem pela ciência da significação.⁵

Considerando o fato de esse mesmo estudo ser mencionado, tantas vezes, como uma espécie de “projeto piloto” do movimento “fora do texto”, perguntamo-nos: não foi Floch um semiótico do texto? Ou, em outras palavras, os objetos de Floch não seriam tão-somente textos? Todavia as questões mais pertinentes, a nosso ver, parecem ser outras: seríamos todos nós, semióticos greimasianos, “textualistas”? Essa é a condição *sine qua non* da nossa existência enquanto semióticos? Tais indagações sugerem a necessidade da retomada das bases da teoria para que possamos, assim, discutir os desenvolvimentos mais recentes à luz de seus princípios formuladores.

Julgamos ser pertinente, para tanto, a leitura de estudos tidos como fundamentais para a existência do projeto semiótico, principalmente os textos de Louis Trolle Hjelmslev e de Algirdas Julien Greimas, além de outros semióticos que contribuíram nessa fase. Por outro lado, também julgamos ser necessária uma leitura das obras dos semióticos contemporâneos Claude Zilberberg, Jacques Fontanille e Éric Landowski, com o objetivo de compreender como a noção de texto vem sendo concebida nos trabalhos mais atuais.

ORGANIZAÇÃO DA TESE

Além desta Introdução, que desenvolve as motivações gerais da pesquisa, suas

⁵ Pour le sémioticien, les trajets sont un “texte” (PINSON, 1990, s/p).

características principais e os objetivos que almeja alcançar, a composição da tese compreende quatro capítulos, os quais são seguidos pelas Considerações finais e as Referências.

O **Capítulo I** apresenta as bases fundadoras da semiótica, evidenciando as acepções que sustentam a noção de texto na obra de Hjelmslev e de Greimas. Apresentamos, em linhas gerais, as particularidades do objeto de pesquisa e tecemos alguns breves apontamentos sobre o domínio da semiótica enquanto disciplina, de maneira que possamos compreender os limites e as expansões possíveis para o seu objeto.

O **Capítulo II** contém uma síntese do panorama atual das discussões epistemológicas da semiótica, com ênfase nos elementos que mais possam interessar à pesquisa. Retratamos as “vertentes” da semiótica desenvolvidas por Éric Landowski, Jacques Fontanille e Claude Zilberberg. É importante salientar, que, nesse capítulo, buscamos confrontar, sempre que possível, tais quadros teóricos com os estudos de Hjelmslev e de Greimas, que tiveram suas obras e contribuições abordadas no capítulo que antecede. Assim, cada tópico é finalizado com apontamentos sobre as acepções de texto desveladas em cada vertente estudada e como elas convergem e/ou divergem das noções de texto hjelmslevianas e greimasianas.

O **Capítulo III** desenvolve algumas das condições necessárias para uma discussão sobre a epistemologia do texto. A partir dos estudos das obras de Hjelmslev e Greimas, realizadas no primeiro capítulo, e das confrontações e discussões apresentadas, no capítulo II, sobre as teorias de Landowski, de Fontanille e, especialmente, de Zilberberg, desenvolvemos um modelo de percurso da geração do objeto semiótico; ele tem como princípio a fidelidade às bases imanentistas da semiótica discursiva e considera os desenvolvimentos atuais da teoria. O objetivo deste modelo é explicar como um sistema pode gerar objetos-semióticos, além de elucidar os conceitos de texto, textualização e

textualidade no âmbito da ciência da significação.

O **Capítulo IV** apresenta uma abordagem geral sobre outras questões que esbarram na problemática do texto e da textualidade, as quais ajudam a compor aquilo que é considerado “o entorno”, são elas: o contexto, a cultura e a ação (as práticas). Deixamos entrever os desenvolvimentos epistemológicos e teóricos realizados sobre o assunto pelos semioticistas da *Escola de Paris* – ou, então, greimasianos -, mas apoiamo-nos, especialmente, neste capítulo, também, nas considerações de outros pensadores modernos das ciências humanas que lançam luzes sobre as questões levantadas, entre eles, o semioticista russo Yuri Lotman.

Refletimos sobre as questões metodológicas para a análise dos objetos semióticos não manifestados em suportes estáveis, como é o caso das práticas, e realizamos algumas reflexões sobre o estatuto do texto e da textualidade em objetos próprios da cultura contemporânea que são ainda pouco estudados pela semiótica; como exemplificação, detemos o nosso olhar em grandes conjuntos de dados, popularmente conhecidos como *Big Data*, procurando compreendê-los como um objeto semiótico.

As **Considerações Finais** trazem a síntese dos resultados alcançados, de maneira a situar o leitor em relação à noção de texto na semiótica. E as **Referências** contêm a indicação dos autores que trouxeram, de maneira direta, subsídios ao trabalho.

Acreditamos que esta pesquisa tenha potencial para contribuir, em alguma medida, para as discussões que se ocupam do desenvolvimento epistemológico da teoria semiótica, sobretudo naquilo que diz respeito ao seu objeto de investigação. As contribuições estendem-se, de igual modo, aos estudos específicos sobre os semioticistas que têm as suas obras discutidas ao longo dos quatro capítulos, Hjelmslev, Greimas, Landowski, Fontanille e Zilberberg.

CAPÍTULO 1

EM TORNO DO TEXTO: AS BASES FUNDADORAS

é preciso saber o que é um texto, quer sejamos historiadores, linguistas ou lógicos; o texto é o ponto de partida e estaca de fixação de nossas vociferações.

(GREIMAS, 1974, p. 302)

1.1 AS PARTICULARIDADES DO OBJETO TEXTO

A escolha do texto como um objeto de estudo não poderia passar sem as dificuldades inerentes à sua natureza. Nesta seção, que se prenuncia como a abertura do primeiro capítulo, apresentaremos algumas das características do texto como objeto de estudo de uma tese, antes de lançar um olhar a ele enquanto categoria de análise semiótica propriamente dita; cremos ser esse exercício uma ferramenta importante para a compreensão dos desafios impostos ao presente trabalho e, também, porque, ao investigar-se a condição do texto enquanto objeto da pesquisa, são-nos reveladas algumas características significativas para a compreensão da natureza do objeto da teoria semiótica - questão que está no cerne de nossa investigação.

No percurso em busca da apreensão do texto enquanto objeto, encontramos na obra “Épistémologie sémiotique. La théorie du langage de Louis Hjelmslev”, escrita por Sémir Badir (2014), um capítulo inteiro dedicado à investigação da noção de texto presente no conjunto da teoria desenvolvida pelo linguista Louis T. Hjelmslev. Nesta parte do trabalho, Badir faz algumas ponderações sobre as características do texto tanto pelo prisma de um objeto de estudo quanto de um objeto da teoria semiótica.⁶

A primeira constatação realizada pelo autor versa sobre a impossibilidade de distinguir o texto dos meios de seu conhecimento. Isto é, diferente de outros objetos, o texto não se distingue das ferramentas usadas para a sua pesquisa ou conhecimento; o semioticista que analisa um outro objeto de estudo qualquer poderá recorrer ao texto, por exemplo, para compreender e descrever as particularidades do objeto que está investigando.

⁶ Cf. Badir (2014, p.142-146).

Tão logo o escolhemos como objeto de nossa pesquisa, refletimos sobre a possibilidade de falar sobre ele por outros meios que não os do próprio, e a resposta parecia ser já de início negativa; o pesquisador que busca compreender o texto e a sua natureza só poderá fazê-los utilizando o próprio texto. Sendo por meio dele, também, que o analista explicará e exporá as análises, de tal maneira que toda descrição realizada seja parte do objeto.

Uma segunda peculiaridade, de acordo com o autor, recai na impossibilidade da distinção entre o objeto e os seus constituintes. As palavras, as frases, os sintagmas, a título de exemplificação, não são por si só independentes; dentro do texto, eles ganham uma existência dependente e condicionada, o que faz com que os constituintes sejam o que são tão-somente porque fazem parte de um conjunto global. Em um slogan, lembra Badir (2014, p. 144), a frase não tem existência autônoma, o seu sentido só é constituído enquanto tal porque ela é compreendida como um objeto textual. Sendo assim, a sua empiricidade está resguardada ao fato de funcionar como um texto, como um todo significante.

Do ponto de vista de um objeto de uma investigação científica, o texto é um conjunto global a que temos acesso unicamente quando consideramos que mesmo seus constituintes são, também, uma totalidade inteira e textual. Ou seja, para a compreensão do texto, as suas unidades não são analisadas isoladamente, pois essas apenas ganham existência empírica quando visualizadas como um conjunto inteiro. Do ponto de vista de um objeto da disciplina semiótica, tal condição da totalidade do texto implicará a dependência de suas partes e a relação dessas entre si e com o todo em uma cadeia.⁷

O texto apresenta ainda uma outra particularidade frente aos demais objetos de

⁷ Esse assunto será mais bem desenvolvido na seção 1.3 deste capítulo, intitulada “A noção de texto em Hjelmslev”.

estudo. Trata-se da ausência de uma função particular, uma vez que não está ligado a um sentido ou a um uso específico. Badir (2014) sustenta a ideia de que o texto “pode significar não importa o quê, pode ser empregado em qualquer contexto, pode servir para qualquer pessoa, para qualquer coisa” (p. 145, tradução nossa)⁸. Em outras palavras, ele não se restringe a um significado, a uma função ou a uma manifestação, em consequência de servir para tudo.

As três condições destacadas acima - (i) a não distinção entre o objeto de análise e o seu meio de conhecimento; (ii) a dependência das partes em relação ao todo; e (iii) a multiplicidade de funções - são inerentes à sua própria natureza e fazem com que o texto, o nosso objeto de pesquisa, seja especial frente aos outros. Tais características serão fundamentais para o desenvolvimento de nossa argumentação ao longo deste trabalho.

Para definir a amplitude do nosso objeto de análise, o texto, vemos a necessidade de discutir, ainda que brevemente, os domínios da semiótica frente à disciplina da linguística, para, em seguida, nos debruçarmos, mais especificamente, sobre a noção de texto enquanto objeto da semiótica.

1.2. OS DOMÍNIOS DA LINGUÍSTICA E DA SEMIÓTICA

Foi Ferdinand de Saussure, no *Curso Geral de Linguística*, publicado originalmente em 1916, a partir das anotações de seus alunos, quem sugeriu a criação de uma teoria geral dos signos, cujos domínios estivessem além do escopo da linguística, atribuindo a ela o nome de semiologia. Essa teoria teria como objeto todos os signos, estando em sua alçada o estudo dos signos linguísticos e não-linguísticos, o que propiciaria o seu alcance

⁸ “[...] il peut signifier n’importe quoi, il peut être employé dans n’importe quel contexte, il peut servir à n’importe qui pour n’importe quoi”

geral na esfera da significação. Tendo isso em consideração, buscaremos definir o campo de estudo da semiótica greimasiana, investigando o recorte fronteiriço convocado entre ela e a linguística, a fim de que possamos compreender a definição de semiótica e, posteriormente, a noção que o *texto* ocupa dentro dessa ciência.

Em um artigo intitulado *Semântica dos textos e semiótica*, Rastier (2004) questiona a fronteira que limita os campos de atuação da semiótica e da linguística enquanto disciplinas; o autor afirma que ambas tiveram seus destinos separados e que a semiótica contemporânea, de um modo geral, parece ter restringido demasiadamente seu objeto de estudo. A semiótica é conhecida, sobretudo na tradição anglo-saxônica de Peirce, como uma “doutrina dos signos”, essa concepção tem suas raízes na tradição lógica e gramatical, e está assentada a partir de uma visão aristotélica.

Há, contudo, aquelas correntes na semiótica que se originaram mais da linguística do que da lógica; essas teriam como objeto um sistema de signos, cuja leitura pode ser compreendida como uma espécie de sintaxe. Como exemplos, Rastier (2004) cita os estudos de Saussure e Hjelmslev, assim como a *Escola de Tartu-Moscou*, que tem em Vyacheslav Ivanov e Yuri Lotman alguns dos seus principais expoentes.

Com o objetivo de fundar uma disciplina científica, Saussure sentiu a necessidade de definir o seu objeto de estudo. Para isso, ele distinguiu a língua da linguagem. A primeira “não se confunde com a linguagem, é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 17). Assim, o objeto da linguística não é a linguagem, mas a língua. Aquela tem domínios muito mais vastos e gerais do que essa, pois trata-se de uma faculdade humana e engloba tudo que está em seu entorno: as instâncias de produção e de recepção, o pensamento, a expressão fônica, as dimensões individual, social e histórica. Por sua vez, a língua, mais específica, é definida como um sistema de signos capaz de exprimir ideias, tal como fazem outros sistemas de signos (por

exemplo: os ritos simbólicos).

A distinção realizada entre língua e linguagem foi necessária para que Saussure pudesse erigir uma disciplina. O estabelecimento desse recorte, é importante ressaltar, só foi possível porque na linguística, diferente de outras ciências, o objeto não “precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto” (SAUSSURE, 2006 [1916] p. 15). Nesta perspectiva, a língua é definida como um todo, ou melhor, um sistema de signos. Assim, ela se basta e não depende de nenhuma explicação que não possa ser encontrada dentro do seu sistema.

Contudo existem os outros sistemas de signos que não caberia ao linguista a tarefa de estudar, mas que fazem parte de uma ciência mais geral, em cujo interior a linguística também se encontra e que foi denominada por Saussure de semiologia:

Pode-se, então, conceber uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social [...]. Como tal ciência não existe ainda, não se pode dizer o que será; ela tem direito, porém, à existência; seu lugar está determinado de antemão. A Linguística não é senão uma parte dessa ciência geral; as leis que a Semiologia descobrir serão aplicáveis à Linguística e essa se achará dessarte vinculada a um domínio bem definido no conjunto dos fatos humanos (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 24).

Seguindo a indicação do linguista suíço, Hjelmslev irá expandir o objeto “semiótico” para além do objeto da linguística de até então.⁹ Nesse sentido, observa-se que, em *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013 [1943]), há um alargamento gradativo do objeto teórico, da língua para a linguagem, enquanto no *Résumé d'une théorie du langage* (2010 [1975]) há uma direta e clara afirmação do “objeto geral” como a principal

⁹ É importante ressaltar que, embora fosse Hjelmslev um linguista, seus estudos revelam-se, por diversas razões, importantes para a teoria que Greimas irá desenvolver mais tarde.

preocupação de Hjelmslev; “a teoria da linguagem se torna assim a teoria de um novo objeto, não percebido pelos linguistas porque é mais geral que as línguas” (BADIR, 2014, p. 82, trad. nossa)¹⁰.

Como decorrência desse feito, nos anos de 1970, fez-se sentir nos estudos da linguagem a necessidade de uma semiótica textual, o que dá origem a uma semiótica preocupada com os diversos discursos (jurídico, político, religioso, arquitetural...), uma semiótica discursiva. Quando pensamos na semiótica desenvolvida na Europa, sobretudo aquela advinda dos estudos estruturais, na segunda metade do século XX, é o nome do semioticista Greimas que se destaca; ele levará à frente a ideia de Saussure de uma semiologia, mas não mais como uma teoria dos signos e, sim, como uma teoria geral da significação¹¹.

É verdade que durante muito tempo a teoria, em uma perspectiva geral, viu-se acostumada a lidar com os signos e códigos, mas foi confrontada, a partir da segunda metade da década de 1960, a dar conta da dimensão do texto, enquanto a linguística, por sua vez, deparava-se com o desafio de lidar com os aspectos não linguísticos do texto. Tal como podia ser esperado, as fronteiras entre ambas as disciplinas, que de início pareciam mais bem estabelecidas, passaram a ser consideradas vulneráveis a depender do ponto de vista empregado. Considerando os propósitos deste trabalho, não nos interessa entrar nessa discussão mais profundamente, no entanto, vemos a oportunidade de assinalar o importante feito realizado pela semiótica discursiva, que, desde muito cedo, se deu conta da existência do texto.

Mais do que isso, a teoria concebeu um texto em sentido mais amplo, que desse

¹⁰ “La théorie du langage devient ainsi la théorie d’ un objet nouveau, non aperçu des linguistes, car plus général que les langues.”

¹¹ *Significação* é tomada por Greimas como a forma do conteúdo, enquanto o *sentido* é a substância do conteúdo.

conta da manifestação de qualquer substância da expressão, como pode ser observado nas análises realizadas em *Semiótica e Ciências Sociais* (1981 [1976]) e na própria definição concedida ao termo *texto* no *Dicionário de semiótica* (2008 [1979]). Percebe-se que, para a teoria, o nível linguístico é uma das substâncias possíveis, mas não a única; ela é assumida no interior do projeto da ciência da significação como uma variável da superfície. Como resultado, a semiótica pôde dar conta de um campo de estudo da linguagem que estava além da linguística e das preocupações dos linguistas naquela época.

Todas as análises semióticas realizadas em livros, teses, dissertações e artigos utilizam o texto como objeto ou como *corpus*. Dada a amplitude da semiótica, enquanto uma ciência da significação que lida com linguagens não apenas de substância linguística, não faltam exemplos de objetos textuais que poderiam ser submetidos ao olhar do semioticista. Para se ter uma ideia da variedade das pesquisas realizadas atualmente, destacamos algumas das teses defendidas no *Departamento de Linguística*, da *Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas* (FFLCH), da *Universidade de São Paulo*, instituição na qual esta pesquisa está vinculada. Estes são alguns dos objetos textuais analisados pelos pesquisadores do *Grupo de Estudos Semióticos* (Ges-USP) na última década: filme (SILVA, 2011); *chat* (PEREIRA, 2013); reportagem (MENDES, 2013); fotografia (BRACCHI, 2014); boneca quilombola (VILELA, 2014); canção (SANTOS, 2015); poema contemporâneo (PONDIAN, 2016); espetáculo (SIMONETTI, 2016); inscrições urbanas (CORRÊA, 2016); partitura gráfica (CÉSAR, 2017); pintura (SCHWARTZMANN, 2018); entrevista oral (LEITE, 2019); timbre (SHIMODA, 2020), etc.

Tendo em vista o panorama traçado, o texto está no centro das preocupações dos semioticistas. Ele é objeto de análise e o objeto da teoria. No domínio da Linguística, o texto era um dos objetos de análise; já no domínio da semiótica, além dessa função, ele exerce

outra, a de objeto teórico para o campo das pesquisas semióticas (DE ANGELIS, 2018, p. 5). Se, a priori, todo o fazer semiótico se passa no texto, nas palavras do mestre lituano, que servem de epígrafe para a abertura deste capítulo, “é preciso saber o que é um texto, quer sejamos historiadores, linguistas ou lógicos; o texto é o ponto de partida e estaca de fixação de nossas vociferações” (GREIMAS, 1974, p. 302). Tal questão está no cerne de nossas inquietações neste trabalho: a partir da investigação das acepções que o *texto* assume no interior dos estudos dos semioticistas, discutiremos, no decorrer da tese, a noção de texto na semiótica.

Para elucidar a questão, vemos a necessidade de retomar os escritos de Greimas e outros semioticistas contemporâneos, mais especificamente, Jacques Fontanille, Éric Landowski e Claude Zilberberg, colocando em discussão a noção de texto, e aquelas outras que se esbarram nessa, tais como a de análise, de contexto e de textualização. Além desses, um outro estudioso da linguagem, que trouxe importantes contribuições sobre o assunto, terá seu trabalho lido, trata-se de Louis T. Hjelmslev. Dada a sua importância, dá-se início à discussão sobre a noção de texto na semiótica, na seção seguinte, a partir da leitura de seus estudos.

1.3 A NOÇÃO DE TEXTO EM HJELMSLEV

Louis Trolle Hjelmslev é considerado um dos principais fundadores da teoria da glossemática, conhecido, também, por ter levado adiante muitos dos postulados da linguística saussuriana e escrito diversos trabalhos de descrição linguística e em linguística geral; este último legado é importante para nós, pois ao empreender esforços para a construção de uma teoria da linguagem, Hjelmslev mirou em uma epistemologia (BADIR, 2014), na qual todo conhecimento é adquirido na e pela linguagem (BEIVIDAS, 2016).

A presença de Hjelmslev neste trabalho justifica-se sob duas principais constatações: (1) o linguista foi o primeiro a dar ao texto um lugar primordial na teoria da linguagem e, graças a ele, a linguística presenciou o fenômeno que ficaria conhecido como a “virada textual”. Além disso, foi Hjelmslev, como aponta Kyheng (2005), o primeiro linguista a conceitualizar o texto, em uma tentativa de compreensão do objeto, quando nem mesmo a filologia, a própria linguística e outras áreas, que têm seus campos de atuação em interface com a linguagem, haviam realizado tal feito.

Se já apresentamos elementos suficientes como justificativa para a necessidade de estudar Hjelmslev, ainda é preciso considerar que (2) a semiótica da *Escola de Paris*, desde as primeiras décadas de sua formulação, e até os dias de hoje, com semioticistas contemporâneos, como Claude Zilberberg, tirou grande proveito dos estudos hjelmslevianos. Muitos dos princípios da semiótica, que assumimos como terreno teórico e epistemológico em nossa pesquisa, estão calcados na teoria de Hjelmslev; ele é reconhecido como uma das principais influências teóricas para a concepção do projeto da semiótica. É, principalmente, a partir dessa constatação que algumas reflexões sobre a concepção do texto em sua obra aparecem neste capítulo, intitulado *Em torno do texto: as bases fundadoras*, que tem como objetivo investigar as acepções de texto que se sustentam na formulação do projeto da semiótica. Embora não fosse um semioticista, Hjelmslev é certamente um nome importante quando pensamos no embrião epistemológico da semiótica de Greimas.

Para Greimas, Hjelmslev “é o verdadeiro, talvez o único, continuador de Saussure, que soube tornar explícitas as suas intenções e dar-lhes uma formulação perfeita” (Prefácio. In: HJELMSLEV, 1966). O linguista de Copenhague é, nas palavras do semioticista lituano, “o verdadeiro fundador da linguística moderna” (DOSSE, 2007 [1992], p. 113). A admiração de Greimas por Hjelmslev é tamanha que certa vez, em entrevista, revelou em tom quase confessional: “Disse Claude Lévi-Strauss que lia três páginas do *18 Brumário* de Marx antes

de redigir fosse o que fosse. Para mim, são páginas de Hjelmslev” (DOSSE, 2007, p. 283).

Estamos certos, no entanto, de que é preciso cautela ao fazer uso dos escritos de Hjelmslev tendo em consideração o nosso tema de investigação, pois a glossemática nunca teve como objeto-fim o texto; a pretensão do linguista dinamarquês não foi a de construir uma teoria do texto, mas uma teoria geral da linguagem, ampliando “um método a todo um campo semiótico que ultrapassa o terreno restrito da disciplina linguística” (DOSSE, 2007 [1992], p. 113). Por outro lado, é preciso considerar que o texto ocupa um espaço importante em sua teoria e parece-nos pertinente o seu estudo; para estabelecer suas pesquisas dentro do campo epistemológico da linguagem, o teórico sentiu a necessidade de compreender o texto, ou seja, a sintagmática, o que leva Conte (1985) a constatar que o texto não é o objeto final na obra hjelmsleviana, trata-se, ao contrário, de um objeto transitório e necessário para se chegar ao principal objetivo – a paradigmática. Essa seria a principal razão para que Hjelmslev, de acordo com Rastier (1997), não desenvolvesse a noção de textualidade, apesar de considerar a existência do texto.

Ao explicar a pertinência do método dedutivo para a pesquisa, no *capítulo 4*, em *Prolegômenos* (2013 [1943]), Hjelmslev demonstra que, pela indução, não é possível alcançar a constância linguística subentendida pelo sistema; ao contrário, o método indutivo encaminha-nos ao accidental, resultando em um conflito com o princípio do empirismo hjelmsleviano, segundo o qual a descrição deve ser tão simples quanto possível e não contraditória. Para exemplificar o método dedutivo, assumido pela linguística contemporânea, o linguista diz:

Se é possível falar em dados (colocamos essa frase no condicional por razões epistemológicas), esses dados são, para o linguista, o texto em sua totalidade absoluta e não analisada. O único procedimento possível para isolar o sistema que esse texto subentende é uma análise que considera o texto como uma classe analisável em componentes; estes componentes são, por sua vez, considerados como classes analisáveis em componentes, e assim por diante até a exaustão das possibilidades de análise. É possível

definir rapidamente esse procedimento como sendo uma passagem da classe ao componente, e não como no procedimento contrário. (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 14).

A passagem citada revela uma informação importante: o texto representa os dados da experiência, mas apenas se o considerarmos no momento anterior à análise. Pressupõe-se desde já a existência de uma concepção de texto antes e de uma outra após ele ser submetido à análise e que ela seja determinante para a noção de texto hjelmsleviana. Tal aceção de texto resguarda o princípio do empirismo e do método dedutivo: para que a teoria seja imanente, os dados não podem ser predeterminados pela experiência. O linguista afirma “a teoria, em si mesma, não depende da experiência. Em si mesma, não há nada que indica que terá ou não aplicações relacionadas com os dados da experiência” (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 16). É a partir das premissas da própria teoria que serão realizados os cálculos das possibilidades dos resultados, sem que estes sejam afetados pela experiência. Dizemos, de outro modo, que mesmo que a teoria tenha como foco os dados, ou o texto, ela não é por eles predeterminada - pressuposto fundamental da linguística contemporânea desde Saussure.

Tão logo damos início à empreitada hjelmsleviana, um outro conceito revela-nos a sua importância para a compreensão da amplitude da noção de texto no pensamento do linguista de Copenhague, trata-se da análise; é sobre ele que falaremos no tópico a seguir, antes de adentrarmos propriamente na discussão sobre as duas aceções que constituem a noção de texto em sua obra.

1.3.1 A análise

Hjelmslev qualifica a análise como “uma descrição de um objeto pela dependência

uniforme de outros objetos nele e (estes) entre si” (2010 [1975], def. 3, p. 3, trad. nossa)¹²; o termo designa a relação estabelecida, de um lado, do todo com as partes e, de outro, entre as próprias partes. A representação gráfica a seguir demonstra como funciona uma análise:

Figura 1- Representação da análise

Fonte: Hjelmslev (2010, Def. 3, p. 3).

O que denominamos como análise pode ser, na verdade, duas ou várias análises, pois ela consiste na descrição de um objeto e assegura as relações de dependências homogêneas entre o todo e outros objetos, como entre esses também. Assim, pode-se dizer que, entre o objeto e os derivados de primeiro grau (ou seja, entre o objeto base e as suas partes), duas orientações de análise são estabelecidas: a paradigmática e a sintagmática. Sabendo que a função é uma dependência que satisfaz as condições de análise (HJELMSLEV, 2010, def. 6, p. 4), tem-se duas possibilidades de funções, que correspondem às orientações da análise mencionadas. No entanto, a análise só poderá ser

¹² “une description d'un objet par la dépendance uniforme d'autres objets à celui-ci et [de ceux-ci] entre eux.”

conduzida por uma única função de cada vez, ou na direção sintagmática ou na direção paradigmática, porquanto estamos lidando com uma dependência uniforme.

Em acepção hjelmsleviana, a análise prevê uma hierarquia, que pode ser definida como *uma classe de classes* (HJELMSLEV, 2010, def. 8, p. 5), porque estabelece uma cadeia de operações analisadas em outras operações. Quando nos referimos a uma classe, estamos lidando com um objeto que foi submetido à análise (HJELMSLEV, 2010, def. 4, p. 4), e a única maneira para que uma classe não seja considerada uma hierarquia é se ela for constituída por uma única classe (uma análise simples), já que toda análise contínua é obrigatoriamente uma hierarquia. A análise contínua, no que lhe concerne, registra operações nos níveis mais baixos, visto que ela possui uma extensão maior, condição necessária para que se tenha uma semiótica. Em outras palavras, pode-se dizer que é somente pelo estabelecimento de uma relação de hierarquia, ou melhor, pela presença de uma análise contínua, que uma semiótica vê a sua existência como possível.

Uma semiótica é, à vista disso, por definição uma hierarquia ela mesma, e “cada um de seus componentes admite uma análise ulterior em classes definidas por uma relação mutual”¹³ (HJELMSLEV, Def. 24, p. 11, trad. nossa)¹⁴. A hierarquia coloca como condição uma direção; essa poderá ser, como dito, paradigmática ou sintagmática, a sua existência depende da uniformidade (ou homogeneidade) presente entre os níveis mais baixos, inferiores, da hierarquia. O papel da dependência uniforme é especial para a análise, pois “uma análise exprime essa característica de uniformidade a partir do momento em que ela

¹³ Por “mutual”, do francês *mutuel*, entendemos a qualidade de ser de uma única e mesma classe, “os derivados definidos por mutação mútua (def. 24) são por definição os derivados de um primeiro grau de uma única e mesma classe” (BADIR, 2014, p. 107, tradução nossa para “les dérivés définis par mutation mutuelle (Déf 23) sont par définition des dérivés de premier degré d’une seule et même classe”).

¹⁴ “(...) chacune des composantes admet une analyse ultérieure en classes définies par relation mutuelle (...).”

se torna uma análise contínua” (BADIR, 2014 p. 98, trad. nossa)¹⁵. Cabe lembrar que a análise é conduzida por uma única função de cada vez e é essa a condição necessária para que se estabeleça uma dependência uniforme nela, a qual também faz com que o objeto tenha um estatuto intrinsecamente dinâmico (Cf. BADIR, 2014, p. 92-121).

Dito isso, parece-nos pertinente considerar que a hierarquia determina uma semiótica, mas não a especifica; a especificação de uma semiótica depende da condição de mutação, característica essencialmente necessária para que uma semiótica possa ser especificada entre as hierarquias. Hjelmslev define a mutação como “uma função existente entre os derivados do primeiro grau de uma única e mesma classe”¹⁶, estabelecendo “uma relação com uma função entre outros derivados de primeiro grau de uma única e mesma classe e pertencente ao mesmo nível” (2010, def. 23, p. 11, trad. nossa)¹⁷. A mutação tem como símbolo (i) e pode ser graficamente representada assim:

Figura 2- Mutação

Fonte: Hjelmslev (2010, N.15, p. 11)

¹⁵ “Une analyse exprime ce caractère d’uniformité à partir du moment où elle devient une analyse continue”.

¹⁶ “(...) est une fonction existant entre des dérivés du premier degré d’une seule et même classe” (Déf. 23, p.11).

¹⁷ “(...) une fonction entre d’autres dérivés de premier degré d’une seule et même classe et appartenant au même rang”.

Na imagem gráfica acima, o símbolo (R) representa uma relação estabelecida pela função “e...e” do tipo sintagmática. Uma classe na base, ou seja, um objeto submetido à análise inicialmente, gera outras classes que, por sua vez, geram outras. Todos os níveis são ligados pela análise desencadeada na hierarquia; o nível 2 dos derivados designa a mutação (i) entre ambos os planos. Como a figura deixa entrever, os derivados estão em ligação pela mutação; a primeira análise é hierárquica e a segunda análise é proporcional, visto que é pela proporção que se estabelece uma relação entre os derivados pertencentes a um plano (por exemplo, o plano de expressão) com os derivados pertencentes a um outro plano (o plano do conteúdo). A mutação (i) é a condição para a existência de uma semiótica, na medida em que ela sustenta a existência da relação (R) responsável por conceber o objeto semiótico.

A teoria da linguagem determina a análise sobre um dado empírico, isto é, o texto; a análise conduz a instauração de um objeto de conhecimento, ou seja, uma semiótica. Dizemos, assim, que é em razão da análise que o texto assume o estatuto semiótico, condição propiciada pela mutação dos planos da semiótica, que resulta em uma forma - a semiótica - e uma substância - o texto (BADIR, 2014, p. 185); ela oferece ao objeto semiótico, antes de qualquer coisa, uma definição, permitindo caracterizá-lo como uma hierarquia, para, em seguida, especificá-lo entre as hierarquias existentes.

Uma hierarquia é definida como uma classe de classes em que cada componente de uma classe do nível imediatamente superior pode se tornar uma outra classe. O primeiro nível da hierarquia concerne ao plano da expressão e ao plano do conteúdo:

Figura 3 - Representação operacional de uma semiótica

Fonte: Badir (2014, p.126).

Um complexo de análise (figura 3) é válido nos casos de um objeto em que a hierarquia se desdobra em um texto (análise sintagmática) e em uma língua (análise paradigmática). É importante ressaltar que, antes mesmo da análise, esse objeto é, também, denominado “texto” (BADIR, 2014 p. 125), o que pode causar confusão para aqueles que buscam compreendê-lo à luz dos escritos hjelmslevianos. Faz-se necessário, posto este panorama, um estudo mais aprofundado sobre a noção de texto na obra de Hjelmslev, considerada como uma das principais influências para o trabalho de Greimas e daqueles semioticistas filiados à *Escola de Paris*.

1.3.2 As acepções de texto para Hjelmslev

O objetivo da teoria da linguagem, de acordo com Hjelmslev, é o de reconhecer não apenas os objetos submetidos à nossa experiência, mas, também, todas as possibilidades de objetos calculadas pela teoria, mesmo daqueles que não sejam por nós conhecidos. Sendo o texto, em uma das acepções hjelmslevianas, os dados da experiência antes da

análise, cabe a ele o caráter universal. Nas palavras do linguista, estamos diante de *uma totalidade absoluta*, cuja presença permite que a análise seja instaurada no processo. Como uma totalidade absoluta e universal, o texto pode ser manifestado de diversas maneiras, porque ele próprio não é determinado pela experiência, possibilitando, por essa razão, que a teoria calcule uma variada gama de possibilidades de manifestação.

A concepção de texto, que acabamos de explicitar, está vinculada à expressão gráfica no singular, *texto*. No entanto, outra acepção fica evidente conforme avançamos na leitura das páginas de *Prolegômenos*, ao ponto do linguista sentir a necessidade de diferenciá-las graficamente (*texto / textos*), no *capítulo 6* da obra, ainda que sem oferecer alguma explicação explícita ao leitor que justificasse a escolha. A primeira vez em que a distinção aparece, Hjelmslev faz a seguinte argumentação:

a teoria da linguagem se interessa pelo texto [...] ela deve também mostrar como é possível, do mesmo modo, fornecer qualquer outro texto da mesma natureza suposta, fornecendo-nos instrumentos utilizáveis para tais textos. (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 20).

Se, por um lado, designa uma concepção de texto (singular) que exerce o papel de classe de classes na sintagmática textual, tal qual uma totalidade absoluta e de caráter universal - diga-se de passagem, uma condição necessária para que se instaure a análise -, por outro, o seu pensamento abarca, também, a concepção de textos (plural), compreendida enquanto objetos empíricos e que só pode existir tanto quanto submetida à análise, pois está intimamente relacionada à manifestação, prevendo uma função entre uma forma manifestada e uma substância manifestante. O processo textual, que mais adiante, no *Cap. 4*, neste trabalho, desenvolveremos como um percurso gerativo, é intrinsecamente paradoxal; a análise – cuja existência é primordial para o

desencadeamento do processo ou percurso textual – somente faz-se presente a partir de uma totalidade absoluta, que só pode ser considerada como tal porque ainda não foi submetida à análise, mas é ela própria o elemento gerador da análise. Ao final do percurso, a partir da totalidade absoluta serão gerados objetos semióticos.

Essa relação entre os termos e as acepções, na obra de Hjelmslev, é notada por Rastier, ao ressaltar que, em *Prolegômenos*, “o texto no singular (text) designa uma sintagmática, enquanto os textos no plural (texter) designam unidades linguísticas – que não são apenas unidades empíricas, uma vez que podem ser geradas pela teoria” (1997, p. 142, trad. nossa).¹⁸ Ao contrário da concepção de texto, os textos são deduzíveis diretamente dos dados da experiência por meio da análise. Eles são, na perspectiva do linguista dinamarquês, os objetos da linguística, apresentando-se como resultados da análise.¹⁹

Desta maneira, o linguista deve prever todas as possibilidades do sistema e “admiti-las na teoria de tal modo que esta se aplique a textos e a línguas que ele ainda não encontrou, e dos quais talvez alguns nunca se realizem” (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 20). Observa-se, ainda, que essa concepção de texto (*textos*), no contexto de leitura hjelmsleviana, tem uma extensão limitada aos estudos linguísticos, diferente da primeira, que possui uma extensão universal e, por isso, com vocação epistemológica (BADIR, 2014).

A dupla acepção dada à noção de texto em *Prolegômenos* é ressaltada por Badir (2005) ao usar a expressão “desespero” para qualificar o sentimento hjelmsleviano diante

¹⁸ “[...] texte au singulier (text) désigne une syntagmatique, alors que textes au pluriel (texter) désigne des unités linguistiques - qui ne sont pas seulement des unités empiriques, puisqu'elles peuvent être engendrées par la théorie.”

¹⁹ Na língua, a marcação morfológica de plural em muitos substantivos não designa uma multiplicação quantitativa da entidade denotada, mas uma entidade de natureza diferente, como ocorre, em português, com: bem – bens, mal – males, vergonha – vergonhas.

do problema do texto, paixão que o próprio Saussure teria tido de maneira muito parecida e que o impedia de publicar suas pesquisas enquanto vivo. Em Hjelmslev, o desespero advém, na ótica do semiótico, da “impossibilidade de conciliar as microanálises da glossemática com os grandes preceitos epistemológicos, que essas análises requerem, mesmo que seja à sua revelia” (BADIR, 2005, p. 2). Considera-se, assim, que a glossemática seja uma teoria linguística e, por vocação, semiótica; se, por um lado, ela é submetida à linguística, tratando de inclusive levar adiante a linguística saussuriana, por outro, ela caminha para uma epistemologia da linguagem, com postulados que ultrapassam os limites da linguística e constituem uma verdadeira epistemologia, que dá conta, também, de outros objetos que não sejam somente aqueles linguísticos.

Se o próprio pensamento científico de Hjelmslev apresenta uma dualidade, ela não passa sem consequências na noção de texto, a tal ponto que *texto* e *textos* constituem duas acepções distintas e coexistentes; enquanto esta é filiada aos estudos linguísticos e se limita à aplicação dada, aquela é de caráter epistemológico. Dizemos, portanto, que a primeira refere-se a uma classe de classes e a segunda ao objeto empírico propriamente dito, deduzível diretamente do texto e chamado por Badir (2005) de “formas linguísticas”.

A concepção de texto absoluto é correlacionada, nos estudos de Badir (2014, p. 142), ao gesto epistemológico, a partir dela é possível o conhecimento de um objeto empírico, ou seja, os *textos*. O texto epistemológico não pode ser um objeto empírico, uma vez que se trata de uma totalidade absoluta que não pode ser determinada pela análise, sob a condição de que a teoria deixe de ser imanente, mas que resguarda, por outro lado, a possibilidade da manifestação de qualquer objeto empírico. Nessa altura da discussão, sentimo-nos confortáveis em afirmar que a acepção de texto-absoluto, que encontramos na dualidade do pensamento hjelmsleviano, só teve a sua existência possível, como observou Beividas (2016), porque a sua teoria da linguagem não tinha o intuito de ser

estritamente linguística; o que há é uma epistemologia “do modo pelo qual se adquire o conhecimento na e pela linguagem” (p. 8).

Lembramos que a acepção de texto deve dar conta dos textos e da relação que eles mantêm mutuamente. Sua extensão é indefinida e suas cadeias se expandem indefinidamente, possibilitando a manifestação por todos os sentidos, permitindo ao texto ser um objeto absoluto, universal e geral. O texto absoluto de Hjelmslev é da ordem do fato, da realização; já o objeto empírico (os textos) corresponde às possibilidades, faz parte do domínio da manifestação. Essa é, aos nossos olhos, uma das características mais importantes da noção de texto para Hjelmslev. Justificamo-nos: ao não se limitar a um objeto em específico, tem-se a permissão para que o texto, concebido como um percurso textual, seja manifestado em diferentes substâncias. Isso é, estamos diante de uma das condições *sine qua non* para a existência do objeto semiótico, tal qual o conhecemos.

Assim, a acepção do texto enquanto universal, denominada como texto epistemológico, expande o campo da manifestação para além do sentido que o termo assume no senso comum - objeto delimitado ao campo linguístico. Como consequência, o campo de existência do texto é alargado e a língua natural deixa de ser o único objeto que interessa a uma teoria da linguagem que pretenda ser geral.

Consideradas tais características do texto epistemológico, como universal e geral, não se pode dar a ele uma abordagem por protótipo, uma definição prévia que o delimite; para Badir (2014, p. 151), não cabe falar em um protótipo, porque, se existissem, os traços prototípicos do texto seriam justamente aqueles que lhe são secundários, correspondentes especificamente à sua característica gráfica. Da mesma maneira como ocorre com as línguas, o que há de secundário nos textos reside no que é manifestado em uma substância particular e, por isso, não se deve enquadrar tal texto em uma concepção realista dos objetos empíricos, pois ele deixaria de ser uma realidade absoluta para se tornar uma

coleção de totalidades fechadas e delimitadas, perdendo a sua característica de absoluto.

A ausência do protótipo é resultado da impossibilidade da análise. Observamos, há pouco, o papel preponderante que a análise ocupa para distinguir ambas as concepções de textos; o texto é, em uma das acepções, a classe de seus constituintes em uma hierarquia relacional, característica que favorece a existência da análise paradigmática e sintagmática. É nessa direção que Hjelmslev (2013 [1943]) afirma que, do ponto de vista da análise, o texto é de início uma sintagmática e só pode ser analisado, dedutivamente, como uma paradigmática quando a primeira (a análise sintagmática) está terminada, momento em que a língua prevê a articulação em “categorias nas quais as categorias de taxemas de grau mais alto na análise do texto são repartidas e de onde, a seguir, por síntese, as *unidades* possíveis da língua podem ser deduzidas” (p. 107). São notórias, desta maneira, as existências de uma análise paradigmática, ou dos derivados em discretização, e de uma análise sintagmática, responsável pelos encadeamentos em categorização.

Na *entrada 90*, do glossário de definições, ao final do livro *Prolegômenos* (2013 [1943]), lê-se “texto: sintagmática cujas cadeias, se forem ampliadas indefinidamente, são manifestadas por todos os sentidos” (p. 140), em outras palavras, Hjelmslev está dizendo que os constituintes que fazem parte do texto podem ser manifestados para qualquer propósito, qualquer matéria e qualquer sentido (BADIR, 2014, p. 149). A afirmação do linguista dinamarquês abre espaço para a entrada das discussões acerca da sintagmática, aproximando tal concepção de texto a ela, na mesma medida em que o texto se opõe, por outro lado, à paradigmática. Greimas e Courtés (2008 [1979]) recuperarão esse conceito de texto sintagmático ao compreenderem o texto como um *eixo sintagmático das semióticas*

*não-linguísticas*²⁰.

A aproximação do texto à sintagmática nos leva a defini-lo como um processo. Estamos lidando com uma hierarquia relacional, ou melhor dizendo, uma sintagmática (HJELSMLEV, 2013 [1943]), na qual as partes relacionam-se umas com as outras. Temos, até este momento, discutido a acepção de texto enquanto uma classe de classes; parece-nos oportuno lembrar que o estabelecimento de uma relação de hierarquia, a qual pode ser realizada de duas formas distintas - pelo sistema ou pelo processo -, é consequência dessa compreensão do texto. Tratando-se de um processo semiótico, as classes são as cadeias e os seus componentes são denominados partes ou elos, enquanto no sistema, as classes são os paradigmas e os componentes são os membros. Dizemos, portanto, que a relação de hierarquia estabelecida pelo texto é a do processo: o texto é a classe e seus componentes ou constituintes são as partes ou os elos que a constituem.

Recuperando a dicotomia *língua* e *fala* de Saussure, Hjelmslev “interpretou-a como um caso particular de uma abordagem mais geral, pelo qual o sujeito do reconhecimento se aproxima do objeto a ser conhecido, encarando-o quer como sistema, quer como processo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 386). O linguista dinamarquês entende que o processo só existe por causa do sistema que o determina; enquanto seria impossível pensar em um processo sem o sistema, o contrário não o é. Por esse ângulo, não é possível ter um texto sem uma língua, ou sem um sistema que esteja por trás dele, mas uma língua, em contraposição, pode existir mesmo que não exista nenhum texto construído a partir dela. A lógica estabelecida é compreensível: o sistema pode existir enquanto possibilidade, mas o processo só existe quando realizado. Dada essa condição, Hjelmslev, então, afirma “o processo textual é virtual” (2013 [1943], p. 44).

²⁰ Retomaremos essa discussão na seção seguinte, quando introduziremos a discussão a respeito da noção de texto para Greimas, mais especificamente no tópico 1.4.4, intitulado “Dicionário de Semiótica”.

A importância das contribuições de Hjelmslev para o estudo da natureza epistemológica e empírica do texto é notável; o acesso à linguagem, objeto de Hjelmslev, é exequível somente via texto. Em outras palavras, ele é o objeto intermediário e necessário para que se chegue ao propósito-fim do linguista. O caso não é diferente na semiótica de Greimas, considerada por muitos como herdeira dos estudos hjelmslevianos; ela tem como foco um objeto que ultrapassa a condição linguística e projeta-se na dimensão da linguagem de uma maneira geral, de maneira que o seu objeto de estudo só pode ser o texto: texto-epistemológico e texto-objeto.

Para compreender como Greimas e os semioticistas filiados à *Escola de Paris* conceberam o texto, pelo menos no que diz respeito ao imaginário teórico dos pesquisadores, analisaremos, na próxima seção, as obras que ajudaram a erigir o projeto da semiótica e, também, aquelas que se destacam no cenário contemporâneo das pesquisas semióticas.

1.4 A NOÇÃO DE TEXTO EM GREIMAS

Com a constatação de que em Hjelmslev há a ocorrência de duas acepções de texto, uma de cunho epistemológico e a outra resultante da análise, que se revela como o objeto da semiótica, parece-nos oportuno adentrar na discussão sobre a(s) noção(ões) de texto que perpetua(m) o imaginário greimasiano. Diante do desafio imposto, recuperaremos alguns dos escritos que ajudaram na construção do projeto da semiótica tal como a conhecemos hoje e discutiremos as acepções de textos que emergem em cada um dos estudos greimasianos selecionados, com o objetivo de, ao final do presente capítulo, compreender a(s) noção(ões) de textos que se sustentam nas primeiras décadas do desenvolvimento da semiótica.

Os trabalhos selecionados de Greimas são aqueles que trazem alguma contribuição para a discussão, seja acrescentando uma nova perspectiva sobre uma acepção do objeto, seja confirmando aquilo que uma obra precedente já havia sinalizado como caminho teórico pertinente para a questão. Não tivemos a pretensão, todavia, de trazer todos os trabalhos escritos por Greimas - e dos colegas de seu tempo - que contribuíram para a construção do projeto da semiótica. Estamos cientes de que muitos outros textos importantes do autor, dada a sua profícua e relevante obra, ficaram de fora. Optamos, como escolha metodológica, pela visada da triagem, selecionando aqueles textos que apresentassem discussões mais diretas sobre o tema investigado e que fossem, ainda hoje, relevantes para os semioticistas de nossa época. São eles: *Semântica Estrutural* (1976 [1966])²¹, *L'énonciation (une posture épistémologique)* (1974), *Semiótica e Ciências Sociais* (1981 [1976]) e *Dicionário de semiótica* (2008 [1979]).

A semiótica que se apresenta aqui se define como uma semiótica do texto, diferente de outras que poderiam ter o texto apenas como o seu objeto de estudo (MARRONE, 2016). Uma questão emerge como relevante neste cenário: quais são os limites e as expansões que constroem a noção de texto que a semiótica acolhe no interior de sua teoria e que sustenta os postulados epistemológicos que fazem dela um projeto científico (ou, como outros preferem dizer, uma ciência)? Em busca de reflexões que possam contribuir para a formulação de uma resposta coerente, apresentaremos um estudo sobre as acepções de texto presentes na obra de Greimas, reconstruindo o percurso trilhado pela própria semiótica desde a sua formulação, a fim de compreender como o texto foi acolhendo, gradativamente, os contornos percebidos pelos semioticistas na atualidade ao mesmo tempo em que a epistemologia ganhava corpo teórico e a teoria semiótica se constituía

²¹ Usaremos a versão original da obra em francês.

como uma ciência da significação.

1.4.1 *Sémantique Structurale*²²

Sendo o texto o objeto da semiótica, é importante compreender como tal noção foi concebida por Greimas desde o início do projeto da ciência da significação. Ao que parece, a noção de texto greimasiana, em *Sémantique Structurale* (1966), estava mais próxima de um sentido linguístico - diferente daquela que encontraremos uma década mais tarde, na versão original de *Semiótica e Ciências Sociais* (1981 [1976])²³. Os motivos se aparentam mais claros se elucidarmos o contexto do advento de *Sémantique Structurale*; publicada em um momento bastante propício para o seu surgimento, em 1966, na França, considerado por Dosse (2007 [1992]), o ano do iluminismo para o estruturalismo. O período conturbado no qual a linguística se via nas universidades francesas com os estudos do sentido, em especial, a semântica, permeados por um certo psicologismo, fez com que Greimas sentisse a necessidade de um estudo rigoroso do processo da produção do mesmo.

Considerada “a parente pobre da linguística”, a semântica foi a última área a ser desenvolvida, tanto é que até o século XIX a denominação nem existia. Sabe-se que, em seu início, ela utilizou, por empréstimo, o método de outras disciplinas, como o da retórica clássica e o da psicologia da introspecção, ao invés de desenvolver um modelo científico próprio que desse conta das especificidades do sentido. Poder-se-ia pensar que, com a instauração dos estudos estruturais, a semântica ganharia um corpo teórico mais científico, no entanto, a situação foi outra até a década de 1960; a linguística estrutural preocupou-se primeiramente com as estruturas fonológicas (*Escola de Praga*) e com a gramática

²² Contemplaremos a versão original em francês (1966).

²³ O título original da obra é *Sémiotique et sciences sociales*.

(*Escola de Copenhague*), o que fez com que a semântica fosse vista com certa desconfiança pelos outros linguistas, já que parecia não possuir um objeto homogêneo de análise e não poderia, à vista disso, ser submetida à análise estrutural até então desenvolvida e em voga no meio acadêmico linguístico (GREIMAS, 1966).

Sémantique Structurale é considerada “a obra fundadora do que viria a ser a semiótica” (COQUET, 1985). O primeiro esboço do livro, lembra Hénault (2006 [1992]), foi feito em 1958, mas Greimas precisou refazê-lo por completo depois de destruir quase duas centenas de páginas escritas; o episódio se passa após o semioticista ter lido a versão inglesa de *Prolegômenos*, de L. Hjelmslev, obra que viria a influenciar, também, a Rastier (1989) e outros pesquisadores.

É notável a influência do linguista dinamarquês no trabalho de Greimas, não apenas pelas citações de *Prolegômenos* presentes em seu texto, mas, sobretudo, pelo esforço do semioticista em adotar o método dedutivo hjelmsleviano e em elaborar uma teoria descritiva, coerente e imanente. É verdade que a semiótica ainda não possuía o corpo teórico tal como a conhecemos hoje, no entanto parece ser, também, inegável que muitas das questões que Greimas e seus discípulos viriam a refletir e desenvolver mais tarde já estavam presentes, de alguma maneira, em *Sémantique Structurale*.

Diante do contexto de sua produção e de seu conteúdo rigorosamente sistematizado, a obra é considerada o marco do nascimento de uma epistemologia e de uma disciplina que, na Europa, receberia mais tarde o nome de Semiótica. Greimas inicia o livro descrevendo a significação como o ato mais importante para a constituição do mundo humano, dado que este só pode ser assim percebido “na medida em que significa alguma coisa” (GREIMAS, 1966, p. 5, trad. nossa). Sendo a significação o denominador comum de todas as ciências humanas, ele vê a premente necessidade de estudar o seu processo pelo prisma científico; esse ponto de vista leva o semioticista lituano a efetuar certo esforço para compreender as

estruturas transfrásticas e, até mesmo, discursivas, que estão além da análise dos constituintes e dos esquemas das frases (estrutura frástica), dos marcadores linguísticos e das relações entre as frases (estrutura interfrástica), estas, de acordo com Hénault (2006), estudadas pela linguística da época.

Arriscando-se em uma análise que ultrapassasse a frase e a relação estabelecida entre duas ou mais frases, Greimas dirige-se rumo a um todo coerente de sentido, procurando conceitualizar o discurso e o texto a partir do ponto de vista da linguística; o discurso é definido como a manifestação da significação - ao falar sobre as condições necessárias para que a significação possa ser manifestada, ele propõe que a primeira delas seja a “articulação simultânea do plano do conteúdo e do plano da expressão, constitutiva do discurso” (GREIMAS, 1966, p. 107, trad. nossa).²⁴ Algumas páginas depois, lemos que o discurso “é não somente o lugar da manifestação da significação, mas ao mesmo tempo o seu meio de transmissão” (p. 115, trad. nossa).²⁵ O panorama traçado leva-nos à constatação de que a significação se realiza no discurso.²⁶

O discurso é o modo de presença das estruturas da significação no próprio ato da comunicação. A escolha de Greimas pelo termo *ato* pressupõe que haja um ponto de vista, um sujeito que escolhe e exclui certas combinações linguísticas para se fazer entendido. Compreendido como a “manifestação da linguagem” e “a única fonte de informações sobre as significações imanentes a essa linguagem” (GREIMAS, 1966, p. 39, trad. nossa)²⁷, o discurso é o lugar de encontro do significante e do significado, momento em que as

²⁴ “L’articulation simultanée des plans du contenu et de l’expression, constitutive du discours (...)”.

²⁵ “(...) est non seulement le lieu de la manifestation de la signification, mais en même temps le moyen de sa transmission.”

²⁶ Não há uma distinção clara entre as acepções de texto e discurso até esse momento da formulação da teoria. Para não perder o foco da discussão deste capítulo, limitar-nos-emos a fazer o uso dos termos tais como fez Greimas. As particularidades de cada um dos conceitos serão discutidas em tópico específico sobre o assunto.

²⁷ “Le discours, considéré comme manifestation du langage, est, nous l’avons vu, l’unique source de renseignements sur les significations immanentes à ce langage.”

estruturas da significação são manifestadas na comunicação.

No *acontecimento-comunicação*, ao realizar a junção entre o significante e o significado, ou entre o plano de expressão e o plano de conteúdo, temos acesso ao que o semioticista denominou *unidades mínimas do discurso*, o *fonema* e o *lexema*. Greimas demonstra sua teoria com alguns exemplos de análise dos sememas e dos eixos semânticos contidos nos lexemas, como é o caso de baixo e alto²⁸, evidenciando os resquícios de um Greimas lexicólogo e já apontando o vir a ser de um semioticista linguista.²⁹

O discurso é a manifestação da linguagem, ele dá acesso às significações imanentes do sistema, de tal modo que Greimas (1966) irá dizer que o discurso é a *língua-objeto* (p. 39) porque permite a manifestação da significação e é, ao mesmo tempo, o seu meio de transmissão. Ao analisar as estruturas das significações, o semioticista se dá conta de que o linguista-analista precisará fazer um recorte linguístico no universo semântico e constituir um *corpus* que seja representativo, exaustivo e homogêneo.

A palavra *corpus*, por sua vez, é citada 109 vezes em *Sémantique Structurale*. Ao notar o expressivo número de ocorrências do termo na obra, Ablali (2017) ressalta o seu lugar de importância nos estudos linguísticos sobre o *corpus*, embora a obra seja costumeiramente negligenciada, de maneira geral, pelos pesquisadores da Linguística de *corpus*. Na época da publicação do livro, o *corpus* não estava no centro das atenções dos linguistas, foi apenas no final dos anos 1970 que o termo apareceu com maior força na

²⁸ A oposição *bas* vs. *haut* estabelece-se sob as categorias de quantidade relativa, que se articulam em dois semas (grande quantidade vs. pequena quantidade), assim como longo vs. curto e largo vs. estreito. A partir da análise, Greimas irá apresentar um esquema sêmico da espacialidade (Cf. 1966, p.33).

²⁹ Menção às pesquisas em lexicografia/lexicologia realizadas por Greimas no começo de sua carreira. Destacamos, entre elas, a sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Paris, em 1948, sob o título *La mode en 1830. Essai de description du vocabulaire vestimentaire d'après les journaux de mode de l'époque*.

linguística francesa, sobretudo com a eclosão dos estudos da análise do discurso.

A discussão parece-nos pertinente na medida em que apresenta uma aproximação entre o texto e o *corpus*:

o procedimento que, logicamente, segue a constituição do *corpus* consiste na transformação do *corpus* em texto. O *corpus*, de fato, é uma sequência delimitada do discurso, e, como tal, só pode ser uma manifestação logomáquica, da qual precisamos eleger apenas uma das isotopias escolhidas. Entenderemos por *texto* (e, o que dá na mesma, por *metatexto*) o conjunto dos elementos de significação que estão situados na isotopia escolhida e estão compreendidos dentro dos limites do *corpus* (GREIMAS, 1966, p. 145, trad. nossa).³⁰

No princípio da representatividade, o *corpus* deve corresponder à totalidade do discurso realizado e possível que subentende, isto é, embora seja uma parte do todo do discurso, ele é equivalente à totalidade da manifestação.³¹ A representatividade do *corpus* é factível porque o discurso se fecha sobre si próprio, oferecendo as condições indispensáveis para que o *corpus* represente o seu todo (GREIMAS, 1966, p. 143).

O segundo critério é o da exaustividade, referente à adequação do modelo à totalidade dos elementos implícitos no *corpus*, que foi “considerado durante o século XIX – e é ainda muitas vezes hoje –, como a condição *sine qua non* de toda pesquisa humanista” (GREIMAS, 1966, p. 143, trad. nossa).³² Para tanto, é necessário conceber um modelo

³⁰ “La procédure qui, logiquement, suit la constitution du corpus consiste dans la transformation du corpus en texte. Le corpus, en effet, est une séquence délimitée du discours et, en tant que tel, ne peut être qu’une manifestation logomachique, dont il ne faut retenir qu’une des isotopies choisies. Nous entendrons donc par *texte* (et, ce qui revient au même, par *metatexte*) l’ensemble des éléments de signification qui sont situés sur l’isotopie choisie et ~~son~~ sont enfermés dans les limites du corpus.”

³¹ Um *corpus* é parcial na medida em que é impossível analisar, por exemplo, neste trabalho, todos os escritos de Greimas para compreender a noção de texto em sua obra; a escolha de determinados estudos que elegemos como *corpus*, ainda que correspondam a apenas uma parte de tudo que escreveu, representa todos os escritos do semiótico. Nosso *corpus* pretende ser, portanto, representativo da obra de Greimas dentro da perspectiva teórica e metodológica que assumimos.

³² “Le principe d’exhaustivité a été considéré, tout le long du XIX^e siècle – et il l’est encore souvent aujourd’hui –, comme la condition *sine qua non* de toute recherche humaniste.”

operatório a partir da sua representatividade e testá-lo em todas as manifestações possíveis até que todas as possibilidades sejam esgotadas ou testadas em um número *x* de porções estatísticas - que seja representativo e possibilite testar o modelo sem que o resultado final seja alterado.

A homogeneidade, o terceiro e último critério, deve ser aplicada na *corpora* coletivos, a fim de que um conjunto inicialmente heterogêneo seja julgado homogêneo e possa, desta maneira, representar uma única unidade. A constituição de *corpus*, para Greimas, vai além de uma “justaposição de fragmentos independentes e díspares”, é preciso que se obedeça a certos critérios no momento da seleção (ABLALI, 2017, p. 89), os quais garantirão a “homogeneidade” da entidade. Greimas explica a questão da seguinte maneira:

o que permite reunir cerca de cinquenta respostas individuais em um *corpus* coletivo é o conjunto de características comuns aos textos: seu pertencimento à mesma comunidade linguística, à mesma faixa etária; e também ao mesmo nível cultural, à mesma *situação de testes* (GREIMAS, 1966, p. 94, tradução nossa).³³

O sucesso da análise, sugere Greimas, depende bastante da seleção prévia dos elementos que integram o *corpus* e, após a sua constituição, dá-se início à transformação deste em texto. Sendo o *corpus* uma sequência delimitada do discurso, apenas uma das isotopias possíveis é selecionada; os elementos de significação que sustentam essa isotopia, que têm seus limites encerrados naqueles do *corpus*, são denominados texto. No percurso que parte do *corpus* ao texto, há que se considerar duas condições operacionais: I) a extração de uma isotopia e II) a eliminação dos elementos pertencentes ao campo de significação de outras isotopias. O resultado é um objeto isotópico que funcionará como um

³³ “Ce qui permet de réunir une cinquantaine de réponses individuelles en corpus collectif, c’est un ensemble de caractères communs aux textes : leur appartenance à la même communauté linguistique, à la même classe d’âge ; c’est aussi le même niveau culturel, la même << situation de tests >>.”

inventário de modelos.³⁴ É comum que a escolha do *corpus* transcorra-se a partir do texto que se deseja descrever e que um único *corpus* contenha vários textos que possam ser analisados consecutivamente.³⁵

A significação não é construída signo a signo ou frase a frase, assinala Ablali (2017, p. 90), e, sim, nas relações estabelecidas no interior de um todo; os diversos aspectos semânticos que podem ser evidenciados em uma análise deste todo não são construídos somente no interior de um único texto; para o pesquisador, a construção dá-se no interior de uma totalidade mais ampla, constituída de diversos textos - o *corpus* -, que estaria para além do texto em si.

Parece-nos, contudo, que o *corpus* pode ser, ele também, considerado um texto, não um único texto-objeto específico, mas o conjunto de certos textos-objeto que entretêm relações entre si, obedecendo aos critérios da representatividade, da exaustividade e da homogeneidade propostos por Greimas (1966); o *texto-corpus* é uma totalidade que engloba certos elementos que, ao manter uma relação mutuamente, podem gerar, a partir da análise, novos elementos. Lembramos que esses elementos resultantes são textos igualmente.

Pensemos no seguinte exemplo: a plataforma de compartilhamento de vídeos, conhecida como *YouTube*, foi fundada em 2005, na Califórnia, por três jovens, e é hoje uma das principais empresas da área na internet. Trata-se de uma plataforma gigantesca que tem sido obrigada a se adequar à cultura e às regras sociais dos mais de 270 países em que está presente. Assim, uma das principais preocupações dos engenheiros do *YouTube*,

³⁴ Greimas acredita que um inventário de modelos pode dar lugar a um inventário de gêneros e, também, à descrição de um metagênero (Cf. GREIMAS, 1966, 147-149).

³⁵ Um analista pode procurar, em um conto ou novela de Guimarães Rosa, as figuras que sustentam a isotopia da religiosidade e do misticismo, enquanto outro analista pode olhar para o mesmo *corpus* e ver um texto diferente, partindo, por exemplo, de uma análise marxista que busque desvelar a temática da luta de classes presente na obra.

na atualidade, é a de produzir algoritmos, ou seja, um conjunto de processos lógicos, capazes de detectar conteúdos inapropriados, tais como o uso de imagem sem autorização, a presença de pornografia, a apologia ao crime, entre outros; os avanços desses algoritmos ajudam, por exemplo, na delimitação e na constituição da seção *YouTube Kids* - espaço que contém vídeos educativos e de entretenimento adequados para as crianças e que dispensam o supervisionamento constante de adultos.

Depois de diversas denúncias, realizadas pelos pais, constatando a presença de vídeos com conteúdo impróprio para a faixa etária de seus filhos no espaço, a empresa reconheceu a impossibilidade de se usar somente algoritmos no atual estágio de desenvolvimento. Como resposta às críticas que vinha sofrendo, contratou especialistas humanos para analisar os vídeos e detectar quais deles deveriam ser catalogados com a etiqueta *YouTube Kids*. Os analistas precisam identificar, em uma quantidade enorme de vídeos com que lidam todos os dias, aqueles arquivos que possuem determinadas características em comum, as quais permitem que sejam destinados ao público infantil.

Embora cada um dos vídeos individualmente possa ser concebido como um texto, o conjunto deles, o espaço *YouTube Kids*, é um *texto-corpus* para o analista. Observa-se a presença de elementos coesivos que ligam todos esses vídeos entre si e permitem-lhes conquistar a classificação “livre” para as crianças. O conjunto dos vídeos com a etiqueta *YouTube Kids* constitui uma homogeneidade e o que faz com que a etiqueta seja considerada eficiente e segura para o uso do público infantil não é a análise de um único vídeo presente no espaço, mas de todo o conjunto representativo dele. Sendo assim, a seção *Youtube Kids* pode ser lida como um texto e, também, como um *corpus* para o analista, pois cada um de seus elementos mantém uma relação com os demais, de modo que estes constituem juntos uma totalidade homogênea e representativa.

Como um único vídeo desses é um texto - um texto-objeto para um analista -,

representando, a seu modo, uma totalidade, ele pode ser analisado em sua imanência textual. Essa característica lembra a discussão realizada em *Sémantique Structurale* acerca da expressão *clôture du texte* (GREIMAS, 1966, p. 91), que limita a concepção de texto ao universo imanente, como uma condição necessária para que se instaure o ponto de vista científico no estudo da semântica; o semioticista postula, a partir do estudo das isotopias, um microuniverso semântico e linguístico fechado em si próprio, que não necessita de nada que seja de “fora” do universo linguístico, reconhecendo os níveis de pertinência semântica, seus procedimentos e as transformações internas. Esse princípio será basilar na construção da semiótica, que procurará descrever as formas internas da significação do texto e as articulações estabelecidas no microuniverso semântico do discurso.

O texto é concebido, em *Sémantique Structurale*, como um objeto de análise linguístico, definição que será atualizada na década seguinte pelo próprio Greimas; se antes o objeto da linguística estava centrado na frase e nas relações entre frases, agora, o texto se coloca como um objeto de análise transfrástica, em um nível discursivo, redesenhando os limites do próprio *corpus* linguístico. Em outras palavras, o limite para o analista deixa de ser centrado na frase, ou nas relações das frases, possibilitando a descoberta de um outro nível de análise, que está para além dos limites impostos pelo domínio frasal e que será essencial para que se pense em termos de uma semiótica enquanto disciplina nos anos seguintes.

Em um estudo histórico realizado na linguística e na semiótica, no contexto da França das décadas de 1970-1990, De Angelis (2015) argumenta que a noção de texto que se apresenta em *Sémantique Structurale* é um objeto construído pela descrição semântica, tratando-se de uma visada linguística da materialidade do objeto. Nessa leitura, o discurso é compreendido por Greimas como um objeto que deve ser submetido à análise semântica, e o texto como o objeto que emerge da análise. O conjunto de textos é definido pelo *corpus*.

Essa acepção de texto, também, será recorrente em *Du Sens* (1970) e *Du Sens II* (1983) sem que haja alguma alteração expressiva.

A acepção de texto recorrente em *Sémantique Structurale* é, em vista disso, a de texto-objeto dotado de substância linguística, de herança hjelmsleviana, porque um dos objetivos da obra foi fazer a passagem das unidades mínimas, mais próximas de uma lexicologia, em direção ao discurso, tendo como instância intermediária a narratividade e como visada a semântica dentro do escopo da disciplina da Linguística. A principal contribuição da obra de Greimas para a discussão epistemológica acerca do texto na semiótica é certamente a de estabelecê-lo como objeto de suas pesquisas.

O fenômeno da objetificação abrirá as portas para que o *texto* ultrapasse a condição linguística e vislumbre para si a generalidade, o que acontece no momento em que os estudos greimasianos assumem em seu interior a dimensão semiótica, transpassando o alcance da linguística. O quadro delineado permite ao texto encontrar o espaço necessário para fazer-se objeto da disciplina que se erigia pelas penas dos teóricos da *Escola de Paris*, entre a segunda metade dos anos 1960 e o início dos anos 1970.

O fenômeno da objetificação foi a condição necessária para que se passasse, nas décadas seguintes, de uma semiótica do texto para a esfera de uma semiótica textual. Em outras palavras, como aponta De Angelis (2015, p. 9), a semiótica deixará de ser uma teoria do texto linguístico para assumir-se como uma semiótica de “todo objeto semiótico”. A passagem é assegurada pela existência da noção de *texto* (singular) de Hjelmslev, que tende à visada epistemológica e apresenta-se como um objeto abstrato de conhecimento geral, vislumbrando, pela análise, a geração do objeto empírico específico, dotado de uma substância qualquer. A expansão da alçada do texto - portadora de uma substância linguística - para qualquer outra que seja resultado da enunciação emancipa a semiótica da linguística, redesenhando um campo de atuação para a nova disciplina.

Na década seguinte, os estudos de Greimas acolherão mudanças sobre a noção do texto; o semioticista lituano sentirá a necessidade de buscar os meios para a definição do objeto, distinguindo-o do discurso com mais precisão e expandindo o seu domínio. A década de 1970 será determinante para a consolidação das acepções de *texto* que concorrem no imaginário dos semioticistas na atualidade e, também, para que a semiótica, enquanto disciplina, adquira o escopo necessário para se afirmar entre as principais teorias do texto nas ciências humanas na segunda metade do século XX.

1.4.2 Semiótica e Ciências Sociais

A coletânea de estudos realizados por Greimas, entre os anos de 1969 e 1972, foi publicada originalmente em 1976, na França, sob o título *Sémiotique et sciences sociales*, enquanto no Brasil a tradução registra a data de 1981. A investigação das acepções de *texto* presentes na obra é essencial para o nosso estudo, uma vez que nela encontramos a expansão do objeto da semiótica para outros tipos de manifestações que não sejam somente a dos textos literários - a esfera de discurso mais frequentemente analisada pelos semioticistas até então. Por um lado, a coletânea apresenta um estudo sobre a manifestação do discurso científico, em diversas disciplinas das ciências sociais, tal como a história, a sociolinguística, a jurisprudência e a etnologia; por outro, ela permite que outras substâncias, não apenas a linguística, façam parte da manifestação do objeto semiótico.

Afirmamos, há pouco, que a acepção de *texto* em evidência em *Sémantique Structurale* se refere à linguística, no entanto, ao aludir ao texto como sinônimo de *corpus*, desencadeando o fenômeno da objetificação, dá-se a oportunidade para que o texto seja o próprio objeto da teoria. Como resultado da relação entre ambos, qualquer alteração realizada no objeto durante o desenvolvimento da teoria acarreta uma mudança direta em

uma das acepções de *texto* acolhida no interior da semiótica.

Na passagem para a década de 1970, por exemplo, a semiótica expande o seu objeto para além dos limites impostos pela linguística, visando um objeto mais geral dentro da esfera de uma ciência da significação. Os estudos contidos no exemplar de *Semiótica e ciências sociais* encontram-se nesse momento de travessia epistemológica. A obra acolherá mudanças na natureza do seu objeto que reverberarão na noção de texto; do texto-objeto de substância linguística ao texto-objeto geral, com limites mais abrangentes e que apontam em direção ao campo mais largo das ciências da significação.

Assim como já havia aparecido em *Sémantique Structurale*, na obra que estamos analisando, o texto é, também, retratado como sinônimo de *corpus* e de objeto da semiótica. Na terceira parte do livro, intitulado *A construção dos objetos semióticos*, Greimas (1981 [1976]), com a colaboração de Landowski, escolhe como *corpus* o texto jurídico e reconhece que “as dimensões exíguas do texto a analisar constituem uma nova dificuldade” porque, de acordo com os semiotistas, “os segmentos desse texto que se referem de uma maneira ou de outra aos grupos de sociedades são muito pouco numerosos” (p. 70).

O texto é, à vista disso, tanto *corpus* do analista quanto objeto da teoria; como se sabe, ambos – o objeto da teoria e o *corpus* do analista - comumente comportam as mudanças decorridas na própria teoria. Não poderia ser diferente com a semiótica, pois se os semiotistas conservam uma acepção de texto-objeto linguístico na análise realizada do discurso jurídico, por outro, deixam entrever, no estudo “Por uma semiótica topológica,” presente no volume de *Semiótica e ciências sociais*, uma expansão das dimensões do texto-objeto.

No artigo mencionado, Greimas usa a *cidade-enunciado* como exemplo de *corpus*: ao falar sobre uma semiótica do espaço, em suas palavras, uma *semiótica topológica*, ele

vê a necessidade de discorrer sobre uma gramática inerente à cidade enquanto enunciado. O texto-enunciado não se limita mais, portanto, à manifestação linguística; ele visa uma dimensão da ciência da semiótica, isto é, para além do alcance teórico da linguística. O semioticista esclarece a necessária equivalência entre as articulações do conteúdo profundo (no plano do conteúdo) ~~com~~ e as da linguagem de manifestação (no plano da manifestação) e declara ser “através da linguagem espacial que as categorias constitutivas deste modelo devem ser manifestadas e/ou lidas” (GREIMAS, 1981 [1976], p. 127).

No quadro explicitado por Greimas, há um destinador-produtor e um destinatário-leitor, e a cidade aparece como o objeto-mensagem a ser lido e compreendido por esse destinatário. A cidade, ao ser concebida como um objeto portador do plano de expressão e do conteúdo, produzido por um sujeito coletivo e passível de ser lida por um destinatário, cumpre as exigências teóricas para ser ela mesma um texto-objeto. Resguardadas as particularidades inerentes ao objeto no processo de textualização, a cidade-enunciado tem a sua natureza imanente, assim como o texto linguístico de Hjelmslev, uma vez que ela está apta para ser texto-objeto de uma ciência semiótica.

Greimas (1981 [1976]) lembra que “a cidade pode ser considerada como um texto cuja gramática deverá ser construída pelo menos parcialmente” (p. 127). O semioticista diante do texto-cidade deve buscar compreender as relações entre os seres e as coisas, as quais permitem a construção de um metatexto; o metatexto, nessa acepção, é uma espécie de inventário no qual os sujeitos - os homens - estão em relação com as coisas - os objetos gramaticais do espaço -, a fim de compreender o sentido produzido na interação entre o sujeito e a cidade. O texto-cidade é um enunciado global e a sua manifestação dá-se pela linguagem espacial. Essa conjuntura autoriza-nos a pensar em uma semiótica urbana, que possibilite o estudo dos objetos espaciais da cidade e leia não somente os objetos, mas, também, a cidade em si como um texto.

Ora, quando pensamos na gramática do texto-cidade é importante considerar que a “organização das formas espaciais aparece também como a última instância do percurso gerativo situada pouco antes de sua manifestação” (GREIMAS, 1981 [1976], p. 132). Assim, os edifícios - dito de outra maneira, a organização espacial em *3d* - são resultados de uma instância produtora de sentido situada em profundidade, à qual Greimas refere-se como sendo de natureza ideológica; essa instância permite a presença das realizações de superfície textual quando elas são manifestadas na linguagem espacial. Assim sendo, apenas com o vislumbre da iminência da manifestação é que há a designação de uma arquitetura específica das formas espaciais.

O texto-cidade ou, em uma perspectiva mais ampla, o texto arquitetural, é “o resultado da expansão e da combinatória de uma ou várias estruturas simples de significação, que atingem as articulações espaciais elementares” (GREIMAS, 1981 [1976], p. 133) e que, em seguida, contraem uma complexificação do objeto topológico, resultando na configuração arquitetural *3d*. O processo que desencadeia a existência do texto-cidade, ou, melhor dizendo, do texto arquitetural, é gerativo; trata-se de uma relação mais simples que gera uma relação mais complexa.

Entre as possibilidades de atuação do analista, Greimas cita uma sociossemiótica urbana que teria como um de seus objetos o texto-cidade que acabamos de descrever. O semioticista lembra que estamos tão habituados a pensar em comunicação em termos linguísticos que temos dificuldade em compreender que o sentido está, também, presente e é comunicado por meio de outros tipos de linguagens, não apenas pelas línguas naturais. Sobre a necessidade do estabelecimento de uma sociossemiótica, Greimas lembra que essa deve

encarregar-se de todos os discursos sociais, independentemente das substâncias, canais ou *media* que servem para as suas manifestações

(televisão, cinema, espetáculos esportivos coletivos, livros de figuras, etc.), principalmente porque todos eles remetem para um mesmo e único universo significante e porque as formas de organização discursiva que revelam são comparáveis (GREIMAS, 1981 [1976], p. 46).

Ao constatar que o objeto da semiótica abarca a generalidade dos discursos sociais, o semioticista vê a necessidade de abrir um leque de possibilidades para a manifestação textual; embora possuam substâncias diferentes e necessitem de canais ou suportes diversos para a sua manifestação, o filme, a partida de futebol, a telenovela e a fotografia remetem ao universo significante, visto que eles produzem sentido e engendram um processo de significação. A importância dessa constatação reside na legitimidade de objeto semiótico conferida a cada um dos exemplos citados.

Observa-se, portanto, um ganho em extensidade das possibilidades de manifestação do texto-objeto se compararmos com os estudos de Greimas publicados na década anterior, especialmente com *Sémantique Structurale*; o texto ultrapassa o domínio da linguística e firma-se como um objeto com demarcações mais amplas e menos restritas no interior de uma ciência da significação. A semiótica projeta-se como uma teoria de base para os estudos das ciências sociais, tal como uma ciência que vislumbre dar conta dos objetos gerais produtores da significação - com a incumbência de ser um “estudo das organizações discursivas da significação”, independentemente da substância em que elas serão manifestadas.

A teoria fez sentir a necessidade de uma demarcação conceitual mais específica entre o discurso e o texto; em *Semiótica e ciências sociais*, o discurso é definido como uma sintagmática do plano do conteúdo, sem que haja a manifestação do plano da expressão - este é necessário para que se tenha um texto-objeto. Podendo ser definido, tanto para Benveniste quanto para Greimas, como “a língua enquanto assumida pelo homem que fala”

(1981 [1976], p. 4)³⁶.

Ao analisar o texto jurídico, o semioticista examina a presença de um discurso, uma variante comum nos mais diversos textos-objeto que partilham o gênero jurídico e que lhe conferem a característica de “juridicidade”:

Assim, tratando-se do direito, é como se o texto jurídico, independentemente do que quer enunciar, veiculasse, ao desenvolver-se, um conjunto de conotações vagas que seriam assumidas pelo leitor como uma mistura de incompreensão, respeito, ameaças implícitas, etc. e que se poderiam chamar a “juridicidade” desse texto, permitindo classificá-lo, sem nenhuma referência precisa ao seu conteúdo, como um discurso jurídico, distinto de outros discursos comparáveis (GREIMAS, 1981 [1976], p. 75).

O texto jurídico é a manifestação do plano do conteúdo com um plano da expressão, utilizando-se da substância verbal escrita; o discurso jurídico, por sua vez, assenta-se na instância do plano do conteúdo³⁷. Malgrado a obviedade da constatação, só podemos afirmar que um dado objeto semiótico é um texto-objeto pertencente ao gênero jurídico porque ele porta a característica de “juridicidade”, conferida por um discurso jurídico em seu plano do conteúdo.

Essas propriedades diferenciam, por exemplo, o texto jurídico do texto político e conferem a ele uma gramática, delimitada por regras prescritivas e proibitivas, responsável por gerar o seu discurso. Assim, ele se distingue dos outros gêneros por conter uma gramática e uma semântica própria, manifestando um universo particular de significação. No caso do discurso jurídico, observa-se a presença de uma estrutura similar à de todos os outros discursos, apresentando, no entanto, características particulares que correspondem

³⁶ O sujeito do discurso é uma instância virtual, “construída no quadro da teoria linguística, para dar conta da transformação da forma paradigmática em uma forma sintagmática” (GREIMAS, 1981, p. 4). Ele é o “produtor do discurso”, pois transforma o “ser da linguagem” em um “fazer linguístico”.

³⁷ Discorreremos mais detalhadamente sobre a relação entre o texto e o discurso adiante no trabalho em tópico específico para a questão.

à gramática jurídica - permeada por prescrições, proibições e definições - e à semântica jurídica - equiparando-se a um microuniverso semântico da linguagem jurídica.

Os aportes teóricos trazidos à luz por *Semiótica e ciências sociais* foram importantes para o projeto da semiótica em desenvolvimento naquela época. Além de uma formalização da distinção entre o texto e o discurso, a qual será mais bem desenvolvida por Greimas e Courtés em *Dicionário de Semiótica* (2008 [1979]), duas outras contribuições, considerando o tema de nossa pesquisa, merecem ser destacadas: a primeira refere-se ao estabelecimento de uma instância geral de articulação dos conteúdos anterior à manifestação e independente da substância da expressão, seja ela linguística ou não linguística; e a segunda é a aceção concedida ao texto-objeto, que se expande para fora dos limites das línguas naturais, possibilitando aos semiotistas daquela época as condições para o estabelecimento de uma teoria que estivesse além da linguística e que desse conta não apenas das línguas naturais, mas de toda a significação, com as condições necessárias para servir a todas as outras teorias das ciências humanas e sociais.

1.4.3 A enunciação (uma postura epistemológica)

Em um artigo publicado no número inaugural de *Significação - Revista Brasileira de Semiótica*, em 1974, intitulado *L'énonciation (une posture épistémologique)*³⁸, Greimas pronuncia a sua conhecida frase “fora do texto não há salvação”³⁹, que virou uma espécie

³⁸ Traduzido por Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz, com colaboração e notas de Jean Cristtus Portela, no final dos anos 1990, sob o título *A enunciação (uma postura epistemológica)*. Anos mais tarde, Portela faz uma nova revisão do trabalho em 2016, edição que tivemos acesso. Na internet, em formato *pdf*, a tradução circula, ainda, duas décadas depois, inédita.

³⁹ “Hors du texte, point de salut”: a frase fora proferida por Greimas em um curso ministrado, em julho de 1973, na Faculdade Barão de Mauá em Ribeirão Preto (SP). O artigo publicado na revista *Significação* retoma trechos das aulas desse curso, o primeiro que ele ministrou no Brasil. Vale lembrar que essa frase de Greimas é uma paráfrase do adágio “Fora da Igreja, não há salvação”, famoso desde São Cipriano de Cartago e re-enunciado por diferentes personalidades da Igreja Católica. Parece existir, portanto, um certo humor por parte do semioticista ao fazer esse enunciado.

de adágio da semiótica, atraindo numerosos debates em torno dela até os dias de hoje. A presença desse artigo, em nosso trabalho, justifica-se pela sua atualidade somada à sua relevância. Se por um lado, ele exerce um certo fascínio, ainda hoje, nos semioticistas filiados à *Escola de Paris*, por outro, trata-se de uma leitura indispensável para qualquer estudo que tenha como objetivo discutir a epistemologia textual na semiótica.

No mesmo parágrafo em que se encontra a famosa frase que citamos, o semioticista é enfático ao proferir “todo o texto, somente o texto, nada fora do texto” (s/a [1974], p.12). Esse posicionamento de Greimas levantou, e continua a alimentar, diversos debates em torno dos limites e das expansões do objeto da semiótica; deve-se parte disso à possibilidade que o leitor encontra de interpretá-lo de duas maneiras diferentes, seguindo duas isotopias distintas, que originam e sustentam posicionamentos contrários em relação ao escopo e à natureza do objeto da semiótica.

Essas duas isotopias foram descritas por Schwartzmann (2018): a primeira delas parte do princípio de que a semiótica só tem como objeto de estudo o texto, e não há espaço para que o semioticista preocupe-se com o que há de “extralinguístico” e “extratextual” no universo de significação. A segunda, por sua vez, prevê uma lógica diferente, na qual tudo é texto, de tal maneira que não há nada que não possa ser lido como um texto no escopo da semiótica greimasiana.

No primeiro ponto de vista, a acepção de *texto* está situada no âmbito da enunciação enunciada, tal como depreendemos na leitura realizada, neste capítulo, de *Sémantique Structurale* (1966). Os semioticistas que compreenderam o adágio greimasiano seguindo essa primeira isotopia não economizam críticas aos limites do texto na teoria; para eles, a semiótica corre o risco de ser uma teoria textualista, que se limita ao restrito domínio do texto-enunciado, fechando os olhos para todo o universo de objetos significantes que existe além do texto.

Nesta perspectiva, a semiótica é acusada de assumir um ponto de vista considerado, por vezes, reducionista – isso é, de ter uma visão estreita -, e, por isso, estar cega aos objetos da cultura contemporânea, ao contexto, à história, à experiência, à cultura, à vida em ato; impedindo, desta maneira, os necessários avanços da teoria e da metodologia. Essa crítica é realizada por alguns dos semioticistas que deram continuidade ao trabalho de Greimas e desenvolveram estudos que são considerados, na atualidade, como algumas das principais “vertentes” da teoria.⁴⁰

A segunda possibilidade de leitura, admitindo, a nosso ver, um percurso isotópico mais abrangente, tem como acepção de *texto* todos os objetos semióticos. Parte-se de uma justificativa pela lógica de que tudo é texto a partir do momento em que a análise é instaurada no percurso textual, todavia a condição para que ela seja empreendida é justamente a existência prévia do texto. Nessa leitura, a discussão não se pauta nos limites do enunciado, pois, antes, estabelece que o texto diz respeito a tudo aquilo que permite o estabelecimento de um percurso analítico, de maneira que uma totalidade inicial possa gerar outros elementos que correspondam às suas partes. Essa leitura aproxima-se ao ponto de vista hjelmsleviano a propósito das acepções de texto absoluto e de texto-objeto, sobre as quais nos debruçamos no início deste capítulo.

É certo que a compreensão do adágio de Greimas toma proporções cada vez maiores, motivadas principalmente pelos conflitos instaurados no interior da teoria entre aqueles semioticistas que discordam sobre os limites do objeto semiótico. Consideramos importante ressaltar que semioticistas contemporâneos, como Floch (1990) e suas pesquisas sobre as práticas sociais, Landowski (1989) com os estudos das experiências individuais e sociais de uma sociossemiótica preocupada com as relações vividas, e

⁴⁰ Cf. *Cap. 2* deste trabalho, especialmente as seções 2.1 e 2.2, que discutem a noção de texto nas obras de Éric Landowski e Jacques Fontanille, respectivamente.

Fontanille (2008), mais tarde, com as formas de vida, os modos de existência, somente poderiam encontrar, ao nosso ver, o acolhimento necessário, em um percurso de continuadores da semiótica greimasiana, com a condição de que a segunda isotopia seja assumida como modo de ler o adágio de Greimas, pois é preciso, tendo em vista o escopo dos trabalhos mencionados, que se compreenda o texto como um objeto muito mais amplo e complexo (ou melhor, de natureza mais complexa) do que a acepção de texto-enunciado.

Seguimos a leitura do parágrafo de que a polêmica frase de Greimas foi extraída, frequentemente solta e fora de seu contexto de produção original; optamos por transcrever, a seguir, as primeiras linhas do parágrafo em toda a sua extensão para que possamos considerar as minúcias discursivas produzidas pelo seu contexto:

“Quero terminar meu discurso sobre esta enunciação com uma paráfrase: Fora do texto não há salvação. Isto quer dizer que tudo o que se pode extrapolar vem do texto. É por isso que insisto na enunciação enunciada, pois já é existente. Só se pode falar de coisas a partir do texto, do que se descobre no texto. O que permite a Chomsky falar de competência? Por quê? Porque ele é filósofo? Porque ele é psicólogo? Ou outra coisa?” (GREIMAS, s/a, [1974], p. 10).

O trecho citado revela o objetivo do estudo em discorrer sobre a instância da enunciação⁴¹, o que pode ser confirmado pelo próprio título dado ao artigo “A enunciação: uma postura epistemológica”. Trata-se de um estudo sobre a necessidade de situar os sujeitos, as ações e os acontecimentos dentro da instância da enunciação e não em seu exterior, o que faria com que a semiótica, de acordo com o semioticista, perdesse o caráter científico e se diluísse, por exemplo, em uma psicologia social⁴². Greimas finaliza a reflexão

⁴¹ A enunciação no sentido exprimido pelo par enunciação vs. enunciado.

⁴² Greimas critica o posicionamento do linguista Van Dijk por não deixar claro se, em seu texto, fala das ações, humanos, acontecimentos e comportamentos descritos ou se, ao contrário, refere-se aos comportamentos, sujeitos e ações reais, exteriores à enunciação enunciada.

com a seguinte advertência:

Portanto, há limites que não devem ser ultrapassados nesse sentido. E por quê? Porque podemos ultrapassá-los, mas é preciso avaliar o preço que vamos pagar se avançarmos. Isto quer dizer que tudo é possível para as pessoas que passam de um a outro, mas é preciso que o homem seja lúcido naquilo que faz e que não escorregue imperceptivelmente, que a vida seja um projeto voluntário e não um jogo de circunstâncias e deslizes cujo peso não se tenha avaliado de antemão. Vejam o que quis dizer: tomem, assumam uma direção ou outra, mas não por deslizes, por ignorância, por falta de lucidez. Aí está o verdadeiro problema da Semiótica. Portanto, a última palavra é esta, já disse antes: fora do texto não há salvação. Todo o texto, nada senão o texto e nada fora do texto (GREIMAS, s/a [1974], p. 12).

O semioticista delimita a enunciação enunciada como a fronteira segura para a análise do objeto da semiótica, pois *ela já é existente*: falamos do texto a partir do texto (do que há no texto), daquilo que existe enquanto enunciação enunciada. Isso não quer dizer que não exista nada além da enunciação enunciada, mas que é preciso delimitar o campo de atuação de uma ciência para que ela não perca a sua característica principal, a de cientificidade. Desta maneira, o semioticista, com a ajuda de Courtés, define o que devemos entender por enunciação enunciada como “o simulacro que imita, dentro do discurso, o fazer enunciativo” (2008 [1979], p. 168).

Diante da discussão apresentada, a passagem greimasiana pode ser lida com a ajuda das palavras de Fiorin (2006), para quem a enunciação “é da ordem do inefável, só quando se enuncia pode ser apreendida” (p. 81) e, também, por Coquet (1983), quando esse diz que “a enunciação é sempre, por definição, enunciação enunciada” (p. 14). Se não temos acesso à enunciação propriamente dita, o analista somente pode trabalhar diretamente com a enunciação enunciada, no entanto, quando alguma coisa é enunciada,

a nosso ver, ela já se fez texto-objeto.⁴³

Seguindo na investigação sobre a noção de texto na obra de Greimas, analisaremos, em seguida, a entrada de *texto* no *Dicionário de Semiótica*, escrito em parceria com o semioticista Joseph Courtés. Ao trazer os conceitos estruturados, essa obra apresenta-se como um marco nos estudos da epistemologia textual, uma vez que todo esse caminho que percorremos desde *Sémantique Structurale* até *A enunciação (uma postura epistemológica)* está demarcado, de maneira mais ou menos explícita, nas acepções de “texto” encontradas no *Dicionário*.

1.4.4 Dicionário de Semiótica

No prefácio da segunda edição brasileira, de 2008, do *Dicionário de Semiótica* (ed. Contexto), o semioticista José Luiz Fiorin explica que não se trata simplesmente de um dicionário, como poderia pensar o leitor desavisado que apenas lesse o seu título, traduzido em português, na estante de uma livraria qualquer. Em francês, a obra recebera o título de *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage* quando publicada, originalmente, na França, em 1979.

O título em francês ressalta o caráter de um dicionário *raisonné*, cuja importância não está no recenseamento dos termos, mas na reflexão dos conceitos, relacionando-os uns aos outros, com o objetivo de fundamentar o campo de conhecimento em que se inscrevem. Desta maneira, no *Dicionário de semiótica*, aparecem os principais conceitos que respaldam a semiótica como uma ciência da significação; estes são, por sua vez,

⁴³ A relação entre a enunciação e a geração do texto-objeto será mais bem explorada adiante no trabalho, quando abordaremos a sua importância no percurso textual.

problematizados dentro do seu campo de saber, fazendo jus ao título original da obra.

Ao ser organizado como um dicionário, o livro oferece diferentes percursos de leitura. Com o álibi do autor para tal liberdade, a ordem que seguimos em nossa leitura não foi a linear; para compreender o nosso objeto de estudo foi preciso empreender um ir e vir pelos verbetes, um percurso não-linear de leitura que possibilitou a apreensão das implicações teóricas, defendidas por Greimas e Courtés, no que tange à noção do texto. A partir da entrada *texto*, fomos levados aos verbetes de *análise*, *coerção*, *contexto*, *discurso*, *linearidade*, *processo*, *sintagmático*, *textualização*, *unidade*, entre muitos outros que fazem parte do universo semântico da isotopia de *texto*.

No *Dicionário*, o sentido de *texto* como sinônimo de *corpus* é retomado pelos autores; o caso acontece quando a natureza do objeto demarca os limites do objeto de análise, estabelecendo, assim, uma relação de parte e todo, pois embora seja apenas uma parte da totalidade, ele deve representá-la. Desta maneira, os autores definem o *corpus* como “um conjunto de enunciados, constituído com vistas à análise, a qual, uma vez efetuada, é tida como capaz de explicá-lo de maneira exaustiva e adequada” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 104).

A título de exemplificação, podemos dizer que se um determinado pesquisador analisa a isotopia místico-religiosa na obra de Guimarães Rosa, esse conjunto demarcado por limites - apenas as obras selecionadas de Guimarães Rosa e o conjunto geral delas - é o *corpus* para o analista. É a partir dessa delimitação necessária que o analista poderá observar as figuras e os temas que constituem a isotopia místico-religiosa e desenvolver, então, o tema de sua pesquisa.⁴⁴

⁴⁴ O texto enquanto sinônimo de *corpus* já havia parecido em *Sémantique Structurale* (1966) e *Semiótica e Ciências Sociais* (1976).

Outra acepção dada pelos autores é a de texto como “a totalidade de uma cadeia linguística, ilimitada em decorrência da produtividade do sistema” (2008 [1979], p. 503), demonstrando uma influência direta da acepção do texto-absoluto de Hjelmslev (2013 [1943]). Não há uma maneira, no entanto, de analisar uma totalidade da cadeia linguística ilimitada que não seja pela escolha de uma unidade para se trabalhar, o que ocorre somente após a análise ter sido instaurada, uma vez que o que temos, antes disso, é uma totalidade ilimitada, absoluta e universal. Retomando o exemplo usado acima, o analista, que pesquisa a construção da isotopia mística-religiosa na obra de Guimarães Rosa, delimitou, dentro da infinita totalidade da cadeia linguística, uma unidade máxima, a do discurso, que permitisse o seu trabalho.

A unidade é, nesta perspectiva, a classe de grandezas que se encontra no eixo sintagmático; ela é a consequência da operação de segmentação do texto e representa um plano, um nível ou um grau que possa ser derivado do todo sintagmático. Notemos que o texto reflete um número infinito de possibilidades do sistema, enquanto a unidade, no que lhe concerne, tem limites bem demarcados, embora ela própria constitua-se, também, como uma totalidade. Cada plano da língua possui unidades específicas, “assim, os morfemas, por exemplo, são unidades do plano dos signos, os fonemas, do plano da expressão, os sememas, do plano do conteúdo” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 516). Cabe ressaltar que somente a análise permite a realização da segmentação, ou melhor dizendo, a unidade só pode ser determinada pela análise; antes dela, há uma totalidade infinita e global, que se constitui como geradora do texto-objeto.

A acepção de *texto* próxima de uma classe de grandezas contribui para o que Greimas e Courtés (2008 [1979]) dizem a seguir, “(...) o texto designa uma grandeza considerada anteriormente à sua análise” (p. 503), momento em que há a impossibilidade de se distinguir as suas partes, apresentando como resultado uma acepção de *texto* que o

considera tal e qual uma grandeza universal e homogênea.

Antes mesmo de definir, na obra que estamos lendo, os domínios da instância do texto, os semioticistas opõem-no ao discurso, a partir do critério da substância da expressão gráfica ou fônica, “utilizada para a manifestação do processo linguístico” (p. 502). A acepção de texto, no trecho mencionado, é relacionada ao processo linguístico, mais especificamente, à escrita. Esse seria o critério diferenciador entre texto e discurso; o primeiro é da ordem da substância gráfica e o segundo, da substância oral. A acepção de *texto* não apenas remete à definição linguística como, também, delimita-o a uma única substância da expressão que possa manifestá-lo. A partir dessa constatação fica subentendida a existência de um processo, cuja manifestação está condicionada à substância da expressão fônica ou gráfica.

É nessa direção que o discurso é concebido como sinônimo da oralidade, podendo tratar-se, por exemplo, de um diálogo entre dois amigos que se encontram na fila do supermercado. Essa ideia é decorrente do ponto de vista genético de Jakobson, para quem a expressão oral é anterior à escrita - esta última seria uma derivação do discurso. É importante ressaltar que Hjelmslev refuta tal proposição, como é assinalado por Greimas e Courtés (2008 [1979]), já que para ele “uma forma semiótica pode ser manifestada por diversas substâncias” (p. 502), condição que extrapola o âmbito da linguística e abre caminho para que o texto seja concebido em seu sentido mais amplo na ciência da significação. Assim, sobre a distinção entre o texto e o discurso, Greimas e Courtés afirmam que ambos designam o *eixo sintagmático das semióticas não-linguísticas*, de maneira que tanto um ritual quanto um balé poderiam ser considerados textos ou discursos, sem que seja requerida uma distinção entre os termos.⁴⁵

⁴⁵ A acepção de texto designando a substância exclusivamente linguística foi mais recorrente em *Sémantique Structurale* (1966) e menos em *Semiótica e ciências sociais* (1976), quando há a expansão do objeto da semiótica. No *Dicionário*, os

A expansão dos limites textuais ganhou força ao longo da década de 1970 e encontrou novos desafios com as pesquisas de Fontanille, Landowski, Zilberberg e outros semioticistas a partir dos anos 1980. De um objeto de análise linguística, o texto passa a se estabelecer, em *Semiótica e ciências sociais*, e com mais força no *Dicionário*, como um objeto de análise geral - o objeto de uma ciência da significação. Dito isso, parece-nos necessário realizar, no capítulo a seguir, um exame de como esse conceito desenvolve-se nos estudos dos semioticistas posteriores a Greimas, a fim de dar continuidade ao percurso de investigação da noção de texto no interior da teoria semiótica.⁴⁶

1.5 AFINAL DE CONTAS, O QUE É O TEXTO?

Abrimos o presente capítulo discutindo sobre as especificidades do texto enquanto objeto de pesquisa, em seguida, tecemos alguns breves comentários sobre as delimitações da linguística e da semiótica, a fim de que pudéssemos melhor compreender o lugar teórico que o texto assume nesta última. Com a demarcação da vizinhança estabelecida, ainda que discutível, foi-nos possível avançar em direção aos teóricos que contribuíram para as bases fundadoras da semiótica. Dentre eles, pudemos nos debruçar sobre um dos principais expoentes do *Círculo Linguístico de Copenhague*, L. T. Hjelmslev.

A principal contribuição de Hjelmslev para a questão do texto na semiótica foi a de

autores fazem a distinção, ainda que sem usar estes termos, de texto absoluto e texto-objeto, não delimitando o último a uma única substância da manifestação.

⁴⁶ Consideramos que outros conceitos importantes para compreensão do texto são mencionados na entrada *texto*, no *Dicionário*, tais como o de *análise* e o de *textualização*. A análise é posta como condição para a escolha do nível de pertinência; ela desencadeia o processo que nos levará da totalidade da cadeia ao texto-objeto. Esse percurso passa pela textualização, a qual apresenta-se como uma interrupção do percurso gerativo em um dado lugar. Ambos os conceitos serão mais bem apresentados no decorrer de nosso trabalho.

estabelecer, ainda que sem explicações, mas em acordo com as suas ambições teóricas, uma noção de texto fundamentada por duas acepções: texto-objeto e texto absoluto – já utilizando a terminologia que será usada no decorrer deste trabalho. Com isso, Greimas encontrou o caminho aberto para pensar o objeto do projeto científico que estava erigindo como uma entidade teórica e geral e, ao mesmo tempo, empírica e específica.

Quando nos perguntamos: “afinal de contas, o que é o texto?”, é preciso atentar para a complexidade do objeto em sua natureza. Se se considera, por um lado, o texto como um resultado da manifestação, ele é, também, o próprio desencadeador do processo gerativo, lá no início do percurso textual, permitindo que uma expressão se una a um conteúdo. Valendo-nos do uso da licença poética, dizemos que ele é, de certa maneira, o criador e a própria criatura. Ou melhor, a grandeza geradora e o seu objeto resultante.

Entendemos, portanto, que a noção de texto na semiótica é, em sua natureza, complexa. Se, por um lado, sabemos que essa complexidade somente foi possível porque Greimas levou adiante as contribuições de Hjelmslev na concepção do seu projeto, por outro, sentimos a necessidade de investigar em que dimensão essa noção de texto continua nos desenvolvimentos teóricos mais recentes da teoria. É sobre esse tema que nos debruçaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 2

EM TORNO DO TEXTO: A ATUALIDADE

Fora do texto não há salvação”
(GREIMAS, 1973)

Na esteira dos desenvolvimentos da teoria semiótica, com a culminação do lançamento de *Semiótica das paixões*, de Greimas e Fontanille (1993 [1991]), o corpo assume um lugar de importância na teoria; é por meio dele que se tem acesso à percepção e ao sentido. Inaugura-se, a partir da década de 1980, uma nova era para a semiótica, os estudos da narratividade dão lugar ao corpo, à tensividade, à experiência do sujeito, à vida em ato. Como resultado, no começo da década de 1990, as ditas vertentes semióticas multiplicam-se e espalham-se naqueles países em que a semiótica era estudada, ensejando o desdobramento de diferentes pontos de vista para a análise do objeto da ciência da significação.

Diante do panorama exposto, para que pudéssemos mapear a(s) noção(ões) de texto que se sustenta(m) na atualidade da teoria, considerando o contexto plural em que a semiótica encontra-se nos dias de hoje, escolhemos as obras de três semioticistas para a investigação, são eles: Éric Landowski, Jacques Fontanille e Claude Zilberberg.

Os três pesquisadores figuram entre os mais conhecidos e estudados não apenas na Europa, seu lugar de origem, mas também no Brasil e em algumas outras regiões do mundo. Suas pesquisas influenciaram - e continuam a influenciar! - pelo menos já duas gerações de semioticistas: uma pertencente àqueles que acompanharam o início das pesquisas desenvolvidas por Landowski, Fontanille e Zilberberg, entre as décadas de 1970 e 1980, e a outra que corresponde aos pesquisadores que tiveram um contato mais próximo com a semiótica nos anos finais da década de 1990 e no novo milênio, quando as contribuições dos três semioticistas já estavam mais bem consolidadas em suas vertentes.

É certo que muitos outros semioticistas ocupam lugares de igual importância na atualidade do universo teórico da semiótica; foram selecionados, no entanto, aqueles estudos que demonstram uma contribuição mais relevante ao tema que nos propomos a investigar neste capítulo: a(s) noção(ões) de texto que se sustenta(m) no cenário atual da

semiótica greimasiana.

2.1 ÉRIC LANDOWSKI

As pesquisas desenvolvidas pelo semioticista francês Éric Landowski sobre a significação podem ser agrupadas em uma espécie de guarda-chuva teórico denominado “sociosemiótica”. O termo, diga-se de passagem, é usado com certa parcimônia por Landowski; a justificativa para esse comportamento ancora-se na compreensão do semioticista de que a semiótica greimasiana – em cujo escopo teórico seus trabalhos se enquadram – é, em sua natureza, uma sociosemiótica.

A história do uso da denominação “sócio-”, no âmbito da semiótica de Greimas, remete aos anos 1970. Landowski (2017) define a conjuntura dos fatos que levou à adoção da alcunha como uma série de “razões contingentes” (p. 168). O motivo pode ser considerado casual, ou melhor dizendo, fortuito, como algumas vezes acontece na escolha de etiqueta para denominar uma escola ou um movimento artístico ou científico.

O marco inicial, se nos é possível recuperá-lo nas contingências e expansões da narrativa histórica, passa-se nos idos dos anos 1970, quando os célebres seminários, realizados pelo *Groupe de recherches sémio-linguistiques* (GRSL), na *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris, sob a liderança de Greimas, contavam com uma grande quantidade de professores de literatura que se interessavam pelos textos literários. Além destes, havia um arquiteto, Manar Hammad, que buscava “semiotizar o espaço”, e também Françoise Bastide, bióloga interessada no discurso científico, além de Jean Delorme, responsável pela criação do grupo de pesquisadores preocupados com o discurso religioso, e dos estudiosos pioneiros na semiótica plástica, Jean-Marie Floch e Felix Thürlemann. Cada um desses pesquisadores contribuiu, de acordo com as suas

formações e interesses específicos, para a criação dos ateliês que lidavam com outros objetos que não fossem os literários.

O projeto científico da significação, no entanto, tinha em seu radar outros textos-objetos que não cabiam nessas etiquetas. Sentia-se, sobretudo, a ausência de um grupo que estudasse os objetos relacionados à política, à moda, à comunicação de massa, à vida cotidiana, ao direito, ao esporte.... Eis que Landowski assume esse subgrupo e, para dar conta da amplitude do escopo que englobava todos esses objetos heteróclitos - os quais, agora, estavam sob os cuidados de seu olhar de semioticista -, passa a utilizar o termo “semiótica do social” (LANDOWSKI, 2017, p. 169).

É evidente, como sabemos, que todos os objetos semióticos (os textos-objetos literários, religiosos, artísticos, etc.) são produções humanas e podem ser considerados, uns mais e outros menos, como “objetos sociais”. A semiótica do social, ou a sociossemiótica, precisava, então, encontrar uma especificidade que justificasse a sua existência como tal. Na perspectiva de Landowski (2017), isso aconteceu quando, junto com seus colegas do ateliê, compreendeu que a preocupação de sua pesquisa

era em primeiro lugar de definir uma problemática geral no que diz respeito à maneira de tratar as relações entre os objetos de análise semiótica, quaisquer que sejam, e o que comumente se chama “as condições sociais da produção” – e de recepção – deles ou, como também se diz, o seu “contexto”. (LANDOWSKI, 2017, p. 170).

Voltaremos, mais à frente neste trabalho, a retomar essa citação para traçarmos o papel predominante da noção de contexto na acepção da sociossemiótica.⁴⁷ Interessa-nos, neste momento, voltar as nossas atenções à característica de “metasemiótica” requerida por Landowski para os seus estudos; não se trata, portanto, de limitar-se à mera aplicação

⁴⁷ Cf. *Capítulo 3*, que trata do texto e seu entorno e, mais especificamente, a seção 3.1.2, intitulada “A sociossemiótica”.

do modelo pronto da semiótica geral em textos-objetos sociais, mas, antes, de propiciar a reflexão metodológica sobre como todos os objetos semióticos (sejam eles quais forem) devem ser tratados para garantir que as “relações extratextuais ou contextuais” possam ser consideradas.

Em outro momento, o autor explica que

no escopo da semiótica de inspiração saussuro-hjelmsleviana, a etiqueta “sociosemiótica” se emprega para designar, segundo os contextos, seja um dos ramos especializados da disciplina — aquele que toma especificamente por objeto o social —, seja uma das principais correntes teóricas que se oferecem atualmente para renovar a análise dos fatos de significação em geral, qualquer que seja o tipo de domínio empírico considerado. (LANDOWSKI, 2014, p. 1).

Como um dos ramos especializados da disciplina, a sociosemiótica é definida pelos seus objetos de caráter “social”; na segunda definição, como uma das principais correntes teóricas da atualidade, ela é vista como equivalente de uma vertente, como a teoria erigida por Claude Zilberberg, a “tensividade”. Tomando este último modo de entender o termo, que dialoga com a outra passagem que acabamos de citar, a sociosemiótica é compreendida como uma opção teórica que se distingue das demais por relacionar o sentido à interação. Landowski (2014), no entanto, lembra que “essas duas acepções, uma mais especializada e outra mais geral, longe de se excluírem, conjugam-se” (p.11).

A articulação entre ambas as acepções prevê a noção de interação, permitindo pensar a sociosemiótica, de um lado, em um plano geral, e, de outro, em um plano analítico; esse gesto possibilita a reflexão sobre a multiplicidade e a diversidade dos objetos que estão na alçada da disciplina. Se a principal preocupação dessa vertente é a de, como vimos, pensar metodologicamente como analisar os objetos semióticos considerando os elementos contextuais, o caminho parece ser, aos olhos de Landowski, pela “interação”.

Desta maneira, o autor argumenta que “pensar sociossemioticamente a questão geral do sentido, ou analisar sociossemioticamente objetos de ordens diversas, é, em todos os casos, colocar a noção de interação no coração da problemática da significação.” (LANDOWSKI, 2014, p. 11).

A teoria de Landowski entende que as produções de sentido são configuradas como práticas, isso é, não há um referencial externo ou uma realidade primeira, o que há são as práticas de construção e negociação que constroem o social como um objeto semiótico próprio da alçada da significação e inserido em um universo do sentido. Se por um lado, Landowski diz considerar a articulação estrutural imanente, por outro, ele enxerga as produções de sentido como “o resultado de uma construção negociada entre actantes (e não como o produto de um simples reconhecimento de unidades pré-codificadas)” (LANDOWSKI, 2014, p. 12). Assim, outra característica que emerge na sociossemiótica, no ponto de vista do autor, é a primazia na análise dos processos em detrimento da descrição de sistemas.

Em outras palavras, interessam ao autor as interações - entre sujeitos ou entre o mundo e os sujeitos – responsáveis pela construção do universo do sentido e as suas configurações. Essa condição enseja a proposição de uma “teoria da produção e da apreensão do sentido em ato”. Suas pesquisas, nas últimas décadas, têm como foco discursos e práticas sociopolíticas e os regimes de interação, de maneira mais geral, a experiência sensível.

A interação é um conceito-chave em sua obra, pois

ao mesmo tempo que essa noção permite fundar uma teoria sociossemiótica sobre o plano mais geral, ela também garante, sobre o plano analítico, a unidade do campo sociossemiótico, ou, ao menos, a possibilidade de projetar sobre ele um olhar constante e coerente a despeito da diversidade dos objetos empíricos tomados em consideração. (LANDOWSKI, 2014, p.

A partir disso, o autor desenvolve a teoria dos regimes de interação: a programação, a manipulação, o acidente e o ajustamento. A semiótica já considerava os regimes de programação e de manipulação, ou seja, a ação programada e a manipulação exercida sobre os sujeitos. Respectivamente, esses dois regimes ressaltam uma certa regularidade sobre o agir do sujeito no mundo e, também, uma visada de intencionalidade, por meio das competências modais, tais como o querer, o dever, o saber e o poder.

Em *Passions sans nom*, publicado em 2004, Landowski apresenta o regime do ajustamento. A partir de uma sensibilidade perceptiva, uma espécie de competência estésica do sujeito, prevê-se um “regime de risco”. A existência do sujeito semiótico, que era, então, pautada pela regularidade e pelo controle da intencionalidade, vê-se rodeada, com o ajustamento, por uma certa insegurança. A continuidade abre espaço para uma não-continuidade. Para o semioticista (2014b), em *Da Imperfeição*, Greimas (2002 [1987]) concebe um universo semiótico do *contínuo, da ordem*. A ordem é tamanha que os sujeitos fazem de tudo para sair da “rotina” e do “marasmo” que lhe são impostos, surge, assim, “a estesia”, “a sensibilidade”, o “corpo”, ou seja, “as condições mesmas do que chamamos o *ajustamento*” (LANDOWSKI, 2014b, p.70).

O último regime apresentado pelo autor, o acidente, pode ser compreendido como uma hipérbole da insegurança do ajustamento. O regime de risco, neste caso, é um regime de “risco puro”, de descontinuidade. Com um acidente em curso, passa-se de um cotidiano pautado pela segurança para uma vida não segura. Por exemplo, uma pandemia, como a que presenciamos no final do ano 2019 e durante o ano de 2020, denominada COVID-19, não é um fenômeno que depende de uma programação conhecida; há uma certa aleatoriedade para a transmissão e mutação do vírus dos animais para os humanos. Sabe-se que milhares de outros existem no nosso universo, mas é necessário existir uma certa

“causalidade”, que só é possível pela conjunção de diversos fatores ambientais e sociais.⁴⁸

Embora faça parte da vida prática dos sujeitos – a própria organização do mundo (a relação entre os homens e entre esses com os animais) dita a possibilidade da sua existência e o seu papel catastrófico -, um evento dessa magnitude não permite que o indivíduo tenha uma real interação com ele no momento em que eclode, assim como acontece com as catástrofes ambientais (exemplos: furacão, tufão, terremoto, etc...). O surgimento de uma pandemia, a nível mundial, do dia para noite, faz pairar um risco sobre todos apesar das fronteiras culturais e geográficas criadas ou estabelecidas e de todo o capital financeiro, tecnológico e científico acumulado por certos países na sociedade contemporânea.

A interação somente passa a ser vislumbrada a partir da instauração do processo de ajustamento dos sujeitos à realidade imposta nessa nova configuração. Isso acontece quando a total descontinuidade abre espaço para a não-descontinuidade, em outras palavras, quando o “risco puro”, por meio das medidas coletivas e individuais adotadas (ex.: *lockdown*, uso de máscaras e álcool em gel, isolamento e distanciamento social, discussões sobre o tema na mídia, desenvolvimento de vacinas em andamento, etc.), ameniza-se e torna-se uma “insegurança” sentida, permitindo que haja um “fazer sentido”.

O exemplo pode parecer fortuito, mas revela-nos a sua importância por evidenciar a possibilidade da análise de “atos vivos” pelo uso do modelo de regimes de interação landowskiano.⁴⁹ Interessa-nos ressaltar, para os fins deste trabalho, a possibilidade de

⁴⁸ No caso de alguns países, como tem acontecido no Brasil, pode haver uma certa “programação” quando os gestores agem contribuindo para a propagação do vírus, utilizando medidas anticientíficas – e, logicamente, ineficazes-, desdenhando do uso de máscara e incentivando a aglomeração de pessoas.

⁴⁹ A análise, como se apresenta, é superficial e bastante rápida; ela é realizada enquanto o evento, no momento em que escrevemos este texto, ainda está em curso no mundo natural. Apesar disso, ela se mostra, a nosso ver, relevante para demonstrar uma possível aplicação da teoria de Landowski a esse e a outros eventos (de cunho social, político, ambiental, etc.) ainda em curso.

análise da “semiose em ato” pressuposta pelo arranjo do semioticista.

Ao comentar sobre o panorama geral da semiótica, Landowski (2015, p. 15), lembra que, enquanto a semiótica de Charles Sanders Peirce, desenvolvida nos Estados Unidos, é de cunho interpretativo e articulada em uma filosofia do signo, a semiótica russa de Yuri Lotman tem como objetivo o desenvolvimento de uma semiótica da cultura. Por sua vez, os greimasianos ambicionam a construção de uma teoria da significação que permite dar conta da emergência e dos modos de articulação do sentido presentes no discurso, nas práticas e em todos os outros objetos semióticos.

O semioticista observa que nas últimas décadas as pesquisas semióticas ultrapassam o signo-texto e deslocam-se em direção ao corpo-de-carne. Essa constatação aparece no prefácio de “Le corps de la nouvelle” (MARRONE, 2000). Sobre esse ponto de vista de Landowski, Beividas (2015) argumenta que para o autor

[...] o texto cessa de ser o ponto de partida sobre o sentido, sobre a semiose, cessa de ser o “ponto de ancoragem de nossas vociferações” – expressão vivamente reivindicada por Greimas no colóquio de Cerisy, juntamente com seu mais antigo adágio “fora do texto não há salvação” (1987, p. 302-311). O texto vê-se usurpado, por assim dizer, primeiro, pelo sujeito da práxis enunciativa, sujeito em ato, em situação e, em seguida, numa subida às fontes, ou descida às origens, pelo corpo-próprio, como instância primeira das precondições da emergência da percepção e, portanto, do sentido. Torna-se o corpo o lugar da mediação necessária da passagem dos “estados de coisas” para os “estados de alma”, estas as expressões que dão subtítulo ao *Sémiotique des passions*. Em suma, o sujeito e seu corpo de carne tomam o lugar do texto e seu *corpus* de papel. (BEIVIDAS, 2015, p. 207).

Essa mudança, conhecida como o “tournant phénoménologique” (BEIVIDAS, 2015, p. 207), virada que se poderia situar entre os anos 1980 e 1990, congrega o uso de conceitos de outras áreas, como a fenomenologia e a psicologia, em busca de uma “semiose em ato”, o que seria para Landowski o “discurso da vida”. Sabe-se, no entanto, que o olhar para os outros objetos, que estivessem para além do que é considerado texto,

provocou discussões sobre a função semiótica e a imanência hjelmsleviana, adotadas na semiótica greimasiana desde as bases fundadoras.

Considerando essa constatação, analisaremos, a seguir, mais especificamente, a noção de texto (e, por extensão, a de textualidade) na obra de Landowski.

2.1.1 A noção de texto em Landowski

Iniciamos a discussão a partir da exclamação (ou, melhor dizendo, da frase-protesto) “Fora do texto, a semiótica continua!”, proferida por Landowski (2014, p.1). A escolha não fortuita deixa transparecer o ponto de vista do autor sobre a necessidade de uma iminente “ultrapassagem” dos limites do texto no interior da disciplina. Com as discussões realizadas no *Cap. 1*, deste trabalho, vemo-nos em condições de levantar algumas questões que nortearão a nossa reflexão ao longo deste trabalho: a quais limites Landowski se refere? Sobre qual acepção de texto eles recaem? E, o que há fora do texto?

Para compreender o pensamento landowskiano (do autor e dos semioticistas que dão continuidade ao seu trabalho) é preciso considerar a diferença entre as noções de texto e de prática. Ou melhor, é necessário distinguir as práticas dos textos, assim como nos são apresentados em sua obra. Nesta perspectiva, as noções de texto e de práticas são definidas a partir do tipo de enunciação que os objetos são resultados; grosso modo, dizemos que os textos são enunciados resultantes da atividade de enunciação, com início, meio e fim, e limites bem delimitados. Já as práticas são enunciações em curso, isto é, elas são consideradas abertas e dinâmicas, enxergadas como processos, diferente dos textos,

que são tidos, nesta acepção, como acabados, circunscritos e fechados.⁵⁰

Na incumbência de refletir sobre o processo textual, Landowski (2004, p. 15) distingue dois tipos de manifestações; uma diz respeito aos produtos terminados e que são “estruturalmente autossuficientes”, tais como o filme, a catedral, a carta de amor, os restos de uma cidade após uma batalha, o buquê de flores, a sopa de cebola, etc... O semiótico explica que

[...] realidades que parecem remeter, cada qual, a uma totalidade de sentido potencial a oferecer-se a nosso trabalho de interpretação, como se se tratasse de outros tantos textos, verbais ou não, mas todos, já de si, autônomos e como que encerrados em si mesmos.

muitas realidades parecem se referir cada uma a uma totalidade de sentido potencial oferecido ao nosso trabalho de interpretação, como se houvesse tantos textos, verbais ou não, mas todos de natureza autônoma e fechados em si mesmos. (LANDOWSKI, 2004, p. 15, tradução nossa).⁵¹

Um outro tipo de manifestação, considerado por Landowski o mais atrativo, constitui-se enquanto operações de construção de sentido, a partir de manifestações ainda *en devenir*, que são tidas como abertas e dinâmicas. Essas configurações de sentido só podem ser apreendidas e analisadas em ato, isto é, enquanto a semiose ainda está em ação. Sobre isso, o semiótico lembra que

Nesse caso, já não se trata de texto, e sim de processos, de interações, de práticas, por exemplo sociais, em processo de desdobramento: uma greve, uma crise internacional que está prestes a acontecer ou ocorrendo, uma nova moda que está se espalhando, ou, em outro plano, a “cena doméstica” que, ao se repetir acaba se tornando um estilo de vida, ou até, talvez menos trivial, alguma paixão que a gente sente nascer ou se desfazer em si, ou no outro. (LANDOWSKI, 2004, p.16, tradução nossa).⁵²

⁵⁰ Para não perturbar o andamento da discussão neste tópico, apresentamos sucintamente a questão sobre as práticas e o texto. No entanto, essa discussão será retomada no Cap. 3 de maneira mais aprofundada.

⁵¹ “[...] autant de réalités paraissant renvoyer chacune à une totalité de sens potentiel offerte à notre travail d’interprétation comme s’il s’agissait d’autant de textes, verbaux ou non, mais tous par nature autonomes et comme clos sur eux-mêmes.”

⁵² “il ne s’agit plus alors de textes mais de processus, d’interactions, de pratiques, par exemple sociales, en train de se dérouler : une grève, une crise internationale qui s’annonce ou se prolonge, une nouvelle mode qui se répand, ou, sur

Apesar de estabelecer a diferença entre textos e práticas, o autor pondera que ela não pode ser, *a priori*, absoluta, pois “um rápido exame de um caso concreto permitirá mostrar sua relativa fragilidade no plano conceitual” (LANDOWSKI, 2014, p. 16, tradução nossa).⁵³ Para exemplificar seu argumento, Landowski lança mão do objeto “greve”. O autor questiona o leitor: “trata-se de um texto ou de uma prática?”. Em seguida, responde tratar-se de uma configuração complexa em que diferentes elementos diferentes são conjugados para construir o objeto semiótico: por exemplo, podemos pensar nos textos escritos em cartazes, nos textos orais ou na greve enquanto ação coletiva.

A distinção entre prática e texto suscita ainda outras questões. Se a paráfrase landowskiana, realizada a partir do mote greimasiano, conclama os semioticistas a “ultrapassar” o texto, Marrone (2008, s/p), por outro lado, alerta que esse pensamento evidencia uma confusão teórica que envolve a noção de texto na semiótica, sustentada por duas acepções que dão conta do modelo e do objeto. Uma das razões para a confusão é o silêncio sobre as mudanças graduais e progressivas que a teoria acolheu na noção de texto desde o início do seu projeto, cuja discussão realizamos no *Capítulo 1*.

O semioticista italiano considera que após i) a distinção realizada por Barthes entre Obra (um fenômeno dado com filiações externas na filologia e na história) e Texto (construção teórica que permite um novo olhar sobre os produtos literários e culturais) e ii) a dupla natureza concebida por Hjelmslev (1943), entre texto (modelo formal) e textos (objeto empírico), foram raras as reflexões teóricas e epistemológicas realizadas por semioticistas acerca do assunto nas décadas seguintes.

un autre plan, la << scène de ménage >> qui à force de se répéter finit par devenir un style de vie, ou encore, moins trivial peut-être, quelque passion qu’on sent naître ou se défaire en soi, ou chez l’autre.”

⁵³ “un rapide examen d’un cas concret permettra d’en montrer la relative faiblesse sur le plan conceptuel.”

Dessa maneira, o termo passou a ser utilizado em diferentes acepções pelos pesquisadores. Se, para alguns, ele significa quase tudo, ao cobrir, inclusive, outras noções como “discurso”, “narrativa”, “signo”, “interpretação”, etc., causando “confusões terminológicas e categoriais muito graves”, como observou Marrone (2008, s/p); para outros, como parece ser o caso observado em Landowski, o texto continuou tendo um sentido bastante restrito, como um objeto empírico, resultado da enunciação enunciada. A respeito deste assunto, Marrone (2008, s/p.) argumenta que

[...] esse alargamento progressivo do campo de investigação textual, essa passagem silenciosa do texto-objeto para o modelo-texto teve como ponto de chegada a discussão, no nível epistemológico, da própria possibilidade de usar a palavra “texto” para falar de um objeto de quase qualquer análise semiótica. (MARRONE, 2008, s/p., tradução nossa).⁵⁴

Alguns semioticistas sentiram a necessidade de substituir o texto por outras “entidades semióticas”, como se fossem diferentes objetos de análise, tais como as práticas individuais (ex. fumar um cigarro), coletivas (ex. dançar tango) ou rituais (ex. fazer compras no supermercado). Desta maneira, esses pesquisadores prepararam um terreno teórico, ainda que frágil, para argumentar que fora do texto existem outros objetos semióticos que devem fazer parte do campo de presença do semioticista-analista. Esse posicionamento converge com o pensamento de Landowski, quando o autor incita os semioticistas a ultrapassar o texto, pois “Fora do texto, a semiótica continua!”.

Outro estudioso que assume um ponto de vista comparável é Jacques Fontanille (2008a; 2008b), ao propor diferentes níveis de pertinência semiótica e estabelecer o texto

⁵⁴ “[...] cet élargissement progressif du champ d’investigation textuelle, ce passage silencieux du texte-objet au texte-modèle a eu comme point d’arrivée la mise en discussion, au niveau épistémologique, de la possibilité même d’utiliser le mot ‘texte’ pour parler d’un objet d’analyse sémiotique presque quelconque, et, par conséquent, la nécessité d’outrepasser le texte au nom d’autres entités sémiotiques, d’autres objets d’analyse, comme les pratiques individuelles (préparer des plats, fumer un cigarette, se promener) ou rituelles (faire ses courses au supermarché, parler au téléphone), mais aussi d’expériences en quelque sorte intimes (comme danser ou rire ensemble).”

como apenas um deles. Diante disso, consideramos ser relevante um estudo sobre a sua obra, buscando evidenciar como as acepções de texto se sustentam em sua proposta.

No entanto, antes de fazer a leitura dos escritos de Fontanille, chamamos a atenção para uma aparente contradição presente na obra de Landowski; em seu livro, *A sociedade refletida*, o semioticista finaliza a última página dizendo que

o real que ela [a sociossemiótica] se atribui como objeto, identificado às condições socialmente construídas da significância de nossos discursos e de nossos atos, não é, para ela, mais do que outra forma do textual (LANDOWSKI, 1992 [1989], p.207, grifo nosso).

Landowski concorda que o real é outra forma do textual. Se admitirmos tal postulação, somos levados a concluir que o real engloba o ato, as práticas humanas individuais e coletivas, as experiências que vivenciamos ao longo de nossas vidas enquanto seres sociais pertencentes a um universo sociocognitivo e discursivo. Diferente do que o próprio autor afirma - serem as práticas, por exemplo, entidades semióticas que estão além do texto -, todos esses objetos por ele mencionados são textos, isto é, eles pertencem à esfera textual. A contradição acontece porque ora Landowski refere-se a uma acepção de texto-objeto específica, bastante restrita, ora à acepção de texto epistemológica, de caráter muito mais amplo e geral do que a primeira, como no trecho citado.

A discussão sobre a esfera textual será retomada, em momento oportuno, ao decorrer do trabalho (Cf. *Capítulo 4*). Por agora, daremos continuidade à discussão sobre a noção de texto na semiótica contemporânea a partir das pesquisas realizadas por Jacques Fontanille e, em seguida, Claude Zilberberg.

2.2 JACQUES FONTANILLE

O semioticista francês Jacques Fontanille, professor de linguística e semiótica na *Université de Limoges*, desenvolveu uma proposta de percurso gerativo da expressão, cuja primeira apresentação ao público foi realizada, no início de maio de 2004, no “Colóquio Transversalidade do sentido: pesquisa e confrontação de modelos” (*Transversalité du sens Transversalité du sens ? Recherche et confrontation de modèles*), na Universidade de Paris VIII. Em seguida, no mesmo ano, ele publica o artigo intitulado “Textes, objets, situations et formes de vie: les niveaux de pertinence de la sémiotique des cultures”, na revista italiana *E/C*, intitulando a sua proposta como níveis de pertinência. O mesmo texto será reapresentado, em 2005, no livro *Significação e visualidade: exercícios práticos*⁵⁵.

A menção às publicações de Fontanille não é fortuita. O leitor atento ao seu trabalho perceberá que entre a primeira apresentação oral e o último texto mencionado, Fontanille faz algumas alterações na proposta; a principal delas é a retirada da “cultura” como o último nível de pertinência do percurso. Na proposta original, a hierarquia das instâncias formais é composta, respectivamente, por figuras-signos -> textos-enunciados -> objetos -> cenas predicativas -> estratégias -> formas de vida -> cultura. Após a reformulação, quando o autor revisa e abandona a ideia da cultura enquanto uma instância formal, o percurso encerra-se com o nível “formas de vida”.

Nesta reorganização da arquitetura formal e gerativa, as formas de vida representam a instância mais complexa entre os planos semióticos da imanência. Não temos conhecimento de uma explicação oficial de Fontanille para a reformulação da proposta; no entanto, a retirada da cultura como um dos níveis de pertinência parece-nos compreensível, se considerarmos que essa é uma grandeza semiótica demasiadamente geral e complexa

⁵⁵ FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Trad. Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro. Porto Alegre: Sulina, 2005.

para ser definida em seus componentes formais, tal qual o modelo desenhado pelo semioticista.

Ainda que o pesquisador tenha excluído a cultura como um dos níveis de pertinência e de imanência, ela é o objeto-fim, por assim dizer, da sua proposta. Se, por um lado, o autor parece reconhecer que a cultura não pode ser considerada como um nível de pertinência para a análise semiótica, por outro, todos os níveis propostos são compreendidos como partes, ou melhor, constituintes, dessa grandeza geral e uniforme.

Não à toa, Fontanille faz uso recorrente da expressão “semiótica das culturas”; trata-se, a nosso ver, de uma tentativa de demarcar o terreno de atuação da semiótica e, conseqüentemente, a operacionalidade dos planos em um escopo mais geral do que aquele que os semioticistas assumiam como imanente. Para o autor, os níveis de pertinência têm o objetivo de explicar todos os objetos semióticos que constituem uma cultura. Sua argumentação baseia-se na tese de que eles não são apenas níveis de pertinência, mas configuram-se, também, como níveis de imanência;⁵⁶ isto é, os níveis evidenciam a estrutura da semiótica das culturas. Tendo isso em vista, o semioticista pretende dar conta da disciplina de uma semiótica das culturas, cujo objetivo é compreender a “grande sintagmática da semiosfera”.⁵⁷

No livro *Pratiques sémiotiques*, Fontanille (2008a, p. 9) argumenta que a semiótica greimasiana, de uma maneira geral, interpretou o princípio hjelmsleviano de imanência como uma limitação, o que fez com que a análise fosse reduzida ao escopo do texto. De

⁵⁶ “[...] un plan d’expérience ne peut être converti en un plan d’immanence que si et seulement s’il donne lieu à la constitution d’une sémiotique-objet, autrement dit s’il fait apparaître la possibilité d’une fonction sémiotique entre un plan d’expression et un plan du contenu” (FONTANILLE, 2008, p. 18).

⁵⁷ O conceito de semiosfera é um empréstimo da semiótica desenvolvida por Yuri Lótman e outros pesquisadores, conhecida como Escola de Tártu-Moscou. A semiosfera é o campo cultural em que os indivíduos experienciam a significação. Fontanille não apenas utiliza o termo da *Escola de Tártu-Moscou*, como desenvolve os níveis de pertinência do plano da expressão da semiótica das culturas a partir da definição de semiosfera.

acordo com o semioticista, essa estratégia teria sido eficaz para definir o objeto da semiótica estrutural em seu período de formulação teórica, tratando-se, portanto, de uma espécie de garantia de que a teoria não cederia às tentações de um escopo extratextual ou extralinguístico; estabelecer, naquele momento, o texto como um limite seguro foi necessário para que se tornasse possível, de um lado, a construção de uma metodologia de análise imanente e, de outro, a delimitação do campo de investigação da semiótica. Em uma passagem do seu livro, lemos:

Aquela redução ao texto é legítima e necessária nos limites assumidos por uma semiótica textual, como a desenvolvida por F. Rastier, mas deve ser discutida a partir do momento em que esses limites sejam ultrapassados, especialmente na perspectiva de uma semiótica das culturas, quando não de uma semiótica geral (FONTANILLE, 2008a, p.9, tradução nossa).⁵⁸

Ao falar sobre o desenvolvimento da semiótica e dos objetos de análise, Fontanille assim resume um primeiro momento da teoria: “na falta de algo melhor, tudo se converte em ‘texto’: a cidade é um texto, a história é um texto, o perfume é um texto, o mundo sensível é um texto...” (FONTANILLE, 2008a, p. 10, tradução nossa)⁵⁹. Em nota de rodapé, o pesquisador compara o, assim denominado por ele, “movimento textualista” na semiótica greimasiana com uma outra versão praticada na semiótica peirciana, que, por sua vez, trataria todos os seus objetos como signo (“o homem é um signo, a cidade é um signo, o mundo é um signo...”), impondo, assim, as mesmas dificuldades para a expansão do objeto de análise, de maneira semelhante às pesquisas dos semioticistas filiados à semiótica de Greimas.⁶⁰

⁵⁸ Cette réduction au texte est légitime et nécessaire dans les limites assumées d’une sémiotique textuelle, comme celle développée par Rastier, mais elle doit être discutée dès que ces limites sont dépassées, notamment dans la perspective d’une sémiotique des cultures, si ce n’est celle d’une sémiotique générale.

⁵⁹ [...] et c’est ainsi, faute de mieux, que tout devient << texte >> : la ville est un texte, l’histoire est un texte, le parfum est un texte, le monde sensible est un texte...”

⁶⁰ Na nota de rodapé do texto original (FONTANILLE, 2008, P. 10), lemos: “L’autre version, d’inspiration peircienne

A partir dos trechos citados acima, podemos recuperar um sentido disfórico (e, talvez, pejorativo) conferido ao texto enquanto sinônimo de objeto semiótico, visto que é atribuído a ele a responsabilidade pela limitação do avanço da teoria; uma leitura isotópica das falas fontanillianas permite-nos recuperar o texto como uma espécie de empecilho, um redutor, para a expansão dos objetos de análise da semiótica. Isso acontece, de acordo com o autor, porque todos os objetos possíveis de análise eram, frequentemente, reduzidos ao texto, uma vez que não existiam, até então, conceitos formalizados na teoria para melhor defini-los. Daí surge, então, a necessidade sentida pelo pesquisador francês de elaborar um esquema que contemplasse os diferentes níveis de pertinência para uma análise semiótica.

Nesta perspectiva, Fontanille coloca de um lado o texto e, de outro, todos esses outros objetos (ex.: a cidade, o perfume, o mundo sensível, etc.) que a semiótica também teria interesse em analisar. Entende-se que alguns objetos semióticos, como a cidade, são assumidos como uma outra coisa que não um texto, e tomá-los como texto é sujeitá-los a uma espécie de redução de sua complexidade - limitação que precisa, aos olhos do pesquisador, ser ultrapassada com certa urgência, se atentarmos para o cenário atual da semiótica frente às necessidades do mundo contemporâneo.

A proposição deixa claro que, se no início do desenvolvimento do projeto da semiótica era aceitável que compreendêssemos o texto como o único objeto semiótico pelos motivos expostos, no momento atual de desenvolvimento da teoria, temos as condições necessárias para expandir o campo dos objetos de análise. De acordo com Fontanille (2008a, p.10), em um segundo momento da história da teoria, há uma expansão do campo dos objetos de análise, o que coloca em questão os limites do objeto da disciplina.

Assim, o próprio fazer da semiótica teria ultrapassado os limites textuais e ela se

(l'homme est un signe, la ville est un signe, le monde est un signe...) recontre évidemment la même difficulté."

interessaria, desde as últimas décadas, pela arquitetura, o urbanismo, o design, as estratégias de mercados, as experiências e, de maneira mais geral, pela construção de uma semiótica das situações. As pesquisas semiocognitivas e as sociossemióticas, neste ponto de vista, teriam contribuído para a expansão do campo de pesquisa da disciplina, exercendo certa pressão para que os semioticistas vislumbrassem para “além do texto”; sabe-se, como visto na seção anterior, que, grosso modo, esse pensamento é também compartilhado por Landowski.

O texto - ou melhor, o movimento “textualista” praticado por muitos semioticistas filiados à corrente greimasiana - é assumido no discurso de Fontanille como um empecilho, talvez o principal, para a expansão do campo dos objetos de análise. Tomar o texto como sinônimo de único ou principal objeto da semiótica é, nessa perspectiva, limitar a própria teoria não somente em termos de análise (dos objetos que os semioticistas analisam), mas, também, em termos teóricos e epistemológicos.

Após as críticas de Fontanille a respeito do, assim denominado por ele, movimento “textualista”, consideramos ser este o momento conveniente para a investigação do que o semioticista considera, em tese, como um texto. Em outras palavras, analisaremos a noção que o texto assume dentro da proposta elaborada e amplamente difundida pelo teórico. Tendo esses objetivos em vista, consideramos ser oportuna a retomada da proposta dos níveis de pertinência semiótica para analisarmos as acepções que sustentam o texto em sua obra.

2.2.1 Os níveis de pertinência semiótica

Ao considerar que, nas últimas décadas, a semiótica presenciou uma abertura do campo de suas investigações analíticas, Fontanille (2004), como vimos, declara existir uma

tensão entre o objeto que a disciplina declara ser o seu, neste caso, o texto, e os objetos que, de fato, analisa. Para o semioticista, a vocação da semiótica é a de estudar todos os fenômenos de significação produzidos no mundo natural, mas isso não é possível na prática, uma vez que a teoria declara explicitamente o escopo textual como o seu objeto de investigação, deixando de fora de seu arcabouço a análise de objetos que perpassam, por exemplo, a experiência de tomar um vinho ou fumar um cigarro.

Para resolver esse impasse, Fontanille propõe um percurso sustentado em planos de imanência, os quais pretendem ser, ao mesmo tempo, níveis de pertinência para a análise. Desta maneira, os planos visam, de um lado, a permitir que a análise seja contínua e, de outro, os níveis pretendem dar conta de uma semiótica com escopo mais amplo que o domínio do texto, uma semiótica da cultura, que tem como objetivo ser mais geral que uma semiótica textual.

Os planos de imanência foram concebidos em uma hierarquia composicional, cujos níveis inferiores são condição para a existência do nível seguinte; o nível superior vê-se apto a considerar como pertinentes para análise os elementos que não foram contemplados na articulação do nível inferior. A disposição atual do percurso pode ser conferida no organograma (ver Quadro 1) a seguir:

Quadro 1: Níveis de pertinência semiótica

Tipos de experiência	Instâncias formais	Interfaces
Figuratividade	signos ↓	formantes recorrentes
coerência e coesão interpretativas	textos-enunciados ↓	isotopias figurativas de expressão
		dispositivo de enunciação / inscrição
Corporeidade	objetos ↓	suporte formal de inscrição
		morfologia práxica
Prática	cenar práticas ↓	cena predicativa
		processo de acomodação
Conjuntura	estratégias ↓	gestão estratégica das práticas
		iconização dos comportamentos estratégicos
étnos e comportamento	formas de vida	estilos estratégicos

Fonte: adaptado de Fontanille (2008a, p. 34, *tradução nossa*).

Ao recuperar a conhecida proposição de Hjelmslev de que os dados do linguista devem ser provenientes do texto, Fontanille alerta: a condição não é a mesma para o semiótico, “que trabalha também com os ‘objetos’, com as ‘práticas’ ou com ‘formas de vida’ que estruturam áreas inteiras da cultura” (FONTANILLE, 2008a, p. 15, *tradução nossa*)⁶¹. O estudioso chama atenção para o fato de o texto-enunciado ser apenas um entre outros níveis que fazem parte do objeto de análise dos semióticos; se, até então, o texto era tido como o “todo” para o linguista, a situação não é a mesma para o semiótico. Para ele, há outras significações que são produzidas em instâncias superiores a esse nível, como é o caso dos objetos, que se enquadram no nível das práticas semióticas.

⁶¹ “[...] cela n’est plus vrai pour le sémioticien, qui a affaire aussi à des << objets >>, à des << pratiques >> ou à des << formes de vie >> qui structurent des pans entiers de la culture.”

Desta maneira, para melhor compreender a proposta preconizada por Fontanille e, também, as acepções que sustentam a noção de texto em sua teoria, explicaremos, nos subseções seguintes, ainda que brevemente, cada um dos níveis de pertinência semiótica presentes em sua proposta.

1.1 Signos

Os signos são unidades mínimas, cuja constituição é composta pelos formantes e traços distintivos. De acordo com o esquema disposto (Ver quadro 1), o tipo de experiência possível, para esse nível, é a da figuratividade.

Fontanille (2008a, p. 18) ressalta a passagem de uma teoria semiótica do signo para uma semiótica do texto na história recente da semiótica de Greimas, mais especificamente, ao longo dos anos 1970.⁶² Tal afirmação merece, a nosso ver, certa cautela, pois, como procuramos demonstrar no *Cap. 1*, no estudo realizado sobre as obras selecionadas de Greimas (*Sémantique structurale* – 1966; *Sémiotique et sciences sociales* – 1976; “L’énonciation (une posture épistémologique)” –; em coautoria com J. Courtés, *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage* – 1979), a teoria visava o texto desde o início do projeto; na obra considerada fundadora da disciplina, *Sémantique structurale* (1966), pode-se observar como o texto é concebido, já neste prelúdio teórico, como objeto da semiótica.

Nessa mesma obra, Greimas analisa, entre outras coisas, as condições para a existência de isotopias, o próprio texto, o *corpus* e o discurso. Sendo assim, não nos parece exagero a afirmação de que a semiótica se constrói enquanto teoria visando o texto - esse

⁶² “Dans l’histoire récente de la sémiotique, c’est au cours des années 1970 que s’effectue le passage d’une sémiotique du signe à une sémiotique du texte.”

entendido como um conjunto global significante. Se vemos a necessidade de elencar um ganho teórico, especificamente sobre o objeto da semiótica, entre a publicação de *Sémantique structural* (1966) e, dez anos mais tarde, de *Sémiotique et science sociales* (1976), trata-se, antes, e sobretudo, da abrangência da noção do texto, que passa de um objeto de substância linguística para um objeto geral, com a possibilidade de ser manifestado em substâncias diversas. Tal fato foi decisivo para que os objetos analisados nos estudos greimasianos tivessem um escopo mais amplo do que aqueles estudados pela Linguística da época e para que a disciplina firmasse suas bases e fronteiras teóricas enquanto uma semiótica.

Diante dessa discussão, analisaremos o segundo nível de pertinência, o do texto-enunciado, que está localizado imediatamente superior ao nível dos signos.

1.2 Textos-enunciados

O texto aparece como um dos níveis de pertinência; ele é sintetizado como “texto-enunciado” na formulação da proposta. Fontanille (2008a, p. 20) explica que um texto-enunciado é um conjunto de figuras semióticas ordenadas em um conjunto homogêneo graças à sua disposição em um mesmo suporte ou veículo, os quais podem ser do tipo unidimensional (ex. discurso oral), bidimensional (ex. texto escrito e imagem) ou tridimensional (ex. língua de sinais).

O texto-enunciado é definido como um conjunto significante e os seus elementos constitutivos são as figuras e configurações (FONTANILLE, 2008a, p. 18). Esse conjunto é uma totalidade e pressupõe uma intencionalidade, assim como reforça o autor nesta passagem:

[...] tentamos apreender uma totalidade que se dá como uma inteireza composta de figuras, na forma material de dados textuais (verbais ou não-verbais), e tentamos interpretá-lo: não é mais uma questão de identificar e reconhecer, mas de atribuir uma direção significativa, uma intencionalidade (FONTANILLE, 2008a, p. 19, tradução nossa).⁶³

Dessa maneira, a experiência textual constitui um conjunto que pressupõe, por um lado, uma força de direção e, por outro, uma intenção interpretativa. Esse conjunto é constituído por duas faces no ponto de vista da imanência: a formal e a substancial. A primeira acolhe a coerência das figuras-signos (a isotopia) do nível inferior; a segunda contribui para a existência de um objeto-suporte que se configura como um “dispositivo de inscrição”. Esta última reclama, em um nível de pertinência superior, um “suporte” de inscrição que será responsável por dar-lhe o estatuto de “corpo-objeto”.

No entanto, Fontanille reforça em seus escritos a necessidade de ultrapassarmos, no labor da análise, o nível de pertinência do texto - o que já vem acontecendo, de acordo com ele, há algum tempo na semiótica com os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores como Jean-Marie Floch e Éric Landowski. Nessa perspectiva, a limitação do texto está, justamente, em sua natureza enunciada, impedindo, por exemplo, que as significações em curso sejam consideradas como objetos válidos pela disciplina. Tendo em vista a relevância dessa questão, vamos dedicar-lhe maior atenção na seção 2 deste capítulo, quando discutiremos a natureza do texto no interior dos níveis de pertinência propostos por Fontanille frente às acepções de textos já cristalizadas na semiótica de Greimas.

Seguindo a ordem da leitura dos níveis de pertinência, analisaremos o próximo nível, o dos objetos, nos quais são ancorados os textos-enunciados.

⁶³ “[...]on tente de saisir une totalité qui se donne comme un entier composé de figures, sous la forme matérielle de données textuelles (verbales ou non-verbales), et on s’efforce de l’interpréter: il ne s’agit plus alors d’identifier et de reconnaître, mais d’attribuer une direction significative, une intentionnalité.”

1.3 Objetos

Os objetos-suportes são estruturas materiais tridimensionais e possuem um estatuto fenomenológico, permitindo, assim, o emergir da experiência; por serem dotados de uma morfologia e de uma funcionalidade, eles possuem, muitas vezes, uma forma exterior identificável, proporcionando o reconhecimento de um uso ou de uma prática mais especializada ou menos, que expressa e determina os papéis e os atos enunciativos requeridos pelo objeto (FONTANILLE, 2005, p.19).

A título de exemplificação, utilizaremos uma peça do vestuário usada no dia a dia: a camiseta. Ela permite observar como o próprio objeto pode oferecer uma morfologia autoexplicativa que identifica o seu uso; nesse caso, a etiqueta e as costuras indicam o lado do avesso, assim como o diâmetro dos buracos no objeto sinalizam que partes do corpo humano devem ser passadas por cada um deles. A impressão de imagens e de frases colabora também nesta tarefa; pela observação delas, o usuário tem a percepção se o objeto está, por exemplo, de cabeça para baixo, do avesso ou de trás para a frente. Observa-se que a própria morfologia do objeto delimita como ele deve ser manuseado pelo sujeito, ou seja, ela explica a sua funcionalidade, permitindo a identificação do seu uso.

Fontanille (2008a, p. 22) cita o caso do envelope utilizado em cartas: o objeto é selado pelo “remetente” e só pode ser aberto por um sujeito que tem a competência para fazê-lo - o destinatário ou um agente designado do serviço de entrega, no Brasil, os Correios, por exemplo, que tenha a autorização para manipular o objeto-suporte para fins de segurança. O texto escrito no envelope destina-se ao sujeito que receberá a carta, mas, também, ao próprio serviço de entrega, que precisará ler os dados do destinatário para entregar a correspondência ou, então, ler os dados do remetente para devolver a carta ao

local correto. No entanto, o conteúdo do texto da carta dirige-se somente ao destinatário.

Este é um bom exemplo para observarmos como um mesmo objeto pode ter diferentes textos inscritos e, também, dois ou mais propósitos enunciativos. Para o semioticista francês, essa constatação demonstra que

“não é o conteúdo do texto que permite estabelecer a diferença entre os dois tipos de interações enunciativas, mas, sim, a natureza do suporte e as modalidades de inscrição, e, neste caso, a dupla morfologia do objeto de escrita” (FONTANILLE, 2008a, p. 22, tradução nossa).⁶⁴

Nesse último exemplo citado, o objeto tem dois papéis a serem desempenhados: de um lado, ele é o suporte do texto, isso é, onde o texto será inscrito, e, de outro, ele se configura como um dos atores das práticas semióticas, pois a sua morfologia contribui para o ato da inscrição e para a prática envolvida (Cf. FONTANILLE, 2008a, p. 22). Compreendemos, assim, que as propriedades do objeto requerem uma determinada prática; a prática, por sua vez, tem as condições necessárias para descrever a manipulação do objeto e, conseqüentemente, dos textos inscritos nele.

1.4 Cenas predicativas: as práticas

As práticas estão presentes no programa narrativo da semiótica e podem ser compreendidas como comportamentos e ações. Na proposta de Fontanille, elas são definidas como “semióticas”, uma vez que são constituídas por um plano da expressão e um plano do conteúdo, podendo ser consideradas objetos de análise da disciplina da

⁶⁴ “[...] ce n’est pas le contenu du texte qui permet de faire la différence entre les deux types d’interactions énonciatives, mais bien la nature du support et les modalités de l’inscription, et, en l’occurrence, la double morphologie de l’objet d’écriture”.

semiótica.

O que as diferencia dos textos-enunciados é a característica que possuem de produzirem o sentido ao mesmo tempo em que este está em curso, isto é, em seu próprio movimento; elas remetem, em geral, à concepção de significação concebida como dinâmica.⁶⁵ Dada a característica da dinamicidade, as práticas, de modo diferente de uma narrativa textual, não se estruturam em uma transformação entre uma situação x inicial e uma situação y final, resumida na fórmula $x \rightarrow y$. Caso isso acontecesse, afirma Fontanille (2008a, p.27), seria o mesmo que reduzir as práticas à “textualização” e, assim, desconsiderar a dimensão “em ato”, que é a principal característica desse nível de pertinência semiótico.

Em outras palavras, as práticas não são objetos segmentados; ao se apresentarem em curso, tem-se uma espécie de *continuum*. Ressaltamos, no entanto, que embora concordemos com o autor de que as práticas em si não são, *a priori*, objetos segmentados, a delimitação de um início e de um fim são indispensáveis do ponto de vista metodológico da teoria para que uma análise possa ser depreendida. Chama-nos atenção, também, o fato de o próprio Fontanille considerar a cena como a instância formal da prática: uma cena só pode ser considerada como tal, neste ponto de vista que assumimos, pela delimitação dos limites em seus extremos, isto é, do início e do fim.

Lembramos que as práticas aparecem no *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS & COURTÉS, 1979 [2003]) como “práticas semióticas/sociais e verbais”. As primeiras, na versão de Greimas e Courtés, correspondem aos processos semióticos reconhecidos no mundo natural e as segundas, às práticas discursivas das línguas naturais. Por sua vez, a leitura de Fontanille compreende as práticas como um processo aberto e circunscrito em

⁶⁵ Usamos a expressão “textos-enunciados” no sentido empregado na proposta de Fontanille.

uma cena. Nesta perspectiva, os processos de construção e de emergência da significação são tidos como mais importantes do que os resultados propriamente ditos.

Essa ideia endossa a crítica que Fontanille faz, com certa frequência, ao texto quando concebido como sinônimo de (único) objeto semiótico; para o semioticista, a “significação em ato” só pode ser apreendida no nível das práticas e não do texto-enunciado. Considerar o texto-enunciado como único objeto semiótico é deixar de considerar toda a significação existente no nível de pertinência superior.

Se pensarmos a partir do ponto de vista do texto-enunciado, um dos maiores ganhos obtidos com a postulação das práticas enquanto semiótica é a possibilidade de compreender a presença do texto em uma dada cultura, assim como o seu “contexto” de circulação. Uma semiótica das práticas não visa “mergulhar” o objeto de análise em seu contexto, mas o inverso.⁶⁶

Fazendo referência à expressão usada por Éric Landowski (1985, p.195) sobre a importância do contexto, Fontanille explica que, nas práticas, trata-se de “integrar o contexto no objeto a ser analisado, tirando todas as consequências do fato de que, semioticamente falando, o contexto não se situa *nem a montante nem a jusante, no cerne / no âmago da língua*” (FONTANILLE, 2008a, p. 14, tradução nossa).⁶⁷

Para que as práticas possam ser identificáveis em uma cultura, elas são cristalizadas em uma forma de vida; para tal é necessário que haja um rearranjo sintagmático entre elas. Esse fenômeno toma lugar no próximo nível de pertinência, denominado de estratégias.

⁶⁶ Voltaremos a falar sobre as práticas e a relação entre o texto e o contexto no *Cap. 3*.

⁶⁷ “Proposer une sémiotique des pratiques ne consiste donc pas à plonger un objet d’analyse quelconque dans son contexte, mais au contraire à intégrer le contexte dans l’objet à analyser, en tirant tout les conséquences du fait que, sémiotiquement parlant, le contexte ne se situe << ni en amont ni en aval, mais au coeur du langage>>”.

1.5 Estratégias

No nível das estratégias, cada cena prática acomoda-se no espaço e no tempo em relação às outras cenas e práticas – sejam essas concomitantes ou não. Diferente do nível anterior, aqui, não se trata de uma prática particular, mas, sim, de uma composição sintagmática das práticas, responsável pelas suas conjunturas, superposições, sucessões, sobreposições e/ou coocorrências. Dizemos, então, que a instância das estratégias pode ser definida como a composição sintagmática das práticas entre si.

Na proposta de Fontanille (2008a), as estratégias são compreendidas como objetos semióticos, uma vez que novas significações são geradas na reorganização das práticas em um conjunto mais geral. Neste nível, as práticas se acomodam para gerar formas de vidas; trata-se de uma instância em que a significação é produzida no fazer da esquematização. Como exemplo, pensemos nos costumes sociais e nos comportamentos mais complexos que apenas podem ser compreendidos na intersecção entre diferentes práticas; é a organização sintagmática de duas ou mais cenas predicativas que produz um dado rito. Isso posto, podemos compreender, inclusive, o próprio nível da estratégia como uma prática de gestão de práticas, uma vez que ele acomoda, combina, coordena e produz outras práticas.

Em seu livro *Pratiques sémiotiques*, em nota de rodapé, Fontanille (2008a, p. 29) afirma a possibilidade de transformar as estratégias em textos-enunciados, como no caso da receita de cozinha, cuja leitura pode ser entendida como um meta-discurso; o fenômeno acontece quando um dos níveis de pertinência não é unidirecional em suas atualizações concretas. Dessa maneira, na receita, um nível inferior (o texto-enunciado) pode funcionar como um meta-discurso para um nível superior integrante (a prática) por meio de um nível

intermediário (o objeto).

Depois de retomar alguns dos pontos que consideramos essenciais para a compreensão das estratégias, analisaremos o último nível de pertinência, denominado formas de vida; nele, as cenas práticas já foram estabilizadas no interior de uma cultura graças às estratégias, permitindo que diferentes significações sejam geradas.

1.6 Formas de vida

As formas de vida estão ao final do percurso gerativo do plano da expressão da semiótica das culturas.⁶⁸ Elas representam o plano, por assim dizer, mais rico da imanência; a instância que permite que diferentes objetos semióticos (signos, textos-enunciados, objetos, práticas e estratégias) agrupem-se para dar existência ao “sentido da vida”. Elas são, na versão atualizada da teoria fontanilliana (Cf. FONTANILLE, 2008a; 2008b), o último nível em que se pode operar semioticamente.

As formas de vidas são estruturadas a partir da repetição e da regularidade do conjunto estratégico adotado na articulação das cenas práticas. Como último nível, elas herdam todas as formas pertinentes esquematizadas, anteriormente, no percurso: as figuras, os textos-enunciados, os objetos e as práticas específicas. A junção de uma experiência subjacente, advinda do sentimento de identidade, é convertida em uma forma de vida, a qual se vê capaz de produzir uma configuração pertinente, e mais geral, para a análise das culturas.

⁶⁸ A noção de “forma de vida” é herdada de Wittgenstein. Os semioticistas vão ler a seu modo o conceito emprestado do filósofo (muito diferente das leituras filosóficas que já haviam sido feitas).

Nesse nível, existe uma experiência semiótica que dá lugar ao sentimento de identidade do *éthos*, graças à regularidade de um conjunto de processos e acomodações que ocorreram no nível anterior. Dessa maneira, é possível observar o “enraizamento sensível das organizações coletivas” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p.153), pois há o acúmulo de comportamentos de diversos atores e, também, a cristalização das práticas circunscritas em uma dada cena.

A forma de vida apresenta-se, portanto, como um esquema de vida, de tal maneira que só pode ser uma forma de vida quando é esquematizada; essa característica é enfatizada por Fontanille e Zilberberg (2001 [1998]) quando afirmam que o seu conteúdo é “esquemático, se se entende esquema como seleção, discursivização e a valorização de uma categoria dominante em um dado discurso” (p. 153). Mais adiante, os semioticistas lembram que as formas de vidas são conjuntos mais globais que “integram e ajustam os esquemas mais particulares”. Uma forma de vida “pode ser entendida como ‘esquema dos esquemas’, fruto da coerência e do sentido de todos os esquemas imanentes a um conjunto discursivo oriundo de uma enunciação” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p. 155).

Comparando os dois teóricos estudados, Landowski e Fontanille, podemos dizer que essa é uma das principais características que diferenciam a “forma de vida” fontanilliana do “estilo de vida” landowskiano; enquanto o estilo é da ordem da pontualidade e incide sobre o local, a forma é um esquema sintagmático com dimensão global e durativa. Para que existam as formas de vida é necessário ter uma certa isotopia dos conteúdos. Ou seja, ela reclama a presença de uma recorrência e de uma coerência dos elementos internos do conjunto significante.

Não tivemos a intenção de fazer uma leitura aprofundada sobre a proposta de níveis de pertinência e de imanência de Fontanille (2008a; 2008b). Alguns semioticistas já se

debruçaram sobre o assunto, levantando discussões sobre o uso operacional do modelo e outras questões teóricas. Dentre eles, ressaltamos Badir (2009) que faz críticas direcionadas à organização do esquema fontanilliano. A grosso modo, o semioticista belga: (i) questiona a diferença entre as instâncias dos dois primeiros níveis em comparação aos seguintes; para ele, signos e textos pertencem especificamente à semiose, não sendo esse o mesmo caso para os objetos-suportes, as cenas e as estratégias; (ii) menciona a inerente dificuldade em sabermos, durante a análise, em qual plano estamos propriamente operando e, também, em como mantermo-nos nesse mesmo plano, uma vez que as unidades pertencentes aos níveis superiores de um determinado nível são correlacionadas às unidades pertencentes ao outro; (iii) enfatiza que a proposta não leva em consideração a distinção entre práticas interpretativas e práticas produtivas, ou seja, as práticas que são da ordem da interpretação e da cognição e as práticas que são, de maneira diferente, próprias do fazer.⁶⁹

Atentando para o escopo do presente trabalho, consideramos ser necessária a apreensão de um olhar mais atento à discussão sobre as acepções que a noção de texto assume na obra de Fontanille. Tendo isso em vista, na seção seguinte, discutiremos o estatuto do objeto semiótico e do texto na proposta de níveis de pertinência e de imanência.

2.2.2 A noção de texto em Fontanille

Para adentrar a discussão de como a noção de texto é arquitetada na teoria fontanilliana, é preciso, antes de mais nada, compreender o lugar teórico em que a sua existência torna-se possível. Esse espaço é conhecido, na obra do autor, como semiosfera,

⁶⁹ Para mais informações a respeito do assunto, consultar Badir (2009). O autor apresenta, ao final de seu texto, uma proposta de esquema alternativo ao de Fontanille, que visa a considerar as questões que ressaltamos.

rementendo à semiótica de Lotman. Esta é concebida, não como um objeto semiótico em si; trata-se, antes, de um ambiente fértil para que qualquer objeto semiótico exista. Em outras palavras, a semiosfera não é o resultado de uma semiose; ao contrário, ela é responsável por propiciar as condições para que diferentes e múltiplas semioses surjam no universo semiótico.

A semiosfera, da maneira como está sendo concebida, parte de uma biosfera - um espaço mais geral onde todas as diferentes semioses são possíveis -, correspondendo, assim, às condições para a existência das linguagens e das comunicações em um quadro mais amplo de possibilidades de semioses. A relação mantida por elas é de parte e todo, de maneira que as formas de vida são consideradas como um tipo de semiose, entre outros, no escopo da semiosfera, e esta é integrante de um conjunto mais geral, denominado biosfera.⁷⁰ Assim, o objeto semiótico é sempre o resultado de uma semiose - resultante do processo que conduz a junção de um plano de expressão a um plano do conteúdo. Como consequência desse processo, têm-se a análise, a segmentação, a dedução, a construção narrativa, passional e figurativa (FONTANILLE, 2017).

Ao recuperar o esquema de níveis de pertinência e imanência, constata-se que o texto-enunciado refere-se a uma totalidade composta por figuras, sob a forma material de dados textuais, verbais ou não verbais, em que se exige uma dada interpretação (ou leitura). Enquanto os signos requerem identificação e reconhecimento, o texto-enunciado, por sua vez, solicita a atribuição de uma direção significante, uma espécie de intencionalidade, que só é possível – e requerida de maneira cada vez mais intensa - a partir do seu nível de pertinência.

⁷⁰ A semiose é a operação na qual o plano de expressão é definido ao entrar em correlação com o plano do conteúdo. Para mais informações sobre o uso do termo na obra do semioticista, o leitor poderá consultar a entrada “sémiose” no “Glossário”, incluído ao final do último capítulo do livro *Formes de Vie*, elaborado por Fontanille (2017).

Quando contrapomos a acepção de texto fontanilliana e, mais especificamente, o que o autor denomina *texto-enunciado*, com a de *texto* greimasiano (e, por consequência, hjelmsleviano também), temos a impressão de estar diante de dois níveis teóricos (e, talvez, epistemológicos) diferentes.⁷¹ Sobre isso, duas principais questões parecem-nos saltar de imediato, cujas explicações apresentaremos a seguir.

A primeira diz respeito à própria extensão do objeto; a noção de texto-enunciado é mais restritiva do que a noção de texto já consolidada na obra de Greimas. O possível reducionismo, mencionado por Fontanille em diferentes ocasiões, causado pelo “apego” de alguns estudiosos à textualidade parece estar mais para a acepção de texto que o professor de Limoges concebe em sua teoria do que para a noção que já estava presente, até então, na semiótica. Se voltarmos a uma das obras mais consagradas e utilizadas entre os semioticistas, o *Dicionário de Semiótica* (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979]), encontraremos menções ao texto como “eixo sintagmático das semióticas não linguísticas”, de maneira que “um ritual, um balé podem ser considerados textos ou discursos” (p. 503) e, também, como “totalidade de uma cadeira linguística, ilimitada em decorrência da produtividade do sistema” (p. 503).

Na passagem a seguir, os autores definem o texto para além dos aspectos do enunciado, considerando, também, as propriedades da enunciação. De acordo com eles, o texto é

[...] uma grandeza considerada anteriormente à sua análise. Ora, é sabido que a análise pressupõe sempre a escolha de um nível de pertinência e não procura reconhecer senão determinado tipo de relações, excluídas outras que são igualmente possíveis de serem determinadas (a substância ou forma, sintaxe ou semântica, etc.). Daí resulta uma nova definição segundo a qual o texto se constitui apenas de elementos semióticos conformes ao projeto teórico da descrição. É nessa acepção que se falará, por exemplo, de texto enuncivo (que se obtém uma vez eliminadas as marcas de enunciação). É igualmente nesse sentido que é possível interpretar “o texto

⁷¹ Cf. *Capítulo 1*. Na ocasião, discorreremos sobre as acepções de texto na obra de Hjelmslev e, em seguida, em Greimas.

como produtividade” (J. Kristeva), conceito que subsume o conjunto das operações de produção e das transformações do texto, e que procura levar em conta, ao mesmo tempo, propriedades semióticas da enunciação e do enunciado. (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 503).

A definição fontanilliana de texto como um (conjunto de) enunciado(s) estabilizado(s) em um dado objeto-suporte parece ser mais restritiva do que a definição dada pelos autores do *Dicionário*. Enquanto Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 503) consideram, inclusive, um ritual, isto é, uma determinada prática, como texto, a acepção de Fontanille, por outro lado, distingue o texto (texto-enunciado) das práticas e outros tipos de objetos semióticos, *a priori*, não estabilizados em um dado suporte e que já eram considerados textos pela semiótica.

A segunda questão ancora-se na própria diferença da natureza das contribuições de Hjelmslev, Greimas e Fontanille. Enquanto Hjelmslev construiu uma teoria que visava um estudo da linguagem, Greimas desenvolveu uma metodologia para a análise do plano do conteúdo e os aportes teóricos e epistemológicos para a concepção de uma ciência da significação; Já Fontanille concentrou-se, principalmente, na contribuição de um modelo teórico-metodológico para análise, menos preocupado com as questões próprias de uma epistemologia. Se compararmos as três propostas, observamos que elas não se encontram no mesmo nível de pertinência teórica, pois têm naturezas e motivações diferentes.

Essa constatação repercute na noção de texto de Hjelmslev-Greimas e Fontanille. O texto greimasiano, por exemplo, tem potencial para abarcar todos os níveis de pertinência da proposta de Fontanille que estão localizados em nível superior ao signo. Assim, a acepção desse último semioticista não chega a romper com a acepção de texto da semiótica, mas reajusta, realoca, uma acepção específica de texto (texto-enunciado) para dentro de uma proposta metodológica que visa a dar conta de uma noção mais ampla e geral de texto (se entendemos as práticas, as estratégias e formas de vida como objetos

textuais) tal como ela é compreendida na semiótica.

A partir dessas duas constatações, podemos dizer que o objeto da semiótica engloba os diferentes níveis de pertinência apresentados no plano de expressão da semiótica das culturas de Fontanille – mesmo o signo pode ser compreendido como um texto. Se entendemos o texto como sinônimo de objeto da semiótica, este é presente desde o primeiro até o último nível de pertinência. Por exemplo: as estratégias foram definidas por Fontanille como o encadeamento de sintagmáticas que compõem as formas de vida. Na semiótica, um eixo sintagmático, e a sua composição, é um texto, se este for entendido em uma acepção mais ampla.

No entanto, o uso do termo “texto-enunciado” deixa entrever a acepção de texto apenas como um objeto empírico, ignorando a outra face do objeto, um modelo formal. Marrone (2008, s/p) lembra que, na semiótica, o texto é, também, modelo formal e serve para explicar e compreender todos os fenômenos humanos, culturais e históricos. Para Fontanille, a noção de texto se restringe à de objeto – e não é todo objeto da semiótica, mas somente o objeto enunciado em um suporte estável (por exemplo: um texto impresso em um papel). No entanto, com o objetivo de ser um modelo de análise de fenômenos não apenas linguísticos, mas também sociais e culturais, a própria semiótica já havia assimilado a noção de texto complexa: o objeto semiótico empírico (o texto-objeto) e o modelo formal (o texto epistemológico).

Pelo menos essas duas grandes noções de texto pairam sobre o imaginário dos semioticistas e causam, por vezes, equívocos e infinitas distinções em nome de “revoluções epistemológicas”. Marrone (2008) argumenta que, em busca de uma superação da “posição dita textualista”, Fontanille propõe “um percurso gerativo da expressão⁷² que pode

⁷² Em sua primeira versão, a organização dos conhecidos níveis de pertinência é apresentada pelo semioticista como um percurso gerativo da expressão. Esse posicionamento foi abandonado por Fontanille nas reformulações mais

finalmente fundar uma verdadeira semiótica das culturas, em nome, seguindo Benveniste, do princípio de integração progressiva dos objetos de análise [...] (s/p., tradução nossa).⁷³ Assim, em sua proposta, ele faz uso metalinguístico de “texto”, isto é, como um objeto dado (texto-objeto), o que lhe faz sentir a necessidade de “ultrapassar” o “cercado textualista” em nome dos outros objetos semióticos que não são considerados parte do escopo dessa textualidade.

Na percepção de Marrone (2008, s/p.), o movimento de Fontanille, assim como de outros semioticistas que organizaram propostas parecidas, pode ser entendido como uma “re-ontologização do texto”. A seguir, ele explica que:

não é por acaso que Fontanille, como exemplo dessa necessidade de ultrapassar os limites do texto, cita o campo de análise de autores como Floch (a arquitetura, o urbanismo, o design de objetos, as estratégias de mercado, a degustação de um charuto ou de um vinho) e Landowski (semiótica das situações, da experiência, do contágio, do ajustamento estético e do perigo das vicissitudes). Portanto, se devemos abandonar o slogan de Greimas (“fora do texto, não há salvação”) é, também, para integrar na teoria semiótica os trabalhos de alguém como Floch, ou seja, justamente da pessoa que tomou essa expressão de Greimas como slogan para seus trabalhos sobre marketing e comunicação [...] (MARRONE, 2008, s/p., tradução nossa).⁷⁴

O slogan greimasiano continua valendo, assim, para os dias atuais porque a noção de texto que ele pressupõe contempla a acepção de objeto semiótico e as diferentes experiências humanas e práticas sociais. O conceito de *texto-enunciado* fontanilliano,

recentes de sua teoria.

⁷³ “[...] un *parcours génératif de l’expression* qui puisse finalement fonder une véritable sémiotique des cultures, au nom, suivant Benveniste, du principe d’intégration progressive des objets d’analyse [...]”.

⁷⁴ “Ce n’est pas par hasard si Fontanille, comme exemple de cette nécessité d’outrepasser les limites du texte, cite le champ d’analyse d’auteurs comme Floch (l’architecture, l’urbanisme, le design d’objets, les stratégies de marché, la dégustation d’un cigare ou d’un vin) et Landowski (sémiotique des situations, de l’expérience, de la contagion, de l’ajustement esthétique et de l’aléa). Donc, s’il faut abandonner le slogan de Greimas (« hors du texte, point de salut ») c’est aussi pour intégrer dans la théorie sémiotique les travaux de quelqu’un comme Floch, c’est-à-dire justement de la personne qui avait pris cette expression de Greimas comme slogan pour ses travaux sur le marketing et la communication [...]”.

apresentado como nível de pertinência imediatamente superior ao signo, fundamenta-se sobre uma acepção restrita do termo, a fim de funcionar no esquema proposto pelo autor, mas não condizente às características de generalidade e complexidade que *texto* assume na obra de Greimas.

Abrimos o presente capítulo com a investigação da noção de texto na obra de Landowski, em seguida, averiguamos qual(is) acepção(ões) fazia(m)-se presente(s) nos escritos de Fontanille, analisando os resultados de ambos autores e contrastando-os com a noção de texto presente na obra de Greimas (Cf. Cap. 1). Falta-nos, ainda, investigar o trabalho de um outro semioticista contemporâneo a Greimas, inscrito no *corpus* de nosso trabalho. Trata-se de Claude Zilberberg. Em seus estudos, diferente dos dois primeiros teóricos, não há uma menção direta ou uma descrição de texto, todo o quadro dos elementos tensivos que propõe, ao contrário, parecem erigir a sua própria noção de texto – enquanto objeto semiótico – na teoria.

2.3 CLAUDE ZILBERBERG

As pesquisas de Claude Zilberberg, por vezes com a colaboração de Fontanille, condensadas na teoria conhecida como semiótica tensiva, destacam-se entre os diversos desenvolvimentos da semiótica após a década de 1980, sobretudo no decorrer dos anos 1990, depois da morte de Greimas, visto que Zilberberg engendra um quadro teórico que abriga os elementos sensíveis participantes da geração do sentido, de maneira que os conteúdos sensíveis sejam compreendidos em termos de categorias contínuas e possibilitem a compreensão do texto enquanto processo, dialogando, assim, com a teoria

de Hjelmslev⁷⁵.

Na análise da noção de texto na obra de Landowski e Fontanille, pincelamos, sobretudo, as menções de texto, textualidade, práticas e objetos semióticos (dentre outras, é claro, que se relacionam com o campo semântico textual) realizadas pelos autores. Há duas razões para adotarmos uma metodologia um pouco diferente para o estudo dos escritos zilberberguianos: i) o autor não menciona explicitamente o “texto” e tampouco descreve o que entende por “textualidade”. O principal motivo para essa (quase) ausência é a finalidade própria dos seus estudos no campo epistemológico. Por outro lado, ii) não encontramos, até o momento da escrita deste trabalho, nenhum estudo que analise a noção do texto na teoria zilberberguiana.

Tendo isso em vista, consideramos ser necessário, primeiro, retomar o percurso epistemológico da teoria tensiva para compreender como ela concebe a significação e os conteúdos sensíveis, e debruçarmo-nos, em seguida, mais especificamente, sobre a questão do processo textual. Para facilitar a leitura e a compreensão dos postulados de sua obra, que são importantes para a construção de uma ideia de objeto semiótico, estabelecemos, assim, três momentos distintos na construção da teoria de Zilberberg.

O primeiro deles corresponde ao período que compreende a virada da década de 1980 até o início dos anos 1990, fase em que Zilberberg publicou trabalhos como *Essai sur les modalités tensives* (1981), *L'essor du poème. Information rythmique* (1985) e *Raison et poétique du sens* (1988). Como momento zilberberguiano intermediário, selecionamos a segunda metade da década de 1990, quando o semioticista publica, com Jacques Fontanille, a obra *Tension et Signification* (1998), além de lançar, no ano seguinte, *Semiótica tensiva y formas de vida* (1999) e, depois, *Ensayos sobre semiótica tensiva*

⁷⁵ Cf. Cap. 1 neste trabalho.

(2000), período que se encerra na passagem para o novo milênio. Parece-nos plausível estabelecer, ainda, um terceiro recorte, considerando como momento inicial a publicação do livro *Éléments de grammaire tensiva* (2006) e do artigo “Pour saluer l’événement” (2008), abrangendo, de igual maneira, as últimas obras em formato de livro publicadas pelo semioticista: *Des formes de vie aux valeurs* (2011a) e *La structure tensiva* (2012).⁷⁶

2.3.1 Primeiro momento zilberberguiano: na esteira de Saussure e Hjelmslev

Elegemos, para ilustrar o primeiro momento, a obra *Razão e poética do sentido* (2006 [1988]). Desde o início do projeto tensivo, é notória a preocupação de Zilberberg com os conteúdos sensíveis colocados em segundo plano por algum tempo no modelo descritivo da semiótica de Greimas; é preciso dizer, no entanto, que no percurso da construção do projeto semiótico, ao longo dos anos 1980, o próprio Greimas passaria a dar indícios da necessidade de se estudar o “ser” - informação que pode ser comprovada nos estudos contidos no volume *Da imperfeição* (2002 [1987]).

Em seu livro *Passos da semiótica tensiva*, Tatit (2019) argumenta que, sendo o semioticista francês um ávido leitor de Hjelmslev, ele deu continuidade às muitas lições hjelmslevianas já adotadas por Greimas e recuperou outras tantas diretamente dos escritos linguísticos do dinamarquês. Sabe-se que uma das maiores contribuições de Hjelmslev para a semiótica foi a de retomar o modelo saussuriano de silabação e estendê-lo também ao plano de conteúdo.

⁷⁶ Algumas das obras mencionadas foram traduzidas para o português pelos professores Ivã Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas, são elas: *Razão e poética do sentido* (2006 [1988]), *Tensão e Significação* (2001 [1998]), *Elementos de semiótica tensiva* (2011b [2006]). Usaremos, no trabalho, quando for o caso, essas versões traduzidas das obras.

No apêndice “Princípios de Fonologia” do *Curso de Linguística Geral*⁷⁷, os alunos de Saussure, a partir dos cursos ministrados pelo linguista, propõem um método de análise estrutural dos fonemas, baseado nas categorias de abertura e fechamento. Saussure usou, como exemplo, a palavra *appa* e constatou que o primeiro [p] só pode ser realizado por meio do fechamento, enquanto o segundo [p] se abre [em relação ao som anterior,] para que seja possível realizar o som vocálico que vem em seguida. Tais movimentos podem ser descritos como (> <); a abertura é chamada de explosão (<), enquanto o fechamento recebe a denominação de implosão (>). Nesse modelo, os elementos devem ser considerados em sua relação na cadeia falada, ou seja, um elemento pode ser mais ou menos implosivo a depender dos outros elementos que o antecedem ou lhe sucedem.

A partir do momento em que a explosão passa a existir, ela automaticamente prevê uma implosão iminente na cadeia e o mesmo pode-se dizer da última; a implosão já é o preparo para uma próxima explosão, a não ser que haja uma interrupção do discurso. Os elementos internos estão em relação uns com os outros e não existem fora da cadeia. Com Saussure, a partir da abstração realizada mais tarde por Hjelmslev, é possível compreender que a cadeia pressupõe uma força de abertura e de fechamento, que leva da explosão à implosão e reciprocamente – essa força estabelece uma direção e um ritmo ao texto, com suas demarcações e segmentações, como foi observado por Tatit (1997).⁷⁸

Diante dessa discussão, consideramos ser necessária, como demonstra Tatit (2019), a leitura da “sílabas” do *Curso de Linguística Geral* como uma categoria abstrata e portadora de dois planos da linguagem: o conteúdo e a expressão, os quais contraem uma relação entre si. Quando Hjelmslev retoma a sílaba em um nível mais abstrato, ele encontra as

⁷⁷ *Curso de Linguística Geral (CLG)*, publicado pela primeira vez em 1916, por Charles Bally e Albert Sechehaye, a partir de anotações de cursos ministrados por Ferdinand Saussure.

⁷⁸ Para mais informações sobre o assunto, o leitor pode consultar: TATIT, Luiz. *Musitando a semiótica: ensaios*, São Paulo: Annablume, 1997, p. 18-22.

evidências suficientes para confirmar a existência de uma paradigmática e de uma sintagmática e de uma rede de relações: a paradigmática prevê a função de disjunção <<ou...ou>>, enquanto a sintagmática desenvolve-se pela função da conjunção <<e...e>> e desdobra-se na cadeia. Sobre ambos eixos, encontramos a seguinte afirmação nos estudos hjelmslevianos:

O próprio paradigmático determina o sintagmático, pois, de maneira geral e em princípio, pode-se conceber uma coexistência sem alternância correspondente, mas não o inverso. É por essa função entre o paradigmático e o sintagmático que se explica o seu condicionamento recíproco (HJELMSLEV, 1991 [1959], p. 168).

Chama-nos a atenção, nessa passagem dos *Estudos Linguísticos*, a percepção de Hjelmslev sobre a regência do sintagmático pelo paradigmático, cujo resultado é a relação de coexistência; isso proporcionará a Zilberberg, como demonstra Tatit (2019, p. 31-35), as direções necessárias para a formulação da sua teoria da tensividade, com os eixos da intensidade e da extensidade. O semioticista buscará responder como é que as relações paradigmáticas <<ou...ou>> passam para <<e...e>> e tornam-se relações sintagmáticas, ou melhor dizendo, como as relações de exclusões próprias do modelo binário de Jakobson tornam-se relações participativas.

Para ele, interessam muito mais as semelhanças do que as diferenças, uma vez que para existirem estas é preciso haver um número signifiante daquelas. É a partir de tais relações e da projeção da paradigmática sobre a sintagmática que os “modos” ganham existência na teoria tensiva; se os modos, por um lado, foram concebidos por Saussure, eles foram, por outro, desenvolvidos e expandidos por Greimas e, mais tarde, por

Tendo em vista os propósitos de Hjelmslev, de estudar a língua em seu nível frasal, o linguista descreve os tipos de funções no nível do sintagma. Se a função se dá entre duas categorias no interior de um sintagma, dizemos tratar-se de uma função homossintagmática (ex. os copos), em contrapartida, quando a função ocorre entre sintagmas diferentes, chamamo-la de função heterossintagmática (ex. eu lavarei os copos). A distinção é importante, observa Tatit (2007), porque é a partir da função heterossintagmática que Hjelmslev apresentará os *expoentes* e a noção de direção, considerados o germe para a concepção da *foria* na teoria semiótica elaborada por Zilberberg.

Essa afirmação deixa entrever a existência da função de *recção* nas relações, definida como um “movimento lógico e irreversível de um regente a um regido” (HJELMSLEV, 1991 [1959], p.165); em outras palavras, constatamos a presença de um termo regido e de um termo regente, que implicam necessariamente uma orientação na cadeia, a qual será explorada pela tensividade.

Na função heterossintagmática, os expoentes são todos aqueles paradigmas que podem contrair uma função de direção: são os acentos e as modulações no plano da expressão que, dada a sua própria natureza, não se limitam ao interior de um único sintagma. Os expoentes fundamentais podem ser intensos quando designam os acentos – um exemplo na glossemática são as categorias nominais (gênero e número) – ou, então, podem ser extensos se são modulações do tipo categorias verbais (tempo, modo e aspecto).

Hjelmslev observa que são os expoentes extensos que, ao se agruparem e criarem uma nexia, isto é, frases que se juntam para formar o período, contraem uma relação de

⁷⁹ Os modos na semiótica serão mais bem explicitados, em momento propício, no decorrer do capítulo.

direção; são exemplos de nexia a relação entre o sujeito e o predicado ou entre o verbo da oração principal e da subordinada. Por conseguinte, os sintagmas têm a possibilidade de contrair uma relação de direção; graças à função da recção - a atração existente entre os elementos no interior de uma cadeia. Tendo em consideração que uma grandeza somente pode ser definida pelo modo relativo, é necessário dar conta da “força de relação” prevista na categoria, que se faz presente em toda a cadeia semântica e que será generalizada por Zilberberg na tensividade (TATIT, 2007).

O semioticista tem a consciência de que o sentido só é apreendido por meio das experiências da percepção, sem a qual a existência não pode ser concebida. Zilberberg generaliza o modelo epistemológico de Hjelmslev, a fim de que possamos compreender a categoria como universal, com aplicação em todos os domínios semióticos e não mais restrita somente ao domínio linguístico da frase. Ele busca nos pares hjelmslevianos intenso vs. extenso e intensivo vs. extensivo a base teórica e a inspiração para o par intensidade vs. extensidade, central na concepção da tensividade. Em *Razão e poética do sentido* (2006 [1988]) o par intenso vs. extenso é posto em relação com o par tensão vs. relaxamento, momento em que a discussão sobre a foria ganha fôlego sob a pena de Zilberberg.

Quadro 2 – Subcategorias da foria e da tensividade

Fonte: Zilberberg (2006, p. 132).

Zilberberg elabora o quadro a partir da pressuposição de que em todo ponto da cadeia há uma *mobilização emocional*, na qual somos levados à *resolução de um contraste entre um programa e um antiprograma* (ZILBERBERG, 2006, p. 133). Do ponto de vista do

intenso, há uma temporalidade que aguarda a sua processualização, já do ponto de vista do extenso há uma temporalidade que a repara. A espacialidade segue uma lógica parecida. Na perspectiva do intenso, ela possui uma força de concentração, que pode ser tão forte a ponto de consumir o espaço que há em seu redor; já na perspectiva do extenso, a espacialidade é orientada por uma força de difusão, que pode, por sua vez, ser igualmente forte a ponto de consumir o seu próprio centro.

As tensões pressupõem, conseqüentemente, um fazer missivo; a parada (remissividade) é o antiprograma, mas para que a narrativa continue é preciso que se instaure a parada da parada (emissividade), uma força de continuação. Ambos os conceitos, de emissividade e remissividade, serão importantes para pensarmos na textualização na semiótica.

Neste ponto da formulação da teoria, em *Razão e poética do sentido* (2006), ainda não temos a formulação do par intensidade vs extensidade de Zilberberg, mas já há a presença dessas tensões que regem os sujeitos, que foram tomando corpo teórico desde *Essai sur les modalités tensives* (1981), obra que marca o início dos estudos da semiótica tensiva zilberberguiana. Nota-se nesses elementos uma relação entre o global e o ponto local em que ele se manifesta - desdobramento realizado a partir da dicotomia saussuriana de significado e significante. Outro aspecto interessante percebido em *Razão e Poética* é a já presença da noção de que o tempo e o espaço agem em razão inversa um do outro, pressuposto que será a base dos gráficos zilberberguianos e que aparecerão mais adiante na teoria do semioticista.

2.3.2 Segundo momento zilberberguiano: a teoria das valências

No segundo momento da teoria zilberberguiana, o semioticista, ao lado de Fontanille,

em *Tensão e Significação* (2001 [1998]), irá propor uma modificação na formulação dos modos de existência apresentados pela semiótica. Os autores retomam os modos de existência de *Semiótica das Paixões*, de Greimas e Fontanille (1993 [1991]), e propõem a alteração dos modos de existência da potencialização e da atualização. A potencialização passa a ser vista como uma memória, o retorno do uso em direção ao sistema, porque ela é compreendida como uma *perda de densidade existencial*, que leva da realização para a atualização. Por outro lado, o modo de existência da atualização reflete o *ganho da densidade existencial*, intensificando o foco, ao contrário da primeira que pressupõe a sua perda.

Na obra, Zilberberg e Fontanille (2001 [1998]) apresentam quatro propriedades para definir a paradigmática do valor, são elas: a dissimetria, a orientação, a reversibilidade e a concessão. A dissimetria é proposta a partir da concepção de termo preciso e termo vago de Hjelmslev e Deleuze; nessa relação entre *alguma coisa* vs. *qualquer coisa*, pressupõe-se uma relação de orientação para o *continuum* sensível apreendido. A propriedade da reversibilidade estabelece que o aumento de um *mais* tenha por correlato a diminuição de um *menos*, por exemplo, quanto mais a tensão é crescente, mais o relaxamento é decrescente. É a partir da generalização da reversibilidade que chegamos à concessão, quando se tem a consciência de que uma espécie de pequeno drama sobrevém em todo ponto do gradiente, o que resulta, por exemplo, em uma valência do movimento enfrentando uma valência do repouso.

Os semioticistas teorizam que os componentes em uma cadeia não devem ser tomados de maneira isolada; eles são positivos, por exemplo, desde que o outro receba uma orientação negativa. Isso quer dizer que os elementos são sempre considerados no princípio da relação e são determinados pelo papel que exercem frente ao outro elemento naquele contexto. Esse princípio é importante para que possamos compreender as

questões, que serão mais adiante explicitadas (Cf. Cap. 4), relacionadas à textualização.

Desde a *Semiótica das Paixões* (1993 [1991]) já havia a intuição de que os valores fossem regidos no espaço tensivo, por um lado, pelas valências da intensidade e, por outro, pelas valências quantitativas. No livro mencionado de Greimas e Fontanille, o funtivo intenso foi denominado de “somação”⁸⁰, uma *parada nas flutuações da tensão*. A generalização de Zilberberg do método de silabação de Saussure, como visto na primeira fase da semiótica Zilberberguiana, estabelece as demarcações e as segmentações para a grandeza sensível, que propiciarão um ritmo e uma direção no texto. O semioticista recupera um sistema rítmico no modelo de silabação saussuriano e expande-o para todos os domínios da semiótica; a explosão e a implosão, isto é, a abertura e o fechamento, configuram-se como uma força tensiva.

No *Categoria dos Casos* (1935), a partir da silabação de Saussure, Hjelmslev prevê que os casos intensos sejam os implosivos e locais, trata-se dos conteúdos nominais que agem no interior da cadeia. Por outro lado, os casos extensos são explosivos e globais, ultrapassam os sintagmas que recobrem e requerem um desdobramento na cadeia, como, por exemplo, o modo verbal e o aspecto, que não têm atuação pontual em um único sintagma isolado, ou seja, eles são extensos e alcançam o conjunto da frase.

O segundo par, intensivo vs. extensivo, é da ordem da paradigmática, o foco recai sobre o alcance da posição ocupada por um elemento no eixo semântico. Em português, o substantivo “homem” pode designar tanto o gênero masculino quanto o conjunto da categoria do gênero. Dessa forma, quando dizemos “os homens são maus”, referimo-nos a toda a espécie humana (homens e mulheres), mas se dissermos “as mulheres não são

⁸⁰ O termo francês *sommation*, traduzido por *somação* na edição brasileira de *Semiótica das Paixões*, seria mais tarde vertido como *assomo* pelos tradutores de Zilberberg, em *Elementos de semiótica tensiva*. Na tradução de *Tensão e significação* ainda é usado o termo “somação”.

confiáveis”, só estamos autorizados a pressupor que se trata do gênero feminino da espécie humana. Nesses exemplos, o homem é o termo vago e extensivo, pois ele se estende pelo eixo semântico e a sua significação é expansiva, já a mulher é o termo marcado, dito intensivo, localizando-se em uma única posição, dada a sua precisão semântica.

Os casos intensivos e extensivos foram introduzidos a partir dos princípios de participação e de exclusão. No *Résumé* (1975, p. 104), Hjelmslev sugere que toda exclusão tenha potencial para ser transformada em uma participação contraditória e vice-versa. Ao contrário do binarismo pregado até então pelo *Círculo de Praga*, o linguista dinamarquês introduz a lei da participação, na qual não temos apenas a oposição de A e não-A, mas um A que se opõe a um A + não -A, realizado pelos pares concentrado vs. estendido. É graças ao princípio de participação que podemos identificar o valor dos termos pelo ponto de vista extensional. O termo não marcado é extensivo e está apto a receber todas as combinações possíveis, pois ele não guarda uma significação precisa⁸¹. Tal noção de relação participativa permitirá que Zilberberg atualize o quadrado semiótico e linearize as categorias em um modelo de base contínua, como demonstraremos na última fase zilberberguiana.

É importante lembrar que a teoria de Greimas é calcada no sistema lógico, são os operadores lógicos da contradição [$s_1 \rightarrow \text{não } s_1$] e da implicação [$\text{não } s_1 \rightarrow s_2$] que orientam de um contrário ao outro. Em Zilberberg, de forma diferente, é o sistema sub-lógico que dará origem à gradação, porque o semioticista concebe um gradiente entre não- s_1 e s_2 ⁸². Os autores de *Tensão e Significação* afirmam que “os operadores do quadrado semiótico, e em particular a sequência [contradição $\rightarrow$ implicação], parecem gerir em segredo uma componente quantitativa, isto é, extensiva” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p.

⁸¹ Para mais informações sobre o termo não-marcado e a sua relação com a extensão, consultar o capítulo intitulado *Conhecimento de Hjelmslev*, em Zilberberg (2004, p. 17-61).

⁸² Como exemplo podemos pensar que ser não pobre não implica necessariamente ser rico, pois há diferentes formas de ser não pobre que não significam o acúmulo de riqueza.

72), essencial para o conceito de extensidade.

Se até *Razão e poética do sentido* 2006 [1988]) não havia a presença do par intensidade vs extensidade, ele aparecerá ao lado de “existência” em *Tensão e Significação* (2001 [1998]). A intensidade produz tensão em termos de tonicidade e atonia, a extensidade em abertura e fechamento, e a existência em ausência e presença. De acordo com Zilberberg, “na medida em que nos apoiamos em três tensões predicativas – intensiva, extensiva e existencial, respectivamente – supomos que cada uma dessas tensões esteja impregnada de devires” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p. 166). Cada um deles requer um tipo de discurso: o relato (intensiva), a lei (extensiva) e o mito (existencial). O relato e todos os textos de cunho narrativo requerem a saliência, os acontecimentos; já os discursos normativos, a lei, determinam “o domínio de aplicação de um determinado devir” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p. 168); e, por sua vez, os discursos históricos, simbólicos, alegóricos, ou o mito, convocam uma presença emergida em um passado “imemorial” e “irreversível”. São plurais os tipos discursivos na medida em que são também plurais os “devires” possíveis.

O ponto de vista tensivo, em resumo, configura-se como a continuidade da semiótica greimasiana até então existente; Zilberberg lineariza o quadrado de Greimas, a fim de que os gradientes possam ser considerados no campo do sensível e sejam compreendidos tanto no plano do conteúdo como no plano da expressão do texto-objeto, deixando claro que as bases da semiótica devem menos ao lógico do que ao topológico-dinâmico. Nessa segunda fase, fica evidente a preocupação de Zilberberg, com a ajuda de Fontanille, de ressaltar o papel da intensidade e da extensidade e, também, dos modos de existência, que operam as grandezas em um campo de presença - esse definido como um espaço tensivo organizado em um centro dêitico, “um domínio espaciotemporal em que se exerce

a percepção” (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p. 125)⁸³.

No momento intermediário da construção da teoria tensiva, Zilberberg, com a colaboração de Fontanille, demonstra o princípio das correlações conversas ou inversas entre os gradientes e a distinção entre a lógica implicativa e a lógica concessiva, as quais determinam a direção dos movimentos dos elementos no campo do sentido. A partir de tais pressupostos, podemos depreender a teoria tensiva como embasada numa epistemologia do contínuo, pois a todo elemento exclusivo, se superpõe um elemento participativo; ela só pode existir enquanto uma teoria das valências, isto é, uma teoria dos valores dos valores. Esses elementos, as células tensivas, ajudarão a pensar a textualidade na obra de Zilberberg.

2.3.3 Terceiro momento zilberberguiano: a estrutura tensiva

Selecionamos a obra *La structure tensive*, publicada em 2012, como representante para o terceiro momento da teoria tensiva de Zilberberg; a escolha é justificada por ser esse o livro mais recente e apresentar os avanços teóricos da teoria tensiva de forma condensada em seis capítulos. Já no primeiro deles, Zilberberg relembra os três modos semióticos⁸⁴: o modo da eficiência, o modo da existência e o modo da junção. Começamos pela ordem em que eles aparecem no campo tensivo: o modo da eficiência diz respeito à forma como uma grandeza entra no campo de presença; se ela não for esperada e surgir de forma abrupta para o sujeito, temos a configuração do *sobrevir*, aspecto importante para

⁸³ O campo de presença é oriundo da filosofia; na fenomenologia de Merleau-Ponty, realça a percepção do sujeito na construção do objeto e na sua própria.

⁸⁴ A teoria dos três grandes “modos semióticos” é proposta por Zilberberg, pela primeira vez, no artigo “Pour saluer l’événement” (2008), traduzido no Brasil pela professora Maria Lúcia Vissotto Paiva Diniz, como “Louvando o acontecimento”. Sua explicação mais didática está no *Capítulo 1* do livro *Des formes de vie aux valeurs* (PUF, 2011a).

a caracterização do *acontecimento*, o qual Zilberberg colocará no cerne de sua teoria tensiva. Por outro lado, a grandeza pode ser esperada pelo sujeito, que se vê em uma ordem do *pervir* e, nesse caso, a maneira como essa grandeza entra no campo de presença se aproxima do que o semiótico descreveu como *exercício*, o correlato do *acontecimento*.⁸⁵ No modo da eficiência, o paradigmático [longo vs. breve] convive com o sintagmático [simultaneidade vs. posterioridade] em intersecção.

O segundo modo é o da existência, surge da dualidade virtual vs. Real. Na teoria de Zilberberg, ele é reformulado, deixa de ser o lugar do virtual, potencial, atual e real, para ser o espaço de confronto entre *visée* (foco) e *saisie* (apreensão). Ele é resultado da tradição linguística de Saussure e Hjelmslev, pois os modos virtualizado (*in absentia*) e realizado (*in praesentia*) já eram conhecidos na linguística quando Greimas incluiu o atualizado e, mais tarde, foi a vez do modo potencializado passar a ser considerado na teoria. Sabe-se que os modos atualizado e potencializado da existência foram rearranjados por Zilberberg e Fontanille (2001 [1998]), em *Tensão e significação*, e, desde então, têm sido mantidos na mesma disposição.

Aproximando-o da noção da dependência hjelmsleviana, um núcleo que define a estrutura, o modo de junção apresenta o par implicação vs. concessão. Na implicação, a lógica é do “se x, então y”, trata-se de uma causalidade; já a concessão tem como emblema o “embora”, “embora x, entretanto não y”. Nota-se a importância concedida à relação participativa implicada na proposição, pois a junção é o elemento complexo formado pela conjunção e pela disjunção. Esse conceito é importante para que Zilberberg, no ponto de vista tensivo, dê conta dos elementos contínuos que preenchem o espaço entre a conjunção e a disjunção.

⁸⁵ Os tradutores de Zilberberg no Brasil, professores Tatit, Beividas e Lopes, verteram o termo francês *parvenir* por *pervir*.

O semioticista retoma os valores de universo e de absoluto, ao lado das valências da intensidade e da extensidade, para distinguir as subvalências – o andamento (lento vs. acelerado), a tonicidade (átono vs. tônico), a temporalidade (breve vs. longo) e a espacialidade (fechado vs. aberto) - e os seus foremas - a direção, a posição e o elã. Estes últimos são as grandezas que permitem analisar a transposição semiótica de energia, a foria; a relação de um deles com uma das subdimensões da intensidade (o andamento e a tonicidade) ou da extensidade (a temporalidade e a espacialidade) produzirá uma valência.⁸⁶

Assim, a dimensão da intensidade determina valores de tensão forte vs. fraco, enquanto a dimensão da extensidade lida com a tensão do concentrado vs. difuso, de inventários extensos ou limitados. Os valores semióticos gerados podem ser exclusivos quando fortes na intensidade e concentrados na extensidade, recebendo o nome de valores de absoluto; por outro lado, se são fracos na intensidade e difusos na extensidade assumem uma valoração inclusiva e são denominados como valores de universo. A operação que gera o valor de absoluto é a triagem e a do valor de universo é a mistura.

Todos esses elementos são determinados pelas quantificações subjetivas que as grandezas recebem (mais mais, menos menos, mais menos e menos mais); as unidades são mensuráveis em intensidade e enumeradas em extensidade, o que faz com o que o “mais” e o “menos” levem à ascendência e à descendência se aceitas as direções do menos para o mais e do mais para o menos, respectivamente. As direções levam às categorias da atenuação, da minimização, do restabelecimento e do recrudescimento.

Em suas últimas publicações, Zilberberg já dava passos para a construção da

⁸⁶ Se tomarmos a subdimensão do andamento como exemplo, pode-se dizer que o forema da direção produz as valências de aceleração e desaceleração; o forema da posição, as do retardamento e do adiantamento; o forema do elã, as da rapidez e da lentidão.

“semiótica do acontecimento”, como pode ser observado em *Éléments de grammaire tensive* (2011b [2006]). O acontecimento é definido como um fruto das subdimensões da intensidade, a saber, o andamento e a tonicidade, sendo mobilizado pelos sobrecontrários, os quais entram em uma lógica de concessão para que surjam. O acontecimento é essencial na teoria zilberberguiana porque permite explorar o campo da afetividade, até então menos contemplado na semiótica. Ao abrir essa porta para os estudos do sensível, Zilberberg relaciona os regimes do exercício ou do acontecimento com as lógicas implicativa e concessiva, as quais dizem respeito às operações do discurso presentes nos textos.

Tomando os pares intenso vs. extenso e intensivo vs. extensivo de Hjelmslev, Zilberberg compreende a tensividade como o lugar de encontro entre uma intensidade e uma extensidade; o espaço tensivo apresenta-se como uma hierarquia para as categorias e recebe as representações dos estados e dos acontecimentos provenientes do campo de presença. Compreende-se, em razão disso, a tensividade [S] como a intersecção da intensidade [S1] e da extensidade [S2], ambas definidoras do espaço tensivo. O semioticista retoma o quadrado semiótico discreto de Greimas e o lineariza, colocando em evidência o processo e a gradualidade, como pode ser observado na figura a seguir:

Figura 4 - A gradualidade tensiva

Fonte: adaptado de Zilberberg (2012, p. 47).

O espaço tensivo é compreendido em dois pontos de vista diferentes na semiótica: o ponto de vista paradigmático e o ponto de vista sintagmático, cada um deles recebe um

eixo. O eixo vertical, representado por uma ordenada, é a intensidade, ele é concebido pelo ponto de vista da paradigmática, onde os estados de alma afetam os sujeitos. Por sua vez, na horizontal, representado pela abcissa, encontramos a extensidade, portadora dos estados das coisas. Em Zilberberg (2008), o eixo da intensidade é regente e o da extensidade regido, condição necessária para que exista a “homogeneidade” entre as subdimensões pertencentes às duas dimensões distintas.

Gráfico 1 - Intensidade e extensidade

Fonte: adaptado de Zilberberg (2008)

A relação da intensidade com a extensidade gera os valores de absoluto e os valores de universo, pressupondo duas direções: a da triagem e a da mistura. O valor de absoluto é forte e concentrado e o valor de universo fraco e difuso, deixando entrever um programa do enfraquecimento da dimensão da intensidade (forte vs fraco) e outro da pluralização da dimensão da extensidade (concentrado vs difuso) na direção da mistura e o contrário na direção da triagem. A triagem faz parte dos valores do absoluto e trabalha com o foco, já as operações de mistura, resultadas dos valores de universo, levam à extinção do foco e à entrada em cena da apreensão. Quando pensamos na construção de um percurso gerativo textual, as noções de triagem e mistura são importantes para explicar como um dado objeto

semiótico é gerado a partir de uma homogeneidade (Cf. Cap. 3).

Consideramos que é a direção o traço responsável por diferenciar a intensidade da extensidade, uma vez que somente esta última possui tal capacidade. Em posse desse pressuposto, Zilberberg dá um passo adiante e concebe a noção de foria, uma força que leva adiante, presente desde o modelo de silabação de Saussure e que possui a capacidade de engendrar a direcionalidade.

Nesse modelo, entendemos que na tensividade, os elementos implosivos são aqueles acentuais, que geram a surpresa, enquanto os elementos explosivos são os difusos e modulatórios, mais próximos da resolução. Para o semioticista, portanto, a foria é um esquema contínuo, ligado à prosódia e tido como a própria direção. É verdade que tanto em *Le Langage* (1966) quanto em *Ensaio Linguísticos* (1971), Hjelmslev já havia falado explicitamente sobre a direção, no entanto, seus estudos estão limitados ao nível frasal, será Zilberberg o responsável por expandir a direção para o nível do texto.

O semioticista compreende que a foria rege os diversos níveis do percurso gerativo de Greimas e que seria capaz de engendrar o tempo e o espaço, os quais necessitam de tratamentos figurativos para que possam ser identificados por nós. Vejamos como funciona a foria na tensividade: na temporalidade, do ponto de vista da intensidade, temos a espera, um tempo expectante, que aguarda a processualização, como uma forma de retomar o equilíbrio no campo de presença; do ponto de vista da extensidade, a temporalidade age reparando a perda, acrescentando valores de *mais* até que se tenha o necessário.

Tal quantificação subjetiva é possível porque, na tensividade, as grandezas semióticas são concebidas pela gradualidade e não mais pelo discretismo, concedendo a elas não só uma orientação, como também uma profundidade. O valor de uma grandeza é determinado pela associação da intensidade com a extensidade no campo de presença.

Nessa lógica, a intensidade é a força presente e a extensidade é a extensão, temporal e espacial, do campo controlado por essa energia. A dimensão da intensidade é um subproduto das subdimensões do andamento e da tonicidade e a extensidade é o produto das subdimensões da temporalidade e da espacialidade. A relação entre elas ocorre por uma das duas formas: conversa (quanto mais... mais; quanto menos... menos) ou inversa (quanto mais...menos; quanto menos...mais).

Ao considerar o preceito hjelmsleviano de que somente os elementos extensos são portadores da capacidade inerente de direção, fica clara a preferência da teoria tensiva pela sintagmática, condição necessária para que se pudesse conceber o conceito de foria e o sentido como direcionalidade.

2.4.4 Balanço sobre as três fases zilberberguianas

Entre as décadas de 1970 e 1980, o ponto de vista tensivo começa a dar seus primeiros passos, já muito próximo do conceito de andamento, das valências do lento e do rápido. É nesse momento que Zilberberg nos fala dos furtivos do fazer remissivo e do fazer emissivo, da parada e da parada da parada. O campo do sensível pressupõe, portanto, um programa da parada e um programa da continuação, que estão sempre em correlação. Pelo fazer da emissividade pressupõe-se um fazer remissivo anterior ou consequente; a progressão só pode ser considerada como tal porque já prevê uma remissão.

Também a emissividade aplica-se ao tempo, e Zilberberg busca nos conceitos de cronopoiese e de cronotrofia uma explicação para o fenômeno. Se por um lado, temos uma temporalidade expectante na cronopoiese, geradora da espera, por outro, temos uma temporalidade originante, consumidora do tempo, na cronotrofia. A emissividade, ao receber

os valores tensivos, subjuga também o espaço; a remissão causa a implosão no tempo e o fechamento no espaço, já a abertura é fruto de um fazer missivo da emissão. Observa-se, assim, uma tensão no primeiro e uma distensão no segundo caso, de maneira que a tensão perpassa o ternário zilberberguiano do andamento, da duração e do espaço (ver Figura 5):

Figura 5 - Ternário andamento, duração e espaço

Fonte: Elaboração própria.

Na passagem para o novo milênio, no recorte que chamamos de segundo momento, Zilberberg com Fontanille (2001 [1998]) associam o andamento à tensividade (ver Quadro 2):

Quadro 3 - Andamento e tensividade

andamento: ⁸⁷	vivo	neutro	Lento
Intensidade	choque	desdobramento	Profundidade
Extensidade	acesso	expansão	Difusão
Existência	parada	duração	mnésia

Fonte: Fontanille & Zilberberg (2001 [1998], p.159).

⁸⁷ Embora os tradutores tenham optado pelo termo “tempo”, sempre em itálicos, em *Tensão e significação* (2001 [1998]), isso será revisto nos anos seguintes e o termo “andamento” será empregado no lugar do outro. Para evitar confusões conceituais, faremos o uso aqui de “andamento”, que corresponde às traduções mais recentes.

Mais especificamente, os semioticistas aproximam o andamento à intensidade, pois do ponto de vista intensivo, o andamento levaria ao “evento” quando tônico, e se átono teria como resultado o estado. A tonicidade é vista em relação com a duração e com o espaço, formando um ternário (ver Figura 6):

Figura 6 - Ternário tonicidade, duração e espaço

Fonte: Elaboração própria.

Retomamos os três modos semióticos como foram apresentados na terceira fase de sua teoria: o modo de eficiência, o modo de junção e o modo de existência, já mencionados aqui, a partir dos quais será possível dar vida ao acontecimento zilberberguiano. O acontecimento conjuga o termo marcado, previsto por Hjelmslev, de cada um dos modos, reunindo o sobrevir (modo da eficiência), a apreensão (modo de existência) e a concessão (modo de junção) enquanto o exercício. O seu correlato reúne a conjunção do “pervir” (modo de eficiência), o foco (modo de existência) e a implicação (modo de junção), isto é, os termos não marcados. Sendo assim, o acontecimento é da ordem da intensidade e o exercício, da extensidade.

Gráfico 2 - acontecimento e exercício

Fonte: Zilberberg (2012, p. 61).

Nesse momento de sua teoria, as valências da intensidade e da extensidade aparecem regendo, respectivamente, as sub-valências do tempo e da tonicidade de um lado e da temporalidade e espacialidade do outro, como demonstra o quadro (ver Quadro 3) a seguir:

Quadro 4 - intensidade e extensidade

valences →	intensité	extensité
sub-valences →	<pre> graph TD A[intensité] --> B[tempo] A --> C[tonicité] B --> D[vif vs lent] C --> E[tonique vs atone] </pre>	<pre> graph TD A[extensité] --> B[temporalité] A --> C[spatialité] B --> D[bref vs long] C --> E[fermé vs ouvert] </pre>

Fonte: Zilberberg (2012, p. 49).

A teoria tensiva segue a lição greimasiana de um projeto semiótico em construção. Se nos primeiros anos de sua formulação ainda não estava claro como os gradientes do sensível poderiam ser concebidos na semiótica, ao longo de seu desenvolvimento, conforme a teoria era revista e ganhava corpo, tivemos acesso às quantificações subjetivas. Em busca da “constância”, daquilo que se mantém sob as variadas manifestações, a escolha epistemológica de Zilberberg foi o método dedutivo de Hjelmslev; a teoria tensiva parte da descoberta dos valores de universo e de absoluto em direção às cifras tensivas (*mais mais, menos menos, mais menos, menos mais*), as quais serão importantes para que pudéssemos pensar no conceito de textualidade subentendido na teoria tensiva, como procuraremos demonstrar no tópico a seguir.

2.2.5 A noção de texto em Zilberberg

A teoria de Zilberberg adentra a semiótica como uma gramática tensiva dos afetos, por meio da qual é possível abstrair os elementos que estruturam uma espécie de textualidade. A semiótica, com Greimas, descobriu nos elementos textuais as necessárias funções de organização, progressão e manutenção do texto; na teoria tensiva de Zilberberg não será diferente. A partir do ponto de vista do princípio da imanência, é possível reconstituir as evidências da textualidade nos mais diversos planos de substância da expressão e do conteúdo.

Em sua tese de Livre-docência (2015d), Waldir Beividas faz uso do termo “coesões” para explicitar as relações estabelecidas pelos elementos internos da teoria de Zilberberg. O estudioso recupera esse termo a partir da leitura das últimas páginas de *Prolegômenos*, quando Hjelmslev elabora a *perspectiva final* e afirma que “um simples ato de fala obriga o pesquisador a introduzir por catálise um sistema que seja coesivo com esse ato” (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 131). Vemo-nos em situação confortável para parafrasear Hjelmslev e afirmar que o semioticista, que lida com um simples ato de significação, deve dar conta de um sistema que seja coesivo com esse ato.

Esse sistema precisa ser imanente e responsável pelas estruturas que sustentam o interior do discurso. O trabalho de Zilberberg aponta nessa direção, ao deparar com o afeto e o contínuo na significação; como procuramos demonstrar no recorte realizado das três fases da teoria zilberberguiana, o semioticista engendra uma gramática tensiva, constituída a partir da relação das dependências internas. Para que possamos pensar numa coesão,

uma espécie de relação decorrente da textualidade⁸⁸, é preciso identificar os elementos coesivos presentes na teoria do semioticista.

O espaço tensivo proposto por Zilberberg é articulado pela intensidade vs. extensidade. Beividas (2015b) lembra que as coesões são estabelecidas nessa articulação e podem se comunicar a partir de uma relação de dependência interna. As coesões seriam aquelas resultantes das relações estabelecidas pelos elementos coesivos dos foremas (direção, posição e elã) com as das categorias aspectuais (minimização, atenuação, restabelecimento e recrudescimento). A relação mantida por eles resulta em

um tabuleiro de células tensivas que interceptam os signos resultantes não como os semas da semiótica anterior, mas como valências e valores em tensão, em vetores de projeção de aumentos e diminuições do tônus de significância dos termos envolvidos (BEIVIDAS, 2015b, p. 120).

Para que um texto seja um texto e não somente um amontoado de signos, é necessário que exista o uso dos recursos coesivos; em textos escritos, por exemplo, há as conjunções, sinônimos, pronomes, preposições, etc. Considerando, no entanto, que a noção que desenvolvemos de texto na semiótica ultrapassa a condição linguística e envereda-se pelas diversas linguagens/ códigos e práticas sociais, é preciso que os recursos ou elementos coesivos sejam pertinentes à universalidade da categoria. Para pensar em uma textualidade na semiótica que dê conta da gramática tensiva dos afetos, precisaremos considerar os foremas e os aspectos como elementos coesivos.

A coesão funciona como um elo, uma conexão entre os demais elementos do texto;

⁸⁸ Falaremos adiante, em capítulo específico, sobre a textualidade. É pertinente no momento apenas adiantar que não se trata do conceito de textualidade linguístico; para dar conta das preocupações de uma semiótica universal é necessário que a textualidade dê conta também dessa universalidade.

ela garante que haja uma espécie de costura textual e que todos os elementos que fazem parte do texto estejam em harmonia. Na tensividade, a partir das células tensivas de quantificação subjetiva (menos mais, mais menos, menos menos, mais mais), é possível estabelecer os recursos do elemento coesivo: a atenuação (menos mais), a minimização (mais menos), o restabelecimento (menos menos) e o recrudescimento (mais mais), essas, por suas vezes, formam também categorias.

Para compreender melhor como a tensividade age no processo de textualização, exploraremos, no Cap. 3, deste trabalho, dois conceitos, o de textualidade e o de textualização, a partir do ponto de vista da semiótica e considerando as contribuições dos estudos zilberberguianos. Acreditamos que o conceito de textualização nos auxilia a mapear a importância da missividade e de outros elementos tensivos no interior do processo da constituição do texto.

2.2.6 A SEMIÓTICA CONTINUA SENDO TEXTUAL?

Se na primeira parte deste trabalho, debruçamo-nos a compreender a noção de texto no pensamento de Greimas, neste capítulo, avançamo-nos nas leituras de semioticistas que são considerados, em algum grau, discípulos do mestre. Os trabalhos de Landowski, Fontanille e Zilberberg são extensos e exigem do leitor um mergulho em pontos de vista diferentes sobre o objeto semiótico; em suma, eles se complementam, pelo menos no que diz respeito ao nosso objeto de estudo, mesmo que, por vezes, possa parecer tratar-se de anti-programas de análise.

No que diz respeito ao texto, Landowski e Fontanille contribuem ao chamar a atenção para a pluralidade de objetos semióticos, sobretudo as práticas, as formas de vidas e as experiências dos sujeitos viventes. Zilberberg, sem ter a intenção de, demonstra,

valendo-se, sobretudo, de objetos estéticos, como o texto-objeto, seja ele qual for, é gerado a partir de unidades mínimas tensivas. De célula em célula, eis o objeto semiótico: a pintura, a prática, a canção, o filme, a escultura, o poema, etc.

E a semiótica continua sendo textual? Apesar das reivindicações de Landowski e Fontanille – como demonstramos ao longo do capítulo -, ela é e continua a ser uma teoria do texto, se este for entendido, ao modo de Greimas, como uma grandeza complexa (Cf. Cap. 1. 5), localizada no início e ao final do percurso textual.

Os objetos analisados por Landowski, Fontanille e Zilberberg contribuem para demonstrar a generalidade e a complexidade do objeto semiótico. Outros semioticistas como Fabbri (1973), Marrone (2001), Violli (2008), Barros (2011), Dondero (2014) e Tatit (2019), apenas para citar alguns, seguem essa mesma direção. A semiótica, nos dias atuais, preocupa-se com uma multiplicidade de objetos diferentes, mas sem deixar de considerar as especificidades da teia que conecta todos os elementos de maneira coesiva, a textualidade. Portanto, para nós, não há outra maneira de responder a pergunta-título desta seção que não seja: sim, a semiótica continua a ser textual.

Em razão disso, no capítulo a seguir, discorreremos sobre o “entorno” do texto; a discussão passará pela cultura, pelo contexto, pelas práticas e objetos digitais (especialmente o *Big Data*) que emergem no cenário contemporâneo, apresentando-se como novos desafios para os semioticistas.

CAPÍTULO 3

CONDIÇÕES PARA A GERAÇÃO DO OBJETO SEMIÓTICO

Se é possível falar em dados (colocamos essa frase no condicional por razões epistemológicas), esses dados são, para o linguista, o texto em sua totalidade absoluta e não analisada. O único procedimento possível para isolar o sistema que esse texto subentende é uma análise que considera o texto como uma classe analisável em componentes; estes componentes são, por sua vez, considerados como classes analisáveis em componentes, e assim por diante até a exaustão das possibilidades de análise. (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 14).

Ao longo dos primeiros capítulos da tese, recuperamos as acepções que sustentam a noção de texto no âmbito da semiótica. Encontramos em Greimas, sob influência de Hjelmslev, os conceitos de texto absoluto e de texto-objeto, ainda que esses termos não tenham sido expressamente usados pelo semioticista. Ao cotejá-los com as acepções que sobressaem nas obras de Zilberberg, Fontanille e Landowski, deparamo-nos com convergências e divergências teóricas sobre os usos do termo “texto”, cujas pontuações mais detalhadas fizemos nas respectivas seções dedicadas a cada autor.

À vista disso, encontramos-nos diante das condições necessárias para dispor, em percurso lógico e gradativo, as etapas que o texto perpassa desde a grandeza epistemológica até a sua manifestação em texto-objeto; para isso, elaboraremos uma proposta de percurso textual, cuja disposição atravessa instâncias e micropercursos que contribuem para a geração do objeto semiótico. Os conceitos de mistura e triagem, desenvolvidos por Zilberberg, serão úteis na tentativa de arquitetar uma hipótese que explique o trajeto que uma grandeza marcada pela unicidade possivelmente percorre até engendrar uma outra grandeza que tem a diversidade como uma de suas características principais.

Procuraremos, portanto, responder às seguintes questões: i) quais são as grandezas presentes em cada um dos polos do percurso? ii) que direção o percurso assume ao passar de uma grandeza a outra? iii) que instâncias são pressupostas entre um polo e outro? Após a discussão sobre cada um desses tópicos, que se apresentam como essenciais para o entendimento de como os diversos objetos estudados pela disciplina são gerados, discutiremos a pertinência (ou não) do uso do termo “texto” como sinônimo de objeto semiótico, tendo em vista as demandas da disciplina na atualidade.

3.1 A GERAÇÃO DO TEXTO-OBJETO

Para uma melhor compreensão, serão organizados, em percurso gerativo, os elementos que se coadunam no processo da geração do objeto semiótico. Antes de apresentar o Percurso propriamente dito, acreditamos ser necessária uma breve discussão acerca dos micropercursos que estão implicados na concepção geracional de um texto-objeto, são eles: a enunciação, o discurso, a semiose e a manifestação.

3.1.1 A enunciação

O conceito de enunciação é um dos mais debatidos no arco da semiótica de tradição greimasiana.⁸⁹ Para compreender a sua importância para a geração do texto, recuperaremos brevemente a sua história nos estudos pós-saussurianos. Sabe-se que, com a entrada em cena da enunciação, os estudos da língua passaram a vislumbrar o discurso, até então negligenciado pelos pesquisadores da área.

As pesquisas em linguagem durante muito tempo deixaram de fora os aspectos subjetivos e limitaram-se à estrutura do enunciado; Émile Benveniste (2006 [1974]) é, por vezes, considerado o marco inicial para que esses elementos adentrassem o campo de presença da Linguística. O pesquisador foi responsável por dar ao sujeito a possibilidade de existência na linguagem, feito que resultou na compreensão da língua para além dos seus aspectos morfossintáticos e fonológicos, os principais níveis estudados até então.

Antes de Benveniste, entretanto, Charles Bally (1965 [1944]) havia dedicado o primeiro capítulo da sua obra *Linguistique générale et Linguistique française* à “teoria geral da enunciação”; nele, o autor apresenta três aspectos da enunciação: frase coordenada, frase

⁸⁹ Sobre a discussão atual, em solo brasileiro, conferir Mancini (2019) e Fiorin (2020).

segmentada e frase ligada – esta última refere-se à subordinação. Malgrado sua façanha, Bally limitou seus achados ao domínio frásico. Dessa maneira, somos levados a crer que o conceito de enunciação que perpassa o discurso, mais próximo do que vemos hoje na semiótica, advém dos estudos de Benveniste (2006 [1974]). Essa constatação poderá ser conferida pelo leitor, por exemplo, na entrada do verbete “Enunciação”, presente no *Dicionário de Semiótica*, escrito por Courtés e Greimas (2008 [1979]); nela, os semioticistas fazem menção direta ao linguista francês.

As pesquisas de Benveniste (2006 [1974]) sobre a subjetividade e o aparelho formal da enunciação permitiram a observação do “funcionamento da língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 2006 [1974]). Ainda que haja a presença da subjetividade, a colocação da língua em uso, como alguns inadvertidamente poderiam pensar, não se dá ao acaso das individualidades: ao contrário, há uma sistematização incumbida de reger a ocorrência do fenômeno.

A presença do seu locutor em sua enunciação faz com que cada instância de discurso constitua um centro de referência interno. Essa situação vai se manifestar por um jogo de formas específicas cuja função é de colocar o locutor em relação constante e necessária com a enunciação. (BENVENISTE, 2006 [1974], p.84).

A enunciação, herdada de Benveniste, funda a linguagem como a constituição do homem em sujeito. No jogo da enunciação, não é permitido ao sujeito apossar-se dela sem deixar, em contrapartida, seus vestígios; forjam-se no discurso, por exemplo, as marcas dêiticas de um “eu” que diz. A propósito do exemplo, as categorias de “pessoa vs. não pessoa” têm um espaço preponderante na linguística da enunciação, respondendo a grande parte dos estudos de Benveniste - elas correspondem ao eixo enunciativo e enuncivo: na primeira categoria, estão os elementos que pertencem propriamente à

enunciação e, na segunda, aqueles pertencentes ao enunciado.

A observação é oportuna, uma vez que a semiótica apropriou-se das duas categorias mencionadas para formular as operações de embreagem e debreagem.⁹⁰ De mais a mais, a semiótica, também, colheu em Roman Jakobson outros elementos necessários para a formulação do conceito de breagem, como constata Fontanille (2007 [1998], p. 99), no trecho a seguir: “a teoria das embreagens e debreagens foi elaborada por Greimas a partir do conceito de ‘shifters’ que, em Jakobson, designava os elementos da língua que podiam manifestar a presença da enunciação”.

Embora a linguagem verbal tenha sido priorizada, sob o ponto de vista histórico, nos estudos da enunciação, o semioticista brasileiro José Luiz Fiorin (2008) lembra que

Os mecanismos de debreagem e embreagem não pertencem a esta ou àquela língua, a esta ou àquela linguagem (a verbal, por exemplo), mas à linguagem pura e simplesmente. Da mesma forma, todas as línguas e todas as linguagens possuem as categorias de pessoa, espaço e tempo, que, no entanto, podem expressar-se de maneira diferente de uma língua para outra, de uma linguagem para outra. (FIORIN, 2008, p. 52).

A despeito do que Fiorin (2008) reflete, cabe-nos, neste momento, reforçar o plural demarcado em “linguagens”; a enunciação está presente em todos os atos de linguagem e, conseqüentemente, em todos os objetos semióticos, mesmo em uma pintura abstrata ou em um manual de lava-louça. Assim, para que um texto-objeto qualquer seja gerado, é necessária a instauração da enunciação em um dado momento de seu percurso geracional.

Enunciação é definida por Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 168) como o ato que “tem por efeito produzir a semiose (...), sequência contínua de atos semióticos que se denomina manifestação”; ratificando o argumento, Fiorin (2020, p. 124) afirma ser a

⁹⁰ Cf. Fiorin (1999, p. 43-61) para mais informações sobre a embreagem e a debreagem nos estudos semióticos.

enunciação a responsável por produzir o enunciado. Este, por sua vez, deve ser lido de maneira abrangente, nas palavras de Greimas (1974), como “todo encadeamento sintagmático que transcende, ultrapassa as dimensões da frase e que compreende, portanto, o discurso” (GREIMAS, 1974, p. 9).

A enunciação é, por consequência, a instância de mediação entre o sistema e o discurso; se pensarmos em termos de um percurso geracional do texto, ela deve ser localizada entre a passagem do texto absoluto ao texto-objeto, mais especificamente na passagem da existência virtual dos elementos textuais para a instância da textualização. Contudo, ao recuperar o conceito de enunciação, outros são, consequentemente, convocados no processo geracional do objeto semiótico; entre eles, ressaltamos o discurso, a função semiótica e a manifestação. Assim sendo, discutiremos, a seguir, alguns aspectos da noção de discurso, cuja existência é imprescindível para a elaboração do nosso modelo de percurso.

3.1.2 O discurso

O texto e o discurso são, muitas vezes, empregados como sinônimos nos estudos das ciências humanas, seja pelo caráter sintagmático subjacente a eles ou porque ambos são usados para descrever os processos semióticos não linguísticos. Todavia, vemos a necessidade de recuperar a distinção, já conhecida, de tais conceitos no interior da semiótica a fim de que possamos compreender melhor a natureza do nosso objeto de pesquisa; sem a pretensão de realizar uma discussão exaustiva a respeito de cada um deles, recobramos somente aquilo que é essencial para se pensar sobre o texto.

Nesse sentido, são oportunas as palavras de José Luiz Fiorin (2012) e Diana Luz Pessoa de Barros (2016) sobre o assunto. Começemos pela última citada: Barros (2016),

em seu artigo *O texto na semiótica*, confirma aquilo que já estava presente no *Dicionário* (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979]), ao enfatizar que o discurso é da ordem do plano de conteúdo dos textos e faz parte do nível discursivo, enquanto o texto está para além do percurso gerativo de sentido e conjuga o plano de conteúdo (o discurso) e o plano de expressão.

A afirmação é relevante para se pensar a questão do texto também no ponto de vista tensivo, discutido no capítulo anterior, pois a teoria de Zilberberg tem a pretensão de ser válida tanto no plano do conteúdo quanto no plano da expressão, incidindo, portanto, também na instância do texto. A semioticista lembra que “a semiótica sempre se apresentou como uma teoria do discurso, mas, cada vez mais, para dar conta dos sentidos dos discursos, precisa se debruçar sobre o texto e sobre as questões que envolvem o plano da expressão” (BARROS, 2016, p. 91). Barros (2008) observa que “a tensividade relaciona expressão e conteúdo *num patamar mais afastado da substância*” (p. 31). As categorias tensivas estão, portanto, em um nível mais abstrato que o nível em que encontramos o discurso, isto é, o nível discursivo.

Pensando na distinção entre os produtos da enunciação, para Fiorin (2012), o texto é da ordem do sensível e está no domínio da manifestação (é a presentificação da forma numa dada substância); já o discurso é da ordem do inteligível e do domínio da imanência. Enquanto o primeiro é a realização no modo de existência, o segundo é a atualização, pois converte as unidades *in absentia* em unidades *in praesentia* da língua e do universo discursivo.

Tendo isso em consideração, sabe-se que graças ao percurso de textualização, na instância da textualidade, os diferentes discursos podem receber as substâncias expressivas e se concretizar em textos. Nessa perspectiva, entende-se que as estruturas narrativas, as estruturas discursivas, as estruturas tensivas constroem o texto; elas são

elementos existentes no interior do processo. Se desde Hjelmslev já tínhamos a intuição do que podia ser sintagmatizado, é com Zilberberg que tal postulado tomará corpo; o próprio conceito de foria, portadora da direção, coloca a tensividade como uma teoria da sintagmática, do processo textual, condição necessária para que a tensividade seja, a sua maneira, uma teoria do texto.

Por outro lado, o discurso é um objeto semiótico com significação anterior e que permite ser enquadrado naquelas estruturas de menor dimensão, como os fonemas e as palavras em um texto verbal (BEIVIDAS, 2015a, p. 78); além disso, refere-se somente ao plano do conteúdo, correspondendo ao terceiro nível do percurso gerativo da significação proposto por Greimas.⁹¹

Como resultante dos três níveis do percurso gerativo de sentido - fundamental, narrativo e discursivo -, o discurso “é textualizado por meio da relação com o plano da expressão e torna-se objeto de estudo – texto – de uma semiótica qualquer, linguística ou não” (BARROS, 2016, p. 73). A sua autonomia permite que os estudos comparativos ou de uma semiótica das culturas sejam possíveis na disciplina e que o analista utilize um mesmo quadro teórico e metodológico para explicar o plano de conteúdo, por exemplo, de textos visuais e não-verbais. É preciso ressaltar, contudo, que nessa perspectiva deixa-se de se considerar as especificidades dos diferentes textos e a significação produzida pela manifestação na relação entre o plano do conteúdo e o plano da expressão (BARROS, 2016, p. 74). Retomaremos a questão a respeito das especificidades dos diferentes objetos gerados pela relação entre os dois planos e do uso de um mesmo quadro teórico para a sua compreensão, ao final deste capítulo (Cf. seção 3.4), quando discutiremos a pertinência (ou não) da denominação “texto” para a compreensão de toda uma gama de objetos

⁹¹ O último nível do percurso gerativo de sentido de Greimas é resultado do enriquecimento semântico dos dois primeiros níveis, o fundamental e o narrativo.

heterogêneos que existem no campo de presença da significação.

O texto é, dessa maneira, exterior ao percurso gerativo de sentido, por apresentar, de um lado, o plano de conteúdo (o discurso) e, de outro, o da expressão, encontrando-se além do percurso mencionado; representa, por sua vez, uma parte de um outro percurso mais amplo, responsável por gerar uma grandeza textual, o qual procuraremos esboçar adiante (Cf. 3.3.3). Nesta organização textual, pressupõe-se que não há a mera veiculação do conteúdo discursivo no plano da expressão, ao contrário, ele é “recriado” no instante teórico da manifestação; conseqüentemente, a instância da textualização é, também, a seu modo, produtora de significação.

Dito isso, resta-nos, ainda, compreender em que momento e de que maneira o discurso passa a fazer parte do percurso textual e quais são as instâncias que sustentam esse processo. Para dar sequência à discussão, apresentamos, a seguir, a relação estabelecida pela semiose dentro desse percurso, porque, como afirmou Fontanille (2007 [1998], p. 97):

Do ponto de vista do discurso, o ato é um ato de enunciação que produz a função semiótica. Certamente a função pode ser examinada de um outro ponto de vista, como a reunião consumada do plano do conteúdo e do plano da expressão, mas se trataria, nesse caso, do texto.

A partir da “reunião consumada do plano do conteúdo e do plano da expressão” (FONTANILLE, 2007 [1998], p. 97), abordaremos a questão da função semiótica, tendo em vista a concepção de um percurso geracional da grandeza textual.

3.1.3 A semiose

O termo semiose é usado no mesmo sentido de função semiótica e pode ser entendido

como uma “operação que, ao instaurar uma relação de pressuposição recíproca entre a forma da expressão e a do conteúdo (...) produz signos” (GREIMAS E COURTÉS, 2008 [1979], p. 447-8). Todos os objetos semióticos podem ser apreendidos como grandezas compostas por, necessariamente, um plano do conteúdo e um plano da expressão, e possuem uma função semiótica, cuja capacidade em produzir signos é, por extensão, também responsável pela inserção do objeto no nível pragmático da prática linguageira.

Em outras palavras, quando concebemos a ideia de uma operação, uma função, que gera signos, qualquer objeto da disciplina pode ser entendido como um “ato de linguagem”. Passa-se do paradigma “fala” (“canto”, “balbucio”) para outros, de substâncias diferentes, que são igualmente objetos semióticos.

Recuperando a acepção de “ato” como “o que faz ser” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 42), entendemo-lo como o acontecimento que permite passar da “potencialidade à existência” semiótica, e “o que faz fazer”, possibilitando a existência da significação. A significação é, por sua vez, viável, no contexto que estamos traçando, graças ao advento da semiose; não ao acaso, a função semiótica é localizada, em um percurso textual, após a pressuposição lógica de uma instância da textualização e anteriormente à manifestação propriamente dita (Cf. figura 9). Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 43) definem o ato de linguagem como o “ato de tomar a palavra”, um “fazer gestual significante”, capaz de apreender as diferenças significativas, pois reúne, “nos dois polos da enunciação, o significante e o significado” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 43)⁹².

Ao analisar os escritos de Hjelmslev (2013), recobramos o significado de “função”, cuja definição designa a relação entre duas grandezas, o conteúdo e a expressão, como foi, também, apontado por Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 43); é interessante notar que

⁹² Os autores também definem o ato de linguagem como fazer-saber e fazer-fazer, esse último como uma generalização da teoria do linguista John Austin. Para mais informações, consulte Greimas e Courtés (2008 [1979] p. 43-44).

para tornar exequível o estabelecimento dessas duas grandezas, é imperativo que algo as una. Esse “algo” é justamente a semiose - a função que une ambas é, em termos hjelmslevianos, do tipo solidária, isto é, uma é sempre pressuposta pela outra.

Isso posto, estamos autorizados a presumir a solidariedade entre os fúntivos pressupostos, o conteúdo e a expressão. A esse respeito, o linguista Hjelmslev (2013 [1943], p. 54) explica que “uma expressão só é expressão porque é expressão de um conteúdo, e um conteúdo só é conteúdo porque é conteúdo de uma expressão”. Ou seja, a função semiótica só pode existir quando há a presença desses elementos ao mesmo tempo; como efeito, o sentido é resultado da função semiótica e pode ser apreendido em diferentes textos-objetos, nas mais variadas linguagens (ex. verbal, visual, plástica, gestual, proxêmica etc.).

Bevidas (2015) lembra que, com a forte influência da fenomenologia e a entrada em cena do corpo nos estudos semióticos, a semiose deixou de ser vista somente como a mera união do plano da expressão e do conteúdo para designar também “o próprio lugar de engajamento do sujeito” (p. 208). Ela é definida a partir dos atos realizados pelos sujeitos em sua práxis enunciativa. A fim de mantermo-nos dentro dos limites da discussão específica sobre como uma grandeza geral, o texto-absoluto, pode gerar objetos diversos, deixaremos de lado, por ora, essa outra definição do termo, ainda que corramos o risco de sermos acusados de conceber uma função semiótica “fria” e assujeitada.

Na perspectiva que estamos desenvolvendo, a semiose pode ser figurativizada como um micropercurso existente no percurso textual, tal como a enunciação, o discurso e a manifestação. Após a instauração da enunciação e do discurso, dá-se, então, lugar à semiose e, em seguida, à manifestação. De modo que ela seja conjecturada imediatamente anterior ao micropercurso da manifestação; esse “pressupõe, como condição, a semiose (ou o ato semiótico), conjungindo a forma da expressão e a do conteúdo antes mesmo, por

assim dizer, de sua realização material” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 299-300).

Para dar sequência à investigação do trajeto percorrido para a geração de um objeto textual, dissertaremos sobre a manifestação, o último micropercurso no Percurso.

3.1.4 A manifestação

A manifestação é “a instância das articulações que recebem no ato de semiose as coerções da matéria significativa (também ela, por sua vez, passada pelo crivo da forma)” (BEIVIDAS, 2015, p. 54). O plano da expressão assume sua participação no jogo da significação via a manifestação; a partir da semiose, quando um plano da expressão se une a um plano do conteúdo, um processo mais abrangente, logicamente pressuposto, definido como instância da textualização, passa a existir. Depreende-se, assim, tanto a semiose quanto a manifestação como percursos dependentes da instância da textualização.

Dessa maneira, podemos dizer que os micropercursos seguem a seguinte ordem respectivamente: entre a instância textual e a instância da textualização, encontra-se a enunciação e o discurso, e após a instância da textualização, temos a semiose e a manifestação. Após essas duas instâncias e os quatro micropercursos, o texto-objeto é gerado. Cada micropercurso pressupõe o seguinte, de maneira que todos sejam imprescindíveis na geração do objeto semiótico.

De acordo com Beividas (2015), o plano da expressão é organizado em níveis de articulação, cuja distribuição ocorre em diferentes níveis de profundidade, de maneira que a estrutura da manifestação faça parte de uma instância mais geral. Em nosso trabalho, a manifestação é compreendida como um micropercurso que faz parte da instância geral da textualização; esse jeito de concebê-la permite-nos conjecturá-la para além de um

fenômeno pontual ou somente a manifestação concreta de uma certa organização de elementos que já estava totalmente pronta. Ao contrário, o micropercurso da manifestação, junto com o micropercurso da semiose, pode ser considerado produtor de significação.

Dessa maneira, a manifestação é depreendida como “a postulação do plano da expressão no momento da produção do enunciado e, inversamente, a atribuição do plano do conteúdo no momento de sua leitura” (BEIVIDAS, 2015, p. 300). A instância pressuposta pela manifestação é aquela que mais se aproxima, sob um ponto de vista teórico, da função semiótica.

Tendo em vista a noção de manifestação como produtora de significação e o princípio de isomorfismo hjelmsleviano, entende-se que uma dada alteração no plano do conteúdo acarreta uma mudança imediata no plano da expressão. Por exemplo: se na pintura *Girassóis* (1888), de Van Gogh, retirássemos, hipoteticamente, todo o conteúdo que remetesse à morte, possivelmente a composição e o arranjo entre os tons de amarelo, ocre, laranja, marrom etc., usados no plano de expressão, seriam diferentes. Outras organizações poderiam receber alteração também, como a disposição espacial – a topologia - dos elementos, que poderiam estar localizados mais ao centro ou no limite da margem, ou ainda ser mais (ou menos) curvados ou retilíneos.

É importante ressaltar, no entanto, que a manifestação pressupõe uma estrutura⁹³, essa prevê uma gramática própria, a gramática da manifestação, que se encontra em uma instância de caráter mais geral, a da textualização. Por exemplo, quando pensamos em um texto-objeto que possui uma determinada cor, essa pode ser uma combinação de vários traços cromáticos (de cores e tons), além de possuir também saturação, luminosidade, brilho etc.; todos esses elementos, que na instância da textualização são combinados,

⁹³ Em sentido hjelmsleviano de entidade autônoma com relações internas, ou seja, uma rede relacional, organizada em hierarquias.

produzem significação.

Em outras palavras, a manifestação comporta uma estrutura que faz parte de uma instância muito mais geral e extensa que a sua própria, denominada textualização. Nessa perspectiva, a manifestação pode ser entendida como a “presentificação da forma na substância”, tendo como condição a semiose; dito de outra maneira, ela requer o próprio ato semiótico, a conjunção da forma da expressão com a forma do conteúdo antes da sua realização material (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979]).

Após essa breve discussão sobre os micropercursos que fazem parte da geração do objeto semiótico, na seção seguinte, daremos continuidade à discussão sobre a instância da textualização.

3.2 A TEXTUALIDADE E A TEXTUALIZAÇÃO

É chegada a hora de investigar os mecanismos próprios da textualização. Já afirmamos acima que a textualização, tal como concebemos neste trabalho, refere-se a uma instância geral, participante do processo geracional do objeto semiótico. Entretanto, quando nos debruçamos sobre essa questão, uma outra aflora, conhecida como textualidade. Sabendo da relação intrínseca mantida por elas e da popularização do termo “textualidade” frente ao outro, podemos, então, questionar: qual a razão para tratar de uma instância da textualização, e não da textualidade?

Uma resposta satisfatória para questão deve considerar os aspectos constitutivos de cada uma delas; é importante, dessa maneira, direcionar o olhar, em um primeiro momento, à textualidade, a fim de desvendar o ser da própria natureza do texto, e, em seguida, à textualização, observando o percurso da ação pressuposto no conceito.

A noção de textualidade depreende um todo, cujas partes mantêm relações de dependência entre si e com o todo; ela define-se como a natureza do texto e constitui-se como uma totalidade, necessária para que seja possível dar existência ao objeto da semiótica. Nota-se que, em Greimas e Courtés (2008 [1979]), não há entrada referente ao termo *textualidade*, de modo que os autores preferiram o uso de *textualização*, cuja descrição incide, de um lado, sobre o conjunto dos procedimentos e, de outro, sobre o percurso desencadeado pela sua natureza.

No entanto, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, optamos por diferenciar o termo *textualidade* do termo *textualização*. Enquanto o primeiro designa a natureza do texto, o segundo, em sentido mais estrito, dá conta do percurso, uma espécie de continuum, desencadeado pela textualidade e que nos leva à manifestação do texto-objeto. A textualização constitui, assim, uma instância produtora de sentido, cujo início é demarcado anteriormente à manifestação, propriamente dita, do objeto semiótico e da qual esse micropercurso (o da manifestação) é integrante. A textualidade, por sua vez, é concebida como resultado da instância da textualização e alude à natureza do texto.

Sabe-se que a instância da textualização dá lugar às coerções impostas pelas linguagens (por exemplo: a linearidade no texto verbal escrito) ao vislumbrar a manifestação no percurso textual. À vista disso, na entrada do verbete “Gerativo”, correspondente ao conhecido percurso gerativo de sentido, os semioticistas definem a textualização como “disposição linear em texto (temporal ou espacial, segundo as semióticas)” (GREIMAS; COURTÉS (2008 [1979]), p. 234).

Ainda na entrada do mesmo verbete, os autores fazem a seguinte afirmação a respeito do assunto:

Com efeito, a *textualização* [...] pode intervir a qualquer momento do

percurso gerativo: não somente os discursos figurativos ou não-figurativos (mais ou menos profundos, no quadro da semântica discursiva) são textualizados, mas estruturas lógico-semânticas mais abstratas (nas linguagens formais, por exemplo) são igualmente textualizadas, desde o instante em que são “deitadas” no papel. (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 234, grifo nosso).

A concepção de que o fenômeno da textualização possa intervir em qualquer momento do percurso gerativo é costumeiramente repetida pelos estudiosos nos trabalhos de semiótica; nota-se, por exemplo, que os próprios autores realizam a mesma argumentação novamente, mas, desta vez, na entrada do verbete “Textualização”, contido no *Dicionário de semiótica*:

O texto define-se, assim, em relação à manifestação a que precede e unicamente em relação a ela; *ele não é o ponto de chegada do percurso gerativo total*, considerado como passagem do simples ao complexo, do abstrato ao figurativo. *A textualização constitui, pelo contrário, uma parada desse percurso num momento qualquer do processo* e um desvio em direção à manifestação. (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 504, grifo nosso).

Embora pareça bastante sedutora, essa afirmação deve ser entendida, a nosso ver, com, no mínimo, alguma cautela; ela carece de uma reflexão mais minuciosa, tendo em consideração alguns outros princípios também conhecidos (e consolidados) na teoria. Se acatamos essa tese da viabilidade de suspender a organização da significação do discurso em um dos níveis do percurso gerativo do sentido, de modo que aquilo que estava até então articulado tomasse a direção imediata da manifestação, devemos, diante disso, colocar algumas questões: i) como um dado objeto textual pode ser manifestado, isso é, passar pela instância da textualização, antes mesmo de receber os elementos do nível narrativo?; e, caso isso seja possível, ii) poderia esse elemento ainda ser considerado um objeto semiótico?

Pensemos no seguinte exemplo: uma pintura como *Full Fathom Five* (Ver figura 7), de Jackson Pollock, reconhecido pintor expressionista abstrato, pode impor, ao analista,

em uma rápida olhada, certa dificuldade no reconhecimento de elementos como sujeito, antissujeito e objeto, constituintes do nível narrativo. Entretanto, se aceitamos a dificuldade da nossa parte como um atestado da ausência desses elementos na constituição do objeto, estamos colocando em xeque a sua própria condição de objeto semiótico; uma premissa importante, na disciplina semiótica, é a de que mesmo textos não (ou menos) figurativos possuem narratividade, de tal maneira que uma expressão algébrica pode ser considerada um texto-objeto.

Lembramos que, por um lado, a enunciação, do ponto de vista do percurso gerativo de sentido, dá-se na passagem do nível narrativo para o nível discursivo; e, por outro, um objeto semiótico é constituído a partir da junção do plano do conteúdo e do plano da expressão. Assim, se pensarmos que na pintura de Pollock, dada a máxima abstração, passa-se, no plano do conteúdo, do nível fundamental para o discursivo, precisaremos responder em que momento a enunciação se faz presente nesse modo de organizar o percurso gerativo de sentido.

Figura 7 – Jackson Pollock, *Full Fathom Five* (Óleo, 129.2 x 76.5 cm)

Fonte: Pollock (1947)

Tendo em conta que qualquer objeto semiótico, para que assim seja considerado, precisa pressupor logicamente a presença de uma debreagem (enunciativa ou enunciva), em que haja a instauração de elementos pertencentes à sintaxe discursiva, somos levados a crer que o nível narrativo é presente em todos os objetos manifestados semioticamente. Caso contrário, teríamos de aceitar a tese de que a enunciação pode dar-se em qualquer nível do percurso gerativo de sentido, tornando possível passar do nível fundamental para o nível discursivo, ou seja, como afirmaram Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 504), parar o percurso gerativo de sentido e ir direto para a manifestação.

Diante da discussão, ainda que de passagem, é importante salientar que, na atualidade, alguns semioticistas vêm defendendo a conceituação da enunciação como uma instância mais geral e existente em todos os níveis do percurso; dentre eles, destacamos, em solo brasileiro, o trabalho de Mancini (2019), cuja argumentação visa defender a compatibilidade entre a semiótica de Greimas e a semiótica de Zilberberg por meio do rearranjo da enunciação em qualquer nível do percurso. Essa tese é, no entanto, refutada por outros estudiosos, como Fiorin (2020). O semioticista argumenta que “em Greimas, as estruturas fundamentais e narrativas constituem um aquém da enunciação; na semiótica tensiva, não há aquém da enunciação, pois todos os modos de existência estão sujeitos a ela” (FIORIN, 2020, p. 134).

Não nos interessa, dado o escopo de nosso trabalho, entrar nessa discussão, mas, apenas, evidenciar o imbróglgio teórico que os trechos das citações de Greimas e Courtés (2008 [1979], p. 234; 504) - que postulam, em termos zilberberguianos, uma parada, uma parada da parada e um desvio no processo gerativo de sentido - podem suscitar na organização geral do percurso e da própria teoria.

Na condição de considerarmos a enunciação, e logicamente a instância da textualização, exclusivamente disposta no percurso gerativo de sentido, a partir da

passagem do nível narrativo ao nível discursivo, vemo-nos diante da necessidade de i) repensar a generalização e o lugar da enunciação no percurso ou, então, ii) problematizar a afirmação de Greimas e Courtés (2008 [1979]). Assumimos, neste trabalho, o segundo modo de ver a questão, certos, contudo, de que esse assunto se impõe como algo a ser, ainda, mais bem debatido pelos semioticistas.

Para não perder de vista a discussão sobre a proposta da instância da textualização, que estamos desenhando, voltemos ao *Dicionário*. Buscamos, em Greimas e Courtés (2008 [1979]), a definição do verbete:

Textualização é o conjunto dos procedimentos – chamados a se organizarem numa sintaxe textual – que visam à constituição de um contínuo discursivo, anteriormente à manifestação do discurso nesta ou naquela semiótica (e, mais precisamente, nesta ou naquela língua natural). (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 504).

A instância da textualização é uma *mise-en-texte* das estruturas dos níveis profundo e superficial; os autores a descrevem em relação à manifestação a que precede. Nessa perspectiva, o percurso específico percorrido imediatamente antes da manifestação define o que pode ser designado como textualiz(ação), enfatizando o caráter de continuidade, movimento e força que o sufixo em parêntese deixa entrever.

Grosso modo, os termos textualização e textualidade evidenciam dois modos de pensar, que podem ser condensados nos aspectos durativo e terminativo respectivamente. Do ponto de vista aspectual, o durativo é algo que está em processo, já o terminativo pressupõe uma ação acabada. As categorias aspectuais durativo e terminativo estão presentes, também, na língua e podem ser recuperadas desde o latim – com derivação para as línguas românicas, como o português. É interessante notar como a textualidade (substantivo perfectivo, pontual) remete ao estado, ao próprio ser do texto, à sua essência,

enquanto a textualização (imperfectivo, contínuo) à transformação, ao fazer do texto, à sua ação.

Como transformação, incide sobre ela, por meio do uso das células tensivas, uma categoria missiva *sui generis*, respectiva do conteúdo da dinamicidade, capaz de gerar um percurso próprio dentro do percurso textual mais geral. Isso acontece uma vez que, quando o percurso gerativo do texto dá início à textualização, esta é convocada a se organizar nos moldes de uma sintaxe textual.⁹⁴ Essa constatação parece responder à questão que levantamos no início da presente seção, justificando a nossa escolha pela instância da textualização (e não da textualidade).

Nas primeiras linhas do verbete “Textualização”, os autores advertem o leitor quanto a sua função: ela é o *conjunto dos procedimentos* (da textualidade) em um percurso que tem como objetivo a *constituição de um contínuo discursivo*. Pode-se pensar que até a instância anterior à textualização, a substância da expressão, os códigos e subcódigos que serão manifestados pouco importam; é a partir do percurso da textualização, no ponto em que ele mira uma manifestação, que esses elementos passam a ser essenciais e a ter suas características salientadas.

À vista disso, se, em um primeiro momento, se tem uma espécie de totalidade homogênea, no início do percurso da geração do texto, necessária para que uma análise possa ser instaurada e um processo textual seja instituído, após passar pela instância da textualização, uma segunda totalidade surge; diferente da primeira, essa segunda totalidade tem caráter heterogêneo e prevê a diversidade. Tudo se passa como se, em dado momento, a geração do texto deixasse de vislumbrar a direção da triagem para empreender a direção da mistura, o que tornaria possível a discretização da primeira grandeza

⁹⁴ Na próxima seção, denominada *Uma proposta de percurso textual*, veremos como essa sintaxe textual é chamada a fazer parte de um percurso ainda mais geral, responsável pela geração do texto-objeto.

homogênea e a entrada em cena de uma grande variedade de elementos textuais (linguagens, códigos e subcódigos) e, por fim, da manifestação de textos-objetos no campo de presença semiótico.

Depreende-se, portanto, que a textualização está intimamente ligada à manifestação do processo, de modo que, para compreender a natureza do texto-objeto (a textualidade), é necessário considerar as especificidades da substância da expressão. Ou seja, ao vislumbrar a manifestação é que a instância da textualização dá lugar às coerções específicas de cada manifestação textual, evidenciando a constituição do texto em si como uma espécie de força que gera movimento e direção no universo da significação.

Dito isso, recobramos a importância da investigação de um percurso mais geral que passe pela textualização, a fim de que se possa melhor compreender a geração do objeto semiótico ou, nos termos que estamos usando, do texto-objeto.

3.3 UMA PROPOSTA DE PERCURSO TEXTUAL

A ideia de apresentar, em percurso, os elementos necessários para a concepção do objeto semiótico não é mera predileção pela organização de conteúdos em esquemas; o percurso consegue recuperar as noções de trajeto, de direção e de geração, primordiais para o desenvolvimento de uma teoria, hipótese ou discussão que considere os aspectos epistemológicos do texto. O termo *percurso* é, então, utilizado em sentido correlato àquele definido nas palavras de Greimas e Courtés (2008 [1979]): “não somente uma disposição linear e ordenada dos elementos entre os quais se efetua, mas também uma progressão de um ponto ao outro, graças às instâncias intermediárias” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 362).

Sabe-se que, na semiótica greimasiana, há o já consolidado percurso gerativo do sentido, em que as estruturas *a quo* são justapostas com as estruturas *ad quem*, espaços cujos elementos, que fazem parte do processo, assumem uma direção do mais simples e abstrato ao mais complexo e concreto, das estruturas sêmio-narrativas às estruturas discursivas. De maneira similar, o percurso que será exposto parte das estruturas mais simples e abstratas com vistas à dimensão textual. Isso é possível porque a grandeza que lhe dá origem é homogênea; no entanto, ao final do processo desencadeado pela análise, no outro polo, teremos acesso a uma grandeza heterogênea, muito mais complexa e concreta do que a primeira. Pressupõe-se, então, que a tonicidade na diversidade que essa grandeza apresenta é resultado da instância da textualização.

Todo o percurso que a grandeza não analisada atravessa até a textualização (e manifestação) somente pode ser recuperado – ou melhor, organizado – por uma pressuposição lógica. Neste caso, o percurso desenvolve-se, entre um polo e outro, por duas instâncias intermediárias, são elas: a instância textual e a instância da textualização. Ambas serão mais bem desenvolvidas, em momento oportuno, ao longo do capítulo, a fim de não desviarmos da discussão sobre a escolha do uso de um percurso para a representação da proposta.

Ao dispor em trajeto os elementos necessários para a constituição de um percurso textual, podemos nos perguntar qual é o elemento responsável por desencadear uma direção nesse processo ou, então, em que momento o movimento, essencial para a constituição de um percurso, passa a existir. A hipótese levantada como resposta, no que diz respeito às discussões que realizamos neste trabalho, centra-se, primordialmente, no conceito de análise desenvolvido por Hjelmslev.

Assim, com base em uma grandeza homogênea, que representa o sistema das linguagens – os códigos e os subcódigos - do objeto semiótico, um elemento específico

pode vislumbrar para si o *status* de texto-objeto a partir do momento – no sentido de instante teórico, e não cronológico – em que a análise entra em cena dentro de um percurso textual. Não se trata, no entanto, de uma espécie de ontologização do texto, mas de uma tentativa de projetar um olhar que considere a direção e a continuidade como necessárias para que o objeto semiótico possa ser, gerativamente, concebido.

Diante disso, cremos ser oportuna a discussão a respeito da importância da análise para a geração do objeto semiótico.

3.3.1 A análise e a sua importância na geração do objeto semiótico

A análise esteve no centro da discussão a respeito do texto desde os estudos hjelmslevianos sobre a linguagem, com a continuação na semiótica de Greimas e nos trabalhos de alguns semioticistas contemporâneos filiados ao projeto greimasiano; a importância conferida a ela é justa, uma vez ser a mesma responsável por desencadear uma importante, e irremediável, alteração na aceção do conceito de texto. Como procuramos demonstrar em nosso trabalho, o texto é um *antes* e outro *após* a análise. É por meio dela, também, que temos acesso à textualidade, necessária para que possamos compreender a natureza do texto-objeto.

Não é por menos que, nos *Prolegômenos a uma teoria da linguagem* (2013 [1943]), Hjelmslev dedica um capítulo inteiro à investigação acerca da natureza da análise. O importante nesse processo, de acordo com o linguista, não é a divisão do objeto em partes, mas o foco nas dependências mútuas estabelecidas entre essas, assim como seria arquitetado, posteriormente, na teoria de Greimas e, algumas décadas depois, na teoria tensiva, de Claude Zilberberg: o que realmente interessa ao analista são as relações mantidas entre as partes e delas com o todo no interior de uma grandeza, “esse é o único

modo de assegurar a adequação desta análise e dela fazer, segundo a teoria metafísica do conhecimento, um reflexo da ‘natureza’ do objeto e de suas partes” (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 28).

O conceito de análise, na semiótica, é tributário ao de Hjelmslev, designando

o conjunto de procedimentos utilizados na descrição de um objeto semiótico, os quais se particularizam por considerar, em seu ponto de partida, o objeto em questão como um todo de significação, com o objetivo de estabelecer, por um lado, as relações entre as partes desse objeto e, por outro, entre as partes e o todo que ele constitui [...] até que se registrem suas unidades mínimas indecomponíveis. (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 29).

O objeto do ponto de partida, preexistente à análise, é um todo de significação: refere-se a uma grandeza com alta carga de intensidade no regime do absoluto. Assumindo um ponto de vista que vai do texto absoluto ao texto-objeto, é a partir da análise que se tem acesso à particularização do objeto geral e torna-se possível compreender as relações que essas partes, ou constituintes, entretêm entre si e com o todo.

De herança hjelmsleviana, a análise é dedutiva, uma vez que a direção que assume vai, hierarquicamente, do todo às partes. O movimento subentendido por ela passa de uma classe aos componentes, e não o contrário, e configura-se como “um movimento que analisa e especifica e não um movimento que sintetiza e generaliza” (HJELMSLEV, 2013, p. 14). Cabe lembrar que o conceito de análise é metaforicamente concebido, por Hjelmslev, como uma “conceito-sanfona”, já que uma análise pode conter uma ou várias análises, tal qual o efeito de comprimir e expandir causado pelo manuseio do instrumento.

Com base na noção de análise, o texto pode ser compreendido, inicialmente, como uma classe de classes, uma vez que a sua existência pressupõe a aceção de texto (no singular) como uma classe analisável em componentes e que esses sejam também classes

analisáveis de componentes e assim em diante, até que haja a exaustão das possibilidades de análise. Uma classe de classes é, como sabido, uma hierarquia (HJELMSLEV, 2010, def. 8, p. 5), responsável por gerar a semiótica e conceber o estatuto de semiótico a um objeto. Tendo isso em vista, no capítulo 1 deste trabalho, discorreremos sobre os dois tipos de análises que uma hierarquia pode gerar: a análise sintagmática e a análise paradigmática.

Importa-nos, aqui, recuperar a noção de análise sintagmática. Enquanto uma sintagmática, a grandeza – em via de se tornar um texto empírico – representa uma hierarquia relacional, esta por sua vez assume como característica a processualidade. Não à toa, Greimas e Courtés (2008 [1979]), como mencionado em outros momentos de nossa discussão, recuperaram o conceito de texto como “sintagmática cujas cadeias, se forem ampliadas indefinidamente, são manifestadas por todos os sentidos” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 140). O texto é, assim, um “eixo sintagmático” de todas as semióticas existentes.

A própria existência da análise pressupõe, como consequência, uma direção para o percurso. É importante ressaltar que, embora seja possível desencadear pela análise um processo no percurso textual, que parta do texto absoluto em direção aos textos-objetos, o percurso em direção contrária não é uma proposição verdadeira; em outras palavras, usando os termos hjelmslevianos, a análise dos constituintes não nos leva à classe das classes, pois que as formas textuais são diversas e particulares, enquanto o texto é geral e absoluto.

Dessa maneira, podemos pensar, no plano da hipótese teórica, que mesmo que reuníssemos todos os textos-objetos realizados e não realizados do mundo, o resultado desse conjunto, da bricolagem, não poderia ser considerado um texto absoluto. Ou, para citar outro exemplo, de nada adiantaria, em uma perspectiva linguística, a análise das

palavras, frases e sintagmas de um texto escrito se tivéssemos como intenção chegar ao texto absoluto. Assim sendo, justificamos que o percurso textual que estamos propondo pode assumir uma única direção: a dedutiva.

Veremos, a seguir, as características das grandezas que aparecem em cada um dos polos do percurso textual.

3.3.2 O texto absoluto e o texto-objeto

Considerando a importância da análise como o ponto de partida, responsável por desencadear o início do percurso, que estamos traçando, explicaremos, a seguir, os elementos que regem o campo do texto absoluto e do texto-objeto. Para tanto, faremos uso dos conceitos advindos da semiótica tensiva de Zilberberg (2011b), uma vez que acreditamos que somente um estudo da tensão, que considere as gradações presentes no campo da significação, seja capaz de explicar de maneira satisfatória a geração do objeto semiótico dentro de um percurso textual.

Compreendemos que, em termos tensivos, o regime do absoluto reivindica o máximo de intensidade e de unicidade, referindo-se a uma grandeza definida pela tonicidade e pelo seu valor de exclusivo.⁹⁵ Ou seja, em um dos polos do percurso, postula-se a existência do texto-absoluto; a sua “absolutez extrema” impede que essa grandeza seja quantificada. Assim, uma operação de mistura é reclamada pelo campo de sentido, que sente, por sua vez, a necessidade de misturar a grandeza absoluta para que o percurso textual possa ter continuidade. Diga-se de passagem, essa necessidade abre espaço para que a análise seja instaurada no percurso e, então, um processo gerativo do objeto semiótico possa

⁹⁵ No Cap. 2.3, discorremos sobre os valores de absoluto e universo na obra de Claude Zilberberg.

iniciar-se.

A direção da mistura, ao lado da triagem, faz parte das duas grandes direções que ordenam os sistemas de valores de uma grandeza. Ao assumir o ponto de vista da mistura, há uma perda gradativa da intensidade do valor de absoluto, fazendo com que o processo de discretização torne-se eminente no campo de presença da grandeza que antes era intrinsecamente absoluta. Consequentemente, no processo da análise, o texto absoluto perde em intensidade e, quanto mais ela se atenua, mais a grandeza em foco tem a sua extensidade alongada no processo, permitindo a discretização e, por conseguinte, a quantificação e o reconhecimento de uma variedade de elementos em sua composição.

Há um dado interessante nessa proposição: a discretização dos elementos é o resultado da análise paradigmática. Considerando o ponto de vista do valor de absoluto, o regime da análise operada pela paradigmática enfraquece a intensidade e comporta uma maior extensidade, resultando na atonicidade das características de homogeneidade e unicidade, ao mesmo tempo em que ganha uma heterogeneidade e uma diversidade cada vez mais tônica. A grandeza deixa, portanto, de ser uma unicidade e assume-se, gradativamente, como uma totalidade.

A proposta, que acabamos de explicitar, encontra diálogo no que Badir (2005) já havia escrito: em seu estudo sobre a noção de texto em Hjelmslev, o semiótico argumenta que o processo de triagem permite (1) a divisão do dado em constituintes e (2) a redução do dado a uma de suas partes ou aspectos. Na perspectiva da triagem, o texto absoluto passa a não ser mais um todo homogêneo; uma certa heterogeneidade, própria dos objetos textuais, pode, então, ser percebida - isso é possível quando o percurso textual prevê a passagem de um polo ao outro, passando por algumas instâncias intermediárias, as quais serão explicitadas no decorrer deste trabalho (Ver quadro 5).

A mistura representa os valores do universo, conhecidos como valores da extensão (FONTANILLE; ZILBERBERG, 2001 [1998], p. 53-54), assim, o regime de exclusão usa como operador a triagem, enquanto o regime de participação tem por operador a mistura. Na obra mencionada, encontramos este quadro explicativo sobre a variação da tonicidade na triagem e na mistura:

Quadro 5 - Triagem e mistura em Zilberberg

	Triagem	Mistura
Tônica	unidade/ nulidade	universalidade
Átona	Totalidade	diversidade

Fonte: Fontanille e Zilberberg (2001 [1998], p. 33).

Os autores explicam que a articulação semiótica em termos quantitativos é diferente daquela formalizada em números pelos matemáticos, mas que a conjugação da quantidade e da intensidade, ou do excesso e da falta, permitem passar de um regime tensivo ao outro, de uma valência à outra, em cada categoria. Esse princípio autoriza a existência de um percurso, na lógica da triagem, da unidade à totalidade, e da universalidade à diversidade na lógica da mistura. Os gradientes são essenciais para compreender como assumimos uma direção que vai da triagem à mistura no percurso textual, do texto absoluto ao texto-objeto, e como concebemos as grandezas de uma gramática textual e de manifestação que fazem parte de instâncias intermediárias, chamadas de instância textual e instância da textualização, entre um polo e outro no percurso.

Ao passar pelo regime da mistura, o texto absoluto perde tonicidade na universalidade e ganha força para constituir-se enquanto uma unidade, resultante da análise, um objeto quantificável, representado pelo texto-objeto. Da universalidade à

unidade, a análise prevê também a diversidade e a totalidade; a diversidade passa a existir quando um gradiente de menos tonicidade na visada da triagem é adicionado. Nesse estágio, é possível prever uma gramática textual, que não se limita a um objeto específico, o texto escrito, por exemplo, mas que responde por todas as manifestações possíveis (ex. uma pintura, um filme, uma arquitetura etc.), que serão constituídas na próxima instância (a da textualização).

A gramática textual não é a manifestação propriamente dita, isso é, a junção do plano do conteúdo ao plano da expressão; refere-se, antes, a uma sintaxe textual que explica as coerções que levarão à constituição da segunda totalidade, a textualidade. Neste estágio, lidamos com objetos abstratos e contínuos. Ao acrescentar menos tonicidade à mistura, chega-se a uma segunda totalidade, esta regida pela mistura e não mais pela triagem - como é o caso da primeira totalidade, de caráter universal. Essa segunda totalidade é o que temos concebido como textualidade, resultado da instância da textualização.

Quadro 6 - Processo textual após ser submetido à análise

	Triagem	Mistura
Tônica	texto absoluto	texto-objeto
Átona	gramática textual	gramática da textualidade

Fonte: Elaboração própria.

A partir do momento em que a análise tem início, o percurso textual é acionado, assumindo a direção da triagem para a mistura (Ver figura 8):

Figura 8 - Percurso da direção assumida entre o texto absoluto e o texto-objeto

Triagem	Mistura
Texto absoluto -> gramática textual -> gramática da textualidade -> texto-objeto	

Fonte: Elaboração própria

Sublinhamos, no entanto, que o percurso inverso, da mistura em direção à triagem, não é possível. Pela análise paradigmática, o texto torna-se um objeto, um constituinte de modo semelhante àquele que ele próprio encadeia (BADIR, 2005). Embora o texto-objeto seja deduzível do texto absoluto, o inverso não é verdadeiro - pois na perspectiva que assumimos, ao reduzir a intensidade e aumentar a extensidade, o texto, gradativamente, cessa de ser absoluto para tornar-se uma pluralidade de textos, perdendo em universalidade e ganhando em discretização. Como resultado desse fenômeno, passamos a ter uma variedade de textos que carregam cada um deles apenas uma das partes ou aspectos da grandeza absoluta que outrora lhes deu origem.

Chama-nos a atenção o fato de essa heterogeneidade não constituir a unicidade absoluta *per si*, pois, como dissemos, não se pode chegar ao texto absoluto a partir dos textos-objetos; o objeto inicial, ao perder a sua intensidade, durante o processo de mistura, não poderia ser novamente recuperado a partir do conjunto hipotético dos textos-objetos de caráter heterogêneo e extenso. Além disso, um outro fator impõe-se: no percurso da análise, ao ter o enfraquecimento das valências tônicas da intensidade, o objeto ganha uma outra totalidade, a da textualidade, que impede o retorno da primeira (a da “absolutes”).

É preciso considerar que a análise, para ser eficiente, precisa dar conta de um objeto universal, não se preocupando mais com as particularidades e, ao mesmo tempo, atenta à homogeneidade que se apresenta em todas as condições variadas. Hjelmslev explica isso

como sendo a análise operante pela divisão do processo, pois considera o texto como uma cadeia de cadeias, cujas partes são cadeias também, “com exceção das partes irreduzíveis que não podem ser submetidas à análise” (HJELMSLEV, 2013 [1943], p. 34). De acordo com essa perspectiva, a análise é constituída pela decomposição do texto em partes, para, em seguida, estabelecer uma relação recíproca entre elas.

Com o objetivo de passar de um polo ao outro, no percurso textual, duas instâncias intermediárias, já mencionadas, precisam ser consideradas: a gramática textual e a gramática da textualidade. Compreender a atuação de ambas é essencial para se pensar em termos de uma geração de um objeto semiótico a partir de uma grandeza anterior à análise.

3.3.3 As instâncias intermediárias no percurso textual

O texto absoluto, entendido como a grandeza não quantificável, geral e não analisada, tem o seu *status* alterado com a entrada em cena da análise. Ela dá início à operação de discretização da homogeneidade; para tanto, atravessará instâncias intermediárias, cuja função é permitir o fluxo contínuo do percurso de um polo a outro. Essas instâncias funcionam como gramáticas, ou seja, como simulacros das realizações possíveis, que regem o conjunto das regras previstas pelo sistema, são elas: (i) a instância textual e (ii) a instância da textualização.

Dito de outro modo, o texto, ao perder intensidade no regime da triagem, caminha para a atonicidade e, no decorrer do percurso, é vislumbrada a inevitável aproximação com o regime da mistura. A instância textual é o primeiro estágio onde uma certa discretização começa a operar; neste estágio, não há mais uma grandeza absoluta, pois uma análise já está em curso para gerar um objeto semiótico. Essa instância aciona uma gramática geral,

a partir de um sistema semiótico; ela funciona como um arcabouço responsável por guardar todos os códigos – ou linguagens – passíveis de serem manifestados. Nela não há ainda a especificação do plano de expressão, este será atribuído na manifestação; estando a instância seguinte do percurso, a da textualização, incumbida dessa função.

Essa primeira instância intermediária, a textual, aciona todas as possibilidades geradas pelo sistema e que estejam em modo virtual; é a partir desse conjunto ilimitado de possibilidades que a textualização, na segunda instância, reclama os elementos que julga necessários. Ela age como um conjunto geral de regras sintáticas e semânticas; desse modo, a primeira articulação da significação, neste ponto do percurso textual, é comum a todos os textos-objetos, independente das especificidades do plano de expressão, pois não há ainda a especificidade do código que será manifestado.

Na instância textual, não há como distinguir se um dado elemento será, ao final do percurso, uma cantiga de ninar ou uma imagem científica; não somente porque as linguagens não foram especificadas, mas também porque o conteúdo não está, ainda, organizado como tal – este será gerado a partir dos micropercursores que entrarão em cena no percurso textual após a passagem por essa primeira etapa. O que há, até esse ponto do percurso, é somente um amontoado de possibilidades que passam a existir após a análise, ainda que esses elementos possíveis não possam ser considerados como tais antes dela - no âmbito do texto-absoluto - por fazerem parte de uma grandeza homogênea e não discreta. A análise, somente ela, torna possível que uma instância textual venha a existir e coloque em existência as unidades.

A gramática textual é gerada pela direção da triagem, e por não existir uma distinção entre as possibilidades de linguagens a serem manifestadas no plano da expressão, os conteúdos gerados até aqui poderão ser manifestados em uma pintura, escultura, videogame, ballet ou qualquer outro texto-objeto; essa observação é relevante para que se

possa conceber a característica estrutural do texto, para a qual os conteúdos podem ser abordados por diferentes planos da manifestação. Assim, é somente na instância seguinte, na textualidade, projetada pela direção da mistura, que uma ou mais linguagens serão acionadas e um micropercurso do plano da expressão visará uma manifestação imediata.

A segunda instância intermediária, seguindo a orientação do percurso, é a da textualização. Conjugados no plano do conteúdo e da expressão, os recursos utilizados nesta instância são organizados em um conjunto denominado sintaxe textual, que, em oposição e em complementação à semântica, constitui uma gramática ou uma semiótica. Sendo, pois, a sintaxe textual, a organização dos procedimentos de textualização, ela funciona como uma gramática e uma totalidade do campo de manifestação, diferente da primeira, de caráter absoluto, que é a condição do texto absoluto.

Os elementos que antes existiam pelo modo virtual, agora, encontram-se atualizados e prontos para a realização. Dessa maneira, um dado elemento pode receber uma ou mais linguagens; por exemplo, os objetos sincréticos são formados a partir de duas ou mais linguagens, como é o caso da dança, cuja organização de sentido coloca em interação as linguagens visuais, gestuais, somáticas e musicais.

No percurso da análise, o texto, ao perder sua característica de absoluto, recebe uma diminuição da intensidade e um aumento em extensidade, tornando-se descritível. Esse fenômeno deixa em evidência a estrutura da natureza do objeto e, para Badir (2005), podemos concebê-la como uma segunda totalidade do texto, de caráter heterogêneo, plural e variável; essa característica é responsável pela textualidade. Dito de outra forma, a textualidade, enquanto natureza do texto, só é possível, no ponto de vista do percurso textual, a partir do momento em que a primeira grandeza perde em termos de intensidade

absoluta e cede lugar ao fenômeno da discretização.⁹⁶

No percurso da transformação do texto absoluto em texto-objeto, quando a grandeza ganha em extensidade, a característica de totalidade absoluta, gradativamente, diminui até que ela seja mínima e o texto possa ser moldado como um objeto; nesse instante, então, a segunda totalidade, a textualidade, resultante da instância da textualização, tem como garantida a sua existência.

Além das duas instâncias mais gerais, outras implicações são pressupostas no percurso (Ver figura 9), essas configuram-se como espécies de micropercursos, localizados no interior de cada uma das instâncias e na passagem de uma à outra; podemos citar, como exemplos, a entrada em cena da enunciação, a existência do discurso, no que se refere à passagem da instância textual para a instância da textualização, a semiose e a manifestação – estas últimas só se fazem presentes quando a instância da textualização vislumbra o seu objeto final, o texto-objeto.

Apresentamos, a seguir (Ver figura 9), a organização do percurso textual:

⁹⁶ A primeira grandeza no percurso é o texto absoluto e a segunda a textualidade; aquela é homogênea e absoluta, e esta heterogênea e discreta.

Figura 9 - Percurso textual: do texto absoluto ao texto-objeto

Fonte: Elaboração própria.

Como dito, para que o percurso seja ativado é necessário que a análise seja implantada, uma vez que ela dá permissão para que o texto absoluto avance para a instância textual, espaço em que há a existência de uma gramática textual e a ativação de todas as possibilidades códicas. Esse princípio, diga-se de passagem, lembra-nos o que o semiótico Roland Barthes (2004 [1971]) já havia dito:

o Texto cumpre, se não a transparência das relações sociais, pelo menos a das relações de linguagem: ele é o espaço em que nenhuma linguagem leva vantagem sobre outra, em que as linguagens circulam (observando o sentido circular do termo). (BARTHES, 2004 [1971] p.75).

Em termos de uma instância da gramática textual, dizemos, pois, que todas as linguagens estão à disposição para serem convocadas à manifestação na próxima instância do percurso; nenhuma delas tem soberania sobre as outras, elas estão em modo potencializado e poderão ser reclamadas, na instância da textualização, de acordo com a textualidade do texto-objeto que será gerado pelo micropercurso da manifestação. Sendo

assim, a primeira articulação da significação, neste ponto do percurso textual, é comum a todos os textos-objetos, independente das especificidades do plano de expressão.

Salientamos, no entanto, que a noção de texto, tal como defendida neste trabalho, extrapola – em termos de extensão - o percurso gerativo de sentido, formulado por Greimas e outros semioticistas colaboradores, uma vez que é compreendida como i) uma grandeza epistemológica prévia a qualquer análise – ou seja, quando não há ainda um percurso de sentido em curso e ii) um objeto semiótico formado pelos planos do conteúdo e da expressão. Sendo assim, o conhecido percurso gerativo de sentido, na perspectiva assumida, representa uma parte do percurso textual, que é responsável pela geração do objeto semiótico.

Uma articulação entre ambos os percursos pode ser concebida assim (Ver figura 10):

Figura 10 – Integração do percurso gerativo de sentido no percurso textual

Fonte: Elaboração própria.

Seguindo adiante na discussão acerca da geração do texto, recuperamos as palavras de Hjelmslev (2013 [1943], p. 145): “nós trabalhamos com a suposição de que o texto dado apresenta uma homogeneidade estrutural”. Em seguida, ele faz um adendo “todo texto, se não for muito reduzido para construir uma base suficiente de dedução do sistema generalizável a outros textos, contém, geralmente, derivados que repousam em sistemas diferentes” (2013 [1943], p. 145). Ao cotejar ambas as citações, pode-se, em uma rápida leitura, conceber como contraditórias as palavras do linguista, mas a contradição é, se existente, apenas na aparência. Colocamos, então, a seguinte questão: como pode um texto ter a característica de homogeneidade em sua estrutura se os derivados possuem sistemas diferentes?

A condição complexa do texto, que contempla a homogeneidade e a heterogeneidade, deve ser considerada no engendramento de um percurso do objeto semiótico. Pensamos, assim, que, no percurso, até a instância da gramática textual, impera uma homogeneidade, criada pela visada da triagem, cuja organização vai, de pouco em pouco, cedendo lugar à visada da mistura, responsável pela geração da heterogeneidade. É na heterogeneidade que o texto se constituirá enquanto polisemiótico, já que reclamará uma diversidade de linguagens e códigos que possuem diferentes sistemas.

Nesse sentido, Greimas e Courtés (2008 [1979]) salientam que

no momento em que se efetua, a textualização reencontra certo número de coerções ao mesmo tempo em que se beneficia das vantagens que lhe são conferidas pelas propriedades características do próprio texto. (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p. 462).

Um cálculo algébrico, por exemplo, recebe a linearidade como coerção para que possa ser manifestado em uma representação. Sabe-se, no entanto, que a linearidade de um

texto-objeto depende do tipo de significante que será atribuído no momento da manifestação; como apontam os autores, ela pode ser temporal, por exemplo, para as línguas orais, ou espacial para a escrita e a pintura. É na instância da textualização - quando os sistemas são correlacionados e, conseqüentemente, há a escolha de uma ou várias linguagens, e a prevalência delas sobre outras - que a textualidade se constitui como tal.

Diante disso, é importante explicar como um sistema virtualizado dá lugar à realização no processo textual: a passagem do sistema e das possibilidades para a realização ocorre pela enunciação. Ela é o micropercurso que está entre a instância textual e a instância da textualização; trata-se de uma espécie de micropercurso que ganha existência e atua como uma força que direciona o percurso textual para a instância da textualização, e desta para a manifestação em texto-objeto.

A enunciação está entre o sistema e o “dito”, o virtual e o realizado, localizada no meio do percurso entre o texto absoluto e o texto-objeto; nessa perspectiva, o texto-objeto está para o dito tanto quanto o texto absoluto para o sistema. Ainda sobre o primeiro micropercurso, o da enunciação, esse desencadeia um *ato de intencionalidade*, uma espécie de *visada de mundo*, cujo resultado será a *colocação em discurso*, que fará com que o texto-objeto seja histórico, contextual e intertextual. Greimas e Courtés (2008 [1979]) afirmam que “[...] a enunciação é um enunciado cuja função-predicado é denominada ‘intencionalidade’, e cujo objeto é o enunciado-discurso” (GREIMAS E COURTÉS [p. 2008 [1979], p. 168). Vislumbra-se a enunciação, dessa maneira, como a esfera em que um sujeito, um espaço e um tempo são acionados no percurso textual.

A enunciação, então, pressupõe o micropercurso do discurso, cujo funcionamento dá-se ao modo da atualização, pois ele converte as unidades *in absentia* em unidades *in praesentia* da língua (linguagem) e do universo discursivo (FIORIN, 2012). No discurso, localizado logo após a instância textual, não há uma expressão definida, sendo, por isso,

da ordem da imanência – em contraposição à manifestação. Essa característica, dada a sua localização no percurso textual, permite que um discurso qualquer possa passar por diferentes substâncias. Por exemplo: o discurso ecológico pode ser manifestado em um texto jornalístico que defenda uma intervenção maior do governo na proteção da Amazônia ou em uma imagem cartográfica que retrate o crescimento do desmatamento das áreas de reservas brasileiras nos últimos meses.

Isso posto, seguindo a trajetória do percurso textual, tem-se a instância da textualização. Ela acionará, por sua vez, dois outros micropercurso: a semiose e a manifestação. Último micropercurso da instância textual, o discurso leva à textualização, fazendo com que uma (ou mais) linguagem(ns) seja(m) escolhida(s), a partir de uma visada paradigmática ou sintagmática. Nesta etapa, o percurso textual conta não apenas com o plano do conteúdo, mas também com o plano da expressão. Dessa maneira, podemos dizer que a instância da textualização admite a semiose (ou a função semiótica).

A textualização, como instância geral dos micropercursos da semiose e da manifestação, organiza uma espécie de sintaxe, cuja atuação desenvolve-se em ambos os planos do objeto, visando um contínuo discursivo em uma determinada semiótica. A função semiótica cria efeitos de sentido e, no percurso textual, ela está imediatamente anterior ao micropercurso da manifestação. Ambos micropercursos, da semiose e da manifestação, tal qual a enunciação e o discurso, mantêm uma relação de pressuposição.

3.3.4 Síntese do Percurso Textual

Nas seções anteriores, procuramos descrever como o percurso textual é sistematizado. Desdobramo-nos, primeiro, sobre a importância da análise em sua

organização, para, em seguida, focalizar os dois polos: o texto-absoluto e o texto-objeto. Por último, descrevemos as instâncias intermediárias que estão entre os dois lados desse trajeto, tentando evidenciar os micropercursos que podem ser encontrados em cada uma delas. À vista disso, faremos, a seguir, uma síntese da ideia desenvolvida ao longo do presente capítulo, com o intuito de torná-la mais clara.

Um elemento qualquer pode vir a ser um texto-objeto - ou em outros termos, um objeto semiótico - ao passar pelas instâncias textual (e os micropercursos da enunciação e do discurso) e da textualização (e os micropercursos da semiose e da manifestação); a justificativa para esse fenômeno reside no fato de a análise ser a responsável pela existência de todo o percurso, condição que somente encontra argumentos favoráveis, no plano epistemológico da teoria, em razão da análise reconhecer a virtualização de um sistema (ou seja, o texto absoluto). O fenômeno ocorre da seguinte maneira: há um elemento no mundo natural não identificável, mas não se pode afirmar, de antemão, se se trata de um objeto semiótico. Nos termos em que estamos trabalhando, essa confirmação só poderá vir após a instauração de uma análise.

Com a entrada em cena da análise, o percurso textual passa a existir e um texto absoluto é pressuposto logicamente. Vale salientar que, embora ele esteja disposto anteriormente, a sua existência só pode ser validada pela análise. Quando isso acontece, uma instância textual reclama as possibilidades de linguagens e de elementos do conteúdo, com a finalidade de que a instância da textualização faça as escolhas necessárias. Em outras palavras, quando a análise está em curso - e a grandeza, outrora homogênea, torna-se discretizada - uma variedade de linguagens são percebíveis pelo processo textual; todos esses elementos e códigos são armazenados em um arcabouço do sistema semiótico, cuja denominação, nesta proposta, é instância textual.

Ressalta-se que, até a primeira instância, o elemento não identificável do mundo

natural não sabe ainda quais linguagens e conteúdos receberá. Por isso, antes que uma ou mais dessas linguagens sejam acionadas para compor um objeto semiótico, dois micropercursos são instaurados: a enunciação e, por consequência, o discurso. Os micropercursos serão os responsáveis por levar o percurso textual em direção à instância da textualização. É nessa próxima instância, quando os sistemas são correlacionados e, conseqüentemente, há a escolha de uma ou várias linguagens - e a prevalência dela(s) sobre outras - que a textualidade se constitui.

O texto-objeto será manifestado, no micropercurso da manifestação, se houver, na instância da gramática textual, os elementos necessários para a sua realização. A passagem da virtualização para a atualização permite que esses elementos estejam aptos a serem realizados na manifestação. É importante salientar que o percurso funciona como uma espiral; os elementos são repetíveis a cada etapa, sendo-lhes atribuídas organizações cada vez mais complexas. Essa suposição leva-nos à crença de que haja, portanto, uma quantidade finita de linguagens e sistemas semióticos na gramática textual, mas infinitas possibilidades de combinações na instância da textualização.

Os micropercursos do discurso e da enunciação, resultantes da passagem da instância textual para a instância da textualização, agem para estabelecer os elementos do conteúdo: um ponto de vista, um sujeito, um espaço, um tempo, além dos conteúdos históricos, ideológicos, contextuais, pragmáticos etc. que farão parte do objeto semiótico. Salienta-se, à vista disso, a possibilidade do elemento, agora, parcialmente identificável, receber uma (ou mais) linguagem(ns) nos micropercursos da semiose e da manifestação, pressupostos a partir da segunda instância intermediária do percurso, intitulada textualização.

À vista disso, o elemento poderá ser textualizado, por exemplo, como um objeto arquitetural, ou mais especificamente, um prédio de museu, recebendo características

cromáticas, topológicas, efeitos de texturização e de profundidade etc. Ao final dessa etapa, ele pode ser, então, manifestado e considerado um objeto semiótico, ou seja, um texto-objeto.

Embora o percurso que descrevemos seja nomeado de textual, trata-se, sobretudo, da geração do objeto semiótico. A escolha do termo *texto* (e seus derivados, *textual* e *textualização*) não foi aleatória; como esperamos ter demonstrado, desde as primeiras páginas de nosso trabalho, ele é o objeto da semiótica. Apesar disso, o leitor poderá considerar essa terminologia inadequada, uma vez que há diferentes interpretações e definições para “texto”; na tentativa de, talvez, dissuadi-lo dessa maneira de pensar, apresentaremos, a seguir, algumas motivações para a continuação do uso do termo como sinônimo de objeto da disciplina em questão.

3.4 POR QUE AINDA O TEXTO?

A proposta do percurso textual pretendeu explicar a geração do objeto da semiótica, de modo a contemplar todos os objetos que engendram significação, tais como: os textos de substâncias verbais (dentre eles, a literatura, a entrevista oral, as receitas culinárias escritas à mão, etc), verbo-visuais (os filmes, os vídeos do Youtube), verbal-melódicos (a canção, o canto de torcidas de futebol, a ladainha), visuais (a pintura, a fotografia, a ilustração), espaciais (o prédio do museu, o estádio de futebol, a cidade), gestuais (os gestos faciais, a mímica), somáticos etc. Além desses, a proposta julga, também, como pertencentes à esfera textual, as práticas, as experiências humanas e as formas de vida.⁹⁷

⁹⁷ No capítulo seguinte (Cf. Capítulo 4), discutiremos melhor sobre esse assunto, ocasião em que apresentaremos uma discussão a respeito da textualização das práticas e experiências humanas em suportes mais estáveis e duradouros.

Quando nos encontramos, ainda no início da escrita da tese, diante de uma diversidade de nomenclaturas para os objetos semióticos, refletimos sobre as razões e as motivações para a insistência no uso de “texto”; optamos, então, por desvendar as acepções que o sustentam no âmbito da disciplina e procuramos compreender a complexidade inerente à sua natureza. Se, por um lado, o texto é engendrado como resultado da manifestação, por outro, ele é o próprio desencadeador do processo gerativo, pressuposto lá no início do percurso textual.⁹⁸ Essa maneira de enxergá-lo é útil para a explicação de sua complexidade.

Diante dos interesses teóricos, e, de certa maneira, do próprio encaminhar deste trabalho, não havia, para nós, um outro jeito de conceber a geração do objeto semiótico que não fosse pela via textual. Em nossa concepção, ainda é o texto porque ele é, e continuará sendo, um conceito epistemológico fundador da teoria e, também, o seu objeto. Ainda que nossos argumentos estejam baseados no modo como escolhemos trilhar essa investigação, sabemos que outros termos e recortes poderiam ter sido utilizados; talvez outros pesquisadores tivessem optado por uma saída teórica menos espinhosa, fazendo o uso simplesmente da expressão “objeto semiótico”.

Sabe-se que, na língua vernácula, a escolha do termo “texto” pode causar algumas confusões: para alguns linguistas, ele designa estritamente os objetos linguísticos, escritos e orais; para outros pesquisadores, no entanto, é concernente às produções escritas. De maneira diferente, na semiótica, tradicionalmente, o texto refere-se a muitos objetos (uma dança, uma canção, uma pintura etc) mas a confusão nem por isso deixa de existir; como demonstramos, no capítulo 2, quando discorremos sobre algumas contribuições teóricas mais atuais para a disciplina, o texto é concebido, por alguns semioticistas, como um objeto diferente das práticas e de todas as semioses “ao vivo”. Para estes, enxergar o texto como

⁹⁸ Discorremos sobre o assunto no Cap. 1 e Cap. 2 deste trabalho.

um equivalente para todos os objetos semióticos pode parecer uma maneira reducionista de enxergar a teoria.

Em face desse cenário, insistir no uso do termo “texto”, inclusive ao intitular a tese como “A noção de texto na semiótica”, poderia ser compreendido como um ato ingênuo e, até mesmo, incoerente. Entre as críticas possíveis, podemos ser questionados, inclusive, sobre o custo maior que essa escolha suscita, pois toda vez que mencionamos o nosso objeto, temos de dar, de antemão, algumas explicações sobre seu significado; por exemplo, se se trata de um objeto exclusivamente linguístico, manifestado em um suporte estável e duradouro, ou se cobre também as práticas e experiências humanas, tais como fumar um cigarro ou fazer compras online durante a pandemia do Covid-19.

É verdade que o uso dessa terminologia (texto, textualidade, textual) impõe-nos um esforço maior em designar o espaço teórico em que ela se assenta, delimitando ora as expansões ora os limites e seus limiares. Contudo, a escolha não poderia ser diferente, se considerarmos a coerência da metalinguagem.

Como diriam os antropólogos, estamos diante de uma oposição entre uma visão êmica (aquela dos sujeitos que fazem parte de uma comunidade, de seu senso comum) e uma visão ética (aquelas dos estudiosos que a analisam). Dito de outra forma, se para o semiótico tudo é “texto”, para o sujeito que passeia pelos corredores de um centro comercial ou que anda de skate em uma praça – ou para o sociólogo pouco familiarizado com o vocabulário semiótico – ouvir que tais gestos e ações são “textos” pode parecer insensato ou, de certo modo, absurdo (DEMURU, 2017, p. 31).

Desde o início da construção do projeto da ciência da significação, Greimas idealizou o texto como sinônimo de objeto semiótico.⁹⁹ Assim, se acatamos a visão ética como o nosso método de pensar e fazer teoria, não há outro modo de concebê-lo que não seja pela esfera

⁹⁹ Cf. as discussões apresentadas no Cap. 1.

textual. Além disso, adotar modismos terminológicos pode pôr em risco o princípio da metalinguagem e, como observou Marrone (2008, s/p), causar uma re-ontologização do próprio texto.¹⁰⁰ Se, como enfatizamos, ao longo deste trabalho, a semiótica continua a ser textual, não há razão para o abandono do uso do substantivo “texto” e nem mesmo para temer o custo adicional para sua conceitualização. Afinal, toda metalinguagem, de qualquer ciência, ou de um projeto que se considera científico, lida, impreterivelmente, com essa questão.

Dando continuidade à discussão, no capítulo a seguir (Cap. 4), abordaremos o “entorno” do texto; será realizada uma discussão sobre a relação mantida entre ele e a cultura, o contexto e as práticas, ao mesmo tempo que procuraremos realizar, também, um exercício de compreensão de alguns objetos textuais que emergem no cenário da cultura contemporânea (os memes, as práticas sociais, o *Big Data*), cujas existências somam-se como desafios para os semioticistas do século XXI.

¹⁰⁰ Cf. Cap. 2.2.2, quando tratamos da noção de texto apresentada na obra de Jacques Fontanille.

CAPÍTULO 4

O TEXTO E SEU ENTORNO

Não há um fora do texto porque, ao sair de um texto,
encontram-se outros textos
(MARRONE, 2008, s/p.)

Neste capítulo, discorreremos sobre aquilo que é comumente denominado como “entorno” do texto; conceito que, a nosso ver, compreende as estruturas ou, melhor, as grandezas que estão correlacionadas ao texto-objeto em sua constituição. De maneira geral, nosso foco incide em alguns dos temas considerados “polêmicos” no âmbito da discussão sobre o estatuto do texto na semiótica greimasiana, principalmente por gerarem controvérsias sobre os limites de expansão do objeto da teoria, colocando em pauta, muitas vezes, o princípio de imanência. Foram selecionadas, assim, três questões que se apresentam como emblemáticas para a investigação: o contexto, a cultura e as práticas.

O presente estudo tem como principais objetivos: I) trazer para a discussão a pertinência (ou não) do uso do termo “contexto”, considerando a noção de texto presente na semiótica; II) discutir a relação estabelecida entre o objeto da semiótica e a cultura; e, por fim, III) tecer alguns comentários sobre a semiótica das práticas – e das experiências -, assunto que tem ganhado cada vez mais notoriedade nas pesquisas dos semioticistas. Essas discussões são pertinentes à medida em que propiciam uma melhor compreensão sobre o campo epistemológico do texto na semiótica, permitindo que se apreenda os contornos, as delimitações e as expansões que a instância textual exerce na própria formulação da ciência da significação.

4.1 TEXTO E (CON)TEXTO

No cenário da discussão sobre os limites - e os limiares - do texto e do contexto, alguns semioticistas, e, também, pensadores de outras áreas das ciências humanas, sobressaem ao terem dedicado grande parte de suas obras para o estudo do tema, fornecendo contribuições que foram - e são ainda hoje! - produtivas para uma melhor

compreensão desses terrenos teóricos. Com o intuito de elucidar a questão da relação ou, melhor dizendo, da correlação entretida entre o texto-objeto e o contexto, deparamo-nos com os escritos do pesquisador russo Yuri Mikhailovich Lotman, um dos principais fundadores da escola semiótica Tartu-Moscou.

Ainda que Lotman não seja um semioticista greimasiano e, por isso, talvez, a sua presença neste trabalho careça de uma justificativa, tendo em vista o recorte que escolhemos para o nosso *corpus*, as suas contribuições foram fonte de inspiração para os estudiosos que enxergavam o texto enquanto um objeto de pesquisa teórica, incluindo semioticistas que mantiveram diálogo com a semiótica greimasiana mais de perto, como Jacques Fontanille e Éric Landowski, cujas formulações teóricas discutimos no capítulo 2.¹⁰¹

À vista disso, consideramos ser pertinente a investigação, ainda que breve - em atenção aos objetivos propostos e às coerções impostas pelo escopo da presente tese - sobre a noção de contexto na obra de Lotman. Em seguida, confrontaremos as noções de texto e contexto apreendidas no âmbito da “sociosemiótica” com as noções de texto já apresentadas nos capítulos anteriores, trazendo para discussão autores como Barthes (1971) e Marrone (2016). Sem a pretensão de esgotar o tema, serão pinceladas algumas das contribuições destes autores que fornecem subsídios à compreensão da noção de contexto frente ao texto.

4.1.1 A semiótica da cultura: Yuri Lotman

Entre a segunda metade dos anos 1960 e o início dos anos 1970, o texto recebe

¹⁰¹ Cf. as seções 2.1 e 2.2 neste trabalho, presentes no capítulo intitulado “Em torno do texto: a atualidade”.

especial atenção dos estudiosos interessados na(s) linguagem(ns). Algirdas Julien Greimas publica, na França, a obra *Sémantique Structurale* (1966), “fundadora do que viria a ser a semiótica” (J.-C. Coquet, 1983, dando início ao movimento teórico conhecido como semiótica da *Escola de Paris* ou semiótica discursiva. Nessa mesma época, em 1964, e até onde sabemos, sem o conhecimento do trabalho que era desenvolvido por Greimas, Yuri Lotman inaugura, do outro lado do continente, a *Escola Semiótica de Tartu-Moscou*, com a posterior publicação, em 1971, de *Struktura thudozhestvennogo teksta*, cuja tradução para português, realizada em 1978, foi intitulada *A estrutura do texto artístico*.¹⁰²

Nessa obra, quando Lotman é impelido a definir o texto, diz-nos, em tom quase confessional, como alguém que busca expurgar a tentação de oferecer uma resposta engessada e simples: “é difícil definir o conceito de texto”. Logo depois, utilizando-se de uma estratégia de persuasão, a fim de preparar o leitor para as ideias que serão defendidas no decorrer de sua dissertação, o semioticista alerta: “em primeiro lugar, e o mais importante, devemos rejeitar a identificação do texto com a integralidade de um trabalho de arte” (1977 [1971], p. 50, trad. nossa)¹⁰³. A obra que estamos lendo cunha um marco na história da epistemologia do texto; nela, o autor o define em duas perspectivas: o texto linguístico e o texto artístico.

Lotman (1977 [1971]) lembra que

uma obra de arte, que é um modelo particular do universo, uma mensagem na linguagem da arte, simplesmente não pode existir à parte dessa linguagem, assim como não pode existir à parte de todas as outras linguagens da comunicação social (p. 50, trad. nossa)¹⁰⁴.

¹⁰² Ao cotejarmos as traduções disponíveis, escolhemos utilizar a versão em inglês da obra: LOTMAN, Yuri. *The structure of the artistic text*. Trad. para inglês de Ronald Voon. University of Michigan, 1977.

¹⁰³ No original da versão inglesa: “It is difficult to define the concept of text. First and foremost we should reject the identification of the text with the integrality of a work of art”.

¹⁰⁴ “A work of art, which is a particular model of the universe, a message in the language of art, simply cannot exist

O trecho lido revela, de um lado, a associação do texto ao sistema e, de outro, ao “contexto sociocultural” em que ele nasce e floresce. Mais do que discorrer sobre o texto artístico, o autor associa-o ao seu entorno, como uma espécie de “particular modelo de universo”, cuja existência não pode ocorrer isoladamente de um sistema e de todas as outras manifestações que dele resultam e que são presentes na comunicação social, cuja constituição incide no espaço que ele, mais tarde, chamará de “semiosfera”.

A questão do contexto adentra a discussão mais explicitamente quando o autor alega que “toda soma de códigos artísticos historicamente determinados que tornam um texto significativo está relacionada à esfera das relações extratextuais (LOTMAN, 1977 [1971], p. 50)¹⁰⁵. Com a postulação da esfera extratextual, Lotman vê-se diante das condições teóricas propícias para fazer a associação do texto-objeto aos elementos que são, pelo autor, considerados como pertencentes ao espaço “fora do texto” (a esfera extratextual), por exemplo: um gênero específico, um estilo de escrita, uma época, a figura de autor, etc.

Em outras palavras, existem, para Lotman, elementos que são pertencentes ao universo textual e outros que são próprios de um universo “extratextual”; esses últimos são entendidos como algo que está fora dos muros teóricos do texto propriamente dito, mas que mantêm alguma relação com ele, dada sua localização em um espaço teórico denominado “entorno” do texto. Assim, ao contrário de algumas outras perspectivas dos estudos das linguagens (e do texto), surgidas na segunda metade do século XX, Lotman coloca em primazia o conhecimento do terreno “extratextual”, deixando transparecer a sua preocupação em procurar meios para estudá-lo. Essa visada, no labor teórico do

apart from that language, just as it cannot exist apart from all the other languages of social communication”.

¹⁰⁵ “the entire sum of historically determined artistic codes which make a text meaningful is related to the sphere of extra-textual relations”.

semioticista russo, resultará na elaboração de uma semiótica da cultura, preocupada em compreender os fazeres languageiros dentro – ou, então, na dependência direta - da semiosfera.

Se, em um primeiro momento, Lotman confessou ao seu enunciatário a eminente dificuldade em apresentar uma definição para texto, o autor arquitetará, no decorrer das páginas seguintes, os meios necessários para conceitualizá-lo. A conceitualização, diga-se de passagem, diferente de uma definição unívoca e de caráter terminativo, buscará estabelecer, no processo da própria reflexão, as propriedades fundamentais para a sua constituição, a partir de um ponto de vista que “reconhece” o objeto; a saber, nesse caso, dos estudos da cultura.

O semioticista russo estabelece, então, três propriedades fundamentais para a constituição do texto, sem as quais ele não poderia ser considerado como tal, são elas: a expressão, a demarcação e a estrutura. Sabe-se que sendo o texto um conjunto organizado a partir do uso dos signos, ele opõe-se às estruturas extratextuais; como resultado, a manifestação textual infere, por implicação lógica, um sistema subjacente a ela própria. É a partir dessa constatação que Lotman (1977 [1971]) afirma: “em termos de antinomia saussuriana da linguagem e da fala, o texto sempre pertence à esfera da fala” (p. 52, *tradução nossa*)¹⁰⁶.

Entendemos, a partir dos trechos expostos até o momento, que, no pensamento lotmaniano, o texto pressupõe, por um lado, os elementos subjacentes ao seu sistema e, por outro, os elementos que não pertencem ao sistema, que estão fora da alçada textual e são, por isso, extrassistêmicos. Essa afirmação pode parecer, atualmente, um tanto quanto óbvia, mas sabe-se que ela marcou os estudos semióticos da época em que o trabalho foi

¹⁰⁶ “In terms of Saussurian antinomy of language and speech, the text always belongs to the province of speech”.

publicado; em decorrência disso, a perspectiva cultural, cuja visada é a compreensão do texto não somente a partir dos seus elementos ditos textuais, arrebanhou diversos pesquisadores, tornando-se uma das correntes mais importantes dos estudos semióticos.

A nosso ver, no entanto, a principal contribuição de Lotman sobre o assunto do texto-contexto é a sua sagaz percepção de que o pertencimento desses elementos a uma ou a outra categoria não é, em última instância, imutável; isso quer dizer que os elementos ditos extrassistêmicos podem ser percebidos como sistêmicos a depender do ponto de vista empregado. Nota-se que a relação inversa é de igual modo verdadeira.

Essa ideia será defendida também por Marrone (2008; 2016), ainda que com uma finalidade quase oposta à de Lotman. Para o semioticista italiano, o contexto pertence à esfera textual; ele justifica, ao modo lotmaniano, que os elementos ditos do contexto podem ser vistos como pertencentes ao texto em uma dada ocasião e, por isso, diferente do pensamento do semioticista russo, não há razão justificável para considerar o texto e o contexto como grandezas diferentes.

No que diz respeito à demarcação, segunda propriedade definidora, Lotman pensa ser essa uma característica inerente ao próprio texto; ela é responsável por fazer com que o objeto se oponha a todos os signos que são exteriores, assumindo uma lógica que reconhece os valores de inclusão vs. exclusão (ou, então, de mistura vs. triagem, para utilizar a terminologia zilberberguiana). Dizemos, de outro modo, que o texto exige fronteiras e resiste às estruturas que não têm suas fronteiras demarcadas. Por exemplo: uma frase cumpre uma função social específica e transmite um sentido integral; ela é, assim, uma totalidade com fronteiras demarcadas.

O conceito de fronteira lotmaniano é manifestado de maneiras diversas nos variados objetos: na pintura, por exemplo, de acordo com o autor, as molduras demarcam o início e

o fim do texto (sabe-se, no entanto, que o conceito rígido de demarcação do fim do texto tem sido revisto atualmente pelos pesquisadores). O mesmo ocorre com as outras linguagens, tais como a escultura e a arquitetura, em que uma demarcação estrutural é requerida na própria constituição do objeto.

A terceira característica fundamental para a conceitualização do objeto é a estrutura; ela é responsável por fazer com que o texto não seja uma mera sequência de signos delimitados por duas fronteiras externas. Sabendo que o objeto tem uma organização interna que é inerente à sua natureza, assume-se que ela o transforma em um todo estrutural, uma vez que as propriedades de demarcação e de estrutura estão inter-relacionadas. À vista disso, para o semiótico russo, os elementos extratextuais fazem parte de uma estrutura hierárquica, na medida em que um dado elemento textual, localizado em variados níveis de hierarquia, estabelece diferentes relações extratextuais - ou, em outros termos, contextuais.

O autor cita o exemplo de um texto artístico de poesia russa para ilustrar aqueles elementos textuais que entram em relação com as estruturas extratextuais, produzindo, assim, diferentes sentidos em cada contexto. Para exemplificar, podemos dizer que, de um ponto de vista da linguagem, uma determinada poesia russa contém o “verso russo”, mas do ponto de vista histórico-social, ela é um trabalho escrito por um poeta russo do século XIX e produzida de acordo com as características do gênero balada. Esse modo de conceber as relações extratextuais coloca em evidência o fato de o texto pertencer a diferentes categorias ao mesmo tempo, deixando entrever a possibilidade de que um elemento seja considerado sistêmico em um nível e extrassistêmico (ou seja, elemento de fora do sistema da linguagem) em outro.

Considerando ser o contexto cultural um fenômeno complexo e heterogêneo, um mesmo texto pode estabelecer diferentes relações com as diversas estruturas pertencentes

aos variados níveis dele. Na perspectiva da semiótica cultural, os textos são formações, menos ou mais, estáveis e delimitadas – podendo ser definidos como um sistema invariante de relações -, e tendem a transformar-se de um contexto a outro. Isso pode ser percebido, por exemplo, nas obras de arte mais antigas que, ao transitarem em um contexto cultural diferente daquele em que tiveram sua origem, atualizam certos aspectos antes ocultos em seu sistema codificante. Com alguma frequência isso acontece na literatura; é o caso, por exemplo, das obras de Monteiro Lobato e de outros autores consagrados, que, na atualidade, isto é, no contexto cultural contemporâneo de discussões políticas e sociais, são criticadas por serem compreendidas como racistas, a partir da grade de leitura de parte de determinados movimentos políticos e/ou sociais.

Nessa perspectiva teórica, o texto, ao entrar em relação com o macrocosmo cultural, torna-se mais importante que si próprio. A explicação reside no simples fato de que, ao adquirir traços de um protótipo da cultura, ele está apto a cumprir a função de “memória cultural coletiva”, relacionando-se com todos os outros textos-objetos da cultura e ajudando, por consequência, a constituir os sentidos percebidos na semiosfera. A sua trajetória, nas palavras de Lotman, é independente tal qual a de uma “pessoa autônoma”.

Fica evidente, no pensamento do semioticista, ser o texto não apenas o resultado da realização de uma mensagem em uma dada linguagem, cujo alicerce está ancorado em uma cultura qualquer; trata-se, antes, e sobretudo, de um dispositivo altamente complexo capaz de guardar diversos códigos que transformam as mensagens recebidas e, assim, geram novas mensagens.

Ao mesmo tempo em que ele tem a capacidade de atualizar aspectos da informação depositada, o texto pode, também, virtualizar outras informações por algum tempo ou completamente. A metáfora da pessoa autônoma, utilizada por Lotman (1977 [1971]), propicia a compreensão do objeto em uma relação de não passividade frente ao leitor que

o interpreta; o texto é, nesse ponto de vista, um “sujeito-objeto”, ou melhor dizendo, um interlocutor que se relaciona com o leitor ativamente.

Nas décadas seguintes, o conceito de texto deixará de ser aplicado apenas para diferenciar o texto linguístico do texto literário, passando a abarcar as mais variadas manifestações da cultura humana; forja-se, então, a noção de “texto da cultura”. Nessa mesma fase, o semioticista define a semiosfera como o espaço semiótico dos sentidos presentes em uma dada cultura, cuja organização recai em um espaço e tempo.¹⁰⁷ E daí vem a importância, aos olhos de Lotman e de seus discípulos, de conceber o texto com uma conexão semiótica com os elementos ditos “contextuais”; não porque eles estejam à volta de encontrar uma explicação para o texto, mas, antes, porque desejam deslindar os grandes modelos antropológicos que fornecem os elementos necessários para a compreensão, por exemplo, de uma era ou de um pensamento que se sobressai em uma fronteira geográfica, histórica ou ideológica.

A noção de texto (e, por extensão, de contexto) descrita, em linhas gerais, por nós, dialoga, em maior ou menor intensidade, com as obras dos semioticistas que configuram o quadro de pesquisas, no interior da semiótica greimasiana, denominado “sociosemiótica”. Veremos, a partir de agora, como é estabelecida a relação entre o texto e o contexto nos estudos que se enquadram nessa perspectiva.

4.1.2 A sociosemiótica

As discussões sobre o contexto e a pertinência do uso do termo ganham novo fôlego quando um grupo de pesquisadores, no interior da semiótica discursiva, assumem os

¹⁰⁷ O conceito de semiosfera será mais bem apresentado na seção 4.2.1.

fenômenos sociais como objetos de investigação. É no núcleo deste mesmo quadro teórico que surge uma vertente denominada “sociossemiótica”, cujo desenvolvimento floresceu, principalmente, na França, na Itália e na América Latina a partir da década de 1970 (Cf. FABBRI, 1973; LANDOWSKI, 1989; FLOCH, 1990; MARRONE, 2001; FONTANILLE, 2004).

As pesquisas que fazem parte dessa vertente têm em comum o interesse pelas situações cotidianas e sociais empreendidas pelos sujeitos: as práticas, os comportamentos, as experiências sensório-corporais, os elementos sócio-históricos, ideológicos e político-culturais etc. Sabe-se, no entanto, que desde Greimas (1976), ainda no início do projeto científico, tais objetos já apareciam no horizonte mais largo da teoria e nas análises realizadas pelo semiótico. Na obra *Semiótica e Ciências Sociais*, composta por artigos escritos entre os anos 1969 e 1972, encontramos análises de tipos de comportamentos e papéis sociais. Também, para citar um outro exemplo, no estudo *O belo gesto*, escrito por Greimas e Fontanille (2014 [1993])¹⁰⁸, há menção ao conceito de “formas de vida”, expressão que foi tomada emprestada de Wittgenstein. Ao explicarem como se configura o belo gesto, os autores afirmam que

isso quer dizer que o indivíduo se inscreve doravante na perspectiva de uma nova “ideologia”, de uma “concepção de vida”, de uma “forma” que é ao mesmo tempo uma filosofia de vida, uma atitude do sujeito e um comportamento esquematizável [...]. (GREIMAS; FONTANILLE, 2014 [1993], p. 13).

O trecho citado subsidia a tese de que noções como ideologia, formas de vida, comportamento, práticas sociais, cultura e história já estavam, de algum modo, presentes

¹⁰⁸ De acordo com as informações encontradas em nota do rodapé, incluídas na tradução em português do artigo citado, o texto foi essencialmente composto por anotações realizadas por Greimas para a ocasião do “Seminário de Semântica Geral” (1991-1992), as quais foram, posteriormente, revisadas e reescritas por Fontanille, dadas as circunstâncias do falecimento do semiótico lituano.

no quadro da teoria, ganhando maior relevância após os anos 1980 com os trabalhos de semioticistas que analisam as práticas do cotidiano e os fatos sociais.

Com alguma frequência, no entanto, a semiótica é acusada de ser apolítica e a-histórica, sobretudo por não dar primazia aos elementos contextuais e, também, à ideologia – associada, especialmente, nos países pós-socialistas da Europa, na América Latina e nos Estados Unidos, à política e à dominação imposta por um grupo. Contrariando essa afirmação, ainda no final dos anos 1950 e o início de 1960, o jovem Greimas toma emprestado, de Dumézil e Lévi-Strauss, o conceito de ideologia para relacioná-lo ao mito: no texto greimasiano pré-semiótico, *Mythes et idéologies*, publicado, no original, em sua língua nativa, no mesmo ano de *Semântica Estrutural* (1966), o estudioso chama a atenção dos leitores lituanos para o seu ponto de vista sobre a ideologia.¹⁰⁹

De maneira geral, a semiótica, ao conceber o mundo significante como um mundo de valores, permite ver o *conteúdo ideológico do fazer humano*, sem se ater, especificamente, à crítica da ideologia de um determinado discurso, como fazem as teorias marxistas (KERŠYTĖ, 2020, s/p.). Sobre esse assunto, Fiorin (2011) explica que “estudar a historicidade inerente a um texto é, assim, analisá-lo do ponto de vista das relações que um texto mantém com o outro. Isso é que é integrar a história sob o primado da forma” (p.21). Contudo, sem a pretensão de enveredar nas especificidades e nos meandros do uso desses conceitos (ideologia e historicidade) na semiótica, interessa-nos, aqui, somente sublinhar a presença dos elementos ditos contextuais nas pesquisas empreendidas por Greimas e seus colegas semioticistas antes e nos primórdios do projeto da teoria.

A noção de contexto está no cerne da vertente conhecida como “sociosemiótica”.

¹⁰⁹ A tradução deste texto do lituano para o francês, realizada por L. Perkauskytė, foi publicada, em 2017, na obra *Du sens en exil. Chroniques lithuaniennes*, pela editora Lambert-Lucas, de Limoges.

Landowski (2017) argumenta, como já citamos, neste trabalho, no *Cap. 2.1*, que uma das principais preocupações dos sociossemiotistas que integravam o grupo próximo a Greimas era a de

em primeiro lugar definir uma problemática geral no que diz respeito à maneira de tratar as relações entre os objetos de análise semiótica, quaisquer que sejam, e o que comumente se chama as ‘condições sociais de produção’ – e de recepção – deles ou, como também se diz, o seu ‘contexto’. (LANDOWSKI, 2017, p. 170).

Quando Landowski (2017, p.170) propõe uma teoria da semiótica das situações, ele pretende realizar um “reajustamento” da noção de imanência, permitindo, dessa maneira, a “ultrapassagem” dos limites textuais em direção ao “sentido em ato”, que só pode ser apreendido se se considera o contexto em que emerge. Sobre isso, o pesquisador enfatiza a necessidade observada pela sociossemiótica de “semiotizar o contexto” (LANDOWSKI, 1989, p. 99), cuja ausência era sentida nas discussões metodológicas realizadas pelos semiotistas greimasianos.

Chamamos a atenção para a influência de um pensamento lotmaniano na concepção de contexto extraída da proposta de Landowski; como vimos, na seção que antecede esta, Lotman descreve as relações que o texto entretém com as instâncias extratextuais, as quais podem, ao seu turno, ser partes das instâncias textuais em uma outra determinada perspectiva. No entanto, elas são, a princípio, “extra” texto, ou como alguns preferem dizer, estão “além do texto” - embora postas em relação a ele, podendo, assim, ser apreendidas na acepção de contexto.

A “presença semiotizada do contexto” parece surgir como uma característica diferenciadora entre uma semiótica padrão e uma sociossemiótica “avant-garde” em emergência no cenário dos anos 1970. De maneira parecida com Landowski, outros

semioticistas vão também defender o contexto como um elemento extratextual; nesse quadro, encontra-se Fontanille (2008), que, ao propor, já nos anos 2000, os níveis de pertinência para a análise, afirma “trazer o contexto para dentro do texto”.

Grosso modo, Fontanille tira proveito das discussões teóricas de Lotman ao sugerir um percurso gerativo das instâncias que configuram uma cultura.¹¹⁰ Essa escolha pode ser percebida na noção de texto presente em sua obra; o texto aproxima-se, nesse aspecto, muito mais da concepção textual lotmaniana do que da hjelmsleviana-greimasiana.¹¹¹ O gesto teórico e metodológico de Fontanille tem a intenção, assim como o de Landowski, de romper com o “cercado textualista”, entendido, por ambos semioticistas contemporâneos, como uma espécie de atraso e uma limitação para os estudos do “sentido da vida”.¹¹²

Para nós, contudo, não há razão para a concepção do contexto como uma grandeza projetada fora da esfera textual, pois os elementos que podem ser considerados contextuais – ou seja, aqueles que estariam “fora” do texto-objeto analisado - fazem parte de um universo textual partilhado, que, por sua vez, gera outros textos-objetos, os quais mantêm relações intertextuais e interdiscursivas dentro de uma esfera mais ampla. Em outras palavras, o contexto é, assim, uma grandeza constituída por outros textos, sendo ela também considerada um elemento textual; trata-se, então, nessa perspectiva, de uma relação de todo e partes.

Desenvolveremos, a seguir, com mais detalhes a concepção do contexto como um

¹¹⁰ Na primeira formulação do esquema apresentado por Fontanille, a cultura aparecia como o último nível de análise semiótica de um percurso de análise da expressão. Atualmente, a proposta é nomeada como níveis de pertinência, e as formas de vida são compreendidas como o último nível de imanência. No entanto, a noção de texto e de contexto continuam inalteradas na proposta: o texto resume-se ao nível do texto-enunciado e todos os outros níveis superiores são considerados como uma “semiotização do contexto”, isso é, de elementos que antes não eram vistos como objetos semióticos pertinentes para a análise. Por razões que explicitaremos, mais detalhadamente, na seção a seguir, consideramos ser essa uma leitura de texto e de contexto pouco profícua para a teoria.

¹¹¹ Cf. Capítulo 2, neste trabalho. Discorreremos, na ocasião, sobre a noção de texto nas obras de Eric Landowski (*seção 2.1*) e de Jacques Fontanille (*seção 2.2*).

¹¹² Cf. Landowski (2014b [2005], p. 11- 14).

elemento pertencente à esfera textual. Para evitar interpretações teóricas equivocadas e tomar distância do significado dado ao termo no senso comum, utilizaremos a expressão “texto-contexto”. Essa escolha, por sua vez, não deixa de marcar, já de antemão, a visada textual assumida como caminho para a compreensão do contexto.

4.1.3 O texto-contexto

Antes de adentrar na definição propriamente dita de texto-contexto¹¹³, consideramos ser válido trazer para a discussão, ainda que brevemente, as noções de texto e entretexto, encontradas na obra de Roland Barthes: o autor francês (2004 [1971]) define o Texto, grafado com letra maiúscula, como um “campo metodológico”; ao colocá-lo em contraposição à obra, aquele é compreendido como um processo: “só se prova o Texto num trabalho, numa produção [...]; o seu movimento constitutivo é a travessia (ele pode especialmente atravessar a obra, várias obras)” (p. 67).

A partir da abstração e da generalização da noção de texto barthesiana, torna-se possível a apreensão da obra enquanto um objeto estanque. A importância dessa definição reside na possibilidade do Texto “atravessar a obra”, ou mesmo “várias obras”; porque enquanto a obra “segura-se na mão”, o Texto “mantém-se na linguagem” (BARTHES, 2004 [1971], p.69). Para Barthes, o Texto não tem um fim, não pode ser considerado como um produto.

Embora tenha uma estrutura, ele não possui fechamento nem centro, o que leva o autor a defini-lo como uma grandeza “paradoxal” pelo “fato de termos nele descoberto uma ideia paradoxal de estrutura: um sistema sem fim e nem centro” (BARTHES, 2004 [1971],

¹¹³ A expressão já vem sendo utilizada por alguns estudiosos, como nos estudos da semioticista Diana Luz Pessoa de Barros.

p. 69). Uma outra característica importante reside em sua pluralidade, que não se justifica somente pela admissão de vários sentidos, mas, e mais importante, porque se configura como “o próprio plural do sentido” (p.70), permitindo ao texto ser, usando termos barthesianos, uma espécie de “passagem” ou “uma travessia”.

A “pluralidade irreduzível” do texto traduz-se na sua capacidade de assumir “escrituras múltiplas” culturais, as quais estão sempre postas em relação, estabelecendo um diálogo entre si. Isso é possível porque Barthes conjectura um “entretexo”, ou seja, um texto que é texto de outro texto, cuja condição é inerente à atividade textual. A noção de entretexo contribui para a apreensão do contexto enquanto uma grandeza pertencente à esfera textual. Na perspectiva que temos assumido, o contexto vem sendo delineado como constituído de elementos que são textos de outros textos-objetos. Resguardadas as diferenças entre o texto barthesiano e as acepções de textos presentes no interior da semiótica greimasiana, pensamos ser o princípio da “entretextualidade” profícuo para a compreensão do que estamos chamando de texto-contexto.

Essa maneira de entender o contexto evidencia uma importante característica sobre a noção de texto que tratamos na primeira parte desta tese, quando nos debruçamos sobre a obra de Hjelmslev: o texto é constituído pela relação que as partes estabelecem com o todo, e entre si. O texto-objeto dialoga - sendo ele próprio uma totalidade, graças ao processo da textualização desencadeado - com uma espécie de todo maior, o texto-contexto, o qual faz parte da instância textual; o sentido, no texto-objeto, depende das relações estabelecidas nessa instância mais geral. Dizemos, portanto, que as relações que são mantidas a partir dessa instância textual geral são geradoras de significação e atualizam o texto-objeto.

É interessante notar que Greimas (GREIMAS E COURTÉS, 2008 [1979]) já definia o contexto como “o conjunto do texto que precede e/ou acompanha a unidade sintagmática

considerada, do qual depende a significação” (p.80); ele é constituído por textos que mantêm um relacionamento de dependência com o texto-objeto analisado. Assim, os objetos que são considerados contextuais podem mudar de acordo com (i) o ponto de vista analítico e com (ii) a escolha do objeto; um elemento *A* pode ser considerado contextual em relação a um elemento *B* em dada situação, mas, ao assumir o elemento *A* como *corpus*, o elemento *B* passa a manter uma relação contextual com aquele. O contexto é, conseqüentemente, uma grandeza intercambiável e dinâmica.

Retomando a discussão existente no interior do quadro de estudos denominado sociossemiótica, Marrone (2014) lembra que os elementos que alguns semioticistas consideram como “contexto” são nada mais nada mais que texto. Ao assumirmos esse modo de conceber a esfera textual, em seu sentido mais amplo, englobando o texto e o contexto, parece-nos que o gesto teórico de expulsar para fora do texto aquilo que já era considerado objeto textual na teoria configura-se como um passo para trás no desenvolvimento da semiótica.

Assim, a concepção do texto somente em sua acepção restrita põe em xeque importantes conquistas teóricas já assimiladas no interior da teoria, cuja acepção de texto é, desde os anos 1970, de “totalidade de cadeia”, uma grandeza “indiferente aos modos de manifestação semiótica que lhe são logicamente anteriores” (GREIMAS; COURTÉS, 2008 [1979], p.460-461).

Ao pensar na relação entre o texto e o contexto, Marrone (2016, p. 11) argumenta que tudo aquilo que é apresentado como pertencente à natureza textual é pertinente para a constituição do sentido. Conseqüentemente, os elementos que são delegados à esfera do contexto não são pertinentes para a sua constituição. Em outros termos, o autor afirma que os elementos pertencentes ao contexto não são necessários – no sentido de primordiais - para fins de análise. Além disso, diferentes culturas assumem objetos

diferentes como textos-objetos, o que não quer dizer que outras configurações de sentido não possam ser empiricamente percebidas por meio de uma ou mais substâncias manifestadas.

A relação entre essas grandezas, na esfera textual, é definida como “todo e parte”. De maneira parecida, Barthes (2004 [1971]) afirma ser o Texto “uma pluralidade de outros textos”. A título de exemplificação, pensemos na práxis da interpretação: a intertextualidade só é possível porque os textos-objetos relacionam-se entre si e com outros elementos dados em uma instância contextual; essa instância não é extratextual, porque é ela mesma constituinte da grandeza textual. Nesta perspectiva, percebe-se uma divergência existente entre os teóricos ditos imanentistas e alguns dos semioticistas culturais, ou sociossemióticos, que postulam a possibilidade de uma semiótica que esteja além do universo textual, como se os próprios elementos sociais e culturais não fossem eles mesmos integrantes da esfera textual.

Quando nos dispusemos a pensar a relação entre o texto e o contexto, consideramos a importância de postular ambas as grandezas como pertencentes a uma única esfera, a textual. Dessa maneira, iniciamos esta seção discutindo as acepções dos termos na semiótica da cultura, erigida por Yuri Lotman, para, em seguida, pensar em algumas possíveis contribuições, ou influências, dessa para os estudos greimasianos, no que diz respeito ao modo de conceber o texto frente ao contexto.

O percurso desta reflexão teórica colocou em evidência algumas divergências das acepções de texto encontradas nas obras de autores como Landowski e Fontanille com aquelas presentes em Greimas (e Hjelmslev); as diferenças se sobressaem, principalmente, porque ambos autores reconhecem Greimas como fundador da disciplina e assumem-se como seguidores de seus preceitos, o que ajuda a criar a expectativa de que o objeto da teoria seja compreendido, em seus escritos teóricos, de maneira

semelhante àquela encontrada nas obras greimasianas.

Como hipótese explicativa para as razões que culminaram nessa divergência, ressaltamos a influência da obra de Lotman, especialmente no que se refere às noções de texto e contexto, nas propostas teóricas dos semioticistas greimasianos mencionados. Consequentemente, nessa questão em particular, há um certo “afastamento” do ponto de vista greimasiano. Ao assumirem um texto em sentido restrito (por exemplo: Fontanille concebe o texto como “texto-enunciado”), tais autores postulam um contexto extratextual que está fora do texto, cujos elementos estão em relação com o texto-objeto (por exemplo: as estratégias e as formas de vida).

Dessa maneira, tanto Landowski quanto Fontanille defendem a semiotização do espaço “extratextual” como um passo importante para os avanços dos estudos na semiótica, preconizando a necessidade do olhar voltado para os elementos pertencentes à esfera extratextual e não apenas para o texto em si. Munidos desse ponto de vista, eles encontram a justificativa para afirmar que o texto não pode ser o (único) objeto da semiótica; a teoria deve dar conta de objetos diversos. A esfera textual é, nessa perspectiva, apenas uma das possibilidades de atuação para o semioticista.

No entanto, como procuramos demonstrar, a partir do uso da expressão “texto-contexto”, acreditamos ser o contexto parte de uma esfera textual mais geral, concebida, desde os primórdios do projeto científico de Greimas, como objeto legítimo da semiótica. Mais do que manter relação com o texto-objeto, o contexto é ele próprio um texto, por isso a escolha da expressão “texto-contexto”. Essa maneira de conceber o objeto semiótico pôde ser mais bem visualizada quando apresentamos, no *capítulo 3*, um percurso textual que parte do texto-absoluto, concebida como uma grandeza homogênea, em direção à geração do texto-objeto, o objeto da semiótica, passando por micropercursos, tais como os da enunciação e do discurso.

Os textos-objetos compartilham feixes de relações comuns no interior do universo da significação textual, mantendo uma relação intertextual e de entretextualidade. A partir da discussão realizada sobre o texto-contexto dentro de um universo semiótico, cuja construção está alicerçada em uma dada cultura que partilha de valores axiológicos históricos, culturais, sociais e ideológicos, vemos a necessidade de analisar algumas das relações mantidas entre o texto e a cultura.

4.2 TEXTO E CULTURA

Nesta seção, analisaremos como a cultura está em relação direta com o texto, procurando compreender como se configura a constituição da semiosfera. Em seguida, daremos ênfase à presença dos elementos culturais na esfera textual que são importantes para existência e funcionamento do intertexto. Não temos, evidentemente, a pretensão de esgotar o assunto, ao contrário, nosso objetivo, muito mais modesto, é somente pincelar algumas contribuições teóricas que possam ser úteis para compreender a dimensão textual e a sua relação com a cultura.

4.2.1 A semiosfera

Como intuito de apreender a relação entre os objetos semióticos e a cultura, faremos uso da noção de semiosfera. Na obra de Lotman, a semiosfera advém das noções de biosfera e de noosfera do filósofo, geólogo e biólogo russo Vladímir Vernádski (1863-1945). Ela é engendrada como uma hierarquia complexa, na qual diferentes linguagens coexistem; pode-se dizer, assim, que, tal qual um espaço semiótico, é na semiosfera que a semiose

entra em relação com a cultura.

Como aponta Ekaterina Américo (2017, p. 7), a cultura organiza a si mesma em forma de um determinado “espaço-tempo” e só pode existir dentro dessa organização, conhecida, no quadro dos estudos da semiótica da cultura, como semiosfera. Cada semiosfera constitui-se, de um lado, a partir do princípio da homogeneidade, permitindo a sua percepção como um único conjunto global, e, de outro, da heterogeneidade, característica essencial para que uma organização se distinga das demais semiosferas, estabelecendo uma relação entre o “eu” (o “nosso”) e o “outro” (os “outros”). Dessa maneira, é na fronteira, nas margens da semiosfera, que uma dada cultura é diferenciada da outra e que o espaço extrassemiótico é traduzido como semiótico.

Os pontos fronteiriços da semiosfera são compreendidos como receptores sensoriais, capazes de transpor os sinais externos para a linguagem do nosso sistema nervoso. Pensando, especificamente, nos textos, eles permitem que o mundo externo seja percebido por uma dada semiosfera, utilizando-se do processo de tradução (AMÉRICO, 2017, p. 8-9); assim, um determinado objeto semiótico, ao ultrapassar os limites da sua semiosfera, será assimilado por outra. Para que isso seja viável, existe uma espécie de filtro responsável por adaptar o texto para a linguagem da nova semiosfera.

Pensemos no seguinte exemplo: o caso de um objeto semiótico do século XV que reaparece no século XXI utilizando das linguagens mais comuns da nossa época. Na moda, temos muitos exemplos assim: o uso de um tecido, de um corte, de uma cor ou de quaisquer outros elementos que foram comuns no passado podem retornar no universo cultural atual com certa tonicidade e ser usados novamente pelas pessoas. Nesse caso, primeiro, eles são tidos como tendência e, depois, em alguns casos, seus usos podem ser cristalizados, fenômeno que acontece quando esses elementos conseguem ultrapassar, por exemplo, uma estação específica da moda e continuam a ser usados. O que volta, contudo, é quase

sempre uma releitura dos elementos do passado, e não os elementos em si tal como eram originalmente; essa adaptação utiliza códigos atuais que melhor se adaptam à nova semiosfera em ação e que têm, por isso, melhores chances de serem bem aceitos e caírem no gosto do público-alvo.

Observa-se que uma semiosfera é constituída por diversos textos que possuem diferentes linguagens e que estão constantemente em relação uns com os outros. Para que algo seja um texto na semiosfera é preciso que seja manifestado: “nem toda mensagem é digna de ser escrita, mas tudo que é escrito assume um significado cultural particular, torna-se um texto” (LOTMAN, 1978, p.234, trad. nossa).¹¹⁴ Uma vez manifestado, ele exerce um papel social, ou seja, uma função, na comunidade em que circula.

A partir disso, podemos pensar a cultura como uma “totalidade de textos” (Cf. LOTMAN, 1978, p. 233) ou, então, como um “sistema de textos” (Cf. LOTMAN, 1978, p. 243). O sujeito faz parte de uma determinada sociedade, que está ancorada em uma cultura; ele é um ser semiótico ou, como definiu Coquet (1997, p. 224), o indivíduo é “uma instância enunciante” que produz significação por meio do seu comportamento no mundo. Se acatarmos a tese imanentista de que a relação entre o sujeito social e o mundo é mediada – irremediavelmente - pela linguagem e de que o homem não tem acesso ao universo puramente material, mas somente relaciona-se com esse através da linguagem¹¹⁵, somos levados a crer que as manifestações humanas significantes se materializam em uma espécie de esfera textual, essa compreendida em seu sentido mais amplo.

Ao discutir sobre a cultura enquanto um conjunto significativo, o semiótico

¹¹⁴ “Not every message is worthy of being written down, but everything written down takes on a particular cultural significance, becomes a text”.

¹¹⁵ Para Cassirer, por exemplo, o indivíduo vive dentro de um “universo simbólico”, cuja relação é estabelecida com os homens por meio de “formas linguísticas, imagens artísticas, símbolos míticos, ritos religiosos.” (CASSIRER, 1975, p. 43-44).

marroquino Kharbouch (2010) argumenta que falar em manifestação humana significativa é, antes de tudo, um pleonismo, pois, como já havia dito Greimas (1966), em *Semântica Estrutural*, “o mundo humano parece-nos definir-se essencialmente como o mundo da significação. O mundo só pode ser considerado ‘humano’ na medida em que significa algo” (p. 5, trad. nossa).¹¹⁶ A própria constituição do mundo humano vale-se da significação, toda ação humana gera sentido, cuja leitura é, por sua vez, determinada por uma grade cultural pressuposta.¹¹⁷

De volta à discussão sobre o papel da linguagem, para Beividas (2015a), mais do que intermediar a relação entre o sujeito e o mundo, o linguista Hjelmslev, em *Prolegômenos* (2013 [1943]), “definia a linguagem como instrumento graças ao qual o homem molda, esculpe, talha, fabrica seu pensamento, seus sentimentos, suas emoções, seus esforços, sua vontade e seus atos” (p. 158). Dessa maneira, a linguagem é concebida como “uma trama do pensamento”.

Ou como afirma Fiorin:

as visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As ideias e, por conseguinte, os discursos são expressões da vida real. A realidade exprime-se por discursos (FIORIN, 1988, p. 33).

Na perspectiva que assumimos, a cultura pode ser compreendida como objeto semiótico. Em entrevista concedida a Fontanille, em 1984, Greimas explica a relação da

¹¹⁶ “le monde humain nous paraît se définir essentiellement comme le monde de la signification. Le monde ne peut être dit “humain” que dans la mesure où il signifie quelque chose.”

¹¹⁷ Para mais informações sobre o assunto, o leitor pode consultar os estudos realizados pelo *Groupe μ* a respeito dos fatores de interpretação. Na obra *Principia semiotica. Aux sources du sens*, publicada em 2016, os autores Francis Édeline e Jean-Marie Klinkenberg abordam o conceito de “grade de leitura” (Cf. p. 380-396).

semiótica com a cultura: “Mais ou menos por toda parte, fala-se, e muito, em cultura, mas sem que o conteúdo e as fronteiras dessa noção sejam delimitados” (GREIMAS; FONTANILLE, 1984, p. 121, trad. nossa).¹¹⁸ O semioticista define-a como a “sociedade erigida em significação”, a constituição da cultura engloba todas as práticas significantes. Greimas continua seu pensamento: “se considerarmos agora o plano sintagmático, a cultura é a totalidade dos discursos que a sociedade faz sobre si mesma” (GREIMAS; FONTANILLE, 1984, p. 121, trad. nossa)¹¹⁹. A cultura enquanto totalidade é objeto da disciplina, de tal modo que a vocação da semiótica é também “se ocupar da cultura”.

Em direção parecida, Marrone (2016) argumenta que “cada cultura não é nada mais que um conjunto bizarro e movente de textos que se comunicam, construindo hierarquias variáveis entre si” (p. 7)¹²⁰. Assim como as ciências da vida ocupam-se da biosfera, para a semiótica as culturas são semiosferas, isso é, lugares de transmissão e de intercâmbio entre textos.

No interior das semiosferas estão os textos – esses entendidos como configurações de sentido -, que falam de outros textos e constroem fundações, mais ou menos estáveis, sobre as quais podemos operar. Tendo isso em vista, pode-se considerar mesmo os modelos culturais mais abstratos passíveis de serem interpretados – ou modelados - como textos. A importância dessa constatação reside, considerando o escopo de nosso trabalho, sobretudo, na possibilidade de se pensar as experiências humanas individuais e coletivas, as práticas, as formas de vida e os rituais como nada mais do que textos; eles são textos

¹¹⁸ “On s’occupe un peu partout, et beaucoup, me semble-t-il, de culture, mais sans que le contenu et les frontières en soient précisés.”

¹¹⁹ “Si on considère maintenant le plan syntagmatique, la culture, c’est la totalité des discours que la société tient sur elle-même.”

¹²⁰ “chaque culture n’est rien d’autre qu’un ensemble bizarre et mouvant de textes qui se parlent les uns aux autres, construisant entre eux des hiérarchies variables.”

que constituem as semiosferas, estabelecendo diálogo entre si e com o todo.

Dessa maneira, ao manterem diálogo entre si, os textos modificam-se continuamente (MARRONE, 2016, p.9), agindo como mecanismos formais diversos, nos quais as culturas existem e resistem graças à sua habilidade de “comunicação” com o todo e entre as partes. Como vimos, a recuperação da noção de semiosfera permite-nos conjecturar o intercâmbio entre textos em uma dada cultura (ou entre culturas). Para melhor compreender a intertextualidade, veremos, na subseção seguinte (4.2.2 *O intertexto*), como esse fenômeno admite a constituição e as transformações de uma cultura.

4.2.2 O intertexto

Ao considerarmos a existência de uma estrutura da cultura, que pode ser mais ou menos institucionalizada, essa determinaria os limites do texto – mais especificamente, os limites da textualidade - e as relações intertextuais que são estabelecidas em seu interior (MARRONE, 2008; 2014). O texto, por sua vez, garante a geração, a circulação e a interpretação dos sentidos culturais e sociais, em virtude de ser considerado, na semiótica, como uma configuração geral do sentido¹²¹. Referimo-nos, assim, a um agente ativo na manutenção e nas transformações de uma dada cultura.

Por ser uma entidade autônoma de dependências internas e uma atualização do sistema (HJELMSLEV, 2013 [1943]), o texto é uma unidade global de significação, cuja existência de uma estrutura interna - uma hierarquia de classes e constituintes – vincula-se com as dimensões cognitivas e pragmáticas, não mantendo, no entanto, uma relação de dependência com a realidade externa. O que não quer dizer que o texto-objeto não

¹²¹ Cf. Greimas; A. J.; Courtés, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008 [1979], p. 460.

considere os aspectos históricos e culturais (BARROS, 2001, p. 146-152); essa relação será mediada, no entanto, pela linguagem.

Na intersecção entre o texto, o contexto e a cultura, o fenômeno da intertextualidade permite o estabelecimento de uma relação entre o texto-objeto com outros textos-objetos que circulam no universo semiótico. A recuperação do pensamento de Barthes (2004 [1971]), ajuda-nos na compreensão das “múltiplas perspectivas de citações” presentes nos textos-objetos; o autor afirma ser o texto “um tecido de citações, saídas dos mil focos da cultura” (BARTHES, 2004 [1971], p. 69). Todo texto é, em alguma medida, um intertexto, se o considerarmos como um “campo metodológico”; em outras palavras, dizemos que as partes de um texto estão sempre em relação com outras dentro do universo da linguagem, permitindo que um determinado texto-objeto mantenha relações com outros.

Marrone (2018, s/p.) recupera o pensamento barthesiano para explicar que não existe um “fora do texto”. De acordo com o semioticista, quando alguém sai fora de um texto entra automaticamente em outro, e em outro, e em outro depois desse e, assim, continuamente. De maneira parecida com a noção de texto concebida por Barthes (1970; 1974; 2004 [1971]), Marrone concebe-o a partir do princípio de pluralidade, que está ancorado em uma infinita virtualidade existente antes de sua fixação nos limites das interpretações institucionais de uma cultura.

Considerando a discussão estabelecida, nesta seção, sobre a cultura e o texto, pensamos que, enquanto agentes da semiosfera, as culturas constituem-se e transformam-se por meio da produção textual e intertextual. Isso acontece porque cada texto-objeto remete a outros textos-objetos, seja utilizando a mesma substância ou outras substâncias da expressão.

No exemplo a seguir, apresentamos uma cópia do quadro *A última ceia* (ver Figura

11), pintado por Leonardo da Vinci (1495-1498), inspirado em um trecho da *Bíblia Sagrada*:

Figura 11- A última ceia (Têmpera e óleo, 460 cm x 880 cm)

Fonte: Leonardo da Vinci (1495-1498)

A obra de Da Vinci retrata a Santa Ceia de Jesus Cristo, dialogando com a passagem bíblica de Lucas 22. Considerada uma das passagens mais importantes do *Livro Sagrado*, a última ceia de Cristo antecede sua prisão e crucificação, e narra o momento em que Ele se reúne com os apóstolos. Utilizando uma linguagem diferente da da Bíblia, novos elementos foram adicionados à substância da expressão no quadro de Da Vinci. Salientamos, à vista disso, a relação de intertextualidade mantida entre a passagem bíblica e a pintura.

Esse mesmo fenômeno da intertextualidade aparecerá em outro texto-objeto diferente, um meme da Internet (ver Figura 12), que mantém diálogo com a obra do pintor mencionado (e, conseqüentemente, com a passagem bíblica também):

Figura 12 – Meme da pintura A última ceia

Fonte: Museu de memes

(<<https://www.museudememes.com.br/?s=jesus>>)

O texto-objeto meme de Internet é uma imagem (podendo ser também um hiperlink, um vídeo, um texto escrito, etc) que nasce com o objetivo de propagar-se rapidamente no meio virtual, na *World Wide Web*, tornando-se, dessa maneira, um viral, especialmente nas redes sociais e em blogs. Enquanto o quadro de Da Vinci é considerado um dos mais estimados bens culturais do mundo ocidental, realizado como encomenda para a igreja de Santa Maria delle Grazie, localizada em Milão, na Itália, o meme da internet surge e espalha-se sem autoria e desprovido de um alto valor, podendo permanecer na memória coletiva por um curto período.

O meme apresentado (ver Figura 12) retoma os elementos figurativos e temáticos presentes no texto-objeto que o originou (a pintura de Da Vinci) para agregar novos elementos: os traços dos rostos de Jesus e dos apóstolos. A sua complexidade não reside somente nisso: há, ainda, a presença de uma dupla intertextualidade. Ele não apenas retoma a obra original de Da Vinci, como também o quadro (ver Figura 13), do século XX,

Ecce Homo (do pintor Elías García Martínez), localizado no Santuário de Misericórdia, no pequeno vilarejo de Borja, na Espanha, que foi restaurado, em 2012, pela artista Cecilia Giménez. Os traços que foram escolhidos para figurativizar os rostos humanos remetem à Figura 14.

A restauração (ver Figura 14) realizada na pintura *Ecce Homo* chamou atenção de uma grande quantidade de pessoas por criar traços muito distintos da obra original, desfigurando o rosto de Jesus, e teve repercussão na mídia de mais de 150 países, sendo, por isso, considerada como um fenômeno midiático sem precedentes na atualidade.¹²²

Figura 13 – *Ecce Homo* (Óleo)

Fonte: Elías García Martínez (Início do século XX)

¹²² Fonte: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/historiador-esta-ha-3-dias-sem-dormir-apos-restauracao-mal-sucedida/>>

Figura 14– Ecce Homo restaurado (2012)

Fonte: Cecília Giménez. Museu de memes

(<<https://www.museudememes.com.br/sermons/ecce-homojesus-restaurado/>>)

Do ponto de vista da intertextualidade, o meme da internet (ver Figura 12) demonstra certa riqueza em sua elaboração, uma vez que retoma três obras diferentes: a Bíblia sagrada, a pintura de Da Vinci e a restauração da obra de Elías García Martínez, realizada por Cecília Giménez.

Sobre a circulação do texto-objeto na cultura, em uma semiosfera, o exemplo apresenta também alguma complexidade: a passagem bíblica (Lucas 22), embora seja muito conhecida e propagada no mundo ocidental cristão, é quase desconhecida no restante do mundo, não fazendo parte do arcabouço cultural geral, por exemplo, das pessoas de alguns dos países da África subsaariana, território conhecido por ser um dos mais islâmicos do universo. Somos, então, levados a pensar que muitas pessoas desses países, ao se depararem com a tela de Da Vinci, cujo diálogo é mantido com o texto bíblico, provavelmente não reconheceriam a intertextualidade ali presente.

No entanto, o meme (ver Figura 12) tem mais chances de ser reconhecido por essas

pessoas, mesmo sendo um intertexto da obra de Da Vinci; essa afirmação é factível porque a restauração do quadro do vilarejo de Borja (Figura 14), que também remete ao mundo sagrado cristão, obteve uma ampla divulgação na mídia de quase todos os países reconhecidos pela ONU; a restauração circulou em diferentes semiosferas, incluindo as do mundo islâmico, espaço em que o texto bíblico tem pouca (ou quase nenhuma) circulação.

Assim, podemos pressupor que um leitor de um desses países islâmicos que visse o meme teria uma chance maior de reconhecer a intertextualidade que ele estabelece com a restauração realizada por Giménez do que com a do quadro de Da Vinci ou com a da própria Bíblia Sagrada, embora os últimos tenham maior divulgação e mais prestígio histórico-cultural no mundo ocidental.

A partir do exemplo citado, observa-se como os textos, dentro de uma determinada cultura, numa rede intertextual, não têm a mesma função social e cultural, nem recebem o mesmo valor:

certos textos são mais importantes do que outros, aqueles que falam de outros textos descrevendo sua articulação interna, aqueles que se encontram "naturalmente" no nível discursivo, ou narrativo, colocando-se como base relevante para a proliferação de outros textos no nível de uma manifestação imediata, direta. (MARRONE, 2008, s / p., trad. nossa).¹²³

Os valores dos textos-objetos são determinados pelos valores assumidos por uma cultura; cada cultura pode atribuir mais ou menos valor a um determinado tipo de objeto semiótico, o que demonstra a importância do estudo da semiose e da cultura para os estudos semióticos. Diversos objetos semióticos circulam em um dado espaço cultural, alguns atravessam limites e adentram novos campos de presença.

¹²³ "Certains textes sont plus importants que d'autres, ceux qui parlent d'autres textes en décrivant leur articulation interne, ceux qui se trouvent « naturellement » au niveau discursif, ou narratif, en se posant comme base pertinente pour la prolifération d'autres textes au niveau d'une manifestation immédiate, directe."

Na próxima seção, analisaremos um tipo específico de objeto presente em diferentes espaços semióticos, a prática, com objetivo de compreender a relação que ela exerce frente ao texto; na ocasião, também, levantaremos algumas questões metodológicas sobre a análise desse objeto por parte dos semioticistas.

4.3 TEXTO E PRÁTICAS

Antes de adentrarmos, especificamente, no assunto das práticas, faremos algumas considerações sobre a ação, ou melhor, sobre uma semiótica da ação que considera as experiências, os atos individuais e coletivos dos sujeitos que estão inseridos em uma determinada semiosfera.

Na entrada do verbete “ação”, Greimas e Courtés (2008, p.18) descrevem-na como uma “organização sintagmática de atos” que obedece a uma ordem, um estereótipo ou um programa determinado por um sujeito. Um ato representa a passagem do modo da potencialidade para o de existência, é um “fazer-ser”, instaurando a transformação na sintaxe. Assim, no percurso gerativo do sentido, um sujeito ao ser convertido em ator tem o seu fazer transformado em processo.

As ações são descritas como “ações de papel”, aludindo a enunciados manifestados em suportes relativamente estáveis; em outras palavras, são-nos apresentadas, na perspectiva de uma semiótica narrativa, como “descrições de ações”. A semiótica narrativa “não estuda as ações propriamente ditas”, ou seja, a ação “*in vivo*”, pois ela lida com ações narradas, as quais propiciam a elaboração de esquemas das atividades humanas, a partir do reconhecimento dos estereótipos e da construção de modelos descritivos tipológicos e

sintagmáticos. No entanto, os autores não limitam o estudo da semiótica somente às “ações de papel”, consideram, também, um vir a ser de uma semiótica da ação: “a extrapolação desses procedimentos e modelos pode permitir, então, a elaboração de uma semiótica da ação” (GREIMAS; COURTÉS, 2008, p.18).

Uma semiótica da ação teria de considerar, nessa perspectiva, não apenas a descrição de um ato (ou ações), mas a ação em si, a sua produção de sentido enquanto uma semiose em ato. No texto introdutório da entrevista realizada com Fontanille, Portela (2006) lembra que “quando fazemos semiótica, sabemos bem que dizer que um ato não possui sentido ou que ele não obedece a nenhuma lógica, é mostrar preguiça intelectual” (p. 159, trad. nossa)¹²⁴; um ato humano, na semiótica, é passível de ser entendido como uma produção de sentido, tal qual uma pintura ou uma canção, pois ele é resultado de um percurso gerativo de sentido.

Se considerarmos a ação como uma produção de sentido e levarmos adiante a elaboração de uma semiótica da ação, como mencionado por Greimas e Courtés (2008, p.18), a disciplina deve, então, ocupar-se de objetos semióticos ainda não segmentados, com limites não (ou menos) precisos de início e fim. Tendo isso em vista, Paolucci (2010) afirma ser a relação entre texto e prática um dos principais problemas espinhosos da semiótica na atualidade, resultando em numerosas polêmicas discussões teóricas nos últimos anos.

Para o autor, a distinção entre ambos ocorre, em um primeiro momento, pela enunciação:

onde um texto é um enunciado “já enunciado”, isto é, efeito de um ato

¹²⁴ “Quand on fait de la Sémiotique, on sait bien que dire d’un acte qu’il n’a pas de sens ou qu’il n’obéit à aucune logique, c’est faire preuve de paresse intellectuelle”.

enunciativo, uma prática leva antes à definição de um enunciado muito particular, um enunciado que está sendo feito e construído no momento em que é produzido e analisado. Aqui temos uma primeira distinção, tão simples quanto decisiva: i) um texto é efeito de uma enunciação, ii) uma prática é uma enunciação em ato. (PAOLUCCI, 2010, s/p., trad. nossa).¹²⁵

Tanto um quanto o outro podem ser estudados como enunciados, uma vez que ambos têm enunciações pressupostas das quais são dependentes, mas somente o primeiro, lembra o semioticista italiano, é “verdadeiramente” já enunciado. Por esse ângulo, as práticas são enunciados que estão sendo realizados *ao vivo*.¹²⁶ É-nos autorizado afirmar, então, que “se os textos são efeito de uma debragem, as práticas são estruturas semióticas ‘em tomada direta’, nas quais o sujeito da enunciação convive com as suas projeções delegadas” (PAOLUCCI, 2010, s/p., trad. nossa), no mesmo instante em que são realizadas.¹²⁷

A segunda diferença entre os textos e as práticas, apontada pelo autor, é estabelecida em sua estrutura “temporal”; enquanto os textos têm um início, um desenvolvimento e um fim estabelecidos, as práticas, de maneira diferente, têm a sua existência temporal condicionada ao “meio”, sem que um início e um fim possam ser estabelecidos *a priori*. O que não quer dizer que elas não tenham início e fim, mas que esses estão em constante transformação, sendo redefinidos o tempo todo enquanto a prática constitui-se. Isso acontece porque as práticas são estruturadas no exato momento em que estão sendo concebidas, não há, portanto, uma separação temporal da sua

¹²⁵ “Là où un texte est un énoncé « déjà énoncé », c’est-à-dire l’effet d’un acte énonciatif, une pratique porte plutôt à définir un énoncé très particulier, un énoncé en train de se faire et de se construire au moment où on le produit et l’analyse. Ici on a une première distinction, aussi simple que décisive: i) un texte est l’effet d’une énonciation, ii) une pratique est une énonciation en acte”.

¹²⁶ Cf. Latour, B. Piccola filosofia dell’enunciazione. In: Fabbri, P.; Marrone, G. *Semiotica in nuce*. Roma: Meltemi, 2000, p. 64-77.

¹²⁷ “si les textes sont l’effet d’un *débrayage*, les pratiques sont des structures sémiotiques « en prise directe », dans lesquelles le sujet de l’énonciation vit avec ses délégués.”

construção que permita delinear uma segmentação final.

A terceira característica distintiva entre ambos é referente às categorias de fechamento e abertura. O texto, a partir de um efeito de um ato enunciativo que o propôs, é concebido como um sistema fechado; ele apresenta os elementos de coesão e coerência – tal como a definição de texto dada por Floch (1990). A prática, por sua vez, é aberta, porque seus limites não podem ser estabelecidos enquanto não esteja arquivada, ou seja, a segmentação só é viável quando a ação “ao vivo” é modelada em texto. Diz-se, então, que, como uma espécie de “enunciação em ato”, as práticas estão abertas às possibilidades, ao modo de uma “estrutura em flagrante” – expressão cunhada por Violli (2008) ao analisar a dinâmica enunciativa de uma entrevista oral.

Na prática, percebe-se a existência de um arranjo nas interações entre os sujeitos, os elementos plásticos e a figuratividade dos espaços em que elas acontecem. Por outro lado, como aponta Fontanille (2008), a prática não é definida apenas pelo ato performativo; se concordarmos com esse posicionamento do semiótico, somos levados a crer na importância de aliar tais elementos (os sujeitos, a plasticidade, as figuras espaciais) às suas representações discursivas, cuja produção pode ser realizada pelos sujeitos que estão envolvidos na própria prática ou, então, por enunciadores externos (DEMURU, 2017, p. 29).

Floch (1990) realizou algo semelhante ao analisar as práticas dos usuários do metrô junto com as entrevistas (o discurso) dos usuários a respeito do percurso. Um semiótico que esteja analisando uma dada prática pode recorrer, para citar alguns exemplos, às entrevistas, ao uso de *hashtags* em redes sociais, aos textos midiáticos sobre o assunto (vídeos, matérias jornalísticas, infográficos, etc). Refere-se, portanto, ao engendramento do ponto de vista de uma semiótica da “ação” aliada a uma semiótica de *corpus*.

De volta à discussão sobre o texto e a prática, a distinção entre ambos é defendida

por vários semioticistas, dentre eles, Paolluci (2010), e como já mencionamos na abertura dessa seção, Fontanille (2008), Landowski (2014) e Violli (2005).¹²⁸ Para a última, as práticas estão além da textualidade, excedem-na, sendo responsáveis por colocar novos problemas aos semioticistas (Cf. VIOLLI, 2005, p. 5). De modo diferente, outros semioticistas assumem as práticas como textos, posicionamento esse sustentado, por exemplo, por Marrone (2008), para quem não há nenhuma razão teórica plausível para a distinção entre ambos.

Como já mencionamos no capítulo 2 (Cf. Cap. 2.2.2), se consideramos a noção de texto, de um lado, como um modelo formal, de natureza epistemológica, e, de outro, como objeto semiótico, fruto de um percurso gerativo textual, as práticas, assim como outros objetos, só podem ser tipos de textos. A explicação reside nos diferentes papéis assumidos pelo texto dentro de um percurso textual, como: desencadeador, processo e resultado de todo elemento reconhecido como objeto semiótico. Isso não quer dizer, no entanto, que os objetos semióticos não sejam diferentes; sabe-se, desde o início do projeto científico erigido por Greimas, que a teoria respeita as especificidades - os mecanismos de articulação, as linguagens e códigos - de cada objeto.

Diferente da definição de texto dada por Paolluci (2010) e Fontanille (2008), o conceito de texto greimasiano não se resume ao fechamento, à coerência e à coesão, pois essa seria uma definição imprecisa e limitadora do próprio objeto da teoria.¹²⁹ No *Dicionário*, encontramos a definição de texto como “eixo sintagmático”, uma “grandeza anteriormente à sua análise”, na qual “o texto se constitui apenas de elementos semióticos conformes ao projeto teórico de descrição” (COURTÉS; GREIMAS, 2008 [1979], p.503).

¹²⁸ Para mais informações sobre as noções de texto e práticas nas obras de Fontanille e Landowski, consultar o Cap. 2, incluso neste trabalho.

¹²⁹ Cf. Cap. 1, neste trabalho.

O texto é, antes de qualquer coisa, um modelo teórico (MARRONE, 2008, s/p.); diferentemente dos argumentos dados por semioticistas que defendem a separação entre textos e práticas, a sua definição principal não recai no fechamento, mas, sim, em sua habilidade em moldar-se como grade de leitura, ou melhor dizendo, como “ponto de vista a partir do qual o semioticista constrói seu objeto de estudo, seja este um romance, um filme, uma prática ou uma forma de vida” (DEMURU, 2017, p. 30).

Tendo em vista a discussão realizada na seção anterior (Cf. 3.2 O texto e a cultura), ao considerarmos, de um lado, a relação estabelecida entre a semiosfera e a constituição, intercâmbio e circulação dos textos em seu meio, e, de outro, a noção de texto como modelo teórico, um objeto epistemológico e, também, empírico, somos levados a crer que todos os fenômenos humanos e sociais – independente da sua substância da expressão e do suporte no qual estão alicerçados – podem ser interpretados como um texto. Citamos as palavras de Marrone (2016), ao dizer que

criamos e articulamos o significado humano e social quando nos alimentamos, vestimos, construímos casas ou objetos, etc. Antes de motivar tudo que vem a seguir, pensamos e sustentamos a ideia de que comemos para nos alimentar, que nos vestimos para nos cobrir, que construímos para nos abrigar e assim por diante em tantas simplificações. Os signos não linguísticos tornam-se funções e, no entanto, permanecem, por assim dizer, mais signos do que signos linguísticos. É por isso que, antes mesmo de estudar os sistemas de signos, a semiótica deve primeiro se colocar a tarefa de reconstituir sua existência, designar seu escopo e revelar seus mecanismos secretos. (MARRONE, 2016, p. 9, trad. nossa).¹³⁰

Diante disso, resta-nos, ainda, compreender como as práticas, enquanto objetos textuais configurados como sentido *em ato*, podem ser analisadas pelos semioticistas e

¹³⁰ “on crée et on articule le sens humain et social en s’alimentant, en s’habillant, en construisant des maisons ou des objets, etc. Seulement, devant motiver tout cela par la suite, on pense et on soutient qu’on mange pour se nourrir, qu’on s’habille pour se couvrir, qu’on construit pour s’abriter et ainsi de suite selon autant de simplifications. Les signes non linguistiques deviennent des fonctions, et demeurent cependant pour ainsi dire, davantage signes que les signes linguistiques. C’est pour cela qu’avant même d’étudier les systèmes de signes, la sémiotique doit d’abord se fixer pour tâche d’en retracer l’existence, d’en désigner la portée et d’en dévoiler les mécanismes secrets.”

fazer parte do escopo da teoria. Na próxima subseção, discutiremos alguns aspectos teóricos e metodológicos a respeito das práticas, a fim de estabelecer uma relação entre a textualidade, ou melhor, a textualização, e as práticas semióticas.

4.3.1 Notação e textualização das práticas

Entre os anos 2004 e 2006, o *Séminaire Intersémiotique de Paris*, realizado na Sorbonne, intitulado *Pratiques sémiotiques*, foi dedicado ao estudo da relação entre texto e prática. O conceito de práticas tem sido difundido no âmbito da semiótica nas últimas décadas graças às pesquisas realizadas por Fontanille (2008a; 2011), Basso Fossali (2006), Basso Fossali & Dondero (2007), Violli (2008), entre outros semioticistas.

Se aceitarmos a definição de práticas enquanto cursos de ações abertos e flutuantes (FONTANILLE, 2008a), ou seja, como objetos não fechados, não estabilizados em um suporte durável e não “arquivados”, devemos, então, refletir em que medida a semiótica greimasiana, que tem a sua metodologia de análise alicerçada no princípio da textualidade, pode considerar como objeto legítimo as práticas. Tendo isso em vista, a presente subseção pretende fomentar algumas reflexões sobre as relações estabelecidas entre as práticas e a textualização, objetivando compreender de que maneiras as práticas podem ser lidas como objetos de uma semiótica textual.

Na semiótica, Jean-Marie Floch (1990) foi um dos primeiros pesquisadores a fazer uma análise das práticas ao investigar o comportamento dos passageiros do metrô parisiense. Sabe-se que a disciplina durante muito tempo lidou com objetos estabilizados nos suportes, como a pintura, o filme, o texto literário etc., mas, nos últimos anos, vê-se impelida a compreender a significação em ato, as experiências, as práticas individuais e coletivas e,

também, as suas regularidades em um contexto cultural específico. Em termos fontanillianos, referimo-nos às instâncias formais das cenas, das estratégias e das formas de vida, ou seja, os três últimos níveis de pertinência e de análise do modelo proposto pelo semioticista.

Nesse modelo, o texto é apresentado como segundo nível de pertinência (texto-enunciado). No entanto, acreditamos ser a noção de texto greimasiana muito mais geral e complexa, englobando os diferentes níveis de pertinência e imanência apresentados no esquema do semioticista contemporâneo. Assim, texto-enunciado é um tipo de texto tanto quanto podem ser as práticas e as formas de vida. Tudo se passa como se a instauração da análise, o olhar imposto pelo semioticista, moldasse o objeto semiótico, desencadeando um percurso gerativo textual, cujo resultado será o texto-objeto da semiótica.

À vista disso, questionamo-nos, então, como as práticas podem ser, em uma perspectiva metodológica, objetos de análise do semioticista: como moldá-las em objetos semióticos? Parece-nos que a principal diferença entre um objeto textual estabilizado em um suporte e a prática reside na constatação de que a última produz a significação no instante em que é gerada, isso é, em seu próprio movimento e transformação. Dito de outro modo, as práticas são uma espécie de enunciação em ato – o próprio arranjo sintagmático da ação em andamento é o produtor da significação.

É em seu curso que a prática produz sentido; a dinamicidade é inerente à sua natureza constitutiva. Dessa maneira, uma metodologia de análise das práticas precisa considerar o seu caráter dinâmico e não arquivado. Mas como de fato analisar um objeto não arquivado? Na tentativa de responder, ainda que parcialmente, à pergunta, recuperaremos o conceito de notação.

A notação é uma ferramenta originalmente usada na matemática para facilitar a

compreensão e a visualização de um número muito grande ou muito pequeno e que apresenta uma maior complexidade em sua apresentação; ela funciona, portanto, como uma ferramenta de mediação. Trazendo para o âmbito teórico-metodológico da disciplina semiótica e adequando aos objetivos da nossa investigação, o uso da notação pode permitir uma espécie de textualização das práticas, respeitando o princípio de imanência da semiótica greimasiana ao passo que permite que uma dada prática possa ser analisada por um semioticista.

Isso é possível porque a notação é utilizada, fora da matemática, como uma ferramenta de tradução de gestos e movimentos, dando conta de quatro ou cinco dimensões que serão transcritas em sinais escritos no papel bidimensional; além das três mais conhecidas por nós (a largura, o comprimento e a profundidade), a quarta refere-se ao tempo e a quinta, nem sempre usada, à dinâmica. Como exemplo, pensemos nos movimentos executados em uma dança espontânea: eles são momentâneos, e se não anotados, não poderão ser repetidos com a mesma precisão *a posteriori*, pois a memória humana seria incapaz de reproduzir com exatidão todos os elementos gestuais e sensório-motores no mesmo andamento e na mesma localização espacial em que foram executados pela primeira vez pelos dançarinos.

Como a dança é uma atividade motora complexa, ela enfatiza a natureza holística do movimento; o processo da dança passa por uma complexa rede de interações entre os diferentes subsistemas motores, entre esses e os subsistemas perceptuais, entre o ator e o seu espaço etc. (CAMURRI *et al*, 1986, p. 85). Observe que, enquanto um possível objeto semiótico, a dança em si, executada espontaneamente e sem nenhum tipo de notação, tem a sua existência marcada pela efemeridade e, embora possua um plano de conteúdo e um plano da expressão, ela não é manifestada em um suporte suficientemente estável que permita a sua análise.

Assim, a notação da dança (ou notação do movimento) é uma tentativa de traduzir em símbolos a natureza do movimento, sem perder de vista a característica holística e a complexidade do objeto. O seu uso permite que a dança (ou o movimento) possa ser analisado de uma maneira mais global, de um ponto de vista macrotextual, sem perder, contudo, os elementos que compõem a dimensão micro. Em outras palavras, ela tem o potencial de ser utilizada como uma tradução dos movimentos, tanto das partes como das relações estabelecidas entre si e dessas com o todo, dando conta, no que é possível, da complexidade de uma grandeza semiótica.

Ainda sobre seu uso, percebemos que

essa capacidade de lidar com múltiplos esquemas de representação dos mesmos fenômenos provavelmente estará incorporada no “talento” e na “experiência” de grandes coreógrafos e dançarinos. No entanto, contar com esse tipo de memória só tem desvantagens óbvias, pois deixa de fora uma enorme quantidade de conhecimento que permanece indisponível para a comunidade de usuários; isso é motivação suficiente para tentar criar métodos que possam capturar os aspectos essenciais da dança de uma maneira simbólica e explícita. Na verdade, dezenas de sistemas de notação de dança foram inventados ao longo dos séculos, especialmente após o Renascimento. (CAMURRI *et al*, 1986, p.87, trad. nossa).¹³¹

Do ponto de vista histórico, os primeiros sistemas de notações da dança eram realizados manualmente; os autores lembram que cada um deles enfatizava alguns aspectos dos movimentos em seu contexto, deixando, no entanto, outros de fora. Dentre eles, citamos o sistema de Stepanov que enfatiza os pontos de semelhança entre a música e a dança, por meio do uso das “notas de movimento”. Por outro lado, quando utilizamos o sistema Laban,

¹³¹ Such an ability to deal with multiple schemes of representation of the same phenomena is likely to be embodied in the “talent” and the “experience” of great choreographers and dancers. However, relying on this kind of memory only has obvious drawbacks, because it leaves out an enormous amount of knowledge that remains unavailable for the community of users; that is enough motivation to try to devise methods which can capture the essential aspects of dance in a symbolic, explicit way. In fact, tens of dance notation systems have been invented during the centuries, particularly after the Renaissance.

a preocupação recai no movimento realizado no espaço dos membros, diferente, por exemplo, do sistema Benesh, que se preocupa, sobretudo, com as extremidades do corpo. E de maneira diversa de todos os outros, o sistema de notação do movimento Eshkol-Wachman tem como principal objetivo expressar de modo detalhado as rotações realizadas pelas articulações (CAMURRI *et al*, 1986, p.87). Posto isso, percebe-se que os diferentes sistemas de notação da dança complementam-se para que haja uma visão – mais fiel possível – da prática em curso.

Esses são alguns dos inúmeros sistemas de notação de movimentos criados para dar conta da textualização da dança enquanto prática. Citamos tais exemplos, sobretudo, para chamar a atenção ao problema imposto pelo ponto de vista do “notador”; as notações, no caso do objeto dança, podem assumir o ponto de vista da plateia, do sujeito dançarino ou de um telespectador que sobrevoe a cena com um olhar de cima para baixo. Em qualquer uma dessas opções, se consideradas isoladamente, pelo menos uma das dimensões é perdida e, se não observada e notada por outro ângulo, não poderá ser recuperada. Como regra geral, a complementaridade dos pontos de vista é essencial para que a notação dê conta da complexidade do objeto semiótico observado.

Para além do caso específico do objeto textual dança, consideramos a notação, especialmente a notação computacional. Com os avanços tecnológicos há, atualmente, softwares que auxiliam na notação da dança, são sistemas conhecidos como notação computacional; a título de exemplificação, destacamos o projeto *Capturing Intention*, desenvolvido pela companhia Emio Greco / PC e a Escola de Artes de Amsterdã, em uso desde 2004¹³². Esse tipo de software pode ser útil para muitos outros tipos de práticas

¹³² Para mais informações, consultar: <http://insidemovementknowledge.net/context/background/capturing-intention/>.

semióticas, contribuindo para uma maior representação do todo, ao mesmo tempo em que permite uma gramaticalização dos gestos, da sintagmática do ato e das relações entre os sujeitos e desses com os objetos e com as configurações espaço-temporais.

Na semiótica, Maria Giulia Dondero (2014; 2015; 2017), por vezes com a cooperação de outros pesquisadores (ANGENOT *et al*, 2013), observou o uso da notação como ferramenta que possibilita a análise de uma significação em curso. A semioticista propõe o uso da notação como uma maneira, *a posteriori*, de resolver o problema metodológico da análise das práticas na semiótica.

A textualização é um lugar de mediação entre o texto e a prática, e tem o benefício de permitir o controle do desenvolvimento da prática, que é, por sua vez, uma grandeza efêmera. Dentre os tipos de mediações possíveis, a semioticista apresenta o conceito de notação, que é capaz de reconstruir *ex-post* a prática como uma totalidade, colocando em cena os acontecimentos sobressalentes, assim como a gramaticalização dos gestos e as trocas que ocorrem em uma prática em curso. A notação permite, então, a estabilização das práticas em um suporte; a partir de um objeto efêmero, como os gestos e ações, é gerado um objeto que permanece estabilizado ao longo do tempo em um determinado suporte, apresentando as características de durabilidade e estabilidade, necessárias para que um objeto semiótico possa ser analisado.

Pensando na questão da estabilização das práticas em um suporte, esse fenômeno pode ocorrer, em um primeiro momento, por meio de diferentes medias, por exemplo: a escrita, a gravação do áudio, o vídeo, a fotografia etc. Essas primeiras formas de estabilização são categorizadas por Dondero (2014) como uma proto-análise:

a análise final deve, de fato, dar conta também do gesto mediático que selecionou uma certa apreensão da prática, sua especificidade, suas coerções tecnológicas, bem como as coerções ligadas ao ponto de vista” (p.

A semioticista distingue, também, os conceitos de notação e de textualização (DONDERO, 2014, p. 25). Na perspectiva adotada pela autora, o registro em vídeo, a fotografia e a tomada de notas não são notações e, sim, textualizações, pois elas são bastante fidedignas à própria prática e à sua densidade fenomenológica. A notação, por sua vez, tem como principal característica a visualização do macro (do alto), de maneira que as ações possam ser observadas em sua totalidade e, então, cartografadas pelo analista. Já os gestos e suas durações, sucessões e relações são cartografados pela notação.

Enquanto o vídeo, por exemplo, pretende se passar como um testemunho do ato ao vivo, a notação tem como característica, própria da sua linguagem constitutiva, o *a posteriori*. A semioticista afirma:

A notação não pretende apresentar-se como um testemunho da prática, mas, ao contrário, como uma reconstrução da prática que recupera as homogeneidades e heterogeneidades das configurações” (DONDERO, 2014, p. 26, trad. nossa)¹³⁴.

Como exemplo de *corpus*, a autora – junto com os pesquisadores do ARC COMMON - usou a prática de trabalho em equipe, no formato presencial e remoto, como objeto de análise. Trata-se de um estúdio digital colaborativo (*Studio Digital Collaboratif* – SDC) (ver Figura 15) que se utiliza de um escritório virtual para recriar as condições de copresença e

¹³³ “l’analyse finale devrait en fait également reparcourir le geste médiatique qui a sélectionné une certaine saisie de la pratique, sa spécificité, ses contraintes technologiques ainsi que les contraintes liées au point de vue.”

¹³⁴ “La notation ne vise pas à se présenter à l’instar d’un témoignage de la pratique mais bien au contraire comme une reconstruction de la pratique qui repère des homogénéités et des hétérogénéités parmi les configurations.”

comunicação entre os integrantes.

Figura 15– Estúdio digital colaborativo da Universidade de Liège

Fonte: Dondero (2014, p. 33).

Além do modelo remoto, alguns participantes da prática também atuaram de maneira presencial e colaborativa. Tanto no formato remoto quanto no formato presencial, os

participantes conversaram, produziram gestualidades, tomaram notas, fizeram rabiscos e desenhos do projeto que estava sendo elaborado (ver Figura 16).

Figura 16– Reunião presencial do Estúdio Digital Colaborativo

Fonte: Dondero (2014, p. 39)

As reuniões foram gravadas e fotografadas; a partir dessas textualizações e de outras produzidas dentro da própria prática (os rabiscos, as notas, etc.), tornou-se exequível a criação de notações (ver Figura 17). O esquema das atividades é organizado de maneira vertical e horizontal: na vertical, tem-se a marca da posição dos interlocutores, sendo que a linha pontilhada demonstra a separação física dos interlocutores, enquanto na horizontal tem-se a linha do tempo. A reunião que teve duração total de 55 minutos foi enquadrada em 5 minutos para a realização da notação, privilegiando os gestos sobressalentes da cena.

Figura 17– Notação: visão do conjunto da reunião à distância

Fonte: Dondero (2014, p. 41)

Em outro formato de notação da prática, é possível recuperar a relação entre os sujeitos, o tempo, o espaço e os objetos (ver Figura 18). Cada segmento recebe uma cor de acordo com a tematização dos atos gestuais. De acordo com Dondero (2014, p. 42), o vermelho corresponde aos dêiticos (gestos de demonstração), o azul à figurativização de um objeto, o laranja ao movimento e o verde foi designado para as intervenções sobre as relações de escala, proporção e ponto de vista.

Figura 18– Distribuição das produções gráficas efetuadas pelos participantes

Fonte: Dondero (2014, p. 41).

No modelo elaborado pela semioticista, a prática em ato é o nível de saída (n); a fotografia, o vídeo, a gravação (oral ou vídeo) são textualizações (n+1) de um nível superior; já os desenhos e os rabiscos são maneiras de transformar as ações em textualizações (n-1), pois eles são produzidos no interior de uma prática e são estabilizados em um suporte (a mesa digital, por exemplo). Junto com as textualizações (n+1) da fotografia, da gravação e do vídeo, que filtram e organizam-nas em perspectiva, as textualizações do interior de uma prática (n-1) podem ser analisadas depois.

Sobre a condição das práticas, a autora observa que:

a prática em si é um acontecimento fugaz e irrepetível: tem um estatuto autônomo em relação às textualizações que produz (n-1) e que dela se produzem (n + 1): é uma dinâmica de organização do sentido aberto, que os diferentes níveis de textualização permitem parcialmente enquadrar. (DONDERO, 2014, p. 35, trad. nossa).¹³⁵

Diante do exposto, concordamos com Dondero (2014) sobre o uso da notação como uma maneira de observar as práticas em sua totalidade, contudo vemos a necessidade de rediscutir a classificação proposta pela semioticista, para quem a notação não é uma textualização; quando a autora coloca, de um lado, as textualizações e, de outro, a notação, enfatiza-se a notação como uma não-textualização de uma dada ação em curso. No entanto, se entendemos a textualização como o percurso que resulta na textualidade (Cf. Cap. 3), toda notação só pode ser, apesar das especificidades já mencionadas, um tipo de textualização. Colocá-la para fora da textualização é retirá-la do âmbito textual, como se fosse possível ter uma dada representação gráfica (de símbolos e desenhos, por exemplo) que não fosse, ela por si só, um texto – esse entendido como sinônimo de objeto semiótico.

¹³⁵ “la pratique en elle-même est un événement fuyant et non-répétable : elle possède un statut autonome par rapport aux textualisations qu’elle produit (n-1) et qui sont produites à partir d’elle (n+1) : elle est une dynamique d’organisation du sens ouverte, que les différents niveaux de textualisation permettent partiellement d’encadrer.”

Pensamos, de maneira diferente da autora, que a notação seja um tipo de textualização cuja produção não é instantânea; ela atua de diferente maneira, por exemplo, da fotografia. Na notação, a reconstrução é um “ex-post” da totalidade da prática, colocando em evidência a construção da metasemiótica do ato pela observação, uma vez que o próprio ato de observar permite a construção de uma gramática interna para as práticas. O seu uso privilegia uma elaboração gráfica das relações estabelecidas entre os sujeitos, os objetos e o espaço-tempo, evidenciando, por isso, o ritmo e as cadências gestuais resultadas das homogeneidades e das heterogeneidades de uma dada ação, ao passo em que fornece uma gramaticalização da prática.

Ao postular um observador, a notação salienta a questão do ponto de vista. Se pensarmos, por exemplo, na observação da prática de cozinhar dos *chefs* italianos, quais elementos devem sobressair? Quais deles devem ser notados? Ou, então, o que deve ser observado? A questão do ponto de vista requer, portanto, no nível metodológico, a descrição pormenorizada das escolhas e métodos usados pelo semiótico-analista; explicitando, por exemplo, os critérios de seleção e de registro das práticas, as ferramentas de mediação, textualização que foram usadas (fotografia, vídeo, notação, tomada de notas etc.). Essa descrição deve ser tão exhaustiva quanto possível para que o método utilizado possa ser reproduzido e sua eficácia e coerência sejam testadas com outras práticas, visto que o objeto semiótico observado é efêmero e construído *ao vivo*, o que impossibilita a sua observação por outros semióticos.

O uso de diversas textualizações torna factível a preservação de vários aspectos de uma cena em um suporte material, sem que se dependa da memória, ou melhor dizendo, dos vestígios memoriais efêmeros do observador. Assim, o uso de diferentes textualizações permite uma visão mais diversificada nos níveis micro e macro da prática, mantendo a característica própria do ser do “ato”, ou seja, as especificidades produzidas por um dado

objeto em curso durante a análise.

Essa sensação de uma enunciação em ato é construída graças às traduções e sobreposições mútuas das textualizações, que “imitam” a multiplicidade, os cruzamentos e a efervescência dos pontos de vista que caracterizam a prática (ANGENOT *et al*, 2013, p. 564). Cada uma dessas textualizações salienta diferentes aspectos da prática; elas resultam em segmentações e valorações múltiplas que se somam no processo da análise.

Nesta seção, o nosso objetivo, bastante modesto, era apresentar uma possibilidade metodológica para a análise de práticas semióticas, considerando-as como objetos textuais. Acreditamos que o refinamento desse e de outros métodos para análise de objetos que estão sendo constituídos “ao vivo” ainda precisa ser trilhado pela disciplina nos próximos anos. Cientes dessa limitação, procuramos somente demonstrar a possibilidade de uma gramaticalização dos gestos e o papel preponderante da textualização nos estudos das ações.

A seguir, discorreremos sobre um outro tipo de textualização que tem emergido no cenário da cultura contemporânea digitalizada, o *Big Data*, que permite a análise de ações, experiências e comportamentos humanos antes menos (ou, em alguns casos, não) palpáveis aos semioticistas.

4.3.2 *Big Data* e textualização

Os dados são considerados centrais na dinâmica atual da nossa sociedade: eles geram capital econômico, cultural e social (DIEBOLD, 2012). Entre as maiores empresas globais atuantes nos dias de hoje, aquelas que nasceram e expandiram-se pelo ambiente digital estão entre as principais no mercado financeiro. O *Facebook* é um exemplo: além de

rede social, é considerado, também, uma mídia (*new media*) (MANOVICH, 2001), um sistema projetado para possibilitar a interação das pessoas e o compartilhamento e a criação de textos, sejam eles manifestados como frases, imagens, vídeos, áudios, *emoticons*, etc. Apenas essa mídia contava, em 2017, com 2 bilhões de perfis ativos; são milhões de milhões de usuários interagindo, criando, compartilhando e consumindo conteúdo em uma escala cada vez maior.¹³⁶

Há uma outra característica comum nesse tipo de empresa, responsável por gerar o lucro e o engajamento entre as pessoas, concernente à extração e produção de dados pessoais e à manipulação da maneira como as informações (assim como propagandas e textos-objetos em geral) são distribuídas para a base de usuários. O gerenciamento dos dados pessoais e a existência de regras (algoritmos) que distribuem o que cada um pode consumir, embora muito comuns nesse modelo de negócio, são características pouco conhecidas pelo público em geral que utiliza essas plataformas.

De um lado, a criação de dados pessoais a partir de uma análise psicológica dos usuários e, de outro, a manipulação dos conteúdos que cada um terá acesso contribuem para que os estados emocionais, os desejos, as preferências e os padrões estéticos da sua base de usuários sejam influenciados.¹³⁷ O que faz com que essas empresas estejam, atualmente, entre as mais valiosas do mercado é o poder de controle sobre essa contingência de dados: daqueles produzidos e compartilhados pelos usuários e, também, dos que são fabricados e compartilhados, de maneira quase invisível, por elas próprias. Diante disso, questionamo-nos: o que há de tão valioso em nossos dados pessoais para justificar o valor econômico agregado a eles? A resposta principal parece residir justamente

¹³⁶ O número foi estimado pelo próprio *Facebook* e desconsidera os perfis *fakes*. A notícia pode ser conferida em <<https://www.terra.com.br/noticias/facebook-atinge-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios,b647b4af6f82ca8b483f01a143c1ea9c2nf55uu3.html>>.

¹³⁷ Cf. Documentários “Privacidade hackeada” (2019), dirigido por Karim Amer e Jehane Noujaim, e “O dilema das redes sociais” (2020), dirigido por Jeff Orlowski, ambos produzidos e distribuídos pela *Netflix*.

em seu valor cultural, responsável, também, por fazer com que esses elementos possam ser concebidos como objetos semióticos.

Considerando que tais empresas são mídias – uma vez que atuam como suportes para objetos semióticos – e permeiam a relação entre os sujeitos e desses com as instituições e com parte do mundo, a resposta para as questões anteriores está vinculada à sua natureza semiótica: as coleções de dados produzidas funcionam como um tipo de textualização das ações dos homens, do comportamento humano, das práticas individuais e coletivas, atingindo uma escala quase global, em quantidade massiva e em velocidade instantânea. Para essas coleções utilizamos a expressão *big data*.

O termo *big data*, como uma grande e complexa coleção de dados, é utilizado desde o século XX. É difícil precisar quem foi o primeiro a cunhá-lo, mas alguns pesquisadores atribuem o uso, em meados dos anos 1990, à *Silicon Graphics Inc.* e a John Mashey (DIEBOLD, 2012, p.3). Independentemente de sua origem, foi somente a partir de 2011 que a expressão se popularizou, principalmente a partir das ações da IBM (*International Business Machines Corporation*) e de outras companhias de tecnologia, cujo principal (ou um dos principais) foco é a análise de dados.

No gráfico a seguir (ver Figura 19), é possível cotejar a sua popularização, em documentos coletados na *ProQuest Research Library*, entre os anos de 2000 e 2013; comparado aos anos de 2009 e 2010, percebe-se um grande salto na quantidade de vezes em que a expressão foi utilizada em 2011. Observe que o salto se repete nos anos seguintes, isso é, em 2012 e em 2013.

Figura 19 – O uso do termo “big data” na *ProQuest Research Library*.

Fonte: Gadomi & Haider (2015, p. 139).

O termo *data*, entretanto, existe desde os gregos, com significado que remete a algo “dado, um presente”. De acordo com a sua etimologia, o dado (*data*) provém do adjetivo latino *datus-a-um* e significa “aquilo que foi entregue, presenteado” (SANTOS SARAIVA, 2006). Em sua forma verbal, o *dare*, cujo sentido é dar ou presentear, mantém uma relação de antonímia com o verbo *capere*, que significa tomar ou receber. Um dado, nesse sentido, é algo que foi por alguém dado e por outro alguém recebido; e, do ponto de vista de quem recebe o presente, a ação tem o sentido de passividade.

O termo *big data* beneficia-se desse passado etimológico linguístico; durante muito tempo, acreditou-se que os dados já estavam prontos no mundo digital para serem recebidos, de maneira passiva, por alguém ou por alguma empresa. Nos primeiros anos das redes sociais, por exemplo, essa era ideia mais difundida: acreditava-se que as empresas apenas recebiam nossos dados pessoais, esses fornecidos, como um presente, pelo serviço “gratuito” prestado por elas a nós.

Alguns anos depois, o termo “minerar” popularizou-se, junto com a expressão *data mining*. Ficou, então, mais evidente que, embora os dados existissem e fossem produzidos

pelos usuários, eles não eram apenas disponibilizados pelas pessoas para as empresas. Ao contrário, os dados mais valiosos - do ponto de vista do capital- precisavam ser minerados - um processo que envolve a extração em uma grande fonte de dados e a limpeza do arquivo, retirando tudo aquilo que é considerado impureza (ou seja, tudo aquilo que não serve para os fins desejados)¹³⁸. Somente após essa etapa de triagem, os analistas podem colocar todos os elementos em relação e encontrar padrões almejados.

Não demorou para que o uso e a venda dos dados dos usuários de mídias digitais se tornassem assuntos comuns em manchetes jornalísticas (em filmes, documentários e outras produções midiáticas de grande alcance). Com isso, ficou claro que as empresas não apenas recebem dados por quem utiliza seus serviços, ao contrário, elas tomam esses dados¹³⁹; de tal maneira que empresas especializadas mineram e vendem as informações dos seus usuários, muitas vezes sem que os mesmos tenham consciência e possam escolher se desejam ou não a invasão de privacidade. Neste momento, curiosamente, o *big data*, do ponto de vista da prática que envolve a sua produção, extração e armazenamento, está mais próximo, metaforicamente, da acepção de “tomar” do verbo *capere* do que do sentido empregado no verbo *dare*.

No que interessa ao escopo de nosso trabalho, do ponto de vista textual, o *big data* pode ser entendido como uma coleção de coleções. Para melhor compreender as suas características, recorreremos à definição mais usada pelos estudiosos da computação; quando impelido a estudar as qualidades que caracterizavam uma coleção de dados gerais, Laney (2001) postulou três dimensões, conhecidas como “os três Vs”: o volume, a velocidade e a variedade. Uma década depois, Russom (2010) relacionou esses três Vs

¹³⁸ Cf. <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/o-dilema-das-redes-se-resolve-com-educacao-midiatica.shtml>>.

¹³⁹ Cf. Documentário *Privacidade hackeada (The Great Hack, 2019)*, dirigido por Karim Amer e Jehane Noujaim,

especificamente ao objeto *big data*.

Nessa perspectiva, para que um conjunto seja considerado como um *big data* é preciso que ele compreenda uma grande quantidade de artefatos, isso é, que tenha proeminência na extensidade (volume), e que seja produzido em um ritmo acelerado (velocidade) e manifestado em diferentes substâncias (variedade). Concerne, então, a um conjunto, cuja principal característica é ser uma grande extensão de objetos heterogêneos, a qual entra no campo de presença em um ritmo acelerado e tem a sua existência orientada pela dimensão da mistura.

Como consequência da heterogeneidade e da mistura que regem a sua existência, durante o processo de análise, há a necessidade de ser realizada uma “limpeza” das coleções para a construção de um *corpus* coerente. Isso é, os analistas efetuam uma triagem dos elementos de acordo com as categorias estabelecidas, considerando a substância da expressão de cada um dos objetos que formam o todo – esse procedimento torna possível, apesar da heterogeneidade constitutiva de sua natureza, o agrupamento de objetos do mesmo gênero, tais como fotografias, textos escritos, curtidas, emoticons, imagens de paisagens, coordenadas geográficas etc.¹⁴⁰

Do ponto de vista da textualização, o fenômeno conhecido como *datafication* (MAYER-SCHONBERGER; CUKIER, 2013), ou seja, a geração de dados, permite a transformação dos atos em traços digitais¹⁴¹; tornando-o legível para ser considerado um tipo de textualização. A respeito desse fenômeno, encontramos, em Sadowski (2019, p.4),

¹⁴⁰ Um conjunto de dados qualquer não é estruturado antes do início do processo de análise e pode possuir diferentes substâncias na expressão (objetos visuais, numéricos, verbais escritos, verbo-visual etc.). O processo da triagem é conhecido, na computação, como “tratamento dos dados” e consome uma boa parte do tempo de trabalho de um analista.

¹⁴¹ *Datafication* é definido, pelos cientistas da computação, como a transformação de “diversos aspectos” da nossa vida em dados digitais. Estes são transformados em informação e entendidos como uma nova forma de valor (BILTGEN; RYAN, 2016, p. 151).

a explicação de como ele ocorre: os dados são transformados em *bits* de informações discretos, que são gravados digitalmente para serem, *a posteriori*, processados por uma máquina.

Tudo se passa, no âmbito da semiótica, como se as ações e os comportamentos humanos engendrassem uma espécie de textualização no processo conhecido como *datafication*.¹⁴² Essas textualizações podem ser produzidas a partir de diferentes práticas e manifestadas em suportes digitais diversos. Por exemplo: elas podem ser geradas no interior de uma prática semiótica específica, como é a condição dos dados fabricados em uma compra no supermercado que foi paga com o cartão de crédito. Observe que esses constituintes (valor gasto na compra, padrão de consumo alimentar, marcas preferidas pelo usuário do cartão etc.) tornam-se disponíveis graças à textualização digital engendrada – nesse caso, referimo-nos à fatura emitida pela máquina de cartão de crédito e à lista de itens computados pelo sistema do supermercado.

Em razão disso, uma das características mais importantes do *big data* é a sua constituição enquanto um tipo de textualização das ações humanas. Retomando o exemplo anterior, quando fazemos uma compra em uma determinada loja com o cartão de crédito, essa informação é textualizada numericamente e passa a fazer parte de um conjunto maior de dados, podendo estar disponível, a depender do caso, para empresas privadas e órgãos governamentais.

Observa-se, assim, como o *big data* tem o potencial de permitir certa compreensão não somente das nossas ações individuais, mas também das nossas práticas coletivas. Isso porque seus constituintes são objetos semióticos formados a partir de diferentes expressões, tais como: fotografias (exemplo: selfies e fotos postadas nas redes sociais,

¹⁴² Nem toda coleção de dados do *big data* tem, a priori, um valor cultural. Neste texto, no entanto, estamos lidando especificamente com os objetos que permitem a produção de sentido sobre os humanos e os seus comportamentos.

imagens capturadas por câmeras de satélites), vídeos (provenientes de câmeras de segurança em locais públicos e privados, postados nas redes sociais e em outras plataformas como o Youtube), texto escrito (e-mails, textos compartilhados em redes sociais, pesquisas realizadas nos buscadores, documentos oficiais de governos, documentos pessoais de identificação), áudios (telefonemas, gravação de voz pelo celular, captação de áudios enviados por mídias, *podcasts*).

A produção, extração e armazenamento dos dados do dia a dia das pessoas são práticas já consideradas corriqueiras: toda vez que clicamos em um *website*, fazemos uma chamada usando o celular, pagamos uma compra com o cartão de crédito, usamos o *gps*, nos comunicamos por meio de uma rede social, baixamos um aplicativo, somos filmados por uma câmera com detector facial, um (ou vários) registro(s) digital(is) do comportamento humano individual ou coletivo é(são) criado(s) e armazenado(s) por uma empresa privada, um *software* livre, uma organização, um órgão governamental etc. Como apontam Kambatla *et al.* (2014, p. 2.562), há um conjunto enorme de dados já armazenados e todos os dias essa quantidade aumenta.¹⁴³

O *big data*, no entanto, não funciona apenas como uma observação do mundo e das pessoas; ele constrói, em alguma medida, o mundo em que vivemos (BOYD; CRAWFORD, 2012), uma vez que o seu uso, como tem sido realizado por algumas empresas, é capaz de alterar a nossa percepção sobre o meio ao redor, a nossa maneira de interagir com os outros sujeitos e com o mundo. Tendo isso em consideração, os pesquisadores da área já alertam para o fato de que os dados dirigem a lógica da nossa sociedade (por exemplo: as eleições, as políticas públicas, as relações entre os consumidores e as empresas e vice-versa), influenciando, em algum nível, o comportamento humano (SADOWSKI, 2019).

¹⁴³ Em 2008, estimava-se que havia 9.57×10²¹ bytes de dados. Naquele momento, já era esperado que esse número dobrasse de tamanho a cada dois anos.

Sadowski (2019) explica que, assim como o capital social e cultural descrito por Bourdieu, o *data capital* pode ser, sob certas circunstâncias, convertido em capital econômico; a maior parte do *data capital* que possui valor econômico é sobre as pessoas, seus comportamentos, suas crenças, suas práticas individuais ou coletivas. Dessa maneira, quanto mais dados as empresas, os governos e organizações possuem, melhor eles poderão traçar perfis dos clientes, cidadãos do país, grupos sociais etc.

A partir da categorização realizada por meio da análise desses dados, é possível dizer quem são as pessoas ou grupos mais suscetíveis de compreender uma mensagem como verdadeira e até mesmo a compartilhar para outros membros de sua família, do seu grupo social, de sua rede de contatos – essa estratégia é utilizada, por exemplo, na produção intencional de *fake news* que visam difamar um candidato nas eleições políticas (CALDAS; CALDAS, 2019). Eles também são usados para fazer previsões: através da estatística e da inteligência artificial, estima-se a probabilidade de um indivíduo deixar de pagar um empréstimo bancário. Esse tipo de análise já é utilizado por organizações financeiras e bancos para tomadas de decisões sobre a liberação ou não de empréstimos para clientes.

Dito isso, analisar as grandes coleções de dados é encontrar, por um lado, as conexões entre as pessoas e o mundo e, por outro, entre as práticas individuais e os modos de existência coletivos, possibilitando um olhar aos modelos macro socioculturais em que as ações e os comportamentos humanos acontecem, repetem-se e se cristalizam em formas de vida. Alguns pesquisadores em computação social, sociólogos e humanistas digitais têm chamado a atenção para o fato de o *big data* oferecer possibilidades de análise que antes não seriam possíveis¹⁴⁴.

¹⁴⁴ Cf. Boyd; Crawford (2012); Manovich (2017); Gandomi; Haider (2005).

No que concerne à metodologia de análise, muitos acadêmicos empregam métodos que misturam uma visada analítica quantitativa e qualitativa para estudarem aspectos culturais e sociais a partir de um *corpus* formado por extensos conjuntos de objetos. O mais importante para o analista, neste cenário, não é a quantidade e a velocidade em que os artefatos aparecem no campo de presença, mas a compreensão das conexões e dos sentidos que podem ser estabelecidos a partir deles, isso é, a significação.

Alguns sistemas de análise sobressaem-se no cenário da emergente e transversal disciplina do *big data*¹⁴⁵; destacamos, a título de exemplificação, a “analítica cultural”, método cunhado por Manovich (2017, p.73), que contempla em sua metodologia um grande volume de dados culturais – isto é, de objetos semióticos resultantes do fenômeno de *datatization* -, combinando uma visão do todo (*distant reading*) e das partes ou de uma parte em específico (*close reading*). Para o pesquisador, o *big data* é mais bem compreendido se o concebemos como um conjunto de artefatos culturais (*big cultural objects collection*), que carece de ferramentas próprias para análise e é apreendido no âmbito de uma disciplina situada na interface entre a computação social e as humanidades sociais.

Um dos projetos desenvolvidos pelo grupo de Manovich é o *Selfiecity: a partir de um corpus* de 3.200 fotos publicadas no *Instagram*, em cinco diferentes cidades do mundo (Nova Iorque, São Paulo, Bangkok, Moscou e Berlim), os pesquisadores procuraram padrões e variantes presentes na linguagem da fotografia digital *selfie*, tais como características cromáticas, o uso de filtros, sombra e luz, gestualidade e análise de sentimento.

O estudo faz parte de uma investigação sobre a cultura visual digital e analisou milhares de selfies, fazendo uso do método de visualização da analítica cultural

¹⁴⁵ Para maiores informações sobre a constituição do *big data* como uma disciplina emergente, consultar Diebold (2012).

(MANOVICH, 2017). Foram observadas as relações estabelecidas entre a fotografia e o local geográfico em que ela foi produzida, a intersecção entre o gênero dos sujeitos produtores e a escala média da intensidade do sorriso das pessoas de cada um dos lugares.

Ao observar a presença do sorriso em selfies como uma categoria de análise, um dos resultados do estudo revela que Bangkok (pontuação média da escala de sorriso 0,68) e São Paulo (0,64) apresentam o sorriso como um padrão estético almejado nas *selfies*, enquanto em Moscou (0,53) a situação é diferente, uma vez que a cidade foi apontada como o lugar em que as pessoas sorriem menos ao tirarem uma *selfie*.¹⁴⁶ Esses dados podem revelar características socioculturais de cada uma das regiões que fizeram parte do estudo.

Figura 20 – Média de sorriso nas selfies

Fonte: <http://selfiecity.net/>.

Na semiótica, a pesquisadora Dondero (2017) aponta, com base nas interações

¹⁴⁶ O *corpus* e os resultados da pesquisa podem ser consultados em <http://selfiecity.net/>.

experimentais percebidas entre o todo e as partes, a cientificidade presente no método de visualização das imagens (grandes conjuntos de artefatos visuais) proposto por Manovich (2017). O tipo de disposição utilizado aceita que se passe do nível micro da análise (um objeto semiótico individual) ao nível macro (uma coleção inteira) e, ainda, a um nível que poderia ser considerado o macro do macro (múltiplas coleções ou coleções de coleções).

Na imagem a seguir (ver Figura 21), é possível visualizar todo o *corpus* de selfies coletados das cidades de São Paulo e Nova York separados por gênero (superior: feminino; inferior: masculino) e intensidade de sorriso (esquerda: menos sorriso; direita: mais sorriso). Além disso, ao clicar em qualquer um dos artefatos, tem-se a imagem específica em escala de tamanho maior.

Figura 21 – Disposição do corpus visual do *Selfiecity*

Fonte: elaboração própria com base no website <http://selfiecity.net/>.

Uma quantidade de informação assim só pode ser trabalhada com a ajuda de

máquinas e da matemática (MANOVICH, 2013), mas as relações entre elas, ou seja, a compreensão do que significam, requer uma análise semiótica que considere não apenas o plano do conteúdo como, também, o plano da expressão e a significação produzida na relação de ambos.

Do ponto de vista da semiótica greimasiana, o uso do *big data* torna viável a análise de aspectos das práticas e formas de vida por um ponto de vista imanente; as grandes coleções de dados auxiliam na compreensão das ações individuais, das estratégias (as repetições da prática) e das formas de vida que estruturam uma cultura digitalizada. Dentro de um escopo textual, o *big data* pode ser apreendido como, mas não apenas como, uma espécie de textualização dos comportamentos, das práticas individuais e coletivas, e das formas de vida de uma sociedade digitalizada.

Nesse processo, observa-se que as ações cotidianas das pessoas são transformadas em traços digitais; elas são textualizadas para uma linguagem digital e armazenadas em um banco de dados gigante, como é o caso de uma pessoa que utiliza o cartão de crédito para fazer compras. No que se refere à textualização, a sua importância reside no fato de que a inteligência artificial não tem acesso direto ao homem e ao mundo natural; assim, a relação entre a inteligência artificial e o mundo só pode ocorrer via *datatization*, ou seja, por meio de uma textualização digital. É justamente o processo da textualização o responsável por fazer com que o *big data* seja, além de um objeto cultural (BOYD; CRAWFORD, 2012), uma forma de capital econômico (SADOWSKI, 2019). Dito de outro modo, são textualizados em um suporte mais estável diversos objetos que antes não podiam ser (facilmente) agrupados na mesma escala.

Considerando ser o assunto novidade dentro do campo dos estudos das humanidades, e ainda menos conhecido no escopo da semiótica greimasiana, tivemos a intenção de somente levantar alguns pontos que pudessem contribuir para a análise de

práticas e formas de vida por meio do uso de grandes coleções de dados, ao mesmo tempo em que procuramos ressaltar as características semiótica e textual desses objetos, e a importância da textualização para o fenômeno conhecido como *datatization*.

Na subseção anterior (4.3.1.1), apresentamos a notação como um exemplo de ferramenta para a textualização de ações em curso; nesta subseção, enfatizamos o potencial do uso do *big data* como uma ferramenta para a textualização de práticas que juntas podem compor uma (ou várias) forma(s) de vida presente(s) em uma sociedade digitalizada.

O uso da notação e do *big data* configura-se, assim, como possíveis ferramentas complementares para os estudos das ações individuais e coletivas e das composições de formas de vida dentro de uma cultura, ao passo que admite esses níveis de análise dentro da esfera textual semiótica e permite, ao mesmo tempo, que significações em curso (ou não estabilizadas em um suporte estável) possam ser, no nível metodológico, objetos da disciplina. Sabemos, no entanto, que seus usos, da maneira como traçamos, carecem ainda de mais estudos e desenvolvimentos dentro da disciplina semiótica.¹⁴⁷

Considerando a amplitude do uso da textualização na cultura contemporânea, como procuramos demonstrar, ainda que brevemente, ao longo deste capítulo, a próxima seção tem como objetivo lançar alguma luz sobre a discussão acerca da possibilidade (ou não) da existência de um espaço “fora” do texto dentro do campo de estudos semióticos.

¹⁴⁷ É importante salientar, contudo, que o uso do *big data* para pesquisas - e outros fins - carece ainda de regulamentação por parte de comitês de ética, especializados em questões digitais.

4.4 FORA DO TEXTO HÁ SALVAÇÃO?

Iniciamos a discussão retomando as acepções de texto, apresentadas nas seções anteriores: o texto é um modelo formal (MARRONE, 2008, s/p), uma “totalidade absoluta” (HJELMSLEV, 2013 [1943], p.14) e “epistemológica” (BADIR, 2014, p. 149), cujas características incidem na generalidade e na universalidade, permitindo que os textos-objetos sejam manifestados a partir de um percurso textual desencadeado pela análise, uma vez que, como observou Hjelmslev (2013 [1943], p. 44), “o processo textual é virtual”.¹⁴⁸

A instauração da análise, como dito, desencadeia o percurso textual; este aciona a enunciação e o discurso, que juntos resultarão, adiante, na produção da semiose e na manifestação do objeto. A existência de um texto absoluto no início do percurso permite o engendramento de todas as possibilidades de manifestação no outro polo do trajeto. Essa postulação ajuda-nos a vislumbrar a dupla natureza do texto (cada qual situada em um polo do percurso – como texto absoluto e texto-objeto) e a extensão do próprio campo textual, que não se restringe, por exemplo, somente a textos-objetos manifestados em um suporte estável.

Retomamos, então, a questão que intitula esta subseção: “Fora do texto há salvação?”. Se assumirmos a perspectiva das noções de textos apresentadas acima, a resposta é não - pelo menos, para o semioticista que se considera greimasiano. Todas as possibilidades de manifestação do objeto semiótico (os já manifestados e aqueles que ainda o serão) são textos, na medida em que o processo textual gera os objetos do universo semiótico. O percurso geracional compreende, a partir de um sistema semiótico, a presença

¹⁴⁸ A discussão sobre a dupla natureza do texto – grandeza absoluta e objeto manifestado – foi realizada no Cap. 1.3. e retomada no Cap. 3.4. deste trabalho.

dos sujeitos, do tempo e do espaço, as especificidades do suporte e as suas coerções, assim como um universo discursivo – perpassado pela história, a sociedade e a cultura, cujo diálogo é mantido por meio de vários textos-objetos que circulam dentro dele.

A construção do texto passa por essas instâncias sócio-históricas e culturais. O sujeito, seja ele individual ou coletivo, é responsável por fazer com que essa relação seja relevante ao dar um determinado valor a ela dentro de um universo semântico. Para Marrone (2008):

Não há um fora do texto porque, ao sair de um texto, encontram-se outros textos - sendo o contexto, simplesmente, tudo o que não é pertinente: se houver nele algo de pertinente, é preciso reintegrá-lo à análise textual, sem sair nem desse “algo” nem do texto em si (MARRONE, 2008, s/p., trad. nossa).¹⁴⁹

O que denominamos usualmente como contexto é uma grandeza constituída por outros textos-objetos. Dessa maneira, tudo aquilo que é considerado além do texto, mas que ainda seja um objeto semiótico, só pode ser compreendido como texto, ou seja, faz parte da esfera textual. Na perspectiva em que estamos olhando para o objeto da semiótica, as práticas e as formas de vida nada são além de textos - e como todos os outros objetos textuais, elas possuem características específicas, que devem ser respeitadas na análise. Mas não há argumentos teóricos plausíveis que sustentem suas existências fora do âmbito textual.

Quando Greimas disse, em 1974, ser o texto o ponto de vociferação do semioticista, o objeto da semiótica ganhou o estatuto de referente. No entanto, o texto não é uma coisa dada no mundo natural, ou seja, um real natural como é uma borboleta ou uma pedra. O

¹⁴⁹ “Il n’y a pas de hors texte parce qu’en sortant d’un texte, on rencontre d’autres textes – le contexte étant, tout simplement, tout ce qui n’est pas pertinent : s’il y a quelque chose de pertinent en lui, il faut le re-intégrer dans l’analyse textuelle, sans sortir ni de ce quelque chose ni du texte même.”

texto é uma construção, nas palavras de Marrone (2008, s/p): “um simulacro, qualquer coisa que deve ser preparada”. Ele só existe enquanto tal a partir do ato fundador da construção; esse ato é, para os saussurianos, a instauração do ponto de vista ou, fazendo valer o pensamento hjelmsleviano, da análise.¹⁵⁰ A citação revela o pensamento de que o texto não está pronto previamente; ele é uma espécie de “imagem mental”.

Cada quadro cultural decide o que é texto. Diríamos, portanto, que não há algo que possa ser considerado “fora do texto” propriamente dito, pois os textos são validados como naturais dentro de uma cultura. Em outras palavras, nós percebemos certas configurações de sentido como textos-objetos (uma peça de teatro, um rótulo de um medicamento, uma placa de trânsito, etc.) a depender da organização cultural em que estamos inseridos, a qual determina o nosso universo semiótico e o nosso quadro axiológico: uma placa de trânsito, por exemplo, pode não ser compreendida como texto-objeto por um certo grupo de povos que vivem isolados dentro da Amazônia e que nunca tiveram nenhum tipo de contato com outras civilizações.

Para que certas coisas sejam concebidas como textos-objetos por nós é necessário existir uma atividade de construção cultural:

Isso significa que as coisas que, por exemplo, em nossa cultura percebemos como objetos-texto (livros, filmes, pinturas) são o resultado de uma operação muito complexa de construção cultural (cf. Stoichita e a obra sobre o nascimento da pintura [*l'Instauration du tableau*], mas também Genette e a noção de peritexto [*Seuils*]), operação que pode ter estado de alguma forma oculta: o resultado é que hoje acreditamos que essas coisas são 'naturalmente' textos. Haveria, portanto, uma *textualização oculta* que produz uma naturalização do texto, algo como um texto-objeto que difere dos não-textos e, por conseguinte, dos textos-modelo (MARRONE, 2008, s/p).¹⁵¹

¹⁵⁰ O conceito de análise na obra de Hjelmslev foi desenvolvido no Cap 1.3.

¹⁵¹ “Cela veut dire que des choses que, par exemple, dans notre culture nous percevons comme des textes-objet (des livres, des films, des tableaux) sont le résultat d’une opération très complexe de construction culturelle (cf. Stoichita et le travail sur la naissance du tableau [*l'Instauration du tableau*] mais aussi Genette et la notion de pértexte [*Seuils*]), opération qui peut être en quelque sorte cachée : le résultat est que nous croyons aujourd’hui que ces choses-là sont

Além da “naturalização do texto” realizada dentro de um quadro cultural, evidencia-se também a presença de um texto-modelo; para que um texto-objeto seja gerado como tal dentro de uma determinada cultura ou universo semântico é necessária a concepção de uma espécie de texto-modelo. A sua existência pode ser justificada da seguinte maneira: ele é “o ponto de vista a partir do qual o semiótico constrói seu objeto de estudo, seja este um romance, um filme, uma prática ou uma forma de vida” (DEMURU, 2017, p. 30).

Ao utilizar a metáfora do cubo de Merleau-Ponty, Marrone (2008) explica a construção do texto:

É por isso que a imagem do cubo de Merleau-Ponty é, sob esse aspecto, formidável: o cubo torna-se um objeto de percepção; é preciso vê-lo em todas as suas diferentes facetas e, em seguida, sair dessa percepção momentânea e sintetizá-lo no nível cognitivo. O cubo é um objeto ao mesmo tempo existente e construído: exatamente como o texto dos filólogos, como o referente dos semióticos (MARRONE, 2008, s / p).¹⁵²

O gesto de pensar o texto como algo construído resulta em algumas consequências no nível teórico da semiótica: o objeto – empírico – da disciplina nunca é concebido como tal previamente, ele é desde o início uma construção. Se, de um lado, o objeto é um elemento empírico, de outro, ele é uma criação. Há, assim, uma dupla operação constitutiva do objeto: ao mesmo tempo em que ele está lá - “o ponto de partida e de chegada das descrições imanentes” – ele é também construído, e a sua construção deve ser justificada pela teoria da disciplina.

‘naturellement’ des textes. Il y aurait donc une *textualisation cachée* qui produit une *naturalisation du texte*, quelque chose comme un objet-texte qui diffère des non-textes, et donc des textes-modèle.”

¹⁵² “C’est pour cela que l’image du cube de Merleau-Ponty est formidable à ce propos : le cube devient objet de perception ; il faut le voir sur toutes ses facettes différentes, puis sortir de cette perception momentanée et le synthétiser au niveau cognitif. Le cube est un objet en même temps existant et construit : exactement comme le texte des philologues, comme le référent des sémioticiens.”

Em direção parecida, Badir (2005) lembra que um dado somente pode ser reconhecido como semiótico a partir da análise. Ou seja, com a instauração da análise em um ponto inicial do percurso textual, o dado passa a ser um objeto semiótico e a assumir valor enquanto tal para a teoria. Temos, portanto, elementos suficientes para concordar com Marrone (2008, s/p.) quando afirma que a epistemologia da semiótica é *construtivista*, sendo essa uma das maiores diferenças entre a semiótica e as outras disciplinas das ciências humanas que colocam os problemas metodológicos (ex. a sociologia e a psicologia) nas pautas de mesa-redonda, mas não a questão em si sobre a constituição do seu próprio objeto de conhecimento.

Considerando a discussão realizada sobre o contexto, a cultura e as práticas, entendemos que todos os textos-objetos são construídos; configuram-se como “coisas” a serem modeladas enquanto textos na análise semiótica. Esse fenômeno fica mais evidente, especialmente, no caso da observação das práticas e das experiências humanas. Ou seja, além de seu aspecto formal, relacionado ao sistema, há esse outro aspecto sempre a ser construído, ou melhor, a ser gerado.

Estabelece-se, assim, um percurso textual que, a partir de um modelo formal e sistemático, seja capaz de gerar um objeto “empírico”, o texto-objeto, cuja empiricidade é resultado de uma construção baseada, em alguma medida, na relação entre os sujeitos, os objetos e o universo semiótico (e da enunciação) em que estão inseridos. Por isso, ao se falar sobre texto, julgamos necessárias as discussões a respeito do contexto, da cultura e das práticas, assuntos que trouxemos ao decorrer de nossa investigação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta vida é uma estranha hospedaria,
De onde se parte quase sempre às tontas,
Pois nunca as nossas malas estão prontas,
E a nossa conta nunca está em dia...
(QUINTANA, 2006, p. 229, XCVI Dos Hóspedes).

É chegada a hora de prestar contas sobre o estágio atual da pesquisa.

De caráter eminentemente dinâmico, toda pesquisa está fadada à parada tanto quanto à parada da parada; as pequenas pausas que damos funcionam como respiros para que outros fôlegos possam ser tomados e novas rotas teóricas recalculadas. Assim, qualquer conclusão não é nada além de uma apresentação de resultados parciais, necessária para a continuação (sempre) em devir.

Nossa tese é dividida, além da Introdução e da presente Conclusão, em quatro capítulos, cada um deles possuindo, nas páginas finais, uma breve prestação de contas sobre o tema principal abordado, respondendo às questões que emergiam como principais, em nosso campo de presença, naquela etapa da pesquisa; dessa maneira, discutimos sobre: “Afinal de contas, o que é o texto?” (*cap. 1*), “A semiótica continua sendo textual?” (*cap. 2*), “Por que ainda o texto?” (*cap. 3*) e, por fim, “Fora do texto há salvação?” (*cap. 4*). Tais reflexões tiveram a intenção de fazer uma breve conclusão sobre as discussões levantadas nas seções antecedentes. De modo que, para agora, resta-nos lançar um olhar mais geral, uma espécie de balanço global do trabalho.

Considerando os objetivos que assumimos no início deste trabalho, tentaremos colocar em relevo as contribuições e as limitações de nossa pesquisa, assim como lançar sugestões para futuros desdobramentos.

SÍNTESE GERAL E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

De início, o trabalho tomou como ponto de partida a “extensidade” da noção de texto; na ocasião, sentíamos um certo incômodo pelas divergências quanto aos limites que o termo poderia assumir em uma ou outra pesquisa, a depender dos autores presentes na

fundamentação teórica e do objeto de análise escolhido. No entanto, paulatinamente, a investigação foi-nos direcionando para outras indagações: primeiro, percebemos que a questão do texto estava além de uma mera conclusão sobre seu alcance; depois, deparamo-nos com outras questões que se apresentam como imbróglis teóricos para qualquer pesquisa que versa sobre a esfera epistemológica textual. Essas últimas direcionaram a organização desta tese.

Assim, no *capítulo 1*, procuramos demonstrar que o texto é tanto da ordem da epistemologia quanto da empiria; essa etapa logrou identificar as acepções de texto na obra de Hjelmslev para, em seguida, analisar como Greimas serviu-se delas para a idealização do seu projeto semiótico. Não se trata, portanto, somente de argumentar se o texto limita-se à esfera do enunciado em um suporte estável, como a pintura, ou se designa, ao contrário, toda sorte de objetos semióticos; Hjelmslev, ao mirar uma teoria da linguagem, coloca o texto, também, em outro patamar, na epistemologia.

Para o linguista, o princípio da imanência na teoria foi primordial, de maneira que os dados não poderiam ser predeterminados pela experiência, pois, se assim o fosse, a língua (ou a linguagem) não se deixaria estudar pelo ponto de vista científico. Como não poderia ser diferente, a noção de texto, em Hjelmslev, vai precisar recorrer a outro princípio caro ao estudioso: o método dedutivo. Sabe-se que, na dedução, parte-se do todo para as partes – e não o contrário; assim, estabelece-se uma noção de texto que considera, de um lado, a existência das partes, mas pressupõe, de outro, como “início” – em sentido teórico – um todo. Esse todo carece de sistematização, porquanto será responsável por gerar todos os “cálculos” possíveis, mesmo que estes não sejam manifestados.

Ao considerar a existência de um todo e de partes, institui-se uma análise, uma relação que segue duas direções: uma responsável pela relação entre os constituintes de uma classe; e, a outra, visando a relação entre estes e o todo. A instauração da análise não

passa sem consequências em nível epistemológico, pois, a partir do momento em que ela se faz presente, somos forçados a considerar a existência de uma hierarquia e, como efeito, de uma semiótica. Observa-se, então, a primordialidade da análise para a compreensão da noção de texto: antes dela, há o texto absoluto e, depois, os objetos manifestados, cuja denominação é texto-objeto. Este último é o foco da teoria, pelo menos no que diz respeito à análise de objetos. Contudo, é importante salientar, somente se pode pensar em termos de uma semiótica se considerarmos, também, a acepção de texto absoluto.

Ao conceituar o texto como um objeto epistemológico, a partir do qual os textos-objetos possam ser gerados, o linguista Hjelmslev abriu caminho para que um projeto científico ambicioso, como o de Greimas, pudesse existir; tudo se passa como se houvesse uma espécie de sistema textual a partir do qual infinitas manifestações tornam-se possíveis. O semioticista usufruiu dessa constatação para arquitetar uma teoria que desse conta não apenas dos objetos linguísticos, mas de todas as possibilidades languageiras. Eis que nasce, então, a semiótica.

Como procuramos demonstrar, em *Sémantique Structurale* (1966), de Greimas, o texto ultrapassa os limites da frase e mira o discurso; malgrado o fato de não haver, até aquele momento, uma disciplina semiótica propriamente estabelecida, o objeto da disciplina começa a dar indícios dos delineamentos que assumirá nas décadas seguintes. Já em *Semiótica e Ciências Sociais* (1981 [1976]), o texto-objeto ganha contornos de um objeto semiótico, expande-se para além dos artefatos literários; momento em que Greimas atina-se para o fato de a própria cidade poder ser lida como um texto. Apesar de todo esse avanço, é somente no *Dicionário de Semiótica* (2008 [1979], escrito em parceria com Courtés, que o semioticista elucubrará uma noção de texto mais complexa, sustentada por duas acepções: uma relacionada diretamente ao texto antes da análise e, a outra, ao depois – tal qual nos estudos hjelmslevianos.

Mas não se trata, apesar disso, de mera repetição dos achados do linguista dinamarquês; ao contrário, no *Dicionário de Semiótica* (2008 [1979]), o objeto da ciência da significação mira uma semiótica, e não está mais limitado aos domínios da cadeia linguística. Essa maneira de Greimas conceber o texto torna-se determinante para as análises que serão realizadas, no âmbito da disciplina, nos idos de 1980 e para o estabelecimento da teoria, no quadro das ciências humanas, enquanto ciência da significação.

Se, por um lado, pudemos identificar, no que concerne ao recorte de nossa pesquisa, uma continuidade entre o pensamento hjelmsleviano e o greimasiano, ainda que esse último tenha expandido, consideravelmente, as contribuições do primeiro, faltava-nos, ainda, averiguar se o fenômeno também acontecia nos escritos dos semioticistas que deram continuidade ao projeto de Greimas após a sua morte. Para tanto, selecionamos três pesquisadores: Eric Landowski, Jacques Fontanille e Claude Zilberberg - representantes, cada qual a seu modo, de três projetos diferentes de continuação da semiótica. É importante salientar, no entanto, que se, por um lado, os três se consideram greimasianos e pautam suas pesquisas nas contribuições e orientações teóricas do mestre, por outro, divergem quanto ao modo de realizar a sua teoria.

Tais divergências são cruciais para a maneira como cada um conceberá o objeto semiótico. Apesar das divergências, vimos, no *capítulo 2*, que Landowski e Fontanille apresentam certas convergências na maneira como pensam o texto, ainda que possuam projetos e interesses diferentes na teoria. Em outra ponta, Zilberberg, que dos três é quem mais se distingue por ser o único a não desenvolver um pensamento explícito sobre a questão, foi-nos útil por apresentar, em seus escritos, os elementos necessários para a compreensão da geração textual da maneira como concebemos o Percurso.

A respeito da ausência de uma discussão explícita sobre o assunto em sua obra,

acreditamos que ela seja, em grande medida, reveladora do pensamento zilberberguiano sobre a grandeza textual em si: dando continuidade às pesquisas de Greimas, Zilberberg entende que as grandezas tensivas, a intensidade e a extensidade - e todos os elementos aí contidos - estão presentes em qualquer sorte de objeto textual, pois iniciam-se antes da instância da textualização propriamente dita.

Com essa discussão, foi possível avançar na pormenorização da noção de texto greimasiana (apresentada no primeiro capítulo), no *capítulo 3*, como uma grandeza complexa, que conjuga as esferas epistemológica e empírica. Observados por lentes semióticas, o texto absoluto e o texto-objeto ganharam relevância em um modelo teórico sobre a geração do objeto da disciplina; os resultados mostraram que diversos outros micropercursos são existentes no interior desse percurso mais geral. Os micropercursos trabalham conjuntamente para que uma grandeza outrora homogênea, e que, portanto, não reconhece a discretização, possa operar na direção da mistura, gerando objetos heterogêneos, de substâncias da expressão variadas.

O modelo apresentado de percurso gerativo textual (*cf.* síntese da proposta na *seção 3.3.4*) não toma o modo indutivo de construção teórica. Em outras palavras, não se propõe analisar um *corpus* escolhido diretamente na manifestação e, a partir daí, elaborar um modelo. A orientação dedutiva, que assumimos como direção do próprio fazer científico, permite a construção de modelos hipotéticos que possam explicar as instâncias pressupostas no percurso geracional do texto; essa escolha ensejou uma melhor compreensão sobre como os conteúdos da homogeneidade e da heterogeneidade faziam-se presentes na geração do objeto semiótico, sendo eles cruciais para o entendimento de como um texto inerentemente absoluto pode gerar distintos e múltiplos textos-objetos.

Se os resultados de nossa investigação revelaram que a grandeza textual abrange todos os objetos semióticos, faltava-nos, ainda, explicar como eles relacionam-se com o

entorno (mais especificamente, o contexto e a cultura) e, também, como objetos não estáveis em um suporte (ex. as práticas) poderiam ser analisados por uma teoria imanente. Essas questões foram abordadas na última parte do trabalho, no *capítulo 4*.

Sendo assim, iniciamos a última parte da tese discorrendo sobre a noção de texto na obra de Yuri Lotman, conhecido semioticista russo. Ao analisar como o autor organizava a esfera textual, constatou-se a influência de sua obra nos escritos dos semioticistas greimasianos que trabalham, em suas análises, com objetos sóciosemióticos, dentre eles, Fontanille e Landowski; ambos conceberão o universo “extratextual”, um espaço que está para além do texto, mas que mantém alguma relação com ele. Esse modo de arquitetar a esfera textual diverge, como vimos, do pensamento greimasiano, e tem o objetivo-fim de compreender a cultura.

Um dos principais ganhos que tivemos ao trazer Lotman para nossa discussão diz respeito à concepção de imutabilidade; em sua teoria, os elementos extrassistêmicos poderiam ser sistêmicos – e vice-versa – a depender do ponto de vista assumido. Essa proposição, frente às contribuições, no âmbito greimasiano, de Marrone (2008), lançou luzes para a compreensão do texto como um objeto passível de ser modelado e, conseqüentemente, da disciplina semiótica como uma teoria construtivista.

Na ocasião, demonstramos que os elementos ditos contextuais (ex. ideologia, formas de vida, comportamento, cultura, história, práticas sociais, etc.) já eram previstos pela teoria de Greimas desde o início do projeto da disciplina. E, lançando mão das discussões levantadas por Barthes, foi-nos possível pensar no contexto como um universo textual partilhado, cujas relações mantidas com uma esfera mais geral podem ser do tipo intertextuais e interdiscursivas, sendo elas responsáveis pela atualização do texto-objeto, uma vez que este é gerado no universo semiótico. Essa maneira de conceber o contexto pode ser recuperada na expressão, utilizada neste trabalho, de “texto-contexto”.

No que diz respeito à cultura, investigamos a relação que ela estabelece com a esfera textual - compreendida em seu sentido mais amplo, entendendo que todas as manifestações humanas significantes só podem ser manifestadas nela. Ao constatar que o diálogo entretido pelos textos-objetos, no universo semiótico, age modificando os objetos e mantendo a cultura e suas transformações, sentimo-nos no dever de olhar, mais atentamente, para o intertexto, a fim de observar como a cultura, o contexto e o texto relacionam-se nesse universo partilhado. A análise de um meme – e de outros textos-objetos que se relacionam com ele (a Bíblia Sagrada, uma pintura de Da Vinci, a restauração e uma obra de arte) – possibilitou uma melhor compreensão sobre os valores que são atribuídos aos diferentes textos-objetos frente aos valores assumidos por uma dada cultura, ratificando a importância de se olhar, no labor do semioticista, para a semiose e para a cultura.

Por fim, adentramo-nos nas práticas e recuperamos as suas acepções. Se a princípio fizemos uma distinção entre práticas e texto, o artifício argumentativo serviu-nos somente como estratégia para que, mais à frente, pudéssemos tomar a prática em si como tão-somente um dos tipos possíveis de texto. Apesar disso, acreditamos que, em uma situação como essa, simplesmente mudar o lugar das coisas - ou, então, nomeá-las de maneira diferente - não é suficiente para resolver um problema teórico.

Se, na contramão de muitos semioticistas renomados, optamos por chamar as práticas de texto, vimo-nos também diante do desafio de demonstrar – ainda que apenas apontando para algum caminho a ser percorrido - como os semioticistas poderiam trabalhar com elas, sem que, para isso, ferissem o princípio imanentista presente nas discussões desde as páginas iniciais deste trabalho. Assim, lançamos mão do conceito de notação, originalmente utilizada nas áreas matemáticas, como uma possibilidade de ferramenta.

A notação mostrou ser eficaz na preservação de várias facetas de uma prática “ao

vivo”, possibilitando textualizar uma ação em um suporte mais estável. Diante disso, procuramos, então, demonstrar como a notação pode ser considerada um tipo de textualização, o que reforçou, ainda mais, o nosso argumento de que as práticas são inerentes ao âmbito da esfera textual.

Ainda sobre as práticas, desafiemo-nos a lidar com um objeto ainda pouco trabalhado na semiótica, o *big data*. Logramos conceitualizá-lo como um objeto semiótico a partir da noção de texto, concebendo-o como um tipo de textualização das ações humanas. Esse gesto teórico tem o potencial de contribuir para que novas pesquisas, na semiótica discursiva, utilizem o *big data* como *corpus*. Na ocasião, demonstramos, também, como a textualização das práticas – ou melhor dizendo, das experiências humanas - é o fator principal para a compreensão do valor capital atrelado ao *big data* na sociedade contemporânea.

Após as discussões realizadas sobre a noção de texto – e de textualidade e textualização - no seio da semiótica, trazemos as palavras de Marrone (2008) para finalizar nossa discussão sobre as contribuições desta pesquisa:

se é verdade, como diz Hjelmslev, que os dados do linguista são apresentados como "texto", isso não é mais verdade para o semioticista, que também lida com os "objetos", as "práticas" ou as "formas de vida" que estruturam seções inteiras da cultura. O slogan greimasiano deveria ser reformulado hoje da seguinte maneira: "Fora das semióticas-objeto, não há salvação!". Cabe a nós definir o que são essas "semióticas-objeto". (MARRONE, 2008, s/p).¹⁵³

Nós procuramos fazer isso: definir o que são essas semióticas-objeto. Admitimos,

¹⁵³ “S’il est vrai, comme le dit Hjelmslev, que les données du linguiste se présentent comme du « texte », cela n’est plus vrai pour le sémioticien, qui a affaire aussi à des « objets », à des « pratiques » ou à des « formes de vie » qui structurent des pans entiers de la culture. Le slogan greimassien devrait être reformulé aujourd’hui ainsi : « Hors des sémiotiques-objets, point de salut ! », à charge pour nous de définir ce que sont ces « sémiotiques-objets ».”

assim, a existência de um dado sobre o qual exercemos uma análise promulgada pela teoria. Para nós, no entanto, esse dado é o texto. E não importa qual texto-objeto, se é uma prática social, uma pintura abstrata, uma fotografia ou uma canção, pois referimo-nos, antes, a qualquer coisa que possa ser modelada como um texto. Como recorda Badir (2014, p. 185), a incidência da análise sobre o texto estabelece a existência de um objeto do conhecimento: a semiótica. Dizemos, portanto, que o texto alcança o *status* de semiótica em virtude de sua análise, de maneira que a análise, por meio da mutação entre seus planos, especifica o texto como semiótico.

Mas o que se perde ao renunciar ao texto? a nosso ver, o semioticista corre o risco de estar, sobretudo, se desfazendo de um caráter científico da semiótica. Há no Greimas semioticista, desde o início de seus trabalhos, a preocupação com que a teoria resguardasse a sua condição de projeto científico em desenvolvimento – cuidado esse que muitos pesquisadores continuam a assumir como essencial ainda nos dias de hoje.

LIMITES DO TRABALHO

O presente trabalho, como pressupõe o seu gênero, apresenta muitas limitações. Esperamos que nossas palavras não sejam interpretadas tão-somente como um jogo discursivo de falsa modéstia, com o objetivo de amenizar a promoção do trabalho do próprio autor ou de parecer menos presunçoso teoricamente; o reconhecimento das limitações é, a princípio, uma reflexão honesta sobre alguns entraves em que esbarramos ao longo da presente investigação. Obviamente, de muitas outras nem nos demos conta e ficará a cargo do leitor a sua identificação.

Dito isso, assumimos que não desenvolvemos o conceito de gramática da manifestação, mencionado rapidamente quando tratávamos de organizar o percurso

gerativo textual, tampouco conseguimos olhar com mais atenção para os objetos textuais não estabilizados em suportes estáveis, investigando as especificidades que possam estar presentes em sua geração. Os limites do trabalho também não nos permitiram avançar em direção às pesquisas sobre o uso da notação; tínhamos a intenção de, no decorrer de nosso doutoramento, analisar uma prática “ao vivo”, em ambiente não-controlado, utilizando para isso os recursos da notação e outras ferramentas de textualização, mas vimo-nos impedidos pela emergência mundial da pandemia Covid-19 e das rígidas restrições de contato humano que ainda estamos vivenciando.

Entre as inúmeras inconclusões que o leitor pode encontrar, gostaríamos de falar, um pouco mais, sobre uma que mencionamos há instantes: a gramática da manifestação. Como a nossa intenção era investigar a noção de texto na semiótica e essa é uma teoria que, durante muito tempo, viu-se imersa com mais tonicidade no plano do conteúdo, é possível que este trabalho reflita o modo de ser que o projeto greimasiano assumiu em seus primeiros passos. Gostaríamos de salientar, no entanto, que temos a convicção de que a manifestação não funciona como um mero “depositar”; sabe-se, com os estudos mais atuais, especificamente com a semiótica visual e com o sincretismo, que ela tem papel ativo na produção da significação. Assim, a instância da textualização, que compreende o micropercurso da manifestação, não é somente um resultado das etapas anteriores; ela é, a seu modo, também geradora de significação.

DESDOBRAMENTOS E FUTURAS PESQUISAS

Sendo honestos, é preciso confessar que este trabalho suscitou mais perguntas do que respostas. Acreditamos que muitas questões aqui apresentadas carecem de um olhar mais aprofundado e cuidadoso, que poderá também beneficiar-se, por outro lado, das

discussões já realizadas.

Dessa maneira, dois tópicos, que têm a textualização como problema central, chamam-nos a atenção por emergirem como urgentes para a continuidade da semiótica nas próximas décadas do século XXI: o primeiro é o uso e o desenvolvimento de metodologias que permitam a análise de práticas sociais “ao vivo”; o segundo, por sua vez, diz respeito ao afloramento de uma semiótica do *big data*. Ambos permitirão um refinamento melhor da teoria para lidar, inclusive, com objetos de cunho político-social, atendendo algumas demandas da sociedade contemporânea.

As duas questões estão entre aquelas que nos motivam a continuar trilhando, pouco a pouco, as veredas dessa que é - para nós - a disciplina mais instigante das ciências humanas.

Com esse balanço, suspendemos, momentaneamente, a pesquisa.

São Paulo, julho de 2021.

Confinada, há 1 ano e meio, em um apartamento de 55m², na maior cidade da América do Sul e segurando, em meus braços, a manifestação da minha própria existência semiótica, meu Kazuo.

REFERÊNCIAS

- ABLALI, Driss. Corpus, texto e gênero em interação em *Semântica Estrutural. Estudos semióticos*, São Paulo, vol. 13, n. 2, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/download/141611/136618>>. Acesso em: 05 mai. 2018.
- AMÉRICO, Ekaterina Vólkova. O conceito de fronteira na semiótica de Iúri Lotman. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 1, n. 12, p. 5-20, jan./abril, 2017.
- ANGENOT, Valérie *et al.* Sémiotique de la communication en coprésence et à distance. Du textualisme à la sémiotique des pratiques. *Interfaces numériques*, v. 2, n. 3, p. 531-567, 2013.
- ARRIVÉ, Michel. Pour une théorie des textes poly-isotopiques. *Langages*, Paris, n. 31, p. 53-63, 1973. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lqge_0458-726x_1973_num_8_31_2235>. Acesso em: 19 set. 2019.
- BADIR, Sémir. La notion de texte chez Hjelmslev. *Texto !*, 1998. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/Dialogues/Debat_Hjelmslev/Badir_Notion.html>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BADIR, Sémir. A noção de texto em Hjelmslev. *CASA: Cadernos de Semiótica Aplicada*. v. 13, n. 2, p. 88-95, Dez. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/724>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- BADIR, Sémir. La sémiotique aux prises avec les médias. *Semen*, n. 23, Presses Universitaires de Franche-Comté, 2007. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/semen/4951>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- BADIR, Sémir. La production de la sémosis: une mise au point théorique. *Actes Sémiotiques*, n. 112, Limoges, 2009. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/3335>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- BADIR, Sémir. Le texte: objet théorique, objet empirique. In: JEANNERET, Yves. MEEÛS, Nicolas (orgs.). *Que faisons-nous du texte?*. Paris: PUPS, 2012, p. 11–22. BADIR, Sémir. *Épistémologie sémiotique*. La théorie du langage de Louis Hjelmslev. Paris: Honoré Champion, 2014.
- BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BALLY, Charles. *Linguistique générale et Linguistique française*. 4ª ed. Paris: Éditions Francke Berne, 1965 [1944].
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria do discurso. Fundamentos semióticos*. 3a. ed. São Paulo: Humanitas, 2001.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2003.

BARTHES, Roland. Verbete “texte”. *Encyclopaedia Universalis*, 1974.

BARTHES, Roland. *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004 [1971], p.65-75.

BARTHES, Roland. *S/Z*. Paris: Éditions du Seuil, 1970.

BASSO FOSSALI, Pierluigi. Testo, pratiche e teoria della società. *Semiotiche*, 4, Turin: Ananke, p. 209-239, 2006.

BASSO FOSSALI, Pierluigi; DONDERO, Maria Giulia. *Semiotica della fotografia*. Investigazioni teoriche e pratiche d’analisi. Rimini: Guaraldi, 2007.

BEAUGRANDE, R. de. *New foundations for a Science of Text and Discourse*: Cognition, Communication and Freedom of Access to Knowledge and Society. Norwood: Ablex Publishing Corporation, 1997.

BEIVIDAS, Waldir. *Semióticas sincréticas*: Posições (a linguagem do cinema). São Paulo: Annablume, 2015a.

BEIVIDAS, Waldir. *A teoria semiótica como epistemologia imanente* (uma terceira via do conhecimento). Ph.D. Thesis, USP, 2015b. Tese de livre-docência.

BEIVIDAS, Waldir. A semiótica tensiva: uma teoria imanente do afeto. *CASA: Cadernos de semiótica Aplicada*, Araraquara, v. 13, n.1, p. 43 – 86., Jul. 2015c. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/7607>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BEIVIDAS, Waldir. A teoria da linguagem de Hjelmslev: uma epistemologia imanente do conhecimento. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 11. n. 1, p. 1-10, Jul. 2015d. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/103769>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BEIVIDAS, Waldir. A epistemologia semiótica de Louis Hjelmslev: uma teoria utópica da linguagem. *Estudos Semióticos*, São Paulo, v. 12, n.1, p. 83-87, Jul. 2016. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/120540/118143>>. Acesso em: 10 set. 2017.

BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2006 [1974].

BERTRAND, Denis. *Caminhos da semiótica literária*. Tradução Grupo CASA. Bauru: EDUSC, 2003 [2000].

BÍBLIA, N. T. Livro de Lucas. In BÍBLIA. Português. *Sagrada Bíblia Católica*: Antigo e Novo Testamentos. Tradução de José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008. BILTGEN, Patrick; RYAN, Stephen. *Activity-Based Intelligence*. Principles and applications. Boston: Artech House, 2016.

BORDRON, Jean-François. *L’iconicité et ses images*: études sémiotiques. Paris: PUF, 2011. (Collection Formes Sémiotiques).

BOYD, Danah.; CRAWFORD, Kate. Critical questions for big data. *Information, Communication & Society*, London, vol. 15:5, 662-679, 2012.

BRACCHI, Daniela Nery. *Fotografia brasileira contemporânea a partir de Miguel Rio Branco*. 2014. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-18052015-144956/pt-br.php>>.

Acesso em: 02 mar. 2020.

BRAIT, Beth. O texto nas reflexões de Bakhtin e do Círculo. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola, 2016.

CALDAS, Camilo Onoda Luiz; CALDAS, Pedro Neris Luiz. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos e vulnerabilidade no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, Junho de 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362019000200196&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2020.

CAMURRI, Antonio, MORASSO, P., TAGLIASCO, V., ZACCARIA, R. Dance and Movement Notation. In: MORASSO, P. TAGLIASCO, V. (eds). *Human Movement Understanding: From Computational Geometry to Artificial Intelligence*. Amsterdam: Elsevier, 1986, p. 83-124.

CÉSAR, Marina Maluli. *Texto sonoro e partitura gráfica: aspectos intersemióticos e enunciativos*. 2017. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-07062017-083301/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

CONTE, Maria-Elisabeth. Text in Hjelmslev. *Il Protagora*, 7/8, 1985, p. 171-179.

COQUET, Jean-Claude. L'implicite de l'énonciation. *Langages*, Paris, n. 70, p. 9-14, Jun. 1983. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/lgge_0458-726x_1983_num_18_70_1149>. Acesso em: 01 ago. 2016.

COQUET, Jean-Claude. *La quête du sens*. Le langage en question. Paris: PUF, 1997.

CORRÊA, Thiago Moreira. *Inscrições urbanas: abordagem semiótica*. 2016. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-02122016-134016/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

DA VINCI, Leonardo. *A última ceia*. Têmpera e óleo. 460 x 880 cm. Basilica di Santa Maria delle Grazie – Refettorio, Milão, 1494-1498.

DE ANGELIS, Rossana. Texte et textualité dans le sillage des réceptions de la pensée saussurienne. In: CRUZ, Marcio Alexandre. PIOVEZANI, Carlos. ESTENOIRE, Pierre-Yves (orgs.). *Le discours et le texte: Saussure en héritage*. Paris: L'Harmattan, 2015, Collection Academia, p. 159-180.

DE ANGELIS, Rossana. Le cercle et la spirale. Deux réceptions de l'œuvre de L. Hjelmslev. In: Zinna, A.; Cigana, L. (eds.), *Louis Hjelmslev (1899-1965)*. Le forme del linguaggio e del pensiero, Toulouse, Éditions CAMS/O, 2017, Collection Actes, p. 27-50.

DE ANGELIS, Rossana. La notion de texte entre linguistique et sémiotique pendant les années 1970 – 1990. In: ABLALI, D.; ACHARD-BAYLE, G.; REBOUL-TOURÉ, S.; TEMMAR, M. (éds). *Texte et discours en confrontation dans l'espace européen*. Bruxelles: Peter Lang, 2018.

DEMURU, Paolo. Práticas de vida. Entre semiótica, comunicação e política. *Estudos semióticos*, 2017, vol. 13, n. 1, p. 28-39. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/138409/133872>>. Acesso em 16 fev. Da Vinci2020.

DIEBOLD, Francis X. A personal perspective on the origin(s) and development of “big data”: the phenomenon, the term, and the discipline. *PIER Working Paper*, n. 12-003, Pensilvânia, p. 1-8, nov. 2012. Versão 2. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2202843>. Acesso em: 11 mai. 2019.

DONDERO, Maria Giulia. Sémiotique de l'action : textualisation et notation. *Cadernos de Semiótica Aplicada*, 2014, n. 1, vol. 12, p. 15-47. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/casa/article/view/7117>>. Acesso em 20 dez. 2018.

DONDERO, Maria Giulia. Semiótica de la acción: textualización y notación. FOSSALI, Pierluigi Basso et al. (Org.). Dossiê “La inmanencia en cuestión III”. *Tópicos del seminário*, v. 33, jan.- jun., 2015, p. 101 – 130.

DONDERO, Maria Giulia. The semiotics of design in media visualization: Mereology and observation strategies. *Information Design Journal*, v. 23, n. 2, p. 208-218, 2017.

DOSSE, François. *História do estruturalismo: o campo do signo*. v. 1. Trad. Álvaro Cabral. Bauru: Edusc, 2007 [1992].

ECO, Umberto. *O conceito de texto*. Trad. Carla de Queiroz. São Paulo: EDUSP, 1984.

FABBRI, Paolo. Le comunicazioni di massa in Italia: sguardo semiotico e malocchio dela. *Versus - Quaderni di studi semiotici* 3. Milão, v. 4, n. 5, 1973.

FACEBOOK atinge marca de 2 bilhões de usuários, Terra notícias, São Paulo, Online, 27 jun. 2017. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/facebook-atinge-marca-de-2-bilhoes-de-usuarios,b647b4af6f82ca8b483f01a143c1ea9c2nf55uu3.html>>. Acesso em: 20 jul. 2018.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo, Ática, 1988.

FIORIN, José Luiz. A noção de texto na semiótica. *Revista Organon*, Porto Alegre, v.9, n. 23, p. 163-173, 1995. Disponível em: <seer.ufrgs.br/index.php/organon/article/view/29370>. Acesso em: 05 ago. 2016.

FIORIN, José Luiz. Enunciação e semiótica. *Revista Letras*, Cascavel, n.33, p. 69-97, dez. 2006.

- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2ed. Ática: São Paulo, 2008.
- FIORIN, José Luiz. Semiótica e história. *Cadernos de Letras da UFF*. Dossiê: Linguagens em diálogo, Niterói, n. 42, p. 15-34, 2011. Disponível em: <<http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/42/artigo1.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2020.
- FIORIN, José Luiz. Da necessidade da distinção entre texto e discurso. In: BRAIT, Beth. SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília (orgs.). *Texto ou discurso?*. São Paulo: Contexto, 2012.
- FIORIN, José Luiz. Duas concepções de enunciação. *Estudos semióticos*. Dossiê temático “Semiótica e psicanálise”, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 122-137, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/esse/article/view/172329>>. Acesso em 18 de fev. 2021.
- FLOCH, Jean-Marie. *Petites mythologies de l'oeil et de l'esprit*. Amsterdam: Hadès/John Benjamins, 1985.
- FLOCH, Jean-Marie. *Sémiotique, marketing et communication*. Sous les signes, les stratégies. Paris: PUF, 1990.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 7 ed. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- FONTANILLE, Jacques. Textes, objets, situations et formes de vie: les niveaux de pertinence de la sémiotique des cultures. *E/C: Rivista dell'Associazione Italiana di Studi Semiotici on line*, 2004. Disponível em: <http://www.ec-aiss.it/includes/tng/pub/tNG_download4.php?KT_download1=aa121c09b2b7c9ca6738beb40b60beca>. Acesso em: 29 nov. 2018.
- FONTANILLE, Jacques. *Significação e visualidade: exercícios práticos*. Trad. Elizabeth Bastos Duarte e Maria Lília Dias de Castro. Porto Alegre: Sulina, 2005.
- FONTANILLE, Jacques. *Semiótica do discurso*. Trad. Jean Cristtus Portela. São Paulo: Contexto, 2007 [1998].
- FONTANILLE, Jacques. *Pratiques sémiotiques*. Paris: PUF, 2008a.
- FONTANILLE, Jacques. Práticas semióticas. Imanência e pertinência, eficiência e otimização. In: DINIZ, M.L.V.P.; PORTELA, J. C. (Org.). *Semiótica e Mídia: textos, práticas, estratégias*. Bauru: UNESP – FAAC, 2008b. p. 17-76.
- FONTANILLE, Jacques. L'analyse du cours d'action : des pratiques et des corps. *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, n. 114, 2011. Disponível em: <https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/1413>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- FONTANILLE, Jacques. *Formes de vie*. Liège: PUL, 2017.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. *Tensão e significação*. Trad. de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Beividas. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas FFLCH-USP,

2001 [1998].

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. O texto na linguística textual. In: BATISTA, Ronaldo de Oliveira (Org.). *O texto e seus conceitos*. São Paulo: Parábola, 2016.

GANDOMI, Amir.; HAIDER, Murtazal. Beyond the hype: big data concepts, methods, and analytics. *International Journal of Information Management*, v. 35, n. 2, p. 137-144, abr., 2005. Disponível em: <https://reader.elsevier.com/reader/sd/pii/S0268401214001066?token=E27DFEA3F8DF72C1A73B7B7944AB39071E0C5D6B179732763E4F8810D155D0E5999858980DF0E5A68E0D0AF2F4957809>. Acesso em: 11 mai. 2019.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémantique structurale. Recherche de méthode*. Paris: Larousse, 1966.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens: essais sémiotiques*. Vol. I. Paris: Seuil, 1970.

GREIMAS, Algirdas Julien. L'énonciation. Une posture épistémologique. *Significação - Revista Brasileira de Semiótica*, Ribeirão Preto, n. 1, p. 9-25, 1974. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/90115>. Acesso em: 03 mar. 2018.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant. La sémiotique du texte – exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Semiótica e ciências sociais*. Trad. Álvaro Lorencini e Sandra Nitri. São Paulo: Cultrix, 1981 [1976].

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sobre o sentido II: ensaios semióticos*. Trad. Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Nankin/ Edusp, 2014 [1980].

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens en exil. Chroniques lithuaniennes*. Trad. do lituano para o francês Lina Perkauskytė. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de semiótica*. Trad. Alceu Dias Lima et alii. São Paulo: Contexto, 2008 [1979].

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. Entretien. *Langue française, Sémiotique et enseignement du français*. n. 61, p. 121-128, 1984. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lfr_0023-8368_1984_num_61_1_5186. Acesso em: 15 fev. 2020.

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. O belo gesto. Trad. Edna Maria F. dos Santos Nascimento. In: NASCIMENTO, Edna Maria F. dos Santos Nascimento; ABRIATA, Vera Lucia Rodella (org.). *Formas de vida: rotina e acontecimento*. Ribeirão Preto: Coruja, 2014 [1993].

GREIMAS, Algirdas Julien; FONTANILLE, Jacques. *Semiótica das paixões*. Dos estados de coisas aos estados de alma. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo: Ática, 1993 [1991].

GROUPE D'ENTREVERNES. *Analyse sémiotique des textes*: introduction, théorie, pratique. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1979.

HÉNAULT, Anne. *História concisa da semiótica*. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2006 [1992].

HJELMSLEV, Louis. *Le langage*. Paris: Minuit, 1966.

HJELMSLEV, Louis. *La catégorie des cas*. Munique: Wilhelm Fink Verlag, 1972.

HJELMSLEV, Louis. *Ensaio linguísticos*. Trad. Antônio de Pádua Danesi. Perspectiva: São Paulo, 1991 [1959].

HJELMSLEV, Louis. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. 2ª ed. Perspectiva: São Paulo, 2013 [1943].

HJELMSLEV, Louis. *Résumé d'une théorie du langage*. Trad. e edição eletrônica Alain Herreman. 2010 [1975].

HISTORIADOR está há 3 dias sem dormir após restauração mal-sucedida. *Terra notícias*, São Paulo, Online, 27 jun. 2012. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/historiador-esta-ha-3-dias-sem-dormir-apos-restauracao-mal-sucedida,8ca8ddb6650ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 10 set. 2020.

KAMBATLA, Karthik. et al. Trends in big analytics. *Journal of Parallel and Distributed Computing*, v. 74, n. 7, 2014. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0743731514000057>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

KERŠYTĖ, Nijolė. L'idéologie réactualisée dans la sémiotique de Greimas. *Actes Sémiotiques*, n. 123, 2020. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/6505>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

KHARBOUCH, Ahmed. Le statut sémiotique de la culture. *Actes Sémiotiques*, n. 113, 2010. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/1767>>. Acesso em: 15 fev. 2020.

KYHENG, Rossitza. Hjelmslev et le concept de texte em linguistique. *Texto*, v. 10, n. 3, set. 2005. Disponível em: <http://www.revue-texto.net/lnedits/Kyheng/Kyheng_Hjelmslev.html>. Acesso em: 09 jun. 2017.

LANDOWSKI, Éric. *La société réfléchie*. Paris: Le Seuil, 1989.

LANDOWSKI, Éric. *Foi Greimas Semioticista?* Entrevista concedida a Laimonas Tapinas. Trad. Ana Claudia de Oliveira. Revista *Santara*. Vilnius: 1993.

LANDOWSKI, Éric. *Passions sans nom*. Paris: PUF, 2004.

LANDOWSKI, Éric. Sociossemiótica: uma teoria geral do sentido. *Galáxia*, São Paulo, n.

27, p. 10-20, jun. 2014a. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/19609/14586>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

LANDOWSKI, Éric. *Interações arriscadas*. Trad. Luiza Helena O. da Silva. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2014b [2005].

LANDOWSKI, Éric. *Com Greimas*. Interações semióticas. Estação das Letras e Cores: São Paulo, 2017.

LANEY, Doug. *3-D data management: controlling data volume, velocity and variety*. Application Delivery Strategies by META Group Inc., 2001, p. 949. Disponível em: <<http://blogs.gartner.com/doug-laney/files/2012/01/ad949-3D-Data-Management-Controlling-Data-Volume-Velocity-and-Variety.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

LEITE, Daniel Carmona. *Protagonismo e estratégias semióticas no discurso de jovens brasileiros: liberdade, semiliberdade e juventude indígena*. 2019. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-21022020-153434/pt-br.php>>. Acesso em 02 mar. 2020.

LIMA, Letícia Moraes. Linguística e semiótica contemporâneas: a relação entre Hjelmslev e Zilberberg. *Línguas e Letras*, v. 18, n. 41, p.34-45, dez. 2017. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/18021/pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

LOTMAN, Yuri. *The structure of the artistic text*. Trad. para inglês de Ronald Voon. University of Michigan, 1977 [1971].

LOTMAN, Yuri. Text and function. *New Literary History*, v. 9, n. 2, p. 233-244, 1978.

LOTMAN, Yuri. La semiótica de la cultura y el concepto de texto. *Revista Entretextos*, n. 2, Granada, p. 15-20, nov. de 2003.

MANCINE, Renata. A enunciação tensiva em diálogo. *Estudos Semióticos*, v. 15, edição especial, 64–87, 2019. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/esse/article/view/156074/152320>>. Acesso em 18 fev. 2021.

MANDELLI, Mariana. O Dilema das redes se resolve com educação midiática. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 24 set. 2020. Online. Disponível: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/09/o-dilema-das-redes-se-resolve-com-educacao-midiatica.shtml>>. Acesso em: 28 set. 2020.

MANO, Stefano. La deduzione come forma del testo. Invito alla lettura del “Resumé of a theory of language” di Louis Hjelmslev. *Janus. Quaderni del circolo glossematico*, Legnaro, n. 1, v. 1, p. 151-165, 2000.

MANOVICH, Levi. *The Language of New Media*. Cambridge MA: MIT Press, 2001.

MANOVICH, Levi. *Software Takes Command*. New York: Bloomsbury Academic, 2013.

MANOVICH, Levi. The Science of Culture? Social Computing, Digital Humanities and Cultural Analytics. In: SCHÄFER, M.T.; VAN ES, K. (Org). *The Datafied Society*. Studying Culture through Data. Amsterdam: AUP, 2017.

MARRONE, Gianfranco. L'invention du texte. *Actes Sémiotiques*, Limoges, n. 111. 2008. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/1643>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

MARRONE, Gianfranco. *Principes de la sémiotique du texte*. Traduzido do italiano por Mohamed Bernoussi. Paris: Éditions Mimesis, 2016.

MARRONE, Gianfranco. Introduction. *Actes Sémiotiques*, Limoges, n. 118, 2015. Disponível em: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/5306>>. Acesso em: 17 dez. 2017.

MARRONE, Gianfranco. *The invention of the text*. Mimesis International: Milão, 2014.

MARRONE, Gianfranco. *Corpi sociali*. Turin: Einaudi, 2001.

MARTÍNEZ, Elías García. *Ecce Homo*. Fresco. Santuário da Misericórdia de Borja, Espanha, Séc. XX.

MAYER-SCHONBERGER, Viktor.; CUKIER, Kenneth. *Big Data: a revolution that will transform how we live, work, and think*. Londres: John Murray, 2013.

MENDES, Conrado Moreira. *Semiótica e mídia: uma abordagem tensiva do fait divers*. 2013. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-18102013-150803/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

MUSEU DE MEMES. *Ecce homo jesus restaurado*. Disponível: <<https://www.museudememes.com.br/sermons/ecce-homojesus-restaurado/>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

MUSEU DE MEMES. A última ceia. Disponível: <<https://www.museudememes.com.br/?s=jesus>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

O DILEMA das redes sociais. Documentário. Direção: Jeff Orlowski. Estados Unidos: Netflix Originais, 2020. *Streaming* (94min.).

PAOLUCCI, Claudio. Quelques réflexions sur les énoncés : textes, pratiques et cultures. *Actes Sémiotiques*, Limoges, n. 113, 2010. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/actes-semiotiques/1811>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

PEREIRA, Daniervelin Renata Marques. *Semiótica e ensino: ajustamentos sensíveis em gêneros da esfera educacional*. 2013. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2013.

- Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-27012014-102546/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- PONDIAN, Juliana Di Fiori. *Gramática da poesia escrita*: figuras retóricas. 2016. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-25082016-145446/pt-br.ph>>. Acesso em: 02 mar. 2020.
- PORTELA, Jean Cristtus. Semiótica midiática e níveis de pertinência. In: DINIZ, M.L.V.P.; PORTELA, J.C. (Org.). *Semiótica e Mídia*: textos, práticas, estratégias. Bauru: UNESP – FAAC, 2008, p. 93-113.
- PORTELA, Jean Cristtus. Conversations avec Jacques Fontanille. *ALFA: Revista de Linguística*, v. 50, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/107160>>. Acesso em: 01 dez., 2019.
- PRIVACIDADE Hackeada. Documentário. Direção: Karim Amer; Jehane Noujaim. Estados Unidos: Netflix Originais, 2019. *Streaming* (116 min.).
- QUINTANA, Mário. *Poesia completa*. (Org. Tânia Franco Carvalhal). Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2006.
- RASTIER, François. *Sens et textualité*. Paris: Hachette, 1989.
- RASTIER, François. Les fondations de la sémiotique et le problème du texte. Questions sur les Prolégomènes à une théorie du langage de Louis Hjelmslev. In: ZINNA, A. (ed.). *Hjelmslev aujourd'hui*. Turnhout: Brepols, 1997, p. 141-164.
- RASTIER, François. *Sens et Textes*. Paris: Didier, 1996.
- RASTIER, François. Les fondations de la sémiotiques et le problème du texte. Questions sur les Prolégomènes. In: ZINNA, A. (Org.). *Hjelmslev aujourd'hui*. Turnhout: Brepols, 1999, p. 141-164.
- RASTIER, François. Semântica dos textos e semiótica. In: CORTINA, A.; MARCHEZAN, R. C. (eds.). *Razões e sensibilidade: a semiótica em foco*. Araraquara: Laboratório editorial FCL/UNESP, 2004, p. 11-32.
- RUSSOM, Philip. *Big Data Analytics*. TDWI Best Practices Report. Seattle: The Data Warehousing Institute, Fourth Quarter, 2011.
- SADOWSKI, Jathan. When data is capital: datafication, accumulation, and extraction. *Big data & Society*. Vol., 6, n. 1, jan-jun., 2019. Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/2053951718820549>>. Acesso em: 20 ago. 2019.
- SANTOS, Carlos Vinicius Veneziani dos. *Estudo semiótico de canções de Adoniran Barbosa*. 2015. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-03122015-133057/pt-br.php>>.

[br.php](#)>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SANTOS SARAIVA, Francisco Rodrigues. *Dicionário latino-português*. Rio de Janeiro: Livraria Garnier, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SCHWARTZMANN, Matheus Nogueira. A noção de texto e os níveis de pertinência da análise semiótica. *Estudos Semióticos*, v. 14, n. 1, São Paulo, p. 1-6, mar. 2018. Número especial. Disponível em: <www.revistas.usp.br/esse/article/view/144288>. Acesso em: 25 mar. 2018.

SCHWARTZMANN, Saulo Nogueira. *Semiótica da continuidade nas pinturas de vanguarda: graus de contrariedade entre rompimento forte e rompimento fraco*. 2018. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-26042019-133652/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SHIMODA, Lucas Takeo. *Por uma abordagem semiótica do timbre sob o prisma da práxis enunciativa*. 2020. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-17072020-120538/pt-br.php>>. Acesso em: 20 jun. 2020.

SILVA, Odair José Moreira da. *O suplício na espera dilatada: a construção do gênero suspense no cinema*. 2011. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-07102011-144235/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SIMONETTI, Alpha Condeixa. *Distâncias e vínculos: a linguagem gestual no teatro no grupo Lume segundo uma abordagem semiótica*. 2016. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-09052016-125819/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

SWIGGERS, P. Linguistic historiography: object, methodology, modelization. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 38-53, 2012. Disponível em: <<http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tl/article/download/4527/3489>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

TATIT, Luiz. *Musicando a semiótica: ensaios*. São Paulo: Annablume, 1997.

TATIT, Luiz. *Hjelmslev e as bases tensivas do semi-simbolismo*. São Paulo: Editora CPS, 1 ed, 2007.

TATIT, Luiz. *Passos da semiótica tensiva*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2019.

VILELA, Ilca Suzana Lopes. *Afirmção da identidade no discurso quilombola em perspectiva semiótica: o caso das bonecas pretas do Quilombo de Conceição das Crioulas*. 2014. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-25052015-153151/pt-br.php>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

VIOLLI, Patrizia. Il corpo, le pratiche. E/C. Rivista on line dell'Associazione Italiana di Studi Semiotici. Palermo, E/C. Aiss, 2005. Disponível em: http://ecaiss.it/index_d.php?recordID=363. Acesso em: 10 jun. 2020.

VIOLLI, Patrizia. Corporeità e sostanza vocale nell'enunciazione in atto. *Versus – Quaderni di studi semiotici*, n. 106, Milano, Bompiani, p. 105-120, 2008.

ZILBERBERG, Claude. *Essai sur les modalités tensives*. Paris/Amsterdam: Benjamins, 1981.

ZILBERBERG, Claude. *L'essor du poème: information rythmique*. v. 2. Saint-Maur-des-Fossés: Phoriques, 1985.

ZILBERBERG, Claude. *Semiótica tensiva y formas de vida*. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1999.

ZILBERBERG, Claude. *Ensayos sobre semiótica tensiva*. Lima: Universidad de Lima, 2000.

ZILBERBERG, Claude. *Razão e poética do sentido*. Trad. de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Edusp, 2006 [1988].

ZILBERBERG, Claude. Pour saluer l'événement. *Actes sémiotiques*, Limoges, n° 111, 2008. Disponível: <<http://epublications.unilim.fr/revues/as/1601>>. Acesso em: 25 set. 2016.

ZILBERBERG, Claude. *Des formes de vie aux valeurs*. Paris: PUF, 2011a.

ZILBERBERG, Claude. *Elementos de semiótica tensiva*. Trad. de Ivã Carlos Lopes, Luiz Tatit e Waldir Bevidas. São Paulo: Ateliê editorial, 2011b [2006].

_____. *La structure tensiva*. Suivi de Note sur la structure des paradigmes et de Sur la dualité de la poétique. Liège: PULg, 2012.

ZINNA, Alessandro; Luisa Ruiz Moreno (Orgs.). Dossiê: La inmanencia en cuestión – I. *Tópicos del Seminario*, v. 31, jan.- jun., 2014.

ZINNA, Alessandro; Luisa Ruiz Moreno (Orgs.). Dossiê: La inmanencia en cuestión – II. *Tópicos del Seminario*, v. 32, jul.- dez., 2014.

ZINNA, Alessandro; Luisa Ruiz Moreno (Orgs.). Dossiê: La inmanencia en cuestión – III. *Tópicos del Seminario*, v. 33, jan.- jun., 2015.